



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ  
NÚCLEO DE ALTOS ESTUDOS AMAZÔNICOS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL  
DO TRÓPICO ÚMIDO  
MESTRADO EM PLANEJAMENTO DO DESENVOLVIMENTO

**VIVIANE VAZZI PEDRO**

**O MOVIMENTO SOCIAL PELA CRIAÇÃO E DEFESA DA  
RESEX RENASCER – PARÁ: da estratégia de ação ao plano de  
manejo**

Belém  
2012

**VIVIANE VAZZI PEDRO**

**MOVIMENTO SOCIAL PELA CRIAÇÃO E DEFESA DA  
RESEX RENASCER – PARÁ: da estratégia de ação ao plano de  
manejo**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido – PDTU, Núcleo de Altos Estudos Amazônicos da Universidade Federal do Pará, para a obtenção do grau de Mestre em Planejamento do Desenvolvimento Sustentável

Orientador: Prof. Dr. Josep Pont Vidal

Belém  
2012

Dados Internacionais de Catalogação de publicação (CIP)  
(Biblioteca do NAEA/UFPA)

---

Pedro, Viviane Vazzi

Movimento social pela criação e defesa da RESEX Renascer – Pará: da estratégia de ação ao plano de manejo / Viviane Vazzi Pedro; Orientador, Josep Pont Vidal. – 2012.

172 f.: il.; 30 cm

Inclui bibliografias

Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Pará, Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido, Belém, 2012.

1. Conflito social – Prainha (PA). 2. Movimentos sociais – Prainha (PA). 3. Reserva Extrativista Verde para Sempre (Porto de Moz, PA). 4. Ação coletiva. I. Vidal, Jose Pont, orientador. II. Título.

CDD 22. ed. 303.6098115

---

**VIVIANE VAZZI PEDRO**

**MOVIMENTO SOCIAL PELA CRIAÇÃO E DEFESA DA  
RESEX RENASCER – PARÁ: da estratégia de ação ao plano de  
manejo**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação  
em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido –  
PDTU, Núcleo de Altos Estudos Amazônicos da  
Universidade Federal do Pará, para a obtenção do grau  
de Mestre em Planejamento do Desenvolvimento  
Sustentável

Aprovada em: \_\_\_/\_\_\_/\_\_\_

**Banca Examinadora:**

Prof. Dr. Josep Pont Vidal  
Examinador interno - NAEA/UFPA

Prof. Dr. Thomas Hurtienne  
Examinador interno – NAEA/UFPA

Prof. Dr. Alberto Teixeira  
Examinador externo - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas/UFPA

**Conceito:**

Às mulheres e homens da Resex Renascer, que vivem e revivem a cada dia a utopia realizável da libertação de dominações históricas, da transformação do seu lugar e de seu viver e da busca por dignidade para as suas presentes e futuras gerações.  
Ao Thiago, meu grande amor e parceiro pela vida, por ser o maior incentivador dos meus sonhos.

## AGRADECIMENTOS

Essa longa lista de agradecimentos deve iniciar pela grande líder comunitária da Resex Renascer, Rosa Maria Viegas. Mais do que me acolher, com confiança e imenso carinho, durante a pesquisa de campo, a Rosinha, com seu exemplo de ação coerente, coragem e sua força feminina, causou-me extrema admiração e está ajudando-me na construção de uma nova visão de mundo acerca da política e da luta identitária das comunidades amazônicas. Com sua ajuda, sinto desfazendo-me da “minha velha pele de advogada, paulistana”, para crescer, “renascer” para captar o sentido da luta pela dignidade e justiça, no coração amazônico do Brasil. Rosinha, que sua força seja sempre renovada, e que sua voz e o brilho do seu olhar ganhem ressonância agora, e ao longo da história das futuras gerações do oeste do Pará!

Agradeço ao Thiago Martins de Melo, meu grande amor, que me recebeu em sua vida com amorosidade e generosidade raras, reascendendo minha potência interior para que eu concretizasse, dentre outras coisas, este mestrado. Thiago, peço ao universo a chance de retribuir diariamente toda a felicidade que você me proporciona.

Ao meu querido orientador Josep Pont Vidal, agradeço em especial, pelo apoio, compreensão e colaboração dedicados ao longo dos dois anos de mestrado. Agradeço-lhe por ter compreendido, com refinamento intelectual, respeito e senso crítico, o meu projeto, e por tê-lo tornado nosso, concretizando-o. Levo comigo o seu exemplo de trabalho dedicado, de mestre atento e sensível às necessidades de seus alunos. Vidal, que possamos seguir, compartilhando nossos conhecimentos.

À minha amada amiga Auda Piani, colega de turma, cujas conversas são acalantos e lições constantes. Agradeço-lhe pelo companheirismo, pelo ouvido atento, pelo colo, pelos nossos longos papos tão profundos e ao mesmo tempo cheios de esperança infantil. Tive grande sorte por encontrar nesta amiga tantas afinidades de valores e ideais. À minha fraternal amiga Ana Virgínia, pela doce companhia constante, por todo o apoio e carinho e pelas venturas (e também algumas desventuras) que desfrutamos juntas, com bom humor, na mesma condição de “estrangeiras no Pará”. À nossa eterna amizade, meninas!

Agradeço, com admiração especial pelo trabalho corajoso e emancipatório, o coordenador da CPT - Santarém, Gilson Rego, à Judith Vieira, também da CPT, Manoel, da CPP e aos advogados João Carlos e Caroline, da Terra de Direitos.

Agradeço a alguns queridos protagonistas da luta aqui narrada, líderes comunitários e agentes transformadores da Renascer com quem tive o prazer da convivência mais próxima:

Rosália, Cineca, Ademir, Socorro, Sr. Antônio, Sr. Lili, Maria, Aloísio, Leda, Rodinaldo, aos líderes sindicais Vadilson e Waldemir, ao vereador Délfim e sua família, além de todos os outros que me ofereceram calorosa hospedagem e valiosas lições de vida em Prainha, Santa Maria de Uruará e comunidade Santo Antônio.

Agradeço ao Badé, com apreço e reconhecimento da importância de sua liderança política histórica (de passado muito corajoso!) para o município de Prainha.

Meus sinceros reconhecimentos e agradecimentos também a duas pessoas: (i) ao pesquisador da USP (e ex-perito judicial da Renascer), Maurício Torres, que abriu caminho para a pesquisa na área e me incentivou diretamente a continuar seus estudos, sendo o primeiro grande colaborador, com materiais e indicação de outros interlocutores importantes; (ii) ao Carlos Eduardo, do ICMBio, por ter-me subsidiado informações valiosas e por seu exemplo diligente, mesmo com tantos percalços e dificuldades administrativas.

Agradeço aos queridos colegas professores do NAEA/UFPA, especialmente Prof<sup>ª</sup>. Edna Castro, e também aos meus colegas de turma, em especial, Cleyton, Josi, Brenda, Fabíola, Luciano, Juan, pelo companheirismo, por muitas colaborações e trocas de saberes.

À Orlando Maneschi e Paulo Herkenhoff, por perceberem a poesia contida na história de luta e na cultura política das comunidades da Renascer.

Agradeço a minha família, a começar pelos meus sogros, Francisca e Geraldo, primos, Stéfano e Graziela, pelo grande apoio amoroso e pelas generosas estadias no Pará. Aos meus tios Vera Lúcia e José e ao meu irmão e cunhada, Fernando e Cíntia, que acompanharam esse mestrado “com os dedos cruzados”.

Cito também com grande gratidão os amigos Luciana e Renato, pelo exemplo de trabalho ético e comunitário, e por todo o incentivo. Ao amigo Leonardo, que me auxiliou com conceitos, indicações de bibliografia e metodologia para a pesquisa em geral. Agradeço à Cristina pela cuidadosa revisão.

Agradeço aos meus pais, Albertino Pedro Filho e Norma Vazzi Pedro (*in memoriam*) pelo exemplo de caráter, pela força e virtudes, e pelo olhar amoroso de ambos, o qual me acompanhou, inclusive, durante o curso desse mestrado.

## RESUMO

Este trabalho apresenta resultados da pesquisa sobre a trajetória do Movimento Social pela criação e defesa da Reserva Extrativista Renascer (RESEX Renascer), no município de Prainha, na região do Baixo Amazonas, oeste do Estado do Pará. Desta trajetória, destacamos a estrutura de oportunidades políticas para a atuação do movimento social e seus correspondentes repertórios, marcos referenciais, estratégias de ação e tendências à institucionalização, os quais são analisadas sob a perspectiva da *escola do processo político* (TILLY, 1978; TARROW, 1997) combinada com a *teoria da ação coletiva* (TOURAINÉ, 1989) e outras abordagens culturalistas dos movimentos sociais amazônicos. O período da pesquisa compreende o final da década de 1990 – época em que se tem notícia da chegada das empresas madeireiras na região, com início das articulações sociais para a criação de uma unidade de conservação no local –, até o ano de 2011 – com os incipientes debates para a construção do Plano de Manejo da unidade de conservação. Na presente pesquisa indagou-se se a conquista da RESEX Renascer seria resultado cumulativo e histórico das estratégias de mobilização, coalizão política das lideranças locais ou das comunidades tradicionais dessa região amazônica; e/ou se essa conquista estaria associada às transformações institucionais, históricas e estruturais ocorridas no interior do Estado e nos padrões de relação entre o este e a sociedade civil. Concluiu-se que, embora as conquistas do movimento social tenham aproveitado a estrutura de oportunidades políticas (contexto legal, político e institucional) no âmbito federal, foram as estratégias de organização – a partir da cultura e história do movimento – que lhe garantiram e garantem tal nível de coesão e força, revelando-se como preponderantes. Outrossim, apesar de as estratégias de ação coletiva do movimento social terem sido influenciadas pela estrutura de oportunidades políticas do período mencionado, tais estratégias influenciaram *em maior proporção* esta estrutura, incentivando um ciclo de protestos para outros movimentos sociais de identidade similar na região. Observou-se também que, mesmo com a criação da RESEX e a organização do movimento para a sua gestão não se pode falar em institucionalização completa do movimento social. Este foi obrigado a manter estratégias de protestos, denúncias e reivindicações (inclusive com repertórios de desobediência civil) para assegurar os direitos já conquistados, ante a permanente ameaça dos grupos que lhe são opositores (contramovimento à RESEX).

**Palavras-chave:** Movimento social. Estrutura de oportunidades políticas. Estratégias de ação. Repertório e institucionalização.

## ABSTRACT

This paper presents results of research on the history of the Social Movement for the creation and defense of the Extractive Reserve Renascer (Rebirth RESEX), in the municipality of Prainha, in the Lower Amazon region, west of the State of Pará this trajectory, we highlight the opportunity structures policies for the role of social movements and their corresponding repertoires, benchmarks, strategies and action tendencies toward institutionalization, which are analyzed from the perspective of the school's political process (TILLY, 1978; TARROW, 1997) combined with the theory of action collective (TOURAINÉ, 1989) and other approaches culturalist social movements Amazon. The study period covers the end of the 1990s – a time when we have news of the arrival of logging companies in the region, beginning with social joints to create a protected site - until the year 2011 – with the incipient debates for the construction of the Management Plan for the conservation unit. In this study wondered if winning the RESEX Reborn would be cumulative result of historical and mobilization strategies, political coalition of local leaders and traditional communities in this Amazon region, and / or if this achievement was associated with institutional changes, historical and structural occurred within the State and in the patterns of relationship between this and the civil society. It was concluded that although the achievements of social movements have used the structure of political opportunities (legal framework, political and institutional) at the federal, were organizing strategies - from the culture and history of the movement - which guaranteed and guarantee such a level of cohesion and strength, revealing themselves as overweight. Moreover, although the strategies of collective action of social movements have been influenced by the structure of political opportunities of this period, such strategies have influenced this structure in greater proportion by encouraging a cycle of protests to other social movements similar identity in the region. It was also observed that, even with the creation of extractive reserves and the organization of the movement for its management can not speak in complete institutionalization of the social movement. This was bound to keep strategies protests, complaints and claims (including codes of civil disobedience) to ensure the rights already won, against the ongoing threat of groups that are opposed (countermovement to RESEX).

**Keywords:** Social movement. Structure of political opportunities. Action strategies. Repertoire and institutionalization.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Mapa 1-	Localização da RESEX Renascer	79
Mapa 2-	Localização da RESEX Renascer	82
Mapa 3-	Localização das Reservas Extrativistas Renascer (Prainha) e “Verde para Sempre” (Porto de Moz)	83
Figura 1-	Níveis de institucionalidade dos principais parceiros do movimento social – 2000 a 2006	179
Figura 2-	Níveis de institucionalidade dos principais parceiros do movimento social – 2006 a 200	180
Figura 3-	Níveis de institucionalidade dos principais parceiros do movimento social – 2010 a 2011	180
Gráfico 1-	Respostas políticas do governo federal e estadual – de janeiro de 1999 a janeiro de 2003	216
Gráfico 2-	Respostas políticas do governo federal e estadual – de janeiro de 2003 a janeiro de 2007	216
Gráfico 3-	Respostas políticas do governo federal e estadual – de janeiro de 2007 a janeiro de 2011	217
Gráfico 4-	Respostas políticas do governo federal e estadual – de janeiro de 2011 a setembro de 2011	217

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1-	Relação dos documentos pesquisados	29
Quadro 2-	Relação das instituições entrevistadas	31
Quadro 3-	Pessoas entrevistadas, critério de escolha, tempo e local das entrevistas	32
Quadro 4-	Variáveis do 1º Foco Analítico – Da Estrutura de Oportunidades Políticas	34
Quadro 5-	Variáveis do 2º foco analítico – estratégias de ação e processos de institucionalização	35
Quadro 6-	Classificação das parcerias quanto à institucionalidade	42
Quadro 7-	Principais decisões judiciais relacionadas à RESEX Renascer e demandas do movimento social	171
Quadro 8-	Relação entre ciclos de protesto, estratégias de ação, repertórios e resultados obtidos pelo movimento social pela criação e defesa da RESEX Renascer	194
Quadro 9-	Esquema organizacional da Associação GUATAMURU e Movimento de Defesa da Renascer – MDR	198
Quadro 10-	Quadro dos opositores do movimento pela criação e defesa da RESEX Renascer por período	210
Quadro 11-	Reivindicações do movimento pela criação e defesa da RESEX Renascer	211
Quadro 12-	Operacionalização das hipóteses e análise dos resultados	227

## LISTA DE SIGLAS

APA	Área de Proteção Ambiental
CDB	Convenção da Diversidade Biológica
CGFLOR-ICMBIO	Coordenação Geral de Florestas Nacionais do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
CNPJ	Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas
CNPT	Centro Nacional de Desenvolvimento Sustentável das Populações Tradicionais
CNS	Conselho Nacional dos Seringueiros
CONTAG	Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura
CPT	Comissão Pastoral da Terra
DNPM	Departamento Nacional de Produção Mineral
FAEPA	Federação da Agricultura do Estado do Pará
FLOTA	Floresta Estadual Amazônia
FNO	Fundo Constitucional de Financiamento do Norte
GUATAMURU	Associação da Reserva Extrativista Renascer
ICMBio	Instituto Chico Mendes De Conservação Da Biodiversidade
ICMS	Imposto sobre Circulação de Mercadorias
IDEFLO	Instituto de Desenvolvimento Florestal do Estado do Pará
ISA	Instituto Socioambiental
INTERPA	Instituto de Terra do Pará
MAB	Movimentos dos Atingidos por Barragens
MDR	Movimento em Defesa da Renascer
MME	Ministério de Minas e Energia
MPF	Ministério Público Federal
MST	Movimento dos Sem Terra
OESP	Organização do Estado de São Paulo
ONG	Organização Não Governamental
PAA	Programa de Aquisição de Alimentos
PAC	Plano de Aceleração do Crescimento
PAE	Projeto de Assentamento Agroextrativista
PAS	Plano Amazônia Sustentável
PIB	Produto Interno Bruto
PMDB	Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PNPCT	Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável de Povos e Comunidades Tradicionais
PROBIO	Conservação e Utilização Sustentável da Diversidade Biológica Brasileira
PRONAF	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura
PSDB	Partido Socialista Democrático Brasileiro
RESEX	Reserva extrativista Renascer
SECTAM	Ciência, Tecnologia e Meio Ambiente
SNUC	Sistema Nacional de Unidades de Conservação
STR	Trabalhadores Rurais de Prainha
STTR	Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Prainha
TAC	Termo de Ajustamento de Conduta
UC	Unidades de Conservação

## SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	14
2 JUSTIFICATIVA E CONTEXTUALIZAÇÃO DO PROBLEMA	16
2.1 PROBLEMATIZAÇÃO, QUESTÕES DA PESQUISA E HIPÓTESES	25
2.2 OBJETIVOS	27
2.3 MÉTODO	28
2.3.1 <b>Embasamento teórico para os focos analíticos</b>	36
2.3.2 <b>Estratégia de apresentação, sistematização, análise e interpretação dos resultados</b>	39
2.3.3 <b>Dificuldades e desafios metodológicos</b>	42
3 MARCO ANALÍTICO CONCEITUAL	45
3.1 ABORDAGENS TEÓRICAS DA AÇÃO COLETIVA	45
3.1.1 <b>Os Novos Movimentos Sociais</b>	47
3.1.2 <b>Teoria da ação social</b>	50
3.2 ABORDAGEM DO PROCESSO POLÍTICO E CATEGORIAS DE INTERESSE	52
3.2.1 <b>Estrutura de oportunidades políticas</b>	54
3.2.2 <b>Ciclo de protestos</b>	56
3.2.3 <b>Repertório da ação coletiva</b>	57
3.2.4 <b>Marcos referenciais</b>	60
3.3 MOVIMENTOS SOCIAIS DAS POPULAÇÕES TRADICIONAIS DA AMAZÔNIA ORIENTAL	62
3.3.1 <b>Movimento dos Trabalhadores Rurais em Santarém</b>	65
3.3.2 <b>Características do movimento social dos seringueiros do Acre</b>	69
3.4 ENTENDIMENTOS ACERCA DA CATEGORIA “POPULAÇÕES TRADICIONAIS	71
3.5 A AGENDA POLÍTICA DE CRIAÇÃO DE RESEX NA REGIÃO OESTE DO PARÁ	75
4 LOCALIZAÇÃO DA RESEX RENASCER E CARACTERÍSTICAS SOCIOECONÔMICAS E CULTURAIS DE SUA POPULAÇÃO	79
4.1 LOCALIZAÇÃO E CARACTERÍSTICAS GEOGRÁFICAS	79
4.1.1 <b>Características socioeconômicas e culturais dos moradores da RESEX</b>	83
4.2 A OCUPAÇÃO DAS TERRAS E A EXPLORAÇÃO ILEGAL DE MADEIRA	95
4.3 A INFLUÊNCIA DOS ANTECEDENTES HISTÓRICOS E MOBILIZATÓRIOS	99
4.3.1 <b>A influência do sindicato dos trabalhadores rurais e das comunidades de base</b>	100
4.3.2 <b>O legado do movimento dos extrativistas do Acre</b>	104
4.3.3 <b>As ações coletivas para a proteção do território</b>	106

4.3.4 A abertura do ciclo de protesto pela “Verde para Sempre”	109
4.3.5 O acidente causado pela madeireira e a nova direção para o movimento social	111
4.4 O HISTÓRICO DE CRIAÇÃO DA RESERVA	112
4.4.1 Episódios recentes, pós-criação da RESEX	126
4.5 NASCIMENTO E DESENVOLVIMENTO DAS PRINCIPAIS ORGANIZAÇÕES QUE COMPÕE O MOVIMENTO SOCIAL	131
4.5.1 O Conselho Popular da Região do Uruará	132
4.5.2 O Movimento em Defesa da Renascer – MDR	134
4.5.3 A Associação das Comunidades da Reserva Extrativista Renascer - GUATAMURU	136
4.5.4 A interrelação entre o MDR e a GUATAMURU	139
5 FOCOS ANALÍTICOS 1 e 2 – ANÁLISE DAS QUESTÕES MACROPOLÍTICAS E MICROPOLÍTICAS	141
5.1 ANÁLISE DAS VARIÁVEIS DO FOCO ANALÍTICO 1: AS QUESTÕES MACROPOLÍTICAS	141
5.1.1 Estrutura de oportunidades políticas do movimento social	142
5.1.2 Os ciclos de abertura política	142
5.1.3 Avanços jurídicos/judiciais relacionados à criação da RESEX e proteção de suas comunidades	165
5.1.4 As parcerias e rupturas do movimento ao longo da história	171
5.2 QUESTÕES MICROPOLÍTICAS E O PRINCÍPIO DA IDENTIDADE	181
5.2.1 Organização, repertório, marcos referenciais, estratégias do movimento social	183
5.2.2 Institucionalização e gestão interna da RESEX	197
5.3 O PRINCÍPIO DA OPOSIÇÃO E CAMPO DE DISPUTA	200
5.3.1 Os ciclos de protesto e suas reivindicações	210
5.4 O PRINCÍPIO DA TOTALIDADE E CAMPO DO CONFLITO	213
5.4.1 As respostas do poder público frente aos ciclos de protesto e demandas	215
6 CONCLUSÃO	223
6.1 ANÁLISE CONCLUSIVA DAS HIPÓTESES E CONSIDERAÇÕES FINAIS	231
REFERÊNCIAS	236
APÊNDICES	249
ANEXOS	254

## 1 INTRODUÇÃO

Esta pesquisa apresenta os resultados do que foi designado como “movimento social para criação e defesa da Reserva Extrativista Renascer” (RESEX Renascer), na região de Prainha, no Estado do Pará. Nessa trajetória, destacam-se as estratégias de ação e a institucionalização do movimento e de suas demandas para a criação, a proteção e a gestão da RESEX Renascer, aqui analisadas sob a perspectiva da estrutura de oportunidades políticas<sup>1</sup>.

O movimento social em estudo é composto por algumas instituições formalmente constituídas, mas, principalmente, pela adesão informal de moradores da região da RESEX Renascer e de parceiros. Um dos principais grupos uniu-se ao movimento em janeiro de 2010, após um acampamento de moradores para bloqueio da retirada ilegal de madeira. Esse grupo se autodenominou Movimento em Defesa da Renascer (MDR) e, para distingui-lo, essa pesquisa adotou a expressão mais ampla “movimento social pela criação e defesa da Renascer”. Nem todos os participantes do “movimento social pela criação e defesa da Renascer” reconhecem seu pertencimento ao MDR. No entanto, como se demonstrará, de modo geral, ao referirem-se à ação coletiva que realizam, os participantes a descrevem como “nosso movimento”, “nossa luta”, “nossa briga”.

O período pesquisado compreende o final dos anos 1990 até o final de 2011. No primeiro, é quando se tem notícia da chegada das empresas madeireiras na região e ocorrem as primeiras articulações sociais para a criação da Unidade de Conservação local. E no segundo, iniciaram-se os debates para a elaboração do Plano de Manejo e para a efetiva gestão da RESEX Renascer. Portanto, o estudo enfoca os principais eventos coletivos de mobilização, de protesto e de reivindicação (espontâneas ou organizadas) e o surgimento das discussões do projeto da RESEX até a fase de gestão da unidade com a formação da Associação GUATAMURU<sup>2</sup>.

Durante esse período, de cerca de vinte anos, as estratégias de ação, as ações coletivas, as intencionalidades e as parcerias do movimento social de Prainha sofreram alterações influenciadas por mudanças políticas e governamentais, adaptando-se a aberturas

---

<sup>1</sup> Como veremos, a Teoria que aborda a categoria *estrutura de oportunidades políticas* compreende que os movimentos sociais se desenvolvem nos limites ou nas possibilidades impostos por estruturas de oportunidade política, tais como organizações formais de governo e de políticas públicas; a facilitação ou repressão das reivindicações dos grupos e a presença de aliados potenciais, rivais ou inimigos, que afetam as ações coletivas e seus padrões no âmbito do confronto do sistema político.

<sup>2</sup>A GUATAMURU, muitas vezes, é designada pelos comunitários como “Associação Mãe” e, atualmente, é responsável por representar os moradores na gestão da RESEX Renascer.

e/ou a fechamentos característicos dos *ciclos de protesto*, da *estrutura de oportunidades políticas*<sup>3</sup> e de novas necessidades. Em seu atual estágio, sobretudo a partir da criação da RESEX, o movimento social prepara-se para o modelo participativo de gestão da Unidade de Conservação. No entanto, paralelamente, volta a enfrentar o contramovimento formado por políticos locais, madeireiros, trabalhadores de madeiras e moradores do entorno da Reserva, que agem para tentar extingui-la juridicamente, ou para diminuir boa parte dos seus limites territoriais.

Além disso, verifica-se, de um lado, a cooptação política de alguns dos antigos líderes do movimento social e, de outro, a resistência da maior parte dos moradores da RESEX contra a pretensa dominação do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Prainha (STR), da Colônia dos Pescadores de Prainha (Z31) e de membros do governo municipal, atualmente ligados ao Partido dos Trabalhadores (PT).

Para averiguar a possível relação entre estratégias de ação, o repertório e a institucionalização<sup>4</sup> do movimento social e as respostas políticas do poder público - principalmente do governo estadual do Pará e do governo federal - nesse trabalho, combinam-se as abordagens políticas e históricas dos condicionamentos estruturais dos conflitos ambientais (TILLY, 1979, 1984; TAROW, 1994, 1997), ambos da escola do processo político) às abordagens culturalistas e à Teoria da Ação Coletiva (TOURAINÉ, 1989, 2007, 2009). Essa combinação permite comparar as principais ações coletivas do movimento social em uma perspectiva histórica (inserida na *estrutura de oportunidades políticas*) sem que se desprezem as características culturais e identitárias<sup>5</sup>.

Para isso é que esse trabalho se baseia em categorias interpretativas, tais como a *ação coletiva*, a *estrutura de oportunidades políticas*, as *estratégias de ação*, o *repertório* de ações coletivas e a *institucionalização* com o propósito de investigar, na prática, como se relacionam esses paradigmas.

---

<sup>3</sup> O movimento social pela criação e defesa da RESEX Renascer tem como principal grupo de interação o governo (em âmbito municipal, estadual e federal), que acolhe, rechaça ou reprime (com seu poder coercitivo do território, conforme concepção weberiana de Estado) os interesses políticos dos participantes do movimento.

<sup>4</sup> Torres (2004, p. 8) alerta que o sucesso dos regimes políticos é determinado pelo grau de consolidação política e institucional que eles são capazes de alcançar. Na prática, isso significa o grau de “capacidade que tem os Estado e os governos para desenvolver ferramentas à disposição para cobrir seu território e atuar nele para conseguir com que os cidadãos conheçam, aceitem e pratiquem o mínimo de princípios e valores institucionais”.

<sup>5</sup> No caso da abordagem culturalista, a interpretação teórica se embasa em autores e pesquisadores da região amazônica, como Castro, E. (2010) e Almeida (2005, 2006, 2008); Marin e Almeida (2006), Leroy (2003, 2006); Torres (2006, 2007).

## 2 JUSTIFICATIVA E CONTEXTUALIZAÇÃO DO PROBLEMA

Muitos estudos já foram realizados no Estado do Pará sobre as ações política, comunicativa, organizacional e a história dos movimentos sociais. Boa parte deles apresenta levantamentos de atores sociais e movimentos sociais preponderantes ao lidar com o poder público ou com grandes empreendimentos. Isso em uma perspectiva de análise histórica que contempla os aspectos culturais e organizativos dos movimentos sociais, seus conflitos e demandas frente ao Estado ou a políticas públicas. Esse trabalho adotou como referencial teórico e bibliográfico as seguintes produções acadêmicas:

a) A tese de Moreira (2008), que estudou o movimento social de Porto Moz (da RESEX Verde para Sempre, em área adjacente à RESEX Renascer). Em sua tese, defende a ideia de que o movimento social de Porto Moz e de outros similares – do oeste ao leste da região – teriam semelhanças com os fenômenos sociais do movimento dos seringueiros, no Acre, na última década de 80. Com isso, Moreira (2008) cria a tese de que haveria um grande movimento social amazônico original, cujos fenômenos em Porto Moz seriam um caso particular (2008). Em outras palavras, nessa tese, o movimento de Porto Moz e outros similares da região, embora tenham suas particularidades, pertenceriam a um caso específico de um movimento amazônico maior, com raízes no Acre e que integra um processo de maturação.

b) A dissertação de Schittini (2009), do Centro de Desenvolvimento Sustentável da Universidade de Brasília, que trata da criação de Unidades de Conservação no Plano BR163 Sustentável e da participação dos movimentos sociais locais na elaboração desse Plano. O trabalho analisa fatores históricos, políticos, sociais e ambientais que motivaram a criação de Unidades de Conservação como parte de um plano de desenvolvimento territorial para o Plano da Rodovia BR163, considerada área de expansão de fronteira agrícola da Amazônia.

c) A dissertação de Araújo (2007), do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos da UFPA, intitulada “Vozes Dissonantes: Estado, discurso e conflito no Oeste do Pará”. Esse trabalho tenta compreender de que modo se relacionam os atores sociais da região oeste do Estado do Pará comprometidos com a compreensão do Plano Plano BR163 Sustentável, entre 2004 e 2005. Os atores inseridos na pesquisa ou eram ligados aos três níveis de gestão estatal, ou eram madeireiros, ou fazendeiros e trabalhadores rurais, cujos discursos foram analisados com o fim de se analisar “*se o governo federal conseguiu institucionalizar os conflitos*” e “*se esses atores obtiveram reconhecimento político externo*”.

d) O trabalho de Monteiro (2009), sobre a participação da sociedade civil organizada nas comunidades tradicionais da Amazônia com ênfase no contexto político e social em que se insere a Associação das Comunidades da Região de Juriti Velho (ACORJUVE), no oeste do Pará, frente aos conflitos surgidos a partir do licenciamento ambiental para a extração de bauxita na região por uma empresa subsidiária da Alcoa S.A..

e) A monografia de Castro (2010) que trata das Áreas Protegidas na Amazônia e dos problemas gerados por projetos econômicos de grande porte na região, buscando analisar como as comunidades situadas no “Projeto de Assentamento Agroextrativista (PAE) Juriti Velho” definem suas estratégias de proteção do seu território e seus modos de vida diante das transformações ocasionadas pela instalação da planta mineradora da Alcoa S.A para extração e beneficiamento de bauxita.

Diferentemente dos estudos citados, esse trabalho tenta compreender como as mudanças estruturais da macropolítica afetam as formas de ação coletiva e a tendência à institucionalização de um determinado movimento social (pela criação e defesa da RESEX Renascer, em Prainha, oeste do Estado do Pará), analisando, paralelamente, os fatores da microcultura política do grupo envolvido nessa iniciativa coletiva.

Acredita-se que por esse método é possível, em alguns casos, apontar situações nas quais o movimento social chegou a influenciar o poder público, obtendo conquistas particulares e impulsionando outras difusas para o tratamento político, institucional e jurídico das populações tradicionais e de Reservas extrativistas da região.

Para avaliar os resultados, o trabalho utiliza metodologia interpretativa ainda não empregada nas demais produções acadêmicas acima citadas: trata-se de metodologia resultante da combinação entre as perspectivas teóricas da escola do processo político (TILLY, 1978, 1984; TARROW, 1994, 1997, 1999) e da teoria da ação social (TOURAINÉ 1989, 1997, 2009).

Com isso, espera-se que esse trabalho poderá contribuir tanto para identificar as diferenças entre movimentos sociais de características similares da região amazônica como para auxiliar a compreender o êxito obtido por movimentos distintos em dadas condições políticas. E, assim, servir de parâmetro comparativo para futuras pesquisas sobre ação coletiva (McADAM; McCARTHY; ZALD, 1999). Adicionalmente, essa pesquisa poderá auxiliar na compreensão dos avanços e retrocessos das próprias conquistas políticas, jurídicas e institucionais dos movimentos sociais extrativistas em contexto das macroestruturas dos

governos federal e estadual do Pará. A escolha teórica e metodológica inspirou-se no discurso dos entrevistados sobre a história da RESEX Renascer e nos atuais objetivos do seu movimento social. A seguir, será contextualizada a realidade local e, ao mesmo tempo, justificado o interesse pelas particularidades da RESEX Renascer, pelo movimento social pela sua criação e defesa.

Em 5 de junho de 2009, foi criada pelo decreto federal nº 0-003 a Reserva extrativista Renascer – RESEX Renascer, que abrange o Município de Prainha, na mesorregião do Baixo Amazonas, na microrregião de Santarém, a oeste do Pará (BRASIL, 2009)<sup>6</sup>. A área da Reserva é habitada por cerca de 600 famílias, ou 3 mil pessoas, distribuídas em 13 comunidades nos rios Guajará, Iri, Tamuataí e Uruará<sup>7</sup> (CARVALHO JÚNIOR; GHIZONI JUNIOR; MELO, 2006; IBAMA, 2006). A reivindicação de uma Reserva extrativista, que abrangeria parte da área rural do Município de Prainha, remonta ao fim dos anos 90 com as lutas para a criação da Reserva “Verde para Sempre” sediada em Porto de Moz, Pará<sup>8</sup>, e decorrente da intensificação ilegal e violenta de exploração madeireira na região (IBAMA, 2006; MOREIRA, 2008; GREENPEACE, 2003; MOREIRA; HEBETTE; LEITÃO, 1999). No início de 2002, consolidou-se a proposta para a RESEX “Verde para Sempre” que pretendia extrapolar o Município de Porto de Moz, abrangendo áreas rurais dos Municípios de Prainha, Uruará, Medicilândia e Vitória do Xingu, perfazendo uma grande Reserva de 2.280.000 hectares (IBAMA, 2001; MOREIRA, 2008).

Durante 21 anos, desde o final da década de 90, diversos atores sociais e instituições de Prainha participaram de iniciativas para a criação da Reserva Extrativista de Porto Moz e mantiveram, assim, contato permanente com várias entidades em reuniões, seminários, audiências e outros eventos. Disso acabaram decorrendo sua qualificação para o tema e o fortalecimento da sua capacidade de mobilização para a criação da RESEX “Verde para Sempre”. Eram essas as entidades: Centro Nacional de Desenvolvimento Sustentável das Populações Tradicionais, do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (CNPT/IBAMA); Conselho Nacional dos Seringueiros (CNS); Ministério do Meio Ambiente (MMA); Comissão Pastoral da Terra (CPT); *Greenpeace* e com outras afins.

---

<sup>6</sup> De acordo com as convenções de divisões administrativas do governo do Estado do Pará e conforme o *Estudo Socioeconômico da área* (IBAMA, 2006).

<sup>7</sup> O acesso a RESEX é feito por via fluvial, a partir de Prainha, mas, também pode ser feito através de estrada clandestina que sai de Santarém e chega ao Rio Uruará. Na RESEX, o transporte é feito, basicamente, por via fluvial ou através de ramais, mas, existem algumas estradas clandestinas (CARVALHO JUNIOR; GHIZONI JUNIOR; MELO, 2006).

<sup>8</sup> A mobilização para a criação da reserva extrativista Verde para Sempre, em Porto de Moz, começou em 1999.

Em razão de manifestações contrárias à criação da RESEX<sup>9</sup> e de conflitos políticos entre os governos federal e estadual – o que será relatado adiante – e para que não fosse totalmente inviabilizada, em 2003, houve considerável redução da área estimada pelo projeto inicial para esse fim e acabaram dele excluídos vários municípios, entre eles, o de Prainha<sup>10</sup>. Para “comemorar” a exclusão de Prainha da “RESEX Verde para Sempre”, o então prefeito, Gandor Haje – que ainda hoje atua politicamente contra a Unidade de Conservação – promoveu o sepultamento simbólico do projeto. Apesar disso, no mesmo ano de 2003, a ideia foi retomada sob a iniciativa do Sindicato dos Trabalhadores Rurais - STR, da Colônia dos Pescadores Z-31 e da Associação de Mulheres do Campo e da Cidade de Prainha. A partir de então, outros grupos decidiram aderir ao projeto que, desde então, foi renomeado de “Renascer” para representar o “renascimento da luta” pela reserva extrativista no município. Segundo participantes do movimento social para criação e gestão da RESEX Renascer – entrevistados nessa pesquisa –, a criação da Reserva era a única alternativa a ser potencialmente reconhecida pelo Estado para a proteção das terras e dos recursos naturais contra aqueles a quem os entrevistados se referem como “nosso inimigo comum”, quais sejam, os madeireiros.

Além de ser influenciado pela reivindicação da RESEX Verde para Sempre, o repertório da ação coletiva do movimento social de Prainha recebeu outras duas grandes influências históricas e ideológicas. A primeira se refere às lutas pela terra e à organização política do Sindicato dos Trabalhadores Rurais da região oeste do Pará (Santarém), no final da década de 70 e início da década de 80 – período marcado pelos protestos contra a ditadura militar e pela redemocratização do País. Nessa época, lideranças populares conseguiram tomar para si o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Santarém e, posteriormente, os demais sindicatos da região, como o de Prainha. Esses sindicatos, antes administrados por representantes de oligarquias locais ligados ao Estado militar, passaram a ser presididos por trabalhadores rurais, eleitos democraticamente (LEROY, 1991). A outra grande influência

---

<sup>9</sup> Segundo Moreira (2008), havia um contramovimento de resistência ao projeto da RESEX “Verde para Sempre” por parte dos moradores que eram profissionalmente dependentes dos madeireiros. Além disso, forças políticas contrárias procuravam divulgar na mídia local, regional e nacional que o projeto da RESEX estava relacionado à invasão da ONG internacional *Greenpeace* na Amazônia.

<sup>10</sup> Em 2004, após graves conflitos entre as comunidades locais e madeireiros, foi instituída a Reserva extrativista Verde para Sempre que, mesmo com área diminuída para 1.300.000 hectares, era a maior do País. (MOREIRA; HÉBETTE 2009).

começou no mesmo período com a criação da CPT, diocese de Santarém – PA<sup>11</sup>, que, desde então, atua na formação política das principais lideranças da região.

A reserva extrativista Renascer situa-se em área habitada por populações que utilizam os recursos de várzeas e de terra firme, mantendo o domínio sobre um território descontínuo e de múltiplos usos (IBAMA, 2006). Essas populações foram identificadas como agroextrativistas<sup>12</sup> e são portadoras de saberes e diversas práticas tradicionais, próprias de “moradores de diferentes escalas econômicas e sociais” (IBAMA, 2006, p. 25-26).

Nessa pesquisa, observou-se que, de fato, as populações que habitam a área da RESEX são tradicionais e ribeirinhas, inclusive, quanto ao tipo de manejo dos recursos naturais e à sua interdependência e ao modo de intervenção cultural no ambiente onde se inserem, elementos que se reproduzem socialmente por gerações<sup>13</sup>. Apesar da prática tradicional de pequena e média criação de gado (bovino e bubalino) e da constante contestação do caráter extrativista por grupos opositores à RESEX Renascer prevalecem entre os ribeirinhos o agroextrativismo, a agricultura familiar, a pesca, a pequena extração de madeira, a caça e a criação de animais.

A partir de 2003, foram reunidos os estudos que analisavam a viabilidade administrativa da RESEX Verde para Sempre e da RESEX Renascer. No caso da Renascer, foi determinante a participação de instituições e aliados influentes, tais como o Conselho Nacional dos Seringueiros (CNS), a CPT, a ONG internacional *Greenpeace* e o Ministério Público Federal (MPF). A essa altura, a população ribeirinha já havia externado sua revolta, por seguida vezes, contra as madeireiras<sup>14</sup> que constantemente autorizavam descidas de balsas

---

<sup>11</sup> Corrente da Igreja Católica que comunga da Teologia da Libertação.

<sup>12</sup> No agroextrativismo combina-se atividades extrativista de produtos da floresta com técnicas de cultivo, criação e beneficiamento, imersa no ambiente social dominado pela cultura singular própria do local.

<sup>13</sup> O caráter tradicional das populações tem diferenças formadas pelos eventos históricos, socioculturais, econômico e ambiental de cada território onde elas se inserem. Apesar de não existir um conceito fechado de população tradicional, destacam-se certas características gerais que podem levar à identificação ou ao reconhecimento delas. Essas características podem ser buscadas na maneira como as populações tradicionais se relacionam com o ambiente onde vivem e em como desenvolveram (por décadas, séculos ou mesmo milênios) e ainda mantêm modos de adaptação a ambientes muito particulares, utilizando tradições, construções simbólicas ancestrais, tecnologia simples, mas, eficiente, e praticando cultura mítico-religiosa igualmente fundamentada no meio em que vivem (DIEGUES; RINALDO, 2001; SIMONIAN, 2003).

<sup>14</sup> Para os moradores, que tradicionalmente ocupam a área da Reserva, a madeira tem um significado ímpar (TORRES, 2007). O recurso, além de ser usado em construções, ferramentas, utensílios e embarcações próprios, é fonte de renda direta para os ribeirinhos. A madeira costuma ser diretamente comercializada pelos ribeirinhos ou então é empregada na construção e venda de embarcações de madeira a partir do saber patrimonial de mestres locais, os quais são reproduzidos de geração a geração.

carregadas com madeira da região, exploradas ilegalmente através do Rio Uruará<sup>15</sup>. Diante da omissão do poder público, os ribeirinhos já haviam, até mesmo, agido diretamente para a expulsão de madeiras da região e para o bloqueio das balsas, arriscando vidas diante dos pistoleiros contratados pelos madeireiros, que agiam livremente na área. Depois da formalização do pedido de criação da RESEX Renascer e de acordo com estudos iniciais, o governo federal, em 2006 (IBAMA, 2006), finalmente, declarou prioritária a conservação ambiental da localidade. Mesmo assim, multiplicavam-se rapidamente as madeiras na região, a maior parte delas pertencentes à Madenorte que, futuramente, passaria a operar ali com os nomes de Tigre, Timber e Jauru, valendo-se das mesmas práticas da matriz, usando o mesmo moinho e as instalações portuárias da Reserva (BALETTI; REGO; SENA, 2010).

De 2000 a 2006, a Secretaria Executiva de Ciência, Tecnologia e Meio Ambiente (SECTAM) do Estado do Pará aprovou cerca de 40 Planos de Manejo madeireiros para a mesma área para a qual havia a solicitação da RESEX Renascer e emitiu dezenas de licenças estaduais, consideradas ilegais pelo IBAMA (TORRES, 2007). Reforçando ainda mais as contradições políticas, em julho de 2006, os órgãos estaduais do Pará, sob a coordenação da SECTAM, iniciaram estudos com a finalidade de criação, no mesmo local, da Floresta Estadual Amazônia (FLOTA) e da Área de Proteção Ambiental (APA) Santa Maria de Prainha. Essas Unidades de Conservação estaduais se estenderiam pelos Municípios de Medicilândia, Prainha e Uruará. Note-se que os objetivos das Unidades propostas pelo governos estadual e federal para a mesma área eram completamente diversos: a RESEX (de competência federal) é uma Unidade de Conservação de proteção ambiental em espaços ocupados por populações tipicamente extrativistas. Já as FLOTA e APA estaduais estão voltadas para um “uso sustentável dos recursos naturais”, possibilitando a exploração de madeira mediante planos de manejo e não impõem qualquer limitação administrativa para proteger os meios de vida e a cultura das populações tradicionais (TORRES, 2007, p.106).

Não por acaso, no ano de 2006, deu-se um dos confrontos mais violentos na região com o enfrentamento direto entre ribeirinhos, madeireiros e Polícia Militar. Intensificou-se, pelos rios, o trânsito clandestino de balsas carregadas com toneladas de madeira explorada ilegalmente e, apesar das inúmeras denúncias e das solicitações de fiscalização feitas por moradores, não houve nenhuma ação repressora pelo poder público no local. Diante disso, os

---

<sup>15</sup>A ilegalidade da exploração ocorre por dois motivos: 1) a madeira é retirada de área fora do Plano de Manejo, ou seja, a madeireira até dispõe de um Plano para certa área, mas, explora outra, situada na RESEX e em proporções muito maiores de forma que sempre mantém um “saldo inexplorado”; e 2) o Plano de Manejo é estadual (SEMA-PA) e a Reserva extrativista é área federal. Portanto, o Plano não tem validade.

moradores tomaram a iniciativa de bloquear as balsas das madeiras e acabaram ateando fogo em uma delas no momento em que a Polícia Militar e os pistoleiros de madeiras chegaram ao local para tomar à força as balsas bloqueadas.

A gravidade do conflito levou o IBAMA e a Polícia Militar a deflagrarem a “Operação Renascer”<sup>16</sup> que resultou na prisão de madeireiros e policiais militares estaduais, mas, também na criminalização de lideranças do movimento social. A operação oficial serviu para que se constatasse o que há muito tempo era denunciado pelos moradores: policiais militares faziam escolta para caminhões e balsas carregando a madeira explorada ilegalmente, atuando como “milícias particulares” (TORRES, 2007, p. 98-104). Por consequência, policiais militares e proprietários de madeiras infratores foram indiciados pelos crimes de corrupção passiva, abuso de autoridade e formação de quadrilha. Esses conflitos, somados à discrepância de projetos dos governos federal e estadual para a região, ensejaram a atuação do MPF, entre 2006 e 2007. A Procuradoria do MPF propôs medida cautelar e ação civil pública contra o governo do Pará e, por decisão judicial, ficou impedida a criação da FLOTA e da APA estaduais sobrepostas à área da RESEX. Além disso, a Justiça vedava novos planos de manejo madeireiro e projetos fundiários para a região e determinava a proteção das comunidades da área. Essa sentença facilitou a emissão do Decreto da RESEX Renascer, em meados de 2009. No entanto, isso não foi o bastante para que cessassem os conflitos de interesses na região.

A área da RESEX Renascer abriga floresta tropical heterogênea com uma tal diversidade de recursos naturais que atrai interesses exploratórios de toda ordem. A começar pelas ambicionadas e cada vez mais raras espécies de madeiras de lei – mogno, cedro, algelim, pau-rosa. É considerada também uma área extremamente rica em outros recursos naturais – inclusive, minerais –, o que atrai o interesse de exploradores de minério (bauxita e alumínio)<sup>17</sup>. Não bastassem esses impactos, a Reserva é considerada área de influência da rodovia BR-163 (Cuiabá-Santarém) e está inserida na região da rota de expansão do plantio de soja e da atividade pecuária extensiva (ARAÚJO, et. al., 2010).

Apesar de o governo federal ter declarado prioritária a conservação da área, havia, pelo governo estadual do Pará, evidente interesse em explorar os recursos da mesma região.

---

<sup>16</sup> Os mandados de prisão e busca e apreensão foram expedidos pela Vara Única da Justiça Federal, em Santarém.

<sup>17</sup> Existiam autorizações para pesquisa de alumínio e bauxita na área para empresas pelo prazo de 2 a 3 anos. Vide e-mail do Secretário Executivo do MME, fl. 921; e Ofício 321/2006, de 07/03/2006, do DPMN ao Juiz da Comarca de Prainha, ambos constantes no processo administrativo de criação da Reserva.

Em uma tentativa, no mínimo desastrosa, de conciliar objetivos tão díspares, a lei que instituiu a RESEX Renascer, excluiu dela, em 2009, uma extensa área preservada de floresta primária onde estão as nascentes dos principais rios da região. Com isso, reduziu-se, drasticamente, o território acordado em consulta pública a ser destinado à reserva: de 414.274 ha para 211.741 ha, praticamente a metade do previsto e reivindicado. Estranhamente, também foi excluída da RESEX extensa área da fazenda de propriedade da família Alvarenga, situada na porção meridional da RESEX – exatamente no centro da Unidade de Conservação. Mas, ao invés de ser desapropriada e indenizada, tal como as demais, essa fazenda central ficou fora dos limites estabelecidos para a Unidade de Conservação, o que gerou situação atípica perante os ditames legais, a comunidade e a administração pública<sup>18</sup>.

Logo depois dessas decisões judiciais, e com a assinatura do Decreto presidencial, voltaram a se agravar os conflitos e a exploração ilegal de madeira no interior da Unidade. Consequentemente, também se acentuaram a violência e a intimidação a moradores da Renascer, seja por parte de outros moradores ligados à atividade madeireira, ou ainda mais diretamente por representantes de madeireiros, oligarquias políticas, jagunços e, até mesmo, pela Polícia Militar.

Daí por diante, já não surtiam efeito as inúmeras denúncias das comunidades locais ao poder público e ao Judiciário. Por isso, os integrantes do movimento social passaram a agir por conta e risco próprios, recorrendo a estratégias que pudessem dar visibilidade pública aos conflitos e que, ao mesmo tempo, pudessem barrar as ilegalidades.

Ao longo da tentativa de criação da RESEX Renascer, novas formas de mobilização, de alianças políticas e estratégias de ação dos moradores da área foram se configurando, notando-se, a partir de então, uma tendência de *institucionalização*<sup>19</sup> e de inovação mobilizatória. Em dezembro de 2011, a RESEX estava muito perto de ter, efetivamente, constituído seu Conselho Deliberativo e elaborada a gestão participativa do seu plano de manejo<sup>20</sup>. Essa fase acabou por provocar também novos campos de disputa e acarreta intensas

---

<sup>18</sup>A SEMA prevê para a porção meridional excluída da delimitação da RESEX a criação de uma floresta estadual, categoria de UC, cujo propósito é incluir concessão florestal em média e larga escala.

<sup>19</sup> Segundo Torres (2004), ao estruturar políticas públicas, o Estado tende a incentivar a institucionalização dos atores sociais que são público-alvo dessas políticas, gerando a proliferação de tecidos institucionais territoriais nos quais os indivíduos exercem função de gerador e receptor de políticas que seguem padrões específicos de comportamento.

<sup>20</sup> Segundo a Instrução Normativa ICMBio nº 01/2007, o Plano de Manejo é “documento que representa o principal instrumento de gestão da Unidade de Conservação, definindo sua estrutura física e de administração, o zoneamento, as normas de uso da área e de manejo dos recursos naturais e os programas de sustentabilidade ambiental e socioeconômica, elaborado com a população tradicional da Unidade” (art. 2º, inciso I)

mudanças nas parcerias e nas relações entre partícipes da Reserva e instituições como, por exemplo, sindicatos, o CNS, a CPT, o *Greenpeace*, a associação Terra de Direitos / Sociedade Paraense de Defesa de Direitos Humanos e outros. Algumas parcerias permanecem, outras se desfazem e outras ainda tentam se manter.

Hoje, com a proximidade das eleições municipais, consolidou-se outro movimento, contrário à RESEX e que almeja a anulação ou a diminuição de áreas limítrofes e, mais precisamente, a desmoralização de lideranças locais, taxadas publicamente de “bandidas”. Esse movimento tem o contorno típico de oligarquias políticas. É coordenado pela atual Presidente da Câmara dos Vereadores de Prainha apoiada pela família Hage – que comandou a Prefeitura por 40 anos e agora volta a disputar as eleições –, por deputados estaduais e por líderes comunitários. Esses, principalmente, representantes das regiões da Reserva onde antes se situavam as madeiras e de áreas de entorno. São eles que, ironicamente, denunciam as condições humilhantes e impositivas pelas quais a Reserva teria se formado. São eles também que protestam com veemência contra a suposta impossibilidade de atividades produtivas no local e negam o argumento de que os moradores vivam do extrativismo. O propósito da retórica é claro: a anulação jurídica ou a restrição de áreas limítrofes da Unidade de conservação. No cenário municipal, destaca-se ainda a conduta do atual prefeito de Prainha, da aliança PMDB-PT, que tenta ser “conciliatório” em relação aos interesses da comunidade local e dos madeireiros. Outro fator de realce na gestão atual é a cooptação de antigas lideranças comunitárias, chamadas a exercer cargos de confiança na administração pública.

Como se vê, o movimento social ora estudado caminha, basicamente, em duas direções: *a)* a primeira voltada à gestão da área e à institucionalização de suas demandas com o desafio de defender a prevalência de interesse pactuados pelos próprios moradores da RESEX; e/ou *(b)* a segunda direção é a que retorna à defesa do reconhecimento jurídico e político das áreas da RESEX e dos recursos naturais de uso dos seus moradores contra antigos interesses de atores e instituições e contrários à Reserva extrativista. As notícias do conflito violento entre os madeireiros e as populações despertaram o interesse desse estudo aliadas às apreensões de madeira no local e às formas de resistência e desobediência civil adotadas pelas comunidades da região para a autotutela. Tais formas de resistência do movimento social levaram à criação da RESEX e à mais representativa apreensão de madeira do País, o que deu visibilidade às demandas dos moradores da Reserva. Por outro lado, verificou-se o vigoroso surgimento do contramovimento com a ampliação momentânea de conflitos entre moradores

da RESEX e os de vilas do seu entorno, das intimidações, da criminalização de lideranças comunitárias e dos atentados contra a vida delas e de seus parentes.

Em 2011, ganhou repercussão mundial o aumento disparado de casos de assassinato de lideranças agrárias na Amazônia, sobretudo, no Estado do Pará. Concomitante a isso, no decorrer de 2011, ocorreu o fenômeno que muitos ambientalistas vêm denominando “revezes da legislação ambiental” (O GLOBO, 2011). Com isso, ganhou ainda maior interesse a análise do *ciclo de protestos* e da *estrutura de oportunidades políticas* para atuação dos movimentos sociais amazônicos ligados à terra e à floresta<sup>21</sup>.

É possível auferir alguma ligação entre eventos sociopolíticos locais e diretrizes políticas estaduais e nacionais? Quais as possíveis ligações entre as estratégias dos movimentos sociais e as respostas políticas que eles obtêm? Os movimentos sociais reivindicam leis ou nascem a partir delas? Seriamos movimentos sociais os vetores de pressão contra o Estado para que ele promova reformas institucionais eficientes para adequar a lei às demandas sociais? Qual a relação entre a adoção de estratégias violentas por parte dos movimentos sociais e a conduta repressiva ou incriminadora do Estado?

Vê-se que são inúmeras as variáveis, e esse estudo não esgota nem responde esses questionamentos. No entanto, ao pretender relacionar as particularidades da história e da cultura do movimento social de Prainha ao contexto sociopolítico estadual e federal, o trabalho pretende contribuir com outros estudos comparativos entre ações coletivas na região oeste da Amazônia oriental, conectando o tema a análises de ciclos e revoluções, identidades coletivas e política institucional.

## 2.1 PROBLEMATIZAÇÃO, QUESTÕES DA PESQUISA E HIPÓTESES

Atualmente, parece existirem questões políticas, jurídicas e institucionais aparentemente divergentes ou contraditórias nos âmbitos federal e estadual. Por sua vez, o movimento social estudado, ao invés de se institucionalizar plenamente, focando-se tão somente na gestão da RESEX e de suas conquistas, ainda mantém parte de seus integrantes concentrados nas denúncias, nos protestos e pleitos.

---

<sup>21</sup> Essa violência também é sentida pelos integrantes do movimento para criação e defesa da RESEX Renascer. Mais de uma dezena de lideranças do movimento consta da lista de pessoas ameaçadas no Estado do Pará que, segundo a Comissão Pastoral da Terra, chega a 1885 nomes.

Apesar de a Reserva extrativista ter sido reconhecida política, legal e institucionalmente e de avançar atualmente, na discussão do modelo de gestão que pretende adotar<sup>22</sup>, esse movimento volta a enfrentar ameaças e constantes investidas contra suas conquistas. Tais ameaças partem de opositores locais - principalmente, de alguns grupos do Município de Prainha - ou, ainda de projetos desenvolvimentistas dos próprios governos estadual e federal. Diante disso, constituem-se como problemas da pesquisa essas duas questões:

1) A conquista da RESEX Renascer seria resultado cumulativo e histórico das estratégias de mobilização, coalizão política e dos repertórios das lideranças locais ou das comunidades tradicionais dessa região amazônica?

2) Ou essa conquista teria razões mais perenes, que podem ser associadas às transformações institucionais, históricas e estruturais ocorridas no interior do Estado e dos padrões de relação entre o Estado e a sociedade civil?

Complementar a essas questões da pesquisa, pretende-se também responder:

a) Em que medida os fatores macropolíticos (contextos político e institucional nacional) e os micropolíticos (históricos e culturais locais) aportam contribuição ou influência às *estratégias de ação*, ao *repertório* e à *institucionalização* do movimento social pela criação e pela defesa da RESEX Renascer?

b) De que forma as estratégias de ação do movimento social ora estudado tem pautado o contexto político institucional (estadual e federal) nos episódios mais emblemáticos das duas últimas décadas de sua atuação?

c) Como o movimento social pela criação e pela defesa da RESEX Renascer vem criando oportunidades de promover reivindicações ao poder público e como vem articulando ou desfazendo parcerias ao longo do tempo?

Diante do contexto já apresentado, e de acordo com a metodologia a ser detalhada adiante, esse trabalho parte das seguintes **hipóteses**:

**1ª) Hipótese:** a conquista pelo movimento social para criação e defesa da RESEX Renascer seria uma combinação dinâmica entre fatores macroestruturais (legais, políticos e institucionais) e de fatores microestruturais, com influências históricas, repertório, estratégias

---

<sup>22</sup>A situação descrita corresponde ao período que se estendeu até setembro de 2011, época da última pesquisa de campo.

próprias e idiossincrasias que decorrem de escolhas divergentes, de necessidades, da cultura política e de características identitárias das comunidades que ele representa.

**2ª Hipótese:** as estratégias de ação do movimento social para criação e defesa da RESEX Renascer foram influenciadas e influenciaram, em menor proporção, a estrutura de oportunidades políticas do cenário federal e o ciclo de protestos de movimentos similares, entre 2000 e 2011.

**3ª Hipótese:** a institucionalização do movimento social e a transição de uma primeira fase inicial de protestos, denúncia e reivindicação para o atual estágio de gestão também podem ser explicados pela mesma estrutura de oportunidades políticas.

Em outras palavras, as hipóteses decorrem da crença de que fatores macrossociológicos – como a normatização da vida política nacional – vinculados à consolidação e à institucionalização de direitos das comunidades tradicionais contribuíram para incorporar à agenda política nacional esse formato institucional para a RESEX Renascer, para seu movimento social e seus conflitos correlatos. Ao mesmo tempo, e talvez com igual peso, assumem preponderância as questões históricas e cumulativas de mobilização na região oeste do Pará em torno das mesmas causas e identidades, inclusive com práticas sociais, cultura política e ações estratégicas comuns aos movimentos sociais da região.

## 2.2 OBJETIVOS

O objetivo geral do estudo será o de pesquisar, em um ciclo histórico, as *estratégias de ação*, o *repertório* de ação coletiva e o processo de institucionalização do movimento social pela criação e gestão da RESEX Renascer e suas demandas, relacionando-o às principais *estruturas de oportunidades políticas* e disposições conjunturais ou macrossociais.

Os objetivos específicos são:

- a) Analisar a historicidade, a natureza dos conflitos na área da RESEX desde o final da década de 90 até 2011 com o atual estágio de discussão da gestão da Unidade de Conservação;
- b) Levantar e analisar as estratégias de ação e o processo de institucionalização das demandas e do próprio movimento social para criação e defesa da RESEX Renascer;
- c) Levantar e analisar os condicionantes político-institucionais do contexto do movimento social; e

d) Promover estudo comparativo entre a estrutura de oportunidades políticas e as estratégias de ação desenvolvidas pelo movimento social e institucionalização do próprio movimento e de suas demandas.

### 2.3 MÉTODO

Para essa pesquisa, foi feito o estudo exploratório descritivo das estratégias de ação e dos mecanismos de institucionalização do movimento social para criação e defesa da RESEX Renascer, em Prainha - PA. Isso ocorreu por meio das etapas a seguir descritas:

a) contato inicial da pesquisadora com informantes-chave sobre a situação local e viagem de pesquisa exploratória;

Isso possibilitou o registro de relatos informais do perito do MPF, de pesquisadores, das lideranças, de representantes do poder público e outros, obtendo-se novos contatos e informações que contribuíssem para o aprofundamento sobre a história do movimento;

b) aplicação de entrevistas narrativas abertas, entrevistas episódicas e entrevistas semiestruturadas, conforme o Anexo A.

A pesquisa exploratória e as entrevistas narrativas episódicas, de 10 a 21 de junho de 2011, tinham como objetivo secundário o registro de audiência pública realizada pelo contramovimento que visa anular juridicamente a RESEX. Na outra viagem, de 20 a 2 de setembro, foram realizadas entrevistas semiestruturadas, algumas entrevistas narrativas episódicas complementares e houve a participação e o registro da pesquisadora em reunião da GUATAMURU e MDR com moradores do Rio Guajará;

c) pesquisa de documentos;

A análise documental de processos judiciais e administrativos, ofícios, vídeos, notícias e de outros registros de eventos passados possibilitou a reconstituição histórica dos litígios, das demandas e estratégias de ação, subsidiando a pesquisa acerca da institucionalização e das mudanças do repertório do movimento social ao longo do período pesquisado (1999-2011).

**Quadro 1-** Relação dos documentos pesquisados

<b>Documento</b>	<b>Data</b>	<b>Conteúdo</b>
Processo administrativo, autos nº 02048.000978/2003-10, para a criação da RESEX Renascer - IBAMA - Santarém/PA	2003 a 2009	Contém o histórico da criação da RESEX e dos seminários de discussão da proposta, decreto, mapas, atas de audiências públicas e reuniões, ofícios, laudos, pareceres, abaixo-assinados relatórios técnicos e estudos administrativos de viabilidade ambiental, além de manifestações e reivindicações das populações e diversos grupos de interesse local
Relatório técnico de viagem CNPT/IBAMA nº 061/2001 - Atividades Preliminares da Reserva Extrativista “Verde para Sempre” – Porto de Moz.	26/09/2001 a 10/10/2001	Trata do início da proposta de elaboração da RESEX “Verde para Sempre”, que, na época, ainda englobava o município de Prainha e parte dos antigos integrantes do movimento social ora estudado
Levantamento socioeconômico da área proposta para a criação da RESEX e respectivo Laudo de Vistoria Técnica CNPT IBAMA		Apresenta a identificação física da área proposta; reconhecimento da área; características socioeconômicas das populações e famílias que habitam as áreas; identificação de lideranças e moradores mais antigos; histórico de ocupação da região, aspectos geográficos, sociais, produtivos, econômicos e ambientais, etc.
<b>Documento</b>	<b>Data</b>	<b>Conteúdo</b>
Laudo Biológico – Proposta de Criação da Reserva Extrativista Renascer	Nov/2006	Contém informações ambientais e caracterização a área, seus recursos naturais e dinâmicas biológicas (fauna e flora), impactos e potenciais econômicos
Laudos, vídeos, relatos e fotografias registrados por perito da medida cautelar, autos 2006.39.03.003102-0	2006	Registra as situações de conflito e ilegalidades no tocante à exploração de madeiras
Decisão liminar de nº 593/2007, expedida no mandado de segurança individual, autos nº 2007.34.00.042942-6. Impetrante: Município de Prainha; Impetrado: IBAMA, Juízo: 9ª Vara da Seção Judiciária do Distrito Federal	11/12/2007	Apresenta razões da impetrante, Prefeitura de Prainha, para requerer liminar para cancelar a audiência pública que seria realizada para discutir com as comunidades locais a possibilidade e eventual viabilidade de criação da RESEX Renascer. Decisão do Juiz compreendendo que a Prefeitura não foi intimada da audiência e não foi ouvida previamente sobre a RESEX.
Decisão em Agravo de Instrumento, autos nº 2007.01.00.058117-6/DF, do Tribunal Regional Federal da 1ª Região. Agravantes: IBAMA e ICMBio. Embargada: Prefeitura de Prainha. Desembargadora Selene Maria de Almeida	2007	Exposição do motivo pela qual foi deferida a antecipação de tutela para suspender a decisão de 1ª instância (juízo federal) permitindo a realização da audiência pública, em virtude de comprovação de que a Prefeitura de Prainha foi convidada aos debates e audiência, não havendo irregularidades a ser sanadas pelos órgãos ambientais.
Abaixo-assinados e Ofícios contrários e outros favoráveis à RESEX, com solicitação de exclusão de comunidades da área	2003 a 2010	Apresenta as razões de atores favoráveis e contrários à RESEX e o conteúdo de requisições feitas ao Poder Público federal

Informação nº 527/SPA do INTERPA, autos nº 2007.77731 de processo administrativo	24/08/2007	Informa sobre a estrutura fundiária da área da RESEX e afirma que a localidade está compreendida em “zona de consolidação e expansão de atividades produtivas” do estado do Pará, sendo ainda parte das unidades de conservação de uso sustentável (APA e FLOTA) propostas pelo governo do estado.
Ofício 1.001/07 GG – Manifestação do governo do estado do Pará (Ana Júlia Carepa)	23/11/2007	Manifestação favorável à RESEX Renascer, com a ressalva de que, diante da necessidade de “atender a política de ordenamento territorial, impõe-se a necessidade de criação de um mosaico onde parte da referida unidade seja Reserva Extrativista”.
Documento	Data	Conteúdo
Ofício 321/2006 – DPMN à Juízo da Comarca de Prainha	07/03/2006	Informa haver autorização de pesquisa de alumínio na área da RESEX, pelo prazo de 3 anos.
Relatório do Conselho Popular da Região do Uruará e nota pública do CNS	07/01/2010	Reivindicações feitas pelos acampados entre os rios Uruará e Tamuataí, narra a situação do tiroteio promovido pelos madeireiros e denuncia ilegalidades e omissão por parte do poder público
Mapas da área da RESEX	2011	Expõe localização geopolítica da área, mapa das comunidades, do município de Prainha e municípios do entorno
Notícias de jornais nacionais e do Estado e jornais locais	1999 a 2011	Contribui para a identificação de atores sociais, compreensão dos conflitos e natureza das ações estratégicas; apresenta declarações oficiais do poder público e redes de proteção constituídas, bem como denúncias de ilegalidades do caso
Estimativa da população tradicional da Reserva e Extrativista	2006 a 2011	Comparativo do número de populações ribeirinhas

Fonte: Elaboração da autora

Ao mesmo tempo, esse exame contribuiu para a análise de posicionamento do movimento social, dos governos federal, estadual e municipal e de outros grupos de poder local nas últimas duas décadas, possibilitando reconstituir a dinâmica das relações políticas e sociais em seus diversos contextos e no curso histórico da relação.

d) fase de aprofundamento da pesquisa documental e das entrevistas semiestruturadas sobre o movimento social para criação e defesa da RESEX Renascer, como consta no roteiro de entrevistas, Anexo A.

Nessa fase, foram pesquisados dados, como: data de criação ou eventual encerramento; objetivos; motivações; número de integrantes; forma de constituição jurídica; âmbito de atuação; parcerias; práticas dos dirigentes; propostas e articulações institucionais.

e) investigação empírica do contexto do conflito local e inserção da pesquisadora nas comunidades residentes da RESEX e de seu entorno.

Nessa ocasião, a pesquisadora acompanhou e registrou duas reuniões públicas, quais sejam: *a*) a audiência pública, em 11.06.2011, por agentes contrários à Reserva, para discutir a “sustentabilidade da RESEX Renascer” (observação participante focalizada); e *b*) o encontro entre os dias 25 a 27 de agosto sob a coordenação da GUATAMURU na comunidade de Mato Grosso (Rio Guajará) para a socialização de informes, para o esclarecimento de dúvidas e para a discussão de estratégias de gestão da Unidade de Conservação (observação participante).

Além da gravação e da transcrição das reuniões, nessas ocasiões, aproveitou-se para realizar entrevistas narrativas episódicas e semiestruturadas com representantes de órgãos públicos, sindicatos, vereadores, lideranças políticas e comunitárias e com os parceiros mais influentes do movimento social.

Em toda a pesquisa, foram cadastrados e entrevistados os representantes das seguintes instituições:

**Quadro 2** – Relação das instituições entrevistadas

<b>INSTITUIÇÃO</b>
<b>Âmbito local / municipal</b>
<b>Sociedade civil local</b>
Movimento em Defesa da Renascer – MDR
Associação da Reserva Extrativista Renascer – GUATAMURU
Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Prainha – STTR
Colônia de Pescadores de Prainha
Associação de Mulheres do Campo e da Cidade de Prainha
Conselho Popular da Região do Uruará
Antigas lideranças locais
<b>Poder Público Local*</b>
* optou-se por não realizar entrevistas com os seguintes órgãos municipais, mas por acompanharmos o posicionamento de seus representantes na audiência pública de 11.06.2011, que tratava da sustentabilidade da RESEX e visava extingui-la ou restringir seus limites. *Prefeitura Municipal de Prainha *Secretaria Municipal de Meio Ambiente *Câmara Legislativa Municipal
Instituto Paraense de Assistência Técnica e Extensão Rural – EMATER (representação em Prainha)
<b>Âmbito Regional</b>
<b>Instituições Regionais</b>
Comissão Pastoral da Terra – Diocese Santarém – CPT Santarém
<b>Âmbito estadual</b>
<b>Sociedade Civil estadual</b>
Terra de Direitos – Organização de Direitos Humanos
<b>Órgãos Governamentais</b>
Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA
<b>Âmbito federal</b>
<b>Órgãos públicos federais</b>
Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade – ICMBio (sede administrativa em Santarém)
Ministério Público Federal – Procurador e Perito da Justiça Federal

Fonte: Elaboração da autora

**Quadro 3** – Pessoas entrevistadas, critério de escolha, tempo e local das entrevistas

<b>ENTREVISTADO</b> (nome fictício e função ou atuação)	<b>CRITÉRIO DE ESCOLHA</b>	<b>TEMPO</b>	<b>DATA / HORA</b>	<b>LUGAR</b>
Marta, participante do MDR e integrante da Pastoral da Criança	Fundadora do Conselho Popular da Região de Uruará e do MDR, é líder das lutas contra as madeiras ilegais e a favor da RESEX	42min	21/08/11-8h30	Santa Maria de Uruará, vila do entorno da RESEX
Ana, líder do MDR	Fundadora do Conselho Popular da Região do Uruará e do MDR, considerada a líder de maior carisma e legitimidade junto ao movimento social, figura mais ameaçada e criminalizada	40min 2h46 1h20	11/06/11 19h50 12/06/11 15h 21/08/11 9:40h	Santa Maria do Uruará, vila do entorno da RESEX Comunidade Santo Antônio - RESEX
Carlos, participante do MDR	Antigo líder da Comunidade Santa Cruz (rio Uruará), integrante do MDR. Foi um dos baleados por madeiros durante o acampamento	39min	13/06/11 14h	Comunidade Santo Antônio - RESEX
André, participante do MDR	Liderança comunitária da região do rio Tamuaatá, desde a década de 80	52min	12/06/11 13:30h	Comunidade Santo Antônio – RESEX
Mauro, participante do MDR	Liderança comunitária da Santíssima Trindade, desde o final da década de 70	5min 14min	25/08/11 13h 26/08/11- 20h	Trilha, a caminho da comunidade de Mato Grosso - RESEX; e Comunidade Santo Antônio – RESEX
Daniel, eleito um dos coordenadores da GUATAMURU	Antigo representante do MDR, liderança respeitada e atuante na região do Tamuaatá. Criminalizado por suas lutas	15min	13/06/11 16h40	Comunidade Santo Antônio - RESEX
Juliana, secretária e delegada eleita da GUATAMURU	Filha de antiga liderança sindical, membro da Comunidade da Santíssima Trindade, Secretária da GUATAMURU	23min	12/06/11 11h	Comunidade Santíssima Trindade - RESEX
João, antigo líder de movimento social e ex-presidente da Câmara dos Vereadores	Líder e precursor das lutas pela terra, pela defesa dos trabalhadores rurais e pela RESEX. Antigo presidente do STR e antigo vereador, atualmente integrante do PT	1h42	24/08/11 16:30h	Prainha
Cláudio, atual presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Prainha	Antigo líder comunitário e atual presidente do STR, vinculado ao PT	35min	24/08/11 15:30h	Prainha
Carla, ex-presidente da Associação de Mulheres do Campo e da Cidade de Prainha e atual secretária de educação do município	Líder precursora da luta pela RESEX, atualmente afastada da Associação e atuante na prefeitura municipal, administrada pelo PT	27min	24/08/11 18h	Prainha
Fábio, coordenador do INCRA	Antigo responsável pela regularização fundiária e projetos agrários federais na região	1h38		Santarém
Leandro, representante da EMATER no município	Conhecedor dos projetos agrários do estado para a região	25min	24/08/11 19h30	Prainha
Ivo, procurador	Atua em processos e denúncias que	18min	01/09/11 15h	Sede do MPF -

federal do MPF	dizem respeito à RESEX, tanto por parte dos integrantes do movimento social favoráveis à UC quanto do seu contramovimento.			Santarém
Manoel, advogado da Terra de Direitos	Assistente jurídico, presta auxílio gratuito à CPT e ao movimento social	41min	23/08/11 15h	Santarém
Miguel, coordenador da Comissão Pastoral da Terra – Santarém	Considerado o maior parceiro do movimento social, acompanha as ações coletivas desde 1999.	55min	09/06/11 14h40	Santarém
Lucas, coordenador da Comissão Pastoral da Pesca – Santarém	Juntamente com Miguel, atua pela CPT, voltado às questões da pesca.	32min	09/06/11 16h	Santarém
Gustavo, vereador do PT, ex-presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais	Atuou como líder do movimento social e atualmente é o maior representante na Assembleia Legislativa a favor da RESEX	49min	10/06/11 11h	Prainha
Jorge, presidente da Colônia dos Pescadores de Prainha – Z31	Presidente reeleito há anos, com atuação precursora na luta pela da RESEX	38min 39min	10/06/2011 9h30 24/08/11 10h	Prainha
Eduardo, antigo perito do Ministério Público Federal	Acompanhou, vivenciou e registrou situações de conflito e violência entre madeireiros, polícia militar e comunitários	2h20	04/10/2010 13h30	São Paulo
Roberto, funcionário público do ICMBio	Designado provisoriamente como o responsável pela RESEX Renascer	1h13	09/06/11 9h30	Santarém
Jaime, antigo funcionário público do IBAMA e atualmente do ICMBio	Participante do processo de criação da RESEX	10min 43min	09/06/11 11h15 31/08/11 10h40	Santarém
Cleber, da comunidade Espírito Santo, um dos coordenadores da GUATAMURU	Um dos mais atuantes coordenadores	22min	13/06/11 17h	Comunidade Espírito Santo – RESEX

Fonte: Elaboração da autora

f) mapeamento dos principais fatores macroestruturais que compõem o quadro das *estrutura de oportunidades políticas*, entre 1999 e 2011, denominado “1º foco analítico – da Estrutura de oportunidades políticas”.

Esse “1º foco analítico” parte das influências macropolíticas para responder: qual o contexto político institucional adequado para o movimento social para criação e defesa da RESEX Renascer?

O objetivo desse foco é o de especificar as variáveis políticas, institucionais e jurídicas em âmbitos nacional e estadual, apontando como cada uma pode ser relacionada, ao longo do tempo, às estratégias e ao repertório de ação coletiva e à institucionalização do movimento social.

As variáveis políticas, institucionais e jurídicas desse “1º foco analítico” foram subdivididas em ciclos eleitorais, nos quais se tenta averiguar o acesso ao poder, a mudança nos alinhamentos governamentais, a disponibilidade de aliados influentes e divisão/ cisão internas das elites (TARROW, 1997, p. 50-51). Confirmam-se as variáveis:

**Quadro 4**–Variáveis do 1º Foco Analítico – Da Estrutura de Oportunidades Políticas

<b>1º FOCO ANALÍTICO – DA ESTRUTURA DE OPORTUNIDADES POLÍTICAS (1999 a 2011)</b>		
<b>Dimensão Analítica</b>	<b>Objeto de Análise/Variáveis</b>	<b>Fonte de Informação</b>
Abertura política	1) Alternância de poderes nos governos federal e estadual; 2) Mudanças nas orientações políticas e econômicas para a região; 3) Evolução da legislação atinente às populações tradicionais, gestão florestal e unidades de conservação (de interesse ao caso); 4) Criação ou manutenção de políticas emancipatórias para as populações tradicionais; 5) Violência na aplicação do poder de polícia e forma de realização do controle civil; 6) Criação de instituições / órgãos públicos voltados à defesa de populações tradicionais e gestão de unidades de conservação.	Internet (página do Planalto), discurso dos entrevistados, notícias e denúncias veiculadas na grande mídia, pronunciamentos oficiais de órgãos públicos (ICMBio, IBAMA, INCRA, SEMA).
Avanços jurídicos/ judiciais	7) Aprovação de legislações relacionadas aos temas “RESEX” e “defesa e reconhecimento das populações tradicionais”; 8) Decisões judiciais para a proteção da RESEX Renascer e suas populações.	Processo administrativo com cópia de decisões da Justiça Federal e Tribunal Regional Federal

Fonte: Elaboração da autora

g) Mapeamento dos fatores que compõem o “2º foco analítico – estratégias de ação e mecanismos de institucionalização” que se referem aos principais fatores microestruturais do movimento social para criação e defesa da RESEX Renascer, entre 1999 e 2011.

Esse “2º foco analítico” parte do contexto micro e indaga: de que maneira o movimento social para criação e defesa da RESEX Renascer se adaptou ao contexto macro político e institucional e como pode tê-lo influenciado com suas demandas?

O objetivo desse foco é o de elencar, ao longo do tempo, o reflexo das estratégias de ação e do repertório do movimento social diante do poder público (União e Estado). Para tanto, foram utilizadas as seguintes variáveis:

**Quadro 5** – Variáveis do 2º foco analítico – estratégias de ação e processos de institucionalização

<b>2º FOCO ANALÍTICO – DAS ESTRATÉGIAS DE AÇÃO E PROCESSOS DE INSTITUCIONALIZAÇÃO (1999 a 2011)</b>		
<b>Dimensão Analítica</b>	<b>Objeto de Análise/Variáveis</b>	<b>Fonte de Informação</b>
Organização interna	1) Ampliação do nº de comunidades representadas;	Discurso dos entrevistados, documentos da CPT e Terra de Direitos, documentos constantes do processo administrativo.
Ciclo de protestos	2) Protestos compreendidos como desobediência civil; 3) Natureza das demandas ou reivindicações; 4) Possibilidade de negociação com os poderes públicos e constância do diálogo;	Discurso dos entrevistados, notícias e denúncias veiculadas na grande mídia, declarações de representantes e documentos órgãos públicos (ICMBio, IBAMA, INCRA, SEMA), vídeos e outros documentos periciais e jurídicos.
Aspectos jurídicos	5) Reconhecimento jurídico da RESEX Renascer e demandas jurídicas afins do seu movimento social; 6) Criação de conselhos e outros canais de comunicação com o Estado	Processos administrativos, vídeos e outros documentos periciais e jurídicos, requisições e manifestações jurídicas do movimento social, cópia de decisões judiciais, discurso dos entrevistados e documentos de órgãos públicos (ICMBio, IBAMA, INCRA, SEMA).
Processo de institucionalização do movimento	7) Forma de tomada de decisão e divisão de tarefas; 8) Fonte de recursos; 9) Membros que passaram a atuar no Poder Executivo ou Legislativo	Discurso dos entrevistados e notícias veiculadas na grande mídia
Atendimento de demandas pelo poder público	10) Principais demandas atendidas pelo Poder Público	Processos administrativos, vídeos e outros documentos periciais e jurídicos, documentos das instituições que compõe o movimento social, sindicatos, bem como da Terra de Direitos e CPT; notícias veiculadas na grande mídia, discurso dos entrevistados e documentos de órgãos públicos (ICMBio, IBAMA, INCRA, SEMA).
Articulação externa	11) Número de parceiros influentes (entidades, associações e agentes políticos de influência direta); 12) Episódios de resistência mais representativos por parte dos opositores ao movimento social	Discurso dos entrevistados, notícias veiculadas na grande mídia e processo administrativo  Discurso dos entrevistados, notícias e denúncias veiculadas na grande mídia, vídeos

Fonte: Elaboração da autora

### 2.3.1 Embasamento teórico para os focos analíticos

Para pesquisa e compreensão teórica dos movimentos sociais brasileiros, Alonso e Costa (2000) propõem metodologia que combina abordagens políticas, históricas e condicionamentos estruturais às dinâmicas dos conflitos ambientais, considerando *insights* das abordagens culturalistas, sobretudo, do construcionismo, que enfoca a dimensão cognitiva dos problemas ambientais<sup>23</sup>.

Com base nessa metodologia (ALONSO; COSTA, 2000), mas, adaptando-a aos objetivos da pesquisa, esse trabalho combina as seguintes teorias: a) o modelo de análise da política contenciosa (TARROW, 1994, 1997, 1999; TILLY, 1978, 1984) – da assim chamada escola do processo político; b) Teoria da Ação Social, de Alain Touraine (1989, 1997, 2009; abordagem culturalista); e c) o enfoque mais amplo da Teoria dos Novos Movimentos Sociais, especialmente dos autores que tratam dos novos movimentos sociais na Amazônia e que enfatizam a cultura e a identidade dos atores coletivos da região (ALMEIDA, 2005, 2006, 2008; CASTRO, E., 1997, 2010; LEROY, 1991, 2003; ACEVEDO MARIN; ALMEIDA, 2006; MOREIRA; HEBETTE; LEITÃO, 1999; MOREIRA, 2008; TORRES, 2007).

No caso da primeira Teoria, a saber, a análise política contenciosa, utilizou-se uma abordagem histórica como sugerido por Charles Tilly e baseada nas categorias *ciclo de protestos* e *estrutura de oportunidades políticas*, desenvolvidas por Sidney Tarrow. Essa combinação de categorias contribui para a compreensão dos contextos políticos de atuação do movimento social ao longo das duas décadas estudadas para que sejam, posteriormente, articulados aos parâmetros micro e macro. Para tanto, foram empregadas as seguintes categorias teóricas: *estrutura de oportunidades políticas*, *ciclo de protestos*, *marcos referenciais* e *repertório* (TARROW, 1994, 1997, 1999).

Por meio do conceito de *estrutura de oportunidades políticas* se pretende investigar e descrever mudanças no ambiente político que dilatam ou restringem as opções de ação disponíveis para os agentes. Tais mudanças passam por constrangimentos estruturais, alterações entre as relações entre Estado e sociedade, mudanças do padrão político-institucional nas conjunturas de políticas interna e externa (ALONSO; COSTA, 2000).

---

<sup>23</sup> Alonso e Costa (2000) sugerem metodologia que combina a abordagem das seguintes categorias: 1 – *estrutura de oportunidades políticas*; 2 – *repertório contencioso*; 3 - *estruturas de mobilização* e 4 – *lógica da ação coletiva*.

Para Tarrow (1997), essas seriam centrais ou por criarem oportunidades para novos movimentos sociais, ou por desencorajarem as pessoas à participação. Em última instância, o Estado – que inclui forças sociopolíticas, jurídicas e econômicas e é o provedor de recursos e o portador de estruturas formais – criaria ou restringiria as oportunidades dos movimentos sociais. Por sua vez, eles podem opor constrangimentos externos aos grupos ou criar ambiente favorável, de incentivo e oportunidades, para mobilizar e difundir as ações coletivas (GOHN, 2007).

Os *marcos referenciais* compreendem a percepção e a cognição comuns pelos movimentos sociais de situações e contextos que propiciam mais acesso ao poder, como as mudanças de alinhamentos, a viabilidade de aliados influentes e a clivagens nas próprias elites. De acordo com os significados e as variações de tais marcos referenciais (situações e contextos) é que são pensadas as estratégias de ação de cada grupo (TARROW, 1997). Já o conceito de *repertório* (TARROW, 1994, 1997, 1999; TILLY, 1978, 1984) “descreve o conjunto de formas de agir e de pensar disponíveis para os agentes numa certa sociedade, num dado momento histórico” (ALONSO; COSTA, 2000, p.9). Para Tarrow (1997), o repertório seria um conceito ligado aos símbolos culturais que estruturam as relações sociais e, conseqüentemente à determinada forma de atuação, expressão da ideologia, simbologia e às representações adotadas pelos movimentos para atingir público mais amplo, sendo complementares à oportunidade.

O *repertório*, quando aplicado a esse trabalho, ajuda a identificar fatores identitários e ideológicos e ligados à cultura política do movimento social, contribuindo para analisar se as estratégias de ação e a institucionalização estão ocorrendo em divergência em relação à cultura política ou identidade desse movimento social.

Com esse mesmo escopo, a categoria *institucionalização*, cujo sentido foi extraído do trabalho de Torres (2004), é fundamental nesse caso. À medida que avançam em suas conquistas, o repertório dos movimentos sociais – e até mesmo o próprio formato e sua organização – passa a ser profundamente influenciado pela institucionalização, naturalmente causado pela inclusão desses movimentos nos sistemas políticos e pela acolhida de suas demandas pelo Estado (TORRES, 2004). Isso faz com que o repertório dos movimentos esteja condizente com o discurso, os valores e as diretrizes de uma política específica de determinado governo ou Estado, diminuindo a ocorrência de ideologias (marcos referenciais), estratégias e repertórios violentos ou questionadores, reduzindo a ocorrência de oposição social ao governo.

Para abordar a categoria *ação coletiva* trabalha-se com a perspectiva teórica culturalista de Alain Touraine, autor de extensos estudos sobre as especificidades da ação coletiva na América Latina. Ele descreve que os movimentos sociais – ou melhor, os Novos Movimentos Sociais – surgem quando dos “antigos” se deterioram, ou seja, quando os sindicatos, grupos operários e partidos políticos perdem a força organizadora de expressão e combatividade política e ideológica.

Para Touraine (2009), os novos movimentos sociais, na América Latina, em especial, apresentam conteúdo contestador fortemente subjetivo – que substitui o caráter classista dos antigos movimentos. Mesmo quando faltam a esses movimentos a organização e a capacidade de ação permanente, eles são capazes de demonstrar problemas e conflitos contemporâneos, tanto do ponto de vista social quanto cultural, contestando, ainda, a racionalização da sociedade produtiva. (TOURAINÉ, 2009). A Teoria da Ação Social, de Touraine, constata que toda ação coletiva é constituída por, no mínimo dois dos três elementos basilares assim denominados: “*princípio da identidade*”, “*princípio da oposição*” e “*princípio da totalidade*”. Esses elementos se referem à compreensão de que a identidade de um movimento social se define pela luta de um ator social “*contra um adversário pelo controle dos principais recursos de uma sociedade, ou pela direção do processo histórico de desenvolvimento*” como um todo (TOURAINÉ, 1989, p. 16-23).

A capacidade dos movimentos sociais de demonstrar os conflitos das sociedades nas quais está inserido ocorre pela correspondência direta entre o modo de desenvolvimento dessas sociedades e a ação coletiva nela desenvolvida. Para Touraine, as condutas gerais de atores sociais não podem ser explicadas nem por uma lógica externa, nem por valores culturais, nem pelas leis de evolução histórica e, ainda menos, por um caráter nacional. O fundamental para a análise deste sistema de ação coletiva seria a identificação das características e das tensões do tipo de desenvolvimento do local onde se inserem os movimentos sociais estudados. Essa relação, por sua vez, reflete-se no modelo de interação social e econômica de um local (TOURAINÉ, 1989).

Sob esse enfoque de ação social é que esse trabalho tenta apontar fatores socioeconômicos, culturais, políticos e identitários das comunidades nas quais insere a RESEX Renascer para tentar compreender o formato, o sentido e a interação recíproca entre essa sociedade, os membros desse movimento social e o Estado.

### 2.3.2 Estratégia de apresentação, sistematização, análise e interpretação dos resultados

A elaboração dessa pesquisa buscou obedecer a uma lógica de narração histórica e cronológica que destaca aspectos mais significativos do contexto macro e micro políticos - ou marcos referenciais da ação coletiva - para, na sequência, correlacioná-los às variáveis de pesquisa e análise, divididas em “focos analíticos 1 e 2”. Feita a identificação da área pesquisada e a sucinta caracterização socioeconômica e cultural de suas comunidades, será apresentado breve histórico dos conflitos locais, dos precedentes de ação coletiva na região e da criação da RESEX Renascer. Essa narrativa contempla a situação fundiária e, principalmente, a exploração ou conservação dos recursos madeireiros, ambas determinantes para a ação coletiva local. Em segundo plano, abordam-se a identidade da população tradicional extrativista dos moradores da RESEX e a falta de consenso nessa identidade por grupos opositores à Unidade de Conservação.

Em seguida, serão tratadas as variáveis dos focos analíticos, quais sejam, do contexto macropolítico (“foco analítico 1”) e do contexto micropolítico (“foco analítico 2”). As variáveis do “foco analítico 1” estão agrupadas por períodos eleitorais do governo federal e as do “focos analíticos 2”, por ciclos de protestos dos movimentos sociais.

No caso do 2º foco analítico se tenta verificar como estariam, no movimento social ora pesquisado, os três princípios constitutivos da Teoria da Ação Coletiva (TOURAINÉ, 1989). Assim, busca-se identificar: a) a definição do próprio ator social; b) definição de seu adversário; c) definição do campo de disputa; e d) definição do campo de seu conflito (TOURAINÉ, 1989 apud GOHN, 2010a).

O Capítulo seguinte é o de conclusão: expõe a análise e a interpretação dos resultados, correlacionando as variáveis dos períodos eleitorais do “foco analítico 1” com as variáveis dos ciclos de protesto do “foco analítico 2”, destacando os marcos e os eventos históricos mais representativos em âmbitos macro e micro político.

Ao longo do trabalho, identificou-se a emergência de algumas categorias a partir dos discursos escritos e orais dos atores e das instituições pesquisados. Essas categorias se relacionam ao repertório do movimento social e expressam diferenciação social, campo de oposição ou de dominação social e a compreensão sobre direitos, leis e instituições políticas.

A análise e a interpretação dos dados consideraram os seguintes métodos:

- a) Análise de discurso.

Segue a escola francesa da análise de discurso, cujo método permite a identificação da diferenciação social e da posição social dos agentes inseridos nos conflitos e o próprio campo de oposição ou conflito (COSTA, 1999). Essa análise inclui: estabelecer a relação entre “o dizer” e as condições desse dizer; identificar os fatores que possam auxiliar na interpretação de conteúdos das variáveis dos “1º e 2º focos analíticos” e os elementos cronológicos e históricos de referência para os contextos macro e micropolítico.

Os discursos oral e escrito foram reproduzidos o mais fielmente possível, inclusive, com gírias e incorreções gramaticais. Na maior parte das vezes, os entrevistados são identificados por nomes fictícios e pelo pertencimento a determinada função e comunidade. Entretanto, no caso dos depoimentos sobre acusações ou passíveis de tentativa de criminalização ou represália por opositores do movimento social, optou-se, simplesmente, pela identificação dos entrevistados como “anônimos”.

b) Realização de análises comparativas e cronológicas por meio do entrecruzamento de resultados e períodos descritos nos 1º e 2º focos analíticos.

Quanto ao “foco analítico 1 – Da Estrutura de Oportunidades Políticas”, importa esclarecer alguns aspectos. Primeiro: as variáveis desse foco poderiam ser intermináveis e com a perigosa tendência de serem aumentadas ou tornarem-se redundantes (McADAM; McCARTHY; ZALD, 1999). Por isso, foram eleitas as situações políticas, institucionais e legais mais representativos na mídia e nos discursos de movimentos sociais camponeses. Procurou-se mencionar as variáveis com maior capacidade de demonstrar tendências mais progressistas ou reacionárias –aberturas ou resistência dos governos federal e estadual – e específicas à matéria Unidades de Conservação, especialmente RESEX, populações tradicionais e, caso pertinente, política florestal.

Nesse sentido, boa parte das variáveis adotadas fundamentou-se nos discursos dos próprios atores pesquisados. Muitas vezes, os entrevistados mencionavam como referência a conduta de governantes ou partidos do poder federal ou estadual na época dos eventos narrados e comparavam a situação do atendimento de suas demandas pelos órgãos públicos e citavam em quais situações a lei ou o judiciário foram marcantes em suas histórias.

Outro aspecto relevante para o “foco analítico 1” foi a forma como o poder público, em cada período eleitoral federal, operava o controle civil e os canais institucionais de diálogo com o movimento social ora estudado, sobretudo, em episódios e períodos em que o exercício do poder de polícia (nos três níveis de governo) foi mais ou menos violento. Essa

escolha decorre do fato de a categoria “exercício de violência pelo Estado” ser considerada por McAdam; McCarthy; Zald (1999) como forte indicadora para a análise das condições externas e políticas determinantes de protestos e da estrutura de oportunidades políticas, uma vez que “*ejerce una gran influencia sobre sus repertorios de actividades*” (McADAM; McCARTHY; ZALD, 1999, p. 100). Quanto ao critério de sistematização e análise dos fatores micropolíticos, variáveis do “foco analítico 2”, foram escolhidas variáveis que pudessem contribuir para mensurar, ao longo do tempo, como o movimento social foi adaptando sua atuação frente aos poderes públicos e parceiros e perante suas próprias motivações, necessidades, demandas e repertório.

As variáveis de maior influência foram aquelas capazes de indicar, em cada período: o aumento ou diminuição de embates ou conflitos violentos envolvendo moradores da RESEX; fases de maior ou menor êxito do movimento social no atendimento de suas demandas pelo poder público; maior ou menor institucionalização do movimento.

Em suma, buscou-se: a) identificar episódios mais significativos da história da criação, proteção e gestão da RESEX; b) relacionar cronologicamente conflitos, demandas, estratégias de ação, parceiros e repertórios, promovendo análise comparativa entre mudanças no ciclo de estrutura de oportunidades políticas e na institucionalização.

Ressalte-se ainda que, em diversos casos, foi necessário combinar o método etnográfico para a sistematização dos dados segundo valores e elementos culturais das próprias comunidades ribeirinhas, observando a complexidade das relações sociais.

Para avaliar a influência ou o peso político das parcerias obtidas e afastadas, ao longo do tempo, – conforme Tarrow (1997): “a disponibilidade de aliados influentes” – além da análise dos discursos escrito e oral dos entrevistados, foram adotadas como parâmetro as formas de relação privilegiadas ou mais distantes do poder público. Dessa forma, e de acordo com a proximidade com o poder público – e, portanto, maior sujeição aos seus princípios, diretrizes e regras institucionais –, as parcerias foram classificadas como *institucionais*, *semi-institucional* e *não-institucional*, conforme metodologia de Vidal (2008, p. 222). Confira-se:

**Quadro 6**–Classificação das parcerias quanto à institucionalidade

Instituição parceira	Classificação, conforme relação com o poder público
Movimento em Defesa da Renascer – MDR	Não institucional
Associação da Reserva Extrativista Renascer GUATAMURU	Semi-institucional
Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Prainha – STTR	Semi-institucional
Colônia de Pescadores de Prainha	Semi-institucional
Associação de Mulheres do Campo e da Cidade de Prainha	Não institucional
Conselho Popular da Região do Uruará	Não-institucional
Prefeitura Municipal de Prainha	Institucional
Secretaria Municipal de Meio Ambiente	Institucional
Câmara Legislativa Municipal	Institucional
Comissão Pastoral da Terra – Diocese de Santarém	Semi-institucional
Terra de Direitos	Não institucional
Greenpeace	Não institucional
Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA	Institucional
Ministério Público Federal	Institucional

Fonte: Vidal (2008)

### 2.3.3 Dificuldades e desafios metodológicos

Algumas dificuldades ao longo da pesquisa podem ter interferido nos seus resultados. O primeiro fator potencialmente limitador é a própria formação da pesquisadora. Apesar de sempre ter atuado profissionalmente na área ambiental (por essência, inter e multidisciplinar), a pesquisadora é advogada por formação e não estava familiarizada com vários conceitos sociológicos que emergiram desse trabalho. Certamente, a análise complexa que ele requer se constituiu desafio para o seu raciocínio, que pode apresentar vícios epistemológicos ligados ao dogmatismo e ao formalismo que caracterizam o saber jurídico<sup>24</sup>.

É preciso esclarecer, ainda, que a pesquisadora reside em São Luís, Maranhão – e não no Estado do Pará, local da pesquisa, o que acarretou maiores dificuldades para maior tempo de pesquisa *in loco*. Além disso, o fato de a pesquisadora residir na região amazônica apenas há cerca de três anos e meio, certamente requereu dela esforços maiores para a compreensão da política, social e cultural da região. Esse fator ainda pode ter agravado, por

<sup>24</sup> Mesmo que a pesquisadora sempre tenha se interessado mais pela legitimidade dos valores expressos no processo de luta pelos direitos que “pela legalidade em si” esta admite o suscitado risco para seu raciocínio epistemológico.

vezes, a desconfiança dos pesquisados em virtude da sua “imagem de estrangeira” na localidade. Quanto aos entrevistados, na maioria das vezes, não foi possível aplicar questões fechadas para se obterem respostas diretas. A pesquisadora tentou guiar os relatos cronologicamente e com os pontos de interesse, mas, respeitou os contornos, a cultura da oralidade dos entrevistados e os sentimentos ou a fragilidade emocional de vários líderes. Algumas pessoas do movimento social se mostraram irritadas ou revoltadas e, por vezes, emocionadas - choraram ou ficaram com os olhos lacrimejantes ao se lembrarem dos momentos de medo, dor, humilhação por que passaram e/ou por lamentarem algumas parcerias desfeitas. Esses informes levaram à adaptação da rigidez metodológica planejada para as entrevistas.

Em diversos momentos, a pesquisadora prestou longos esclarecimentos sobre a presença na região em vista da compreensível desconfiança dos entrevistados. Algumas entrevistas foram realizadas em locais específicos para reuniões – normalmente, escolas ou da comunidade clareira. Outras foram realizadas em barcos, em igrejas e, até mesmo, na “festa religiosa de Santo Antônio”<sup>25</sup>. Um dos entrevistados, baleado por madeireiros durante ação coletiva de acampamento, entre 2009 e 2010, solicitou à pesquisadora que o acompanhasse até a igreja para que pudesse contar sua história em um local sagrado, onde ele se sentisse bem. E parecia fazê-lo como uma confissão. Já a esposa desse senhor, uma das mais atuantes no movimento, preferiu não conversar, estava muito deprimida e disse que “não aguentava mais falar no assunto”. No entanto, acompanhou a pesquisadora a várias casas para as entrevistas de outras pessoas. Todos esses aspectos se refletiram em dificultosas transcrições e sistematizações.

Em geral, os líderes do movimento social da RESEX pareciam criar certos “rituais” para falar da luta, homenagear a terra e lembrar “o sangue derramado”. Cada entrevistado tinha uma maneira própria para revelar sua história: escolher o momento, o local e rememorar o fluxo dos acontecimentos. Em geral, os entrevistados contavam aos poucos o fato, conforme ganhavam mais segurança. Alguns manifestavam a vontade de que a pesquisadora, primeiro, dividisse com eles suas próprias histórias de vida, provavelmente, para que houvesse maior reciprocidade. Outros, mais ocupados, não podiam parar suas atividades para falar e foram entrevistados durante viagens de barco, caminhadas para as reuniões ou e nas refeições.

---

<sup>25</sup> Festa realizada na comunidade de Espírito Santo, em 12.06.2011.

A pesquisadora conheceu algumas músicas de autoria dos comunitários que se relacionavam à história de luta e escutou diversas interpretações bíblicas sobre a terra, o meio ambiente e a luta para a transformação social. Essas manifestações espontâneas foram extremamente relevantes e comoventes para a compreensão da cultura dos integrantes do movimento social.

As histórias que poderiam gerar graves represálias locais ou que poderiam colocar a estratégia de ação do movimento social em risco não foram gravadas, mas, anotadas. Procedeu-se da mesma maneira em relação a depoimentos dos funcionários públicos que serviram como fonte de informação e de convencimento, através de comparação. É importante ressaltar ainda que foram deixadas de fora desse trabalho graves denúncias de corrupção, improbidade administrativa, ameaças de morte, tráfico de madeira, recursos naturais e de animais e outros tantos relatos. Apesar de tais denúncias não serem o foco desse trabalho, algumas mais graves foram levadas ao conhecimento do Ministério Público Federal em reunião com o Procurador Federal, em Santarém.

Tendo em vista a gravidade dos conflitos, a pretensão inicial do trabalho era a de uma pesquisa participante focalizada com o mínimo de interferência e sem qualquer posicionamento parcial, o que se provou impossível diante da realidade do campo. De pronto, a chegada da pesquisadora em campo foi hostilizada e intimidada por vários moradores do entorno da RESEX. A pesquisadora deparou-se com moradores contrários à RESEX e com políticos que exigiam saber da sua origem, do interesse e da posição em relação aos conflitos<sup>26</sup>. Infelizmente, a pesquisadora ainda testemunhou situações de incitação à violência, intimidação, ameaça e agressão verbal a alguns líderes do movimento social estudado.

---

<sup>26</sup> A pesquisadora passou a ser notada quando da audiência pública contrária à RESEX, no dia 11 de junho de 2011, na Vila de Santa Maria de Uruará (fora da Reserva), gravou algumas falas e tirou fotos. Apesar de estar acompanhada pelo Prefeito e tentar manter discrição, foi abordada e questionada por políticos locais.

### 3 MARCO ANALÍTICO CONCEITUAL

Nesta Seção, serão expostas as teorias relevantes à interpretação desse trabalho relacionadas aos confrontos políticos e às ações coletivas do movimento para a criação e defesa da RESEX Renascer. As principais abordagens conceituais e as categorias contidas nesse trabalho são: abordagens da ação coletiva; Teoria da Ação Social e Novos Movimentos Sociais (TOURAINÉ, 1989, 1997, 2009); abordagem do processo político e seus conceitos de *estrutura de oportunidades políticas*, *ciclo de protestos*, *repertório* e *marcos referenciais* (TARROW, 1994, 1997, 1999; TILLY, 1978; McADAM, McCARTHY; ZALD, 1999). Além disso, abordam-se os temas movimentos sociais extrativistas na Amazônia oriental, a categoria “população tradicional” e a agenda política da criação de reservas extrativistas na região oeste do Pará.

#### 3.1 ABORDAGENS TEÓRICAS DA AÇÃO COLETIVA

A categoria *ação coletiva* é termo genérico do qual os Novos Movimentos Sociais são espécie. É possível adotar diversos focos de abordagem teórica para a ação coletiva, sendo que, para a Sociologia, nenhuma corrente ou escola sociológica tem papel predominante no que diz respeito aos movimentos sociais (VIDAL, 1997). Para Riechmann e Buey (1994), os enfoques das teorias não são excludentes, mas, complementares.

Os autores McAdam; McCarty e Zald (1999) argumentam que um marco adequado para o estudo dos movimentos sociais deve combinar, no mínimo, duas das três perspectivas teóricas mestras: 1) Teoria do Processo Político, com a análise da *estrutura de oportunidades políticas*; 2) Teoria da Mobilização de Recursos, por intermédio das *estruturas de mobilização*; e 3) os processos culturais e identitários (McADAM; McCARTY; ZALD, 1999).

Vidal (1997) afirma que a observação da ação coletiva, como fenômeno social, é complexa por depender de fatores como origem, desenvolvimento, círculo cultural etc., que variam de um país para outro (ou de uma região para outra). No caso da Amazônia, Vidal (1997) destaca as especificidades epistemológicas decorrentes do significado e da cultura local. Esses elementos requerem a análise da validade de teorias – vistas como “instrumentos teóricos sem fronteiras históricas ou geográficas” – ante a realidade e o cotidiano das populações (VIDAL, 2006b, p.4). Assim, “a partir da problemática do desenvolvimento

regional, urge a necessidade de se elaborar novos paradigmas teóricos apoiados na complexidade e sustentabilidade regionais” (VIDAL, 2006b, p.3).

A fim de esclarecer as escolhas teóricas desse trabalho e a justificativa por que foram adotadas, expõem-se, a seguir, as teorias ou perspectivas de abordagens mais significativas acerca dos movimentos sociais, segundo a divisão didática de Gohn (2007):

a) Paradigma Norte-Americano:

Teorias Clássicas de Ação Coletiva. Situam-se nessa classificação as abordagens da Escola de Chicago, do interacionismo simbólico e outros interacionistas, como Herbert Blumer (1949), a sociedade das massas (FROMM, 1941; HOFFER, 1951, KORNHAUSER, 1959, 1968), a abordagem sociopolítica (LIPSET, 1969, 1987; HEBERLE, 1951), o comportamento coletivo sobre a ótica do funcionalismo (PARSONS, 1968; PARSONS, SMELSER, 1956; TURNER, KILLIAN, 1972) e as teorias organizacionais-comportamentalistas (SELZINICK, 1952; GUSFIELD, 1955; MESSINGER, 1955).

Teorias contemporâneas norte-americanas da ação coletiva e dos movimentos sociais. Nessa corrente estão: Teoria da Mobilização de Recursos (OLSON, 1965; ZALD, McCARTHY, 1979), os estudos sobre as causas das mobilizações (OBERSCHALL, 1973), a abordagem histórica e a análise dos recursos comunais (TILLY, 1978).

Teorias sobre movimentos sociais na era da globalização. Situa-se nessa corrente a Teoria da Mobilização Política. Sob esse paradigma, foi reformulada a Teoria da Mobilização de Recursos, dando-se ênfase ao processo político com a redescoberta da cultura e da psicologia social. Com isso, foi recriado o conceito de frames de ações coletivas, ocorreu a influência do paradigma europeu dos novos movimentos sociais e ainda da escola de processo político, a teoria dos *ciclos de protesto* e as *estrutura de oportunidades políticas* (TARROW, 1991, 1994, 1997, 1999).

b) Paradigmas Europeus sobre os Movimentos Sociais:

Paradigma dos Novos Movimentos Sociais. Incluem-se neste paradigma as matrizes teóricas de Weber, Marx, Habermas, Foucault, Guattari e Goffman; a corrente francesa de Alain Touraine e seu acionismo dos atores coletivos; a corrente italiana de Alberto Melucci e a ênfase na identidade coletiva e a corrente alemã de Claus Offe e a abordagem neomarxista.

Paradigma marxista na análise dos movimentos sociais, que abrange as abordagens clássicas marxistas e as neomarxistas.

c) Paradigma Latino-americano:

Compreende estudos de diferentes realidades históricas e nacionalidades de uma variedade de movimentos sociais latino-americanos. Esse paradigma teve a influência dos estudos das teorias da modernização, da marginalidade e da dependência na América Latina. Incluem-se nesse paradigma os estudos sobre movimentos sociais libertários ou emancipatórios (mulheres, negros, índios etc.), movimentos populares urbanos, movimentos populares rurais e a participação das Comunidades de Base da Igreja Católica (ALVAREZ, DAGNINO, ESCOBAR, 2000; JACOBI, 1980; CASTELLS, 1980; TOURAINE, 1989; CARDOSO, 1987; CARDOSO, FALETTO, 1979)

A partir da década de 1960, a Teoria americana da Mobilização de Recursos e a abordagem teórica europeia dos novos movimentos sociais passaram por amplo debate, o que generalizou o questionamento da análise estratégica, da racionalidade dos atores, dos recursos e da estrutura organizacional dos movimentos.

A Teoria dos Novos Movimentos Sociais e suas abordagens despontaram, também, a partir da mesma década de 1960 com a crítica ao paradigma tradicional marxista que explicava a ação coletiva a partir de movimentos classistas (antigos ou tradicionais movimentos sociais, como sindicatos, por exemplo) e que tinha foco na análise do sistema econômico-social macroestrutural, no caso o capitalismo. Com isso, emergiram teorias e esquemas interpretativos que ressaltavam a cultura, a ideologia, as identidades e a solidariedade entre grupos de ação coletiva (MELUCCI, 1989; TOURAINE, 1989, dentre outros).

### **3.1.1 Os Novos Movimentos Sociais**

A “novidade” dos movimentos sociais decorre da ausência de um movimento de classe, o que gera uma estruturação ideológica não unificada. Os Novos Movimentos Sociais refletem a pluralidade dos valores e a definição de objetivos pragmáticos, obedecendo a uma lógica, às vezes, setorial, valendo-se da descoberta de canais de participação política e da tendência à descentralização, ou da fragmentação de organizações muito diversas entre si (GOIRAND, 2009).

A partir da segunda metade do século XX, as sociedades industriais deflagraram cenários aparentemente irreversíveis com a dissolução dos vínculos sociais e das identidades tradicionais, gerando uma “crise de civilização” e uma “crise ecológica global”. Isso exigiu a renovação das forças emancipatórias a partir da aliança com os novos movimentos sociais,

que passaram a protestar contra os aludidos efeitos, buscando elaborar um modelo alternativo de desenvolvimento humano (RIECHMANN, BUEY, 1994).

Nas duas últimas décadas, aceleraram-se também os fluxos de ideias, informações, arranjos e articulações sociais, que ampliam os impactos sobre a esfera pública e democrática, inclusive sobre o Estado, sua forma de decisão e gestão pública.

Segundo Gohn (2007), o paradigma dos novos movimentos sociais “parte de explicações mais conjunturais localizadas no âmbito político ou dos microprocessos da vida cotidiana, fazendo recortes da realidade para observar a política dos novos atores sociais” (GOHN, 2007, p.15). Significa dizer que muitos movimentos – ou ações civis denominadas movimentos – não teriam o universal como horizonte, mas sim, o particular, ou seja, os interesses de suas categorias ou grupos sociais, incluindo sujeitos e temáticas não incluídos na cena pública, como mulheres, jovens, índios, afrodescendentes e outros (GOHN, 2010a).

A partir dos primeiros anos da primeira década de 2000, emergiu nos novos movimentos sociais do Brasil uma atuação segundo certas condicionalidades ou institucionalidades criadas por políticas públicas de inclusão social de comunidades (“vulneráveis ou excluídas”), com caráter compensatório ou de busca por justiça social e equidade (GOHN, 2010a).

A institucionalização ou a atuação condicionada às novas políticas públicas exercem efeitos contraditórios sobre movimentos sociais como os indígenas, os afrodescendentes, os extrativistas e outros. Tais políticas interferem nas espontâneas diferenciações na ação coletiva, impondo condições e/ou formas de requisição de demandas conforme “modelos arquitetados em gabinetes dos órgãos do Poder Público”. Mas, já se observa a tendência de inversão da “identidade política para a política da identidade” (GOHN, 2010a, p. 13). Diante disso, Gohn (2010a) e Touraine (1989) tomam como hipótese para a fragilidade dos movimentos sociais no Brasil a captura dos movimentos sociais pelo Estado com o enfraquecimento da ação coletiva autônoma. Isso condiciona e institucionaliza as práticas sociais organizadas de acordo com o modelo do poder público (GOHN, 2010a).

Não existe conceito homogêneo para os movimentos sociais tampouco para os “Novos Movimentos Sociais”. Segundo McAdam; Tarrow; Tilly (2009), o confronto político constitui terreno permanente de análise com limites muito sutis, de modo que qualquer definição de movimento social provocará objeções imediatas de estudiosos de áreas adjacentes. Entretanto, esse trabalho adota a compreensão de Tarrow (1997) e de Gohn

(2007). Para o primeiro autor, os movimentos sociais podem ser entendidos “*como desafios colectivos planteados por personas que comparten objetivos comunes y solidariedade en una interacción mantenida con las elites, los oponentes y las autoridades*” (TARROW, 1997, p. 21). Esses movimentos teriam, basicamente, quatro propriedades: desafio coletivo; bens comuns; solidariedade; e interação (TARROW, 1997). O conceito criado por Gohn (2007) alia aspectos da escola do processo político (Tarrow, Tilly e, principalmente, da Teoria da Ação de Touraine (1978, 1989):

Movimentos sociais são ações sociopolíticas construídas por atores sociais coletivos pertencentes a diferentes classes e camadas sociais, articuladas em certos cenários da conjuntura socioeconômica e política de um país, criando um campo político de força social na sociedade civil. As ações se estruturam a partir de repertórios criados sobre temas e problemas em conflitos, litígios e disputas vivenciados pelo grupo da sociedade. As ações desenvolvem um processo social e político-cultural que cria uma identidade coletiva para o movimento a partir dos interesses em comum. [...] Os movimentos participam, portanto, da mudança social histórica de um país e o caráter das transformações geradas poderá ser tanto progressista como conservador ou reacionário, dependendo das forças sociopolíticas a que estão articulados, em suas densas redes; e dos projetos políticos que constroem com suas ações. Eles tem como base de suporte entidades e organizações da sociedade civil e política, com agendas de atuação construídas ao redor de demandas socioeconômicas ou político-culturais que abrangem as problemáticas conflituosas na sociedade onde atuam (GOHN, 2007, p. 251-252)

Esse conceito sintetiza aspectos como:

- a) a desvinculação dos novos movimentos sociais de interesses e representações de classe (Touraine);
- b) a articulação em torno de conjuntura econômica e política (ou da *estrutura de oportunidades políticas*, segundo Tarrow (1994, 1997, 1999);
- c) o papel estruturante dos *repertórios* (TARROW, 1997) nas disputas e nos conflitos vivenciados por grupos sociais - a partir de demandas socioeconômicas ou político-culturais – , ao que Touraine denomina *princípio da oposição e princípio da totalidade*;
- d) A realidade social e político-cultural que cria identidade coletiva para o movimento, denominado *princípio da identidade por* Touraine (1989);
- e) A participação dos movimentos nas mudanças sociais e históricas, tanto progressistas quanto conservadoras – ou, em outras palavras, a influência deles nos *ciclos de oportunidade e de revolução* (TILLY, 1978; TARROW, 1997) –, dependendo das forças sociopolíticas – ou *redes*, nas palavras de Tarrow (1997)] - com que estão articulados.

### 3.1.2 Teoria da ação social

O paradigma teórico de Alain Touraine, denominado “ciência da ação social”, tem como pressuposto o fato de que toda ação é resposta a estímulo social e tem como “axioma implícito o comportamento social” ou seja, “a conduta dos indivíduos e grupos em termos de conflito ou de integração” (GOHN, 2010a, p. 93).

É nessa perspectiva que Touraine se refere ao princípio da identidade, ao princípio da oposição e ao princípio da totalidade como os elementos constituintes da ação coletiva dos movimentos sociais (GOHN, 2010a, p. 93). Na prática, um movimento social se define pela luta de um ator social “contra um adversário pelo controle dos principais recursos de uma sociedade, ou pela direção do processo histórico de desenvolvimento” (TOURAINÉ, 1989, p. 233). O princípio da identidade trata da autodefinição do ator social diante do conflito com outros. O princípio da oposição se refere à organização para o enfrentamento de adversários ou opositores. Esses, por sua vez, são definidos na relação de luta e de conflito, podendo também ser indeterminados. O princípio da totalidade, por sua vez, engloba o campo de disputa, de questionamento do sistema político-institucional como um todo, levando a rupturas sociais e políticas (TOURAINÉ, 1989).

Embora considere a estrutura ou macroestrutura, indissociável da ação, Touraine considera, principalmente, o caráter cultural das ações coletivas – perspectiva teórica culturalista denominada Novos Movimentos Sociais. Para o autor é fundamental para a análise da ação social – especialmente, na América Latina, que foi seu objeto especial de estudo – a especificidade de orientações e tensões internas do tipo de desenvolvimento da região. Tal dinâmica define, de modo geral, o modelo de interação social e econômica, pois a passagem de um tipo de sociedade para outro não se define por um tipo de modernização, mas, por um conjunto de características específicas, tendo por requisito a identificação da elite dirigente nessa sociedade (TOURAINÉ, 1989). Nesse sentido, Touraine esclarece: “A cada uma das dimensões principais do modo de desenvolvimento corresponde uma ação social e política” (TOURAINÉ, 1989, p. 51).

Até 1989, Touraine considerava preponderante para a compreensão dos movimentos sociais latino-americanos que se compreendesse, também, o desenvolvimento em si a partir da Teoria da Dependência (NAÇÕES UNIDAS, 1949). Essa Teoria apontava para o caráter pós-colonial presente no modo de desenvolvimento da região, onde os chamados países centrais –

com o modelo europeu de desenvolvimento e modernização – influenciavam a concepção ideológica de grupos econômicos e políticos dirigentes. (TOURAINÉ, 1989).

Hoje, certamente outros paradigmas de desenvolvimento e realidades pautam as relações políticas e os novos movimentos sociais, no Brasil. A Teoria da Dependência já não se aplica, totalmente, ao Brasil nessa segunda década do século XXI. Apesar dos sérios problemas de desenvolvimento social, o País, atualmente, está entre os países mais ricos do mundo. Com isso, os marcos referenciais dos movimentos sociais brasileiros não adotam mais como fundamento a crítica ao sistema de divisão internacional do trabalho, a estrutura de centro/ periferia, nem a consciência da situação de atraso e dependência dos países de “terceiro mundo” – noção relacionada à Teoria da Dependência.

Alain Touraine observou na América Latina a tendência à “centralidade do Estado como propulsor do desenvolvimento”. Isso se reflete nas ações coletivas com a característica de a sociedade civil se subordinar aos entes estatais que comandam ideologicamente sua organização social (TOURAINÉ, 1989, p. 50): “O Estado intervém constantemente como ator político, cultural, social e econômico e, de sua parte, os atores sociais respondem mais diretamente às intervenções do Estado que às iniciativas de outros atores” (TOURAINÉ, 1989, p.55).

Como reflexo, evidenciam-se os seguintes aspectos: fragilidade de atores e líderes de classe com “fraca capacidade política” (TOURAINÉ, 1989, p. 51-52); separação entre “privilegiados – excluídos”, que não se definem pelo nível de participação, mas, por meio de privilégios ou ausência de privilégios com graves consequências políticas, inclusive, violência social e militar (TOURAINÉ, 1989); e predominância das categorias políticas sobre as sociais. Nesse caso, predomina a filiação partidária, e não, a condição socioprofissional ou de classe sem qualquer homogeneidade cultural e política entre esses perfis (TOURAINÉ, 1989).

Para compreender como se passava da experiência pessoal para a ação coletiva, Alain Touraine recorreu à ideia de um sistema cultural que interliga atores sociais e que se manifesta na elaboração de normas que determinam as relações entre comunidade e o campo cultural da ação coletiva, no âmbito do conflito social (TOURAINÉ, 1989). A partir disso, observou-se a comunhão de valores e normas entre os sujeitos sociais da ação coletiva. Essa é parte do que se designa como cultura política: combinação entre aspectos cognitivos e afetivos dos sujeitos acerca do sistema político em que se inserem. Essa combinação confere recurso e, ao mesmo tempo, significado para que os sujeitos orientem suas ações coletivas. São as regras reconhecidas ou aceitas pelos sujeitos como referências que permitem a conexão

deles entre si e deles com o sistema político. Nesse contexto é que Touraine compreende a autoidentificação das identidades coletivas por parte dos sujeitos sociais, o que se distancia da tradicional compreensão da categoria classe social. Movimento social seria, então, “ao mesmo tempo conflito social e projeto social”, ou seja, sempre visa à realização de valores sociais à medida que se opõe a um adversário social, mesmo que indeterminado (TOURAINÉ, 2009, p.254). Aparentemente, não haveria correspondência direta entre os níveis econômico, político e ideológico das demandas e dos repertórios dos movimentos sociais da América Latina – fenômeno nomeado por Alain Touraine como *desarticulação*. Porém, na prática, ocorre a complementaridade entre esses temas que se mesclam às diversas dimensões da ação coletiva. Essa “tridimensionalidade” da ação política e social, ao invés de enfraquecer as lutas, com frequência acaba revelando a capacidade de transformação, até mesmo revolucionária, da vida nacional (TOURAINÉ, 2009).

Por isso, os Novos Movimentos Sociais, mesmo sendo portadores das demandas de suas próprias categorias ou grupos sociais – em uma ação de reconhecimento identitário – expressam caráter universal pela capacidade potencialmente transformadora, sobretudo, quando integrados a outros movimentos afins. Essa capacidade de influência é chamada por Touraine “princípio da totalidade” dos movimentos sociais.

### 3.2 ABORDAGEM DO PROCESSO POLÍTICO E CATEGORIAS DE INTERESSE

As categorias elaboradas pela escola do processo político também são de grande relevância para essa dissertação (TARROW, 1994, 1997, 1999; TILLY, 1978, 1984) com destaque à categoria-chave *oportunidades políticas* (TILLY, 1978; McADAM, 1982) ou *estrutura de oportunidades políticas* (TARROW, 1994, 1997, 1999). A perspectiva distintiva da escola do processo político é o explícito reconhecimento da importância do sistema político para a ação coletiva, que se manifesta sob extensão e forma adotados por cada movimento social. Por meio da categoria *estrutura de oportunidades políticas*, observa-se a relação entre política institucionalizada e movimentos sociais/ciclos de revolução<sup>27</sup>. Segundo Tarrow (1997, p. 18), a intenção dessa abordagem seria a de criar um marco geral para compreensão dos movimentos sociais e dos ciclos de protesto e revoluções, a partir de três

---

<sup>27</sup> A diferença entre ciclos de movimento e de revolução é que estes últimos criam múltiplos centros de soberania, que se convertem em conflito entre os insurgentes e membros do sistema de luta e poder (TILLY, 1978).

indagações: 1) em que circunstâncias surgem os movimentos sociais? 2) existe dinâmica comum aos movimentos sociais que vincule começos entusiasmados, apogeu de luta e desencanto e extinção? 3) os movimentos sociais resultam, efetivamente, em impacto ou poder real?

Essa perspectiva teórica surgiu nos Estados Unidos, nos primeiros anos da década de 1980, sob influência das correntes europeias dos Novos Movimentos Sociais<sup>28</sup>, coexistindo com a teoria norte-americana das estruturas de ação (GOHN, 2007). Para a escola do processo político, a ação coletiva contenciosa estaria subjacente em todos os movimentos sociais e revoluções. Segundo Tarrow (1997) uma ação coletiva

Se convierte em contenciosa cuando es utilizada por gente que carece de acceso regular a las instituciones que actúa em nombre de reivindicaciones nuevas o no aceptadas y que se conduce de un modo que constituye una amenaza fundamental para otros (TARROW, 1997, p. 19).

Essa ação seria o único recurso de que dispõe a maioria das pessoas para enfrentar adversários com maiores recursos ou mais poder (TARROW, 1997) porque desafia os oponentes ao movimento social, desperta solidariedade e cobra significados frente a determinados grupos, gerando uma cultura política (TARROW, 1997).

O poder da ação coletiva resultaria de três fatores: do desafio, da incerteza e da solidariedade que ela própria é capaz de gerar. Isso porque os oponentes ao grupo social ou dele aliados respondem tanto em função da agressividade do desafio e/ou da incerteza da solidariedade provocadas por seus partícipes (TARROW, 1997). Com base nisso, Tarrow (1997) classifica as estratégias de ação ou repertórios das ações coletivas em violentos, convencionais ou perturbadores.

Os primeiros estudos americanos baseados na *estrutura de oportunidades políticas* pretendiam explicar o surgimento dos movimentos sociais por meio das mudanças da estrutura institucional e das relações informais de poder em um dado sistema nacional. Recentemente, os estudos europeus procuraram comparar as diferenças entre as estruturas e o êxito alcançado por movimentos sociais similares. Esses trabalhos avançaram explorando duas possibilidades: de um lado os marcos históricos dos movimentos e seu ciclo de protestos (McADAM, 1982; TARROW, 1991, 1994) e, de outro, a pesquisa comparada de movimentos

---

<sup>28</sup> Partindo do entendimento da escola do processo político, autores pertencentes à escola dos novos movimentos sociais contribuíram com estudos comparativos acerca das estruturas de oportunidade política (KRIESI et. al., 1988; KRIESI, 1992; KOOPMANS, 1993).

sociais em condições nacionais diferentes (KRIESI et. al., 1992; FERRE, 1987 apud McADAM; McCARTHY; ZALD, 1999; TARROW, 1991; VIDAL, 1997).

Em todos os casos, é unânime nessa escola a assertiva de que sistemas políticos institucionalizados exercem influência, sim, sobre as possibilidades de ação coletiva: *“el tipo de movimiento social que pueda surgir e nun momento dado dependerá de las oportunidades políticas específicas que lho catalicem”* (McADAM; McCARTHY; ZALD 1999, p. 34). Mas, com a ressalva de que tem gradações diferentes o alcance das oportunidades políticas, já que ele depende da capacidade de organização dos movimentos sociais. Para McAdam;McCarthy; Zald (1999, p. 39) *“los movimientos sociales surgen como respuesta a oportunidades para la acción colectiva que el medio ofrece, pero seu desarrollo seve firmemente determinado por su propias acciones”*. Significa dizer que, a partir do momento em que o movimento social começa a se estruturar e organizar, depende dele o aproveitamento da oportunidade de interagir com outros atores que tomam parte no conflito e de fixar e manter o ritmo e os resultados obtidos (McADAM; McCARTHY; ZALD, 1999).

### 3.2.1 Estrutura de oportunidades políticas

Segundo os autores McAdam; McCarthy e Zald (1999, p. 36) as *oportunidades políticas* se referem aos marcos estáveis e voláteis em dado sistema político que seguem influenciando a evolução dos movimentos sociais. Tarrow (1997, p. 155) explicita:

*Ao hablar de estructura de las oportunidades políticas, me refiero a dimensiones congruentes – aunque no necesariamente formales o permanentes – del entorno político, que ofrecen incentivos para que la gente participe en acciones colectivas al afectar a sus expectativas de éxito o fracasso.*

Segundo o autor, essa categoria pode explicar porque alguns movimentos adquirem surpreendente e transitória capacidade de pressão contra as autoridades e logo depois a perdem rapidamente, apesar de todos os esforços (TARROW, 1997). Explica ainda como os contestatários “frágeis e desorganizados”, que carecem de recursos internos, conseguem alianças, alcançando resultados por meio do realinhamento das estruturas de poder (TARROW, 1997).

As mudanças estruturais consideradas as mais influentes por Tarrow (1997), são: acesso à participação; redirecionamento nos alinhamentos do governo e disponibilidade de aliados influentes; e divisões entre as elites. O acesso à participação incentiva protestos e

reivindicações, dependendo do tipo do Estado e da conduta dos governantes, mais ou menos democráticos<sup>29</sup>. Já a instabilidade dos alinhamentos – por motivos eleitorais inerentes à democracia liberal – gera mudanças nos partidos – de governo ou de oposição – e abre possibilidades para novas coalizões ou para a competição em busca de apoio, o que fortalece ou marginaliza as elites frente ao Estado. Esse fator conecta alinhamentos partidários aos movimentos sociais, ao Estado e às políticas de repressão (TARROW, 1997). Repressão é definida por Tilly (1978, p. 100) como “qualquer ação por parte de um grupo que eleve os custos da ação coletiva de um oponente”. Alguns meios repressivos, contraditoriamente, acabam facilitando ou incentivando a ação de protesto de grupos oponentes (TARROW, 1997). Quanto mais autoritário o sistema, mais frágil ele se revela frente a forças oponentes, pois a ausência de canais participativos institucionais faz com que oponentes moderados se convertam em opositores mais radicais ao regime (TARROW, 1997).

A presença ou a ausência de aliados influentes é um terceiro aspecto da Teoria da Estrutura de Oportunidades Políticas (KRIESI, 1988), já que os grupos de contestação se animam às ações coletivas quando dispõem de negociadores adaptáveis, aliados no Judiciário e defensores contra a violenta repressão (TARROW, 1997).

O quarto aspecto se refere aos conflitos internos nas próprias elites que incentivam grupos opostos: de um lado, grupos rebeldes, mais pobres em recursos ou com reivindicações não-elitizadas e, de outro, os insatisfeitos da própria elite, que não se enquadram no rol de reivindicações dos primeiros e buscam visibilidade às próprias causas (TARROW, 1997).

As estruturas de oportunidades políticas também influenciam o formato das estratégias de ação, repertórios e estruturas de mobilização, podendo afetar inclusive as ideologias (ou marcos referenciais) de movimentos sociais (McADAM; McCARTHY; ZALD 1999).

Por causa dessa mútua influência, a magnitude e duração das estruturas de oportunidades políticas dependem da capacidade do movimento social construir redes sociais e símbolos identitários extraídos de *repertórios e marcos referenciais*.

---

<sup>29</sup> No caso dos partidos, quanto mais monolítico forem seus sistemas, menos serão absorvidos os interesses dos movimentos sociais; em contrapartida, havendo múltiplos partidos, numa estrutura mais descentralizada, há maior permeabilidade aos interesses dos diversos grupos.

### 3.2.2 Ciclo de protestos

Como se dá o processo de percepção – direta ou indireta – das oportunidades políticas pelos movimentos sociais e sua canalização para a ação coletiva? Autores como Tarrow (1994, 1997, 1999), Tilly (1978, 1984) e McAdam; McCarthy e Zald (2009, p. 23) puderam observar que os movimentos sociais, normalmente, têm um *ciclo de reivindicações e protestos*, ou seja, a fase de intensificação e o posterior enfraquecimento dos conflitos e confronto com o sistema social (TARROW, 1997). Seria o seguinte: quando os debates dão início ao ciclo com novas reivindicações, novos demandantes vão se agregando, disputando reconhecimento e resposta até um ponto de intensidade máxima, seguido por um declínio no êxito das conquistas (KOOPMANS, 1993; TARROW, 1994). Por isso, os autores afirmam que os movimentos sociais produzem também novas oportunidades para outros quando suas ações coletivas obtêm êxito, gerando ciclos mais amplos, que se estendem dos ativistas a grupos de interesse. Como resultado, esses grupos triunfam ou fracassam em razão de forças que estão fora de seu controle (TARROW, 1997).

Um exemplo de abertura a um ciclo de protestos na Amazônia foi a retomada dos sindicatos pelos trabalhadores rurais, no final da década de 1970. Essa iniciativa gerou uma estrutura de oportunidades políticas para os movimentos sociais do campo e suas reivindicações frente ao Estado. O mesmo ocorreu com o movimento dos seringueiros do Acre, na década de 1980, que inaugurou um novo ciclo para os movimentos de populações tradicionais da Amazônia.

Na prática, grupos ativistas aproveitam oportunidades de aliança ou de pressão sobre autoridades (TARROW, 1997) e criam coalizões e identidades coletivas e, em torno delas, unificam programas, demandas e negociações com autoridades e, assim, agregam forças para eliminar agendas rivais (McADAM; McARTHUR; ZALD, 2009). Nesse processo, difundem-se também informações acerca da susceptibilidade dos desafios de um sistema político. A partir de então, grupos sociais em geral – e não somente ativistas – podem por à prova os limites do controle social (TARROW, 1997), ampliando a aprendizagem política e a formação de novas mobilizações – mesmo para aqueles que careciam de ousadia ou de recursos –, por meio do exemplo e da experiência dos grupos de ação coletiva (TARROW, 1997). Por essa razão, os autores dessa perspectiva teórica consideram que os ciclos de protesto são os principais catalisadores das mudanças sociais, inscrevendo os movimentos sociais em um processo político mais amplo, como parte das lutas nacionais pelo poder (GOHN, 2007).

Note-se ainda que, no ciclo de protestos, a difusão não é apenas em contágio: também ocorre quando grupos alcançam um tipo de sucesso que impede que outros busquem resultados similares. Quando isso ocorre, as exigências de um grupo se satisfazem às custas de um outro, mas, ao mesmo tempo, emergem oportunidades para as elites e os grupos de oposição (TARROW, 1997). Portanto, a expansão das oportunidades não influi somente sob o “sistema de alianças dos movimentos”, mas, também sob o que Kriesi (1988) chama de “sistema de conflitos”, no qual um movimento, ao ofender interesses opostos, gera um contramovimento.

Para resumir são esses os efeitos gerados pelos ciclos de oportunidades políticas: 1) expansão das oportunidades do grupo e de outros grupos afins; 2) acentuação entre a dialética entre movimentos e contramovimentos; e 3) criação de oportunidades para elites e autoridades (TARROW, 1997).

Em resumo, pode-se afirmar que a abertura do Estado incentiva a expansão da estrutura de oportunidades políticas aos movimentos sociais. Eles, por sua vez, afetam tanto os sistemas de aliança quanto os de conflito e geram novas respostas por parte do Estado. Essas respostas formarão uma nova estrutura de oportunidades políticas – para movimentos e contramovimentos.

### **3.2.3 Repertório da ação coletiva**

A percepção e o aproveitamento das oportunidades políticas – formas de agir e de pensar – dependem dos aspectos culturais de cada grupo de ação coletiva em dado momento. (ALONSO; COSTA, 2000). Os *repertórios* são os conteúdos ou os símbolos culturais e cognitivos através dos quais se estruturam as relações sociais, demarcam-se identidades e projetos específicos nos quais se apoiam a estratégia e a organização do movimento social (McADAM; McCARTHY; ZALD 1999; TARROW, 1997). Esses símbolos de atuação descrevem as formas de agir e de pensar disponíveis aos movimentos sociais em cada momento, revelando, ainda, aspectos identitários. Note-se que o modo pelo qual os agentes se identificam altera, progressivamente, o repertório que, por sua vez, limita as ações identitárias. Os repertórios ganham corpo reivindicativo por intermédio das *estratégias de ação*. São exemplos de repertórios de ações coletivas: passeatas, greves, petições públicas, boicotes, incêndios em ônibus.

Os indivíduos registram memória histórica sobre os resultados obtidos por diferentes formas de ação coletiva (TILLY, 1977) e sobre os repertórios utilizados para tanto. Cada sociedade tem sua reserva de formas familiares de ação conhecidas tanto pelos ativistas como por seus oponentes as quais se convertem em aspectos habituais de sua interação (TILLY, 1978). Os repertórios seriam o *modus operandi* conhecido por cada grupo para as ações coletivas – denúncia pública, mobilização por greves, protestos com bloqueio de estradas e reivindicação por “abaixo-assinado”, por exemplo. É através dos repertórios que os movimentos sociais partilham seus interesses e suas identidades introduzem significados e inovações para a ação coletiva.

O repertório de ação coletiva muda através da agregação de elementos às formas convencionais de ação. Essas inovações ocorrem muito lentamente nos períodos de protesto político até que se incorporam, gradualmente, como repertórios coletivos. (TARROW, 1997). Para Tilly (1978); McAdam (1983) apud McAdam; McCarthy e Zald (2009), os repertórios apresentam caráter histórico à medida que registram demandas, formas dialógicas com o Estado e interpretações de ações coletivas e suas reivindicações, em dado momento. Veja-se:

As ações dos movimentos sociais assumem a forma de repertórios: números limitados de desempenhos alternativos historicamente estabelecidos ligando reivindicadores a objetos de reivindicação [...] Os repertórios não são simplesmente uma propriedade dos atores do movimento; são uma expressão da interação histórica e atual entre eles e seus opositores. (TILLY, 1978; McADAM, 1983 apud McADAM; McCARTHY; ZALD, 2009, p.24).

No caso concreto desse trabalho, podemos antecipar, a título de exemplo, a influência do repertório, os chamados “empates” contra a derrubada de madeira empregados pelo Movimento Social dos Seringueiros do Acre. O movimento social para criação e defesa da Renascer adaptou o “empate da derrubada da floresta” ao “empate” ou bloqueio de balsas de madeira ilegal descendo rios, acrescentando a esse repertório ações como incêndio de balsas e acampamento de moradores da Reserva.

O grau de institucionalização de um movimento social também repercute diretamente no seu repertório. A institucionalização ocorre pela capacidade de o Estado pactuar e consolidar valores institucionais e princípios para manter sua unidade de poder político e coesão sobretensões e conflitos na sociedade (O'DONNELL; SCHMITTER, 1991). Quando um Estado ou os governos executam políticas públicas para certos grupos ou segmentos da sociedade, eles buscam a consolidação de resultados na sociedade. Para que isso ocorra, segundo Torres (2004), o pacto institucional é um requisito, pois é por meio dele que

o Estado e seus governos cobrem o território com coerção, conseguindo adesão social. A adesão ao pacto comandado pelo Estado requer que os cidadãos conheçam, aceitem e pratiquem um mínimo de princípios e valores institucionais legitimados pelos governos. É dessa forma que o governo consegue imprimir características culturais do regime político nos diversos grupos da sociedade, alcançando um fator de coesão por meio das estruturas e princípios regulamentares que regem a vida em sociedade, reduzindo tensões internas na tarefa de governar (TORRES, 2004).

Torres (2004) afirma que uma das principais formas de se imprimir certa cultura política e institucional nos grupos sociais é o diálogo a ser estabelecido entre governantes e governados na definição e na gestão das demandas políticas. Nesse sentido, ganha relevância – para ser aceito, ou não, como institucional – o modo como são feitos os pedidos e como são atendidos pelo governo (TORRES, 2004). Por isso, a recusa ou aceitação institucional acaba interferindo nos repertórios e nas estratégias de ação dos movimentos sociais.

As *estratégias de ação*, por sua vez, são o intuito da utilização de certa forma instrumental dos atores para impactarem com maior legitimidade o sistema para trazer à tona sua resistência ou necessidade de mudança (McADAM; McCARTHY; ZALD, 1999). As estratégias de ação relacionam-se a outra categoria que Snow et al denominam como “processos *enmarcadores*” (SNOW, BENFORD, 1988) ou *marcos referenciais*. Esses marcos tem como referência cultural os significados coletivos, os valores e ideologias, sendo importantes para ampliar a capacidade reflexiva e interpretativa por parte do movimento social e a habilidade destes para formular estratégias de ação voltadas aos seus objetivos.

Em outras palavras, trata-se de dimensão mais cognitiva e ideal-valorativa, um elemento mediador entre oportunidade, organização e ação que se refere aos significados compartilhados e aceitos pelo movimento social a certa visão de mundo pela qual eles tendem a definir e legitimar as situações que geram a ação coletiva, refletindo sobre o modo de solucioná-las (McADAM; McCARTHY; ZALD, 1999). Uma vez que os movimentos dependam dos significados compartilhados por seus participantes, quanto mais maduro o movimento social mais conscientes são suas estratégia de ação e, portanto, maior a tendência de ele enfrentar contramovimentos ou ações reacionárias do Estado (McADAM; McCARTHY; ZALD, 1999).

É exatamente essa habilidade de traçar estratégias de ação inovadoras que influencia, em grande medida, a eficácia dos protestos. A respeito, destacamos os estudos de Tarrow (1994) que comprovam que o uso da força e da violência como estratégia coletiva aumenta o

êxito para alterar a ordem pública e induzir negociações a favor dos movimentos sociais. Para complementar essa ideia, McAdam et. al. (2009) afirmam que a eficácia instrumental de um *repertório* – e, por consequência, da *estratégia de ação* – deriva basicamente do ineditismo e da capacidade de surpreender oponentes ou autoridades e de criar exemplos de desordem pública que são custosos aos interesses estabelecidos.

Se, de um lado, o uso repetido do mesmo repertório diminui sua eficácia instrumental<sup>30</sup> pode também ser vantajoso para reforçar mensagens à sociedade. Isso porque os repertórios têm também função expressiva cuja lógica pode encorajar a persistência, e não, a mudança. Nesse caso, é possível compreender o porquê de repertórios convencionais persistirem, apesar das vantagens instrumentais da inovação.

Os movimentos sociais devem definir com clareza seus objetivos relacionando-os a repertórios que lhes possibilitem influenciar o Estado, a outros movimentos sociais e à opinião pública. Os objetivos dos movimentos sociais podem tanto resultar em confrontos<sup>31</sup> como em ameaça para certos grupos e podem ainda ser aproveitados por outros grupos afins (McADAM; McCARTHY; ZALD, 1999). É nesse sentido que o conceito de repertório se aproxima ao ciclo de protestos, intensificando a aproximação e a solidariedade entre manifestantes e catalisando a criação ou a adaptação de ações coletivas. Durante os ciclos de protesto, os repertórios são compreendidos socialmente e podem assumir formas modulares de táticas eficazes com vantagens para que os manifestantes alcancem respostas favoráveis do poder público. Como se verá adiante, o êxito do repertório depende da sua capacidade de assumir a função *demarco referencial* politicamente vantajoso para os desafios e as incertezas dos movimentos sociais.

### 3.2.4 Marcos referenciais

Os marcos referenciais são marcos cognitivos, ou ideológicos, ou de acervos culturais que estão na base dos repertórios de ações coletivas e são usados para ampliar a solidariedade para com a causa e com o próprio movimento (McADAM; McCARTHY; ZALD, 1999; SNOW, BENFORD, 1988). Esses marcos surgem a partir da compreensão

---

<sup>30</sup> Muitas vezes, esta é a maior razão para a escalada e a radicalização das táticas em muitas campanhas de movimentos (McADAM et. al, 2009)

<sup>31</sup> Para McAdam, Tarrow e Tilly, o confronto político se inicia com as reivindicações, de forma coletiva, a outras pessoas cujos interesses seriam afetados caso a coletividade fosse atendida (McADAM; McCARTHY; ZALD 2009).

comum dos repertórios (protesto, reivindicação etc.) e dos significados ou expressões ideológicas para cada grupo envolvido na ação coletiva. Por meio desse aspecto cognitivo se estabelece a relação de confiança, convencimento e cooperação entre os participantes dos movimentos sociais, gerando a base eficiente para as estratégias da ação coletiva.

Ao tratarem do conceito de marco referencial – em espanhol, “*emarcado*” –, David Snow e Robert Benford se referem a esquema interpretativo do mundo externo dos movimentos sociais “*puntuando y codificando selectivamente objetos, situaciones, acontecimientos, experiencias y secuencias de acciones dentro del entorno presente o pasado de cada uno*” (SNOW; BENFORD, 1988, p. 137). Esses marcos seriam bagagens ideológicas e discursos culturais que produzem contínuas comunicações com mensagens que acentuam a gravidade das injustiças ou de situações sociais. Isso permite a sensibilização da opinião pública e a atribuição de significado global às injustiças, responsabilidades e causas para elas. Tais marcos contribuem, ainda, para a predisposição cultural da população em adotar causas defendidas pelos movimentos sociais, transmitindo mensagem uniforme ao poder público e a quem ostenta poderes decisórios e, ao mesmo tempo, propondo soluções (SNOW; BENFORD, 1988).

Tomando como exemplo o Movimento Social dos Seringueiros, no Acre, seu marco referencial inaugurou a compreensão dos direitos socioambientais e a base ideológica dos movimentos sociais de populações tradicionais. O movimento do Acre demonstrou que seus integrantes tinham seus modos de vida e subsistência tradicionalmente vinculados à floresta e que precisavam, portanto, de proteção para populações, territórios e recursos naturais. Com essa “ideologia”, ou mais propriamente, marco referencial, o movimento obteve êxito no reconhecimento jurídico, político e institucional de suas reivindicações, o que foi aproveitado por todos os demais movimentos sociais correlatos. A partir da década de 1990, esse movimento influenciou, inclusive, o movimento social dos trabalhadores rurais que também incorporou como marco referencial o socioambientalismo.

Para sintetizar o papel dos marcos, pode-se afirmar: cada nova forma de ação coletiva, normalmente, introduz inovações em seus repertórios manifestados em suas estratégias de ação a fim de impactar e surpreender as autoridades e suas capacidades repressivas. Esse impacto significativo pode se constituir em marco referencial atrelando sentido social à ação coletiva. Com isso, abrem-se opções de atuação para novos movimentos cujos precursores dessas inovações tendem a ser copiados e seguidos por outros movimentos sociais. É assim que o impacto dessa inovação, replicada por seguidores, converte-se em

*marco referencial* de ações coletivas. Portanto, é a partir da formação, da consolidação e do alinhamento<sup>32</sup> dos marcos referenciais que os movimentos propagam suas causas para a sociedade, ao Estado e/ou a seus opositores.

### 3.3 MOVIMENTOS SOCIAIS DAS POPULAÇÕES TRADICIONAIS DA AMAZÔNIA ORIENTAL

As mudanças estruturais desencadeadas na Amazônia a partir da década de 1960 e as características socioculturais e econômicas da região fizeram emergir formas próprias de ação coletiva e de organização política das comunidades locais. Entre as décadas de 1960 e 1990, os movimentos sociais amazônicos se inseriam em um contexto histórico impelidos por desigualdades sociais e econômicas decorrentes do modelo desenvolvimentista industrial imposto à região.

A partir do final da década de 1980, com a redemocratização do Brasil, ocorreram dois fenômenos de influência para esses movimentos: o começo da expansão dos movimentos ambientalistas e o surgimento da categoria “povos da floresta”<sup>33</sup>, em 1988 (ALMEIDA, 2008). A partir de então, as mobilizações de seringueiros, ribeirinhos, castanheiros e outros grupos foram incorporadas pela noção de “povos da floresta”, sintetizando “um processo social e identitário destas populações” (ALMEIDA, 2008, p. 37).

Os Novos Movimentos Sociais na Amazônia não surgem de divisões, ou de conflitos de classe, tampouco decorrem da extinção da noção de classe social, mas sim, da relevância de novo fator tido como “identidade” que aglutinou ações coletivas a um senso de pertencimento a interesses e de comunhão deles em uma agenda política comum. Ao mesmo tempo, essas populações amazônicas reagiam contra a tendência preconceituosa da visão de que seriam “indivíduos biológicos ou naturalizados” – produtos ou parte da natureza – e assumiram condição de existência coletiva de sujeitos sociais, na qual diversidade étnica,

---

<sup>32</sup>O alinhamento de marcos referenciais ocorreria com o êxito na intersecção entre a cultura de uma população, seus objetivos, valores e fins. Com isso, a organização de um movimento conseguiria o apoio cultural de que necessita por meio de suas práticas simbólicas (SNOW et. al., 1986, 1988; TARROW, 1997).

<sup>33</sup>Em 1985, Chico Mendes participou da proposta do “União dos Povos da Floresta”, para a defesa dos interesses dos seringueiros e indígenas na defesa da floresta amazônica. Aos poucos, esta categoria se expandiu, passando a designar a organização política de índios, quilombolas, ribeirinhos, extrativistas e populações tradicionais em geral que habitam a região amazônica.

cultural e social se torna fator político<sup>34</sup> capaz de expressar reivindicações desses povos frente ao Estado (ALMEIDA, 2008).

As comunidades tradicionais da Amazônia também passaram a ser influenciadas pela crítica ambientalista, tanto no seu repertório quanto no fortalecimento da atuação sistêmica dessa ação coletiva<sup>35</sup>. A influência ambientalista acentuou, entre os movimentos das comunidades tradicionais, contraposição às formas de integração da região aos circuitos do capital em nível nacional e internacional, a indagação das contradições socioeconômicas e ao modelo desenvolvimentista, até hoje ditado para a região (ALMEIDA, 2008).

Existe um caráter multiétnico e multicultural que se reflete no identitário dos próprios movimentos sociais na Amazônia. Essa diversidade, muitas vezes, manifesta-se, concretamente, em estratégias de ação, repertórios e marcos referenciais desses movimentos, influenciados por idiosincrasias, conhecimentos históricos e geográficos.

Os movimentos sociais formados por populações tradicionais amazônicas contribuem para permanente organização coletiva e reflexão social em torno do significado do elemento ambiental à medida que expressam formas peculiares de uso e de manejo dos recursos naturais.

Atualmente, alguns antigos movimentos sociais do campo não estão mais necessariamente relacionados ao termo “camponês”. Os agentes sociais, ao emergirem como sujeitos da ação, adotam denominações relacionadas à forma pela qual se autodefinem e como estão representados no cotidiano (ALMEIDA, 2008).

Almeida (2006) tem observado alguns possíveis critérios de composição e organização de alguns movimentos sociais brasileiros: a) o critério étnico – diretamente atrelado ao fator político-organizativo que faz com que as “pessoas se sintam pertencentes a uma mesma entidade e com laços solidários face a uma pauta de reivindicações que as aproxima de maneira profunda porquanto referente a seu modo de existir e fazer”; b) o critério da ocupação econômica e do gênero, como por exemplo, extrativistas ou quebradeiras de coco-babaçu; c) o critério da mobilização e ocupação de terras. Aqui, muitos acabam por se definir

---

<sup>34</sup> Quando os novos atores nacionais e transnacionais interagem entorno do significado geopolítico, da riqueza de seus recursos naturais da região, surge o que Alfredo Wagner Berno de Almeida chama de politização da própria natureza, manifestada, por exemplo, no campo de lutas em torno do controle destes recursos, de patrimônio genético, formas de conhecimento, tecnologias e saberes tradicionais (ALMEIDA, 2005).

<sup>35</sup> Almeida (2005) menciona que, a partir de 1988, o surgimento dos novos movimentos sociais na Amazônia foram apoiados por entidades e movimentos como a Comissão Pastoral da Terra (CPT), o Conselho Nacional dos Seringueiros (CNS), os Movimentos dos Atingidos por Barragens (MAB), os Movimentos dos Pescadores Artesanais, Movimentos Indígenas, entre outros.

politicamente pelo que não têm, ou porque estão excluídos de modelos produtivos, tal como o Movimento dos Trabalhadores-Sem-Terra; d) o critério dos impactos socioambientais causados pelos grandes projetos como, por exemplo, o Movimento dos Atingidos por Barragens; e e) o critério que liga o fator geográfico ao político como “definidor de condição no meio natural”, tal como o Movimento Social dos Ribeirinhos (ALMEIDA, 2006, p. 60-61).

As novas denominações dos movimentos espelham um conjunto de práticas organizativas e trazem transformações políticas profundas na capacidade de mobilização destes grupos face ao poder do Estado, em defesa dos territórios que estão socialmente construindo. Em virtude disso é que se pode dizer que, mais do que uma estratégia de discurso, tem-se o advento de categorias de ação coletiva que se afirmam através de uma existência que politiza não apenas as nomeações da vida cotidiana, mas também certo modo de viver e se relacionar com o uso dos recursos naturais (ALMEIDA, 2008).

Com isso, os planos de ação, a organização e as relações diversas estabelecidas entre estes movimentos e os aparelhos de poder podem ser interpretados como forças sociais potenciais, que não são simples respostas a problemas localizados, mas alteram padrões tradicionais de relação política com os centros de poder (ALMEIDA, 2008).

Até mesmo as formas de organização dos movimentos sociais de populações tradicionais são diversos e identitários e, frequentemente, desprezam critérios políticos e administrativos para adotar a lógica da centralidade da demanda ou do recurso objeto do conflito. Por exemplo, ribeirinhos e pescadores podem mobilizar comunidades em torno de rios ou bacias e seringueiros, em torno de seringais (ALMEIDA, 2008). Os símbolos adotados podem levar à politização de seus ditos saberes tradicionais ou da própria natureza vinculada à emergência de suas identidades coletivas, como por exemplo, a expressão “povos da floresta”, “povos do cerrado” e ribeirinhos.

Esses são apenas exemplos de questões político-culturais com as quais o presente trabalho se depara na pesquisa da RESEX Renascer. Esse movimento é composto por comunidades (unidades de mobilização) de famílias de ribeirinhos com redes associativas formadas desde o final da década de 1970 e organizadas ao longo dos três principais rios da RESEX (Uruará, Guajará e Tamuataí). Os integrantes do movimento social são claramente extrativistas, mas, tradicionalmente são donos de pequenas e médias criações de bovinos e bubalinos. O movimento almeja, cada vez mais, a autonomia e a apropriação, mas, relata conflitos em razão da interferência do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Prainha e da Colônia dos Pescadores Z-31 e as tentativas de cooptação do Partido dos Trabalhadores. Além

disso, as demandas do movimento vêm sendo acolhidas e institucionalizadas pelo governo federal, apesar da resistência de madeireiros, pecuaristas e antigas elites políticas municipais, que integram um contramovimento à Reserva.

### **3.3.1 Movimento Dos Trabalhadores Rurais em Santarém**

Como observa Leroy (1991, p.46), “um movimento social não nasce repentinamente da cabeça de alguns ‘iluminados. Há um conjunto de elementos que torna possível o seu surgimento em uma determinada época”. Por isso, esse trabalho se interessa em recuperar a história de luta e a estruturação do movimento dos trabalhadores rurais de Santarém. Foi ele que – reitere-se – unificou a luta e influenciou sobremaneira os movimentos sociais do oeste do Pará e que, no caso de Prainha, forneceu a base para a atuação do Sindicato dos Trabalhadores Rurais e para a Colônia dos Pescadores.

Leroy (1991) situa o contexto político, institucional e econômico do movimento social dos trabalhadores rurais, em 1974, quando o general Geisel assumiu o a presidência do País e se defrontou com condições políticas e econômicas favoráveis. Na época, o governo acenou para a política de “distensão lenta e gradual” e demais tolerância para com organizações e insurgências contra o governo central. No entanto, esse projeto acabou postergado para o final do mandato<sup>36</sup>, basicamente, em razão de três fatores: 1) a vitória do MDB (atual PMDB) nas eleições majoritárias de 1974; 2) a reação extrema e repressiva da direita militar a esse fato; e 3) a campanha pela desestatização por parte da burguesia industrial e financeira.

A partir de então, o governo Geisel deu seguimento à política desenvolvimentista do período militar, em especial, o II Plano Nacional de Desenvolvimento. Com a chegada de empréstimos externos, Geisel fez grandes investimentos nos setores de energia, petroquímica, siderurgia, transportes e mineração. A Amazônia foi decisivamente incorporada a esse impulso, e a região, absorvida pela perspectiva do grande capital e dos grandes grupos econômicos. Os impactos dessa mudança foram sentidos não apenas por oligarquias e

---

<sup>36</sup> O ano de 1978 foi consagrado por Geisel como um ano de abertura lenta, gradual e segura, o que deu tolerância à reorganização de movimentos como a União Nacional de Estudantes (UNE) e associações de moradias combativas, bem como para a luta pela anistia e reivindicações sindicais, como as dos metalúrgicos, na região do ABC, em São Paulo. Isto trouxe a emergência do movimento social e abriu gradualmente um espaço para uma – ainda clandestina – oposição política.

proprietários tradicionais, mas, também pelos “caboclos de beira de rio” (LEROY, 1991, p. 46-47).

As “tradicionais famílias” de Santarém (LEROY, 1991), naquele período, abriram mão de disputar o poder municipal nas eleições daquele ano para não perderem o domínio econômico. Entretanto, direta ou indiretamente, essas famílias continuavam dirigindo a política local à sombra do poder militar, marcando presença, inclusive, na direção dos sindicatos (LEROY, 1991).

Na década de 1970, houve também notável crescimento dos migrantes recém-chegados – sobretudo do campo – para a cidade de Santarém. Com isso, configurou-se o cenário social de impactos políticos peculiares que, de um lado, geraria a mobilização desses migrantes contra a política governamental militar e, de outro, formaria uma minoria de beneficiados políticos, agentes ativos do governo. Leroy (1991) descreve a chegada desses “novos atores sociais”, em Santarém:

uma massa urbana sujeita a precárias e instáveis condições de trabalho e uma nova leva de colonos, frente a uma minoria de funcionários e de profissionais que, sendo os primeiros beneficiados pela política governamental para a região, tornaram-se, em geral, agentes ativos do poder militar na região (LEROY, 1991, p. 49).

Ante às necessidades dessa massa migratória e aos interesses que se contrapunham - entre elites tradicionais locais e o foco desenvolvimentista do próprio regime militar- restava um vazio político. Esse vazio passou a ser preenchido, justamente, pela Igreja Católica, legitimada pelo respaldo da tradição e pelo seu aparente e inofensivo senso religioso que pretendia deflagrar uma força praticamente incontrolável para o governo militar (LEROY, 1991).

A prelazia da Igreja Católica de Santarém, composta por franciscanos, existia desde 1903, já com evidentes preocupações sociais pelos franciscanos. No entanto, foi em 1972, com a formação da Pastoral da Amazônia, depois da reunião de bispos em Santarém, que as especificidades da região passaram a ser o centro de ação da Igreja. A Pastoral passou a chamar atenção para equívocos e injustiças sociais decorrentes do projeto de desenvolvimento da Amazônia, em especial, a posse da terra, a distribuição desigual de recursos materiais e a violação de direitos básicos da população (Prelazia de Santarém, 1972, p. 2 apud LEROY, 1991, p. 50).

Em 1975, a luta se acentuou com a fundação da Comissão Pastoral da Terra (CPT) por bispos, padres e leigos de toda a Amazônia Legal. A Comissão tinha o propósito de

contribuir para assessorar a união de “sem-terra” e trabalhadores rurais. Com o respaldo da Igreja, a CPT criou grupos, reforçou organizações comunitárias e desenvolveu projetos pedagógicos para a retomada do Sindicato dos Trabalhadores Rurais, em Santarém, por intermédio de uma oposição sindical capaz de ser, efetivamente, representativa dos interesses dos trabalhadores.

As Pastorais da Terra têm o embasamento teórico e metodológico da Teologia da Libertação e da pedagogia crítica preceituada pelo educador Paulo Freire e utilizada pelos Movimentos de Educação de Base. A ação de campo ocorre por meio de paróquias e do apoio às *comunidades de base* com o incentivo ao engajamento político para combater a pobreza, exigir mais qualidade de vida e um projeto próprio de desenvolvimento comunitário (veja-se LEROY, 1991).

Dessa base se destaca a compreensão – também aplicável à RESEX Renascer – da noção de *comunidades*, entendidas como agrupamentos de pessoas que habitam o mesmo lugar e coparticipam de atividades e decisões pertinentes ao desenvolvimento local. Não são formadas, necessariamente por famílias e parentes, mas, por grupos que partilham, autonomamente, as mesmas atividades.

Almeida (2009) explica que as comunidades se constituem em “unidades de mobilização de cuja coesão social não se pode duvidar, tanto pela uniformidade de suas práticas quanto pela força dos seus enfrentamentos diretos. Essas unidades tendem a ser forças sociais por sua capacidade de influenciarem a relação com centros de poder e instâncias de intermediação com o poder público.

Para esse trabalho, o conceito mais exato seria o de *comunidades de ação coletiva* formadas por “pessoas que agem para confirmar ou salvaguardar fontes centrais de significado e identidade em suas vidas, especialmente quando há modelos disponíveis na forma de repertórios e reivindicações inseridas na história do grupo”. (McADAM; TARROW; TILLY, 2009).

A história da luta sindical e a educação emancipatória da Igreja foram unindo, subjetivamente, os grupos por interesses comuns a partir do sentimento de resistência à exclusão. Jean-Pierre descreve essa exclusão que começa com a migração e se expande com a exploração do trabalho, com a privação dos meios de subsistência, com pressões do capitalismo monopolista e com a modernização conservadora, que atingiam o morador do campo (LEROY, 1991). E foi justamente por esse senso de exclusão que o trabalhador rural

da região de Santarém começou a resistir, no final da década de 70. A partir daí, o que era corpo e consciência de classe sindical tomou expressão no movimento social composto por caboclos de terra firme, ribeirinhos, vargeiros, colonos do planalto e outros, agregados como trabalhadores rurais (LEROY, 1991).

O Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Santarém foi criado em 1972, incentivado por políticos ligados à ditadura – em especial, o coronel Jarbas Passarinho – que visavam controlar o movimento dos camponeses e formar currais eleitorais (LEROY, 1991). Porém, no final da década de 1970, ocorreu a tomada dos sindicatos pelos próprios trabalhadores rurais, reação que começou em Santarém e que, em 1983, chegou ao êxito em Prainha. Essa história foi relatada pelo atual coordenador da Comissão Pastoral da Pesca, entrevistado durante essa pesquisa:

[...] a Igreja foi a [...] essa mãe, que foi nos acolhendo, né, dando força pra nossa luta. Tanto que, chegamos aos anos 70, meados de 70, início dos anos 80, uma única classe que era trabalhadora [...] de trabalhadores, independente de categoria. E isso nos levou à retomada, já nos anos 80, dos Sindicatos, das Associações, né, e as Federações que, naquelas alturas estavam com os pelegos. Pelegos eram as pessoas que estavam à serviço do governo ou eram do governo, né?<sup>37</sup>

Dessa entrevista, fica explicitado o papel da Igreja como grande incentivadora da organização dos trabalhadores – rurais e urbanos, independente das suas categorias – e da formação de uma única classe que reuniria aspirações comuns de mudanças sociais. Além disso, o entrevistado aponta os “pelegos” como adversários: representantes do governo militar ou ideologicamente alinhados ao regime. Veja-se agora esse trecho da fala do João<sup>38</sup>, o primeiro trabalhador rural eleito, em 1982, pelo Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Prainha:

[...] aí, quando foi em 79, aí houve a briga pela tomada dos Sindicatos. Que os Sindicatos estava agregado nas mãos de quem? Dos latifundiários. Né? Não era, de fato, os trabalhadores rurais que assumiam o Sindicato [...] Foi que, em 82, deu certo de eu ganhar a eleição aqui, com a minha pessoa. Né?<sup>39</sup>

Nesse relato, percebem-se os conflitos manifestados nos sindicatos, entre os quais, os de “latifundiários”, que tentavam manter o controle das entidades e aqui apontados como opositores aos interesses dos trabalhadores rurais. A partir desse cenário é plausível supor que para os movimentos sociais da região amazônica ainda eram marcantes a influência marxista da luta de classes e o formato da organização sindical. Tanto é que, entre 1978 e 1979, foi

<sup>37</sup>Entrevista coordenador da Comissão Pastoral da Pesca de Santarém. Data: 09/06/2011, às 16h.

<sup>38</sup> Nome fictício.

<sup>39</sup> Entrevista com João, ex. sindicalista da região. Data: 24/08/2011, às 16h30min.

fundado o Partido dos Trabalhadores (PT) a partir desses marcos referenciais, fortalecendo mobilizações populares por melhores condições de vida e reivindicando serviços públicos também nas cidades.

### 3.3.2 Características do movimento social dos seringueiros do Acre

O Movimento dos Seringueiros do Acre deixou uma herança histórica, institucional e mobilizadora para os demais movimentos afins, tendo inaugurado um ciclo de protestos entre as comunidades tradicionais da Amazônia brasileira. A proposta em si de se instituírem juridicamente as reservas extrativistas surgiu no contexto da luta pela reforma agrária na região amazônica a partir de mobilizações que pleiteavam soluções para os conflitos de terra nos seringais do Vale do Rio Acre. Por causa dessa luta, é que seringueiros resolveram resistir à derrubada da mata, ao sistema de “aviamento”<sup>40</sup> e à forma de ocupação no local (SANTILLI, 2005; BENATTI, 2009).

Esse movimento ficou conhecido nacionalmente em 1985 após o I Encontro Nacional dos Seringueiros, em Brasília. No entanto, desde 1976, os seringueiros autônomos de Rio Branco, de Xapuri e de Brasiléia, no Acre, decidiram se organizar para impedir desmatamentos de áreas extrativas. Os seringueiros chamavam essa iniciativa de “empate”, por ter como objetivo impedir ou empatar o avanço dos desmatamentos das florestas na região.

Os empates eram comandados por grupos de mais de cem homens, mulheres e crianças que se deslocavam até seringais ameaçados para tentar conscientizar os que faziam o desmatamento – trabalhadores da própria região, na maioria, ex-seringueiros expulsos de áreas já desmatadas. Tentavam convencê-los de que o desmatamento do seringal levaria à expulsão e à miséria de muitas famílias. Quando a tática do convencimento não funcionava, o grupo “empatava” o desmatamento, enfileirando-se desarmados à frente de tratores e motosserras impedindo-os de avançar.

Esse movimento surgiu como reação a programas desenvolvimentistas elaborados pelo regime militar para a região norte e que pretendiam atrair empresários do centro-sul do País. Com a chegada desses empreendimentos, muitos seringais foram abandonados ou

---

<sup>40</sup> O sistema de aviamento fazia com que os seringueiros (oriundos principalmente do Nordeste) trocassem a produção e a força de trabalho (sua e de toda a sua família) por alimentos comprados no barracão do patrão, num regime de escravidão. (SANTILLI, 2005).

transformados em pastos para gado, ou tomados como glebas de seringal, Assim foram adquiridas pelo governo federal para loteamentos de reforma agrária e como resultado, muitos seringueiros foram expulsos violentamente das áreas onde moravam e das quais extraíam borracha para seu sustento (MURRIETA; RUEDA, 1995; SANTILLI, 2005).

Em 1978, a morte do presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Brasiléia, Wilson de Souza Pinheiro, deflagrou a atenção da opinião pública brasileira para os conflitos entre fazendeiros e seringueiros. O ápice de visibilidade veio em 1988 com a repercussão internacional do assassinato de Chico Mendes, então presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Xapuri. A partir desse episódio, o Movimento dos Seringueiros do Acre começou sua trajetória de expansão, primeiro mais rapidamente para o sul do Amazonas e, depois, para o Amapá e o Pará (ALEGRETTE, 1994; MURRIETA; RUEDA, 1995).

No início da década de 1980, o governo federal já buscava meios jurídicos para defender o extrativismo, inclusive, porque o INCRA e a Superintendência da Borracha (SUDHEVEA) se defrontavam com impasses e distorções causados por projetos de colonização – chamados de “assentamentos dirigidos” –, nos quais os “retângulos” instituídos pelo INCRA para os colonos cortavam áreas de produção seringueira. Esse fato acabou gerando, em 1987, o Projeto de Assentamento Extrativista (PAE), previsto pela Portaria de nº 627, de 30.06.87, “destinado à exploração de áreas dotadas de seringais extrativos através de atividades economicamente viáveis e ecologicamente sustentáveis”. O projeto enfatizava as atividades de agricultura e de pecuária, mas, previa áreas reservadas ao plantio e à exploração de seringueiras em uma pequena parcela dos lotes. Para corrigir a distorção, em 1996, foi publicada pelo INCRA a Portaria de nº 268, de 23.10.96, que, embora mantida a sigla PAE, substituiu o projeto anterior por de Assentamento Agroextrativista.

O movimento dos seringueiros contribuiu para a organização política e para a coesão entre famílias e extrativistas. Mas, além disso, acarretou mudanças jurídicas e institucionais com noções como: a) “posse agrária alternativa”, que inclui a área coletiva de exploração do látex e a área ocupada para subsistência; b) “subsistência diversificada”, na qual se combinam atividades agrícolas e extrativistas, como pesca, caça, coletas e outras; c) associativismo e cooperação, que forçaram o poder público a reconhecer a “concessão de uso coletivo” para os extrativistas; d) a necessidade de conservação do meio ambiente e de pesquisas científicas para aumento de produtividade e melhoria da qualidade de vida das populações amazônicas (BENATTI, 2009).

Graças a esse movimento, o instituto da reserva extrativista simboliza para o campo socioambiental a consagração de princípios decisivos para o amadurecimento político nacional. São eles a proteção aos recursos naturais e a diversidade biológica, inspiradas no uso sustentável de recursos, na defesa da diversidade cultural e na justiça social baseada no direito de posse pelas populações extrativistas das áreas historicamente ocupadas por elas com respeito às dinâmicas de uso dos recursos naturais (SANTILLI, 2005). Atualmente, os extrativistas passaram a compreender melhor o instituto das RESEX, e, por isso, pode-se afirmar que “a *práxis* passou a ser teorizada pelas próprias bases” (MURRIETA; RUEDA, 1995). Sem, dúvida, o Movimento dos Seringueiros do Acre marca o início dos protestos entre os extrativistas e está presente no repertório, nos marcos referenciais e na institucionalização de movimentos de populações tradicionais da Amazônia brasileira.

No caso do movimento social para criação e defesa da RESEX Renascer, curiosamente, todos os moradores da RESEX entrevistados declararam desconhecer a os “empates” e se consideram parte de um movimento singular entre os movimentos extrativistas da Amazônia. No entanto, esses personagens afirmaram que só decidiram requerer a formalização de uma RESEX inspirados pelo sabido sucesso da estratégia empregada pelo grupo de seringueiros do Acre, liderado por Chico Mendes.

### 3.4 ENTENDIMENTOS ACERCA DA CATEGORIA “POPULAÇÕES TRADICIONAIS”

As populações das RESEX são consideradas tradicionais embora parte de sua cultura produtiva sofra influência de formas de desenvolvimento impostas a todo o território amazônico. Para Allegretti (2005), Simonian (2000, 2003, 2005) e Silva (2001), o conceito de populações tradicionais está ligado, historicamente, às Unidades de Conservação (UC) de uso sustentável na Amazônia, particularmente, as reservas extrativistas – RESEX.

O texto da Lei do Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC)<sup>41</sup> emprega, frequentemente, a expressão “populações tradicionais”. No entanto, o dispositivo que explicitava esse conceito – artigo 2º, inciso XV – foi vetado pelo governo federal e como justificativa a mensagem<sup>42</sup> afirmava que a expressão, tal como constava, era “[...] tão

---

<sup>41</sup> Lei 9.985/2000.

<sup>42</sup> Mensagem nº 967, de 18 de julho de 2000. O inciso vetado definia como: “XV - população tradicional: grupos humanos culturalmente diferenciados, vivendo há, no mínimo, três gerações em um determinado ecossistema,

abrangente que nela caberia toda a população do Brasil [...]”. O veto foi defendido por preservacionistas – que temiam o uso indevido de tão ampla dispositivo – e também pelos seringueiros da Amazônia. Para eles, era excessivamente restritivo o critério da permanência na área por três gerações, o que desprezou o objetivo de uma RESEX que é o de assegurar os meios de vida e de cultura a populações extrativistas, a despeito do seu tempo de permanência na área (SANTILLI, 2005).

Em 1989, editada a Lei 7.804, foi dada nova redação ao inciso VI do artigo 9º da Lei de Política Nacional do Meio Ambiente (Lei de nº. 6.938/1981), inserindo a reserva extrativista em outra categoria. A regulamentação do dispositivo veio com o Decreto de nº 98.897/1990 (BRASIL, 1990), segundo o qual as RESEX “são espaços territoriais destinados à exploração autosustentável e à conservação dos recursos naturais renováveis, por *população extrativista*” (artigo 1º).

Em 2000, com a aprovação da Lei de nº 9.985, as normas para as Unidades de Conservação foram organizadas no SNUC. A RESEX passou a ser definida como área utilizada por populações extrativistas tradicionais, cuja subsistência se baseia no extrativismo e “complementarmente, na agricultura de subsistência e na criação de animais de pequeno porte” com o fim de proteger os meios de vida e a cultura dessas populações e assegurar o uso sustentável dos recursos naturais (artigo 18). Quanto às populações tradicionais, vale considerar o fato de que nenhuma sociedade permanece cultural, social e economicamente estagnada no tempo e no espaço. Por isso, conceitos formalizados em leis tendem a ser rapidamente superados pela realidade, mostrando-se, muitas vezes, inadequados ou ilegítimos. Hoje, a compreensão jurídica da categoria “populações tradicionais” se expandiu e incorporou noções da Sociologia e da Antropologia ao conceito da lei (SANTILLI, 2005). Assim, não existe conceito fechado de população tradicional, mas, o que se considera é que existem populações que, dadas algumas características gerais, podem ser denominadas “tradicionais”, em que pese esses aspectos comuns não serem os mesmos em todos os ambientes e em todas as comunidades. Fatores históricos, ambientais, socioculturais e econômicos de cada território onde se inserem influenciam o modo de vida das populações, suas tradições e construções simbólicas herdadas, refletindo na designação delas como “tradicionais”.

Autores como Balée (1989), Roué (1997), Diegues e Rinaldo (2001, 2002), Castro, E. (1997) e Simonian (2005) defendem que as características fundamentais dessas populações

---

historicamente reproduzindo seu modo de vida, em estreita dependência do meio natural para sua subsistência e utilizando os recursos naturais de forma sustentável”.

podem ser identificadas da relação entre elas e o ambiente onde vivem. Com isso, apesar da imensa diversidade entre elas, são consideradas populações tradicionais aquelas que por décadas, séculos, ou mesmo milênios, desenvolveram e ainda mantêm mecanismos muito próprios de adaptação a ambientes usando tecnologias simples, além da relativa dependência produtiva adaptada aos ciclos naturais e da cultura mítico-religiosa, igualmente fundamentada no meio em que vivem.

Segundo Diegues e Arruda (2001), algumas características de povos ou comunidades tradicionais são: técnicas ambientais de baixo impacto; organização social bastante equitativas; modo de vida marcado pela relação de simbiose entre natureza, ciclos e formas de uso dos recursos naturais renováveis; conhecimento aprimorado da natureza e dos seus ciclos refletido no uso e no manejo dos recursos naturais e transmitido de geração em geração<sup>43</sup>; noção de território ou espaço onde o grupo social se reproduz econômica ou socialmente; moradia ou ocupação do território por várias gerações; autoidentificação ou identificação por outros de pertencer a cultura distinta (ARRUDA; DIEGUES, 2001). Moreira; Leitão; Hébette (1999), ao descreverem a vida das populações ribeirinhas de Porto de Moz – cujas características são muito parecidas com as dos ribeirinhos de Prainha –, observam contrastarem com o estilo urbano e ressaltam que essas comunidades dispõem de um sistema de exploração complexo e integrado “em conformidade com os ritmos climáticos sazonais e os processos biológicos”. Segundo eles, essas populações seriam “solidárias com a natureza” já que o meio natural é a sua base econômica e reprodutiva.

Por falta de assistência técnica e financeira, tais populações praticam extrativismo vegetal, pesca, agricultura, criação avícola e bovina sem incorporar inovações. Assim, é evidente nessas populações “seus meios tradicionais de transporte, suas formas de produzir, cultivar a terra, colher os frutos da mata, pescar nos rios, alimentar-se, herdadas dos ancestrais”, o que faz com que sejam identificadas como “tradicionais” (MOREIRA, et. al., 1999, p. 342). Nessas comunidades, ocorre unidade entre técnicas de produção, e o campo simbólico das culturas com integração entre vida econômica e social se dá por uma cadeia de sociabilidade e de trocas econômicas, por exemplo, e as relações são, normalmente, marcadas pela integração entre famílias e graus de parentesco (CASTRO, 1997).

---

<sup>43</sup> As populações tradicionais tem em comum o fato de terem uma história de baixo impacto ambiental e sofrerem a ameaça a sua cultura e as suas formas de posse comunitária de terras – inclusive por projetos governamentais (DIEGUES, 2002). Tais grupos têm interesses em manter e recuperar o território que habitam, comprometendo-se, tem troca a prestar serviços ambientais.

Diante disso, fica evidente que a percepção do “legal” pelas populações tradicionais é incompleta e, muitas vezes, superada, até mesmo porque a concepção das reservas extrativistas antecede a Constituição Federal de 1988. Isso, apesar de o Decreto ter passado a vigorar em 1990 e nele ainda não constarem completamente reconhecidos os valores constitucionais de proteção à cultura das populações tradicionais, como destacado por Benatti (1998),

As definições de unidades de conservação contêm os princípios conservacionistas do início do século, com valores socioculturais largamente diferentes dos que iluminam a presente realidade brasileira, por isso exigem-se mudanças e adequações aos novos tempos, capazes de atualizá-los e fazer com que os preceitos sejam aplicáveis ao abrigo de novos paradigmas (BENATTI, 1998, p. 35).

No caso das RESEX, seu alicerce fundamental é a interação positiva com o ambiente ou mesmo a baixa lesividade à biodiversidade decorrentes do modo de vida das populações tradicionais com a proteção dos seus modos de vida e de sua cultura.

Esse comentário é pertinente desde logo, já que o autoreconhecimento dos moradores da RESEX como tradicionais e extrativistas é um elemento de conflito. Boa parte da campanha contra a RESEX Renascer tenta indagar o caráter extrativista dos moradores locais perante a lei, classificando-os como criadores de gado e agricultores e, com isso, firmar adesão local contra a Reserva, mesmo sob a iminência da eliminação drástica das práticas de pecuária em razão da letra fria da lei do SNUC (BRASIL, 2000).

De fato, a lei (BRASIL, 2000) não contempla como possibilidade a criação de bovinos e bubalinos encontrados em várias comunidades do interior da Unidade de Conservação. No entanto, o “Estudo Socioambiental da área da Renascer” esclarece que, embora em muitos debates prevaleça a matriz rigorosa de populações tradicionais, o alinhamento teórico adotado no processo administrativo de criação da RESEX estaria amparado nas reflexões de Araújo, R. (2006), Almeida, M., Cunha (1999):

Que propõem que a adesão das populações rurais ao reconhecimento como populações tradicionais seria uma estratégia de ‘embarcarem na categoria-ônibus que lhes dá acesso a direitos territoriais e a outros direitos, em troca de um preço que são as obrigações. Essas incluem práticas sustentáveis de desenvolvimento, e formas democráticas e equitativas de vida política e social. [...] Em suma, participar da categoria *populações tradicionais* significa ter uma organização local e lideranças legítimas, associar-se a tradições de uso sustentável dos recursos naturais no passado, e aderir (em um território especificado) ao uso de técnicas de baixo impacto ambiental no futuro’ (Populações Tradicionais e Conservação. Seminário de Consulta, Macapá, 1999 apud IBAMA, 2006, p. 26).

Esse entendimento tenta contemplar a realidade segundo a qual existem em certas reservas extrativistas – principalmente nas da região oeste do Pará – moradores ainda proprietários de pequenas criações de gado como forma complementar de renda familiar. Tal cultura – já tradicional – é fruto de programas governamentais que incentivaram essa prática na Amazônia, tais como o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura (PRONAF) e o Fundo Constitucional de Financiamento do Norte (FNO). Por isso, a opção pela pequena criação de bovinos e bubalinos nas várzeas é consequência do tipo de cultura desenvolvimentista preconizado pelo próprio governo para a Amazônia. Isso se acentua com a falta de projetos econômicos que possibilitem a sustentabilidade dos recursos naturais e a melhoria da qualidade de vida das famílias. O mesmo se pode dizer da incorporação de parte da população como mão de obra das madeireiras ilegais da região:

[...] devido às dinâmicas de apropriações de terras por agentes mais antigos, como pecuaristas da várzea, e à pressão das madeireiras com as frequentes ofertas de compra a preços vis, muitas famílias já não têm mais suas terras e sua subsistência depende completamente das empresas, onde se empregam como trabalhadores sem qualificação. Vale notar como nesse desenrolar, essas pessoas foram submetidas a um processo de invalidação cultural: o amplo e rico rol de saberes, fruto de gerações de convivência com a floresta, pouco ou nada valem no novo sistema de trabalho, onde se limitam a tarefas braçais fragmentadas. E não há como falar no desenvolvimento de novos conhecimentos [...] pois o ‘equipamento cultural’ anterior torna-se inútil num sistema que nivela o aprendizado em funções de tarefas parciais e estanques (TORRES, 2007, p. 97).

Com isso, prevalece nos estudos ambientais da “Renascer” a interpretação sistêmica dos modos de vida, da subsistência e da cultura das populações de forma a mantê-los por meio de pactos voltados à sustentabilidade da RESEX e seus moradores.

### 3.5 A AGENDA POLÍTICA DE CRIAÇÃO DE RESEX NA REGIÃO OESTE DO PARÁ

O modelo de áreas protegidas existe no Brasil desde 1930, mas, foi a partir da década de 1990 que ocorreu a expansão na criação dessas áreas, especialmente na Amazônia. Nessa época, a criação de Unidades de Conservação<sup>44</sup> visava, principalmente, atenuar os índices de degradação ao longo dos grandes projetos de pavimentação de estradas previstos pelo PPA “Avança Brasil” (Programa Plurianual do Governo Federal). Esses eixos de degradação estavam relacionados à expansão das atividades agrícolas, pecuaristas, madeireiras e mineradoras, além dos impactos já provocados pelo desmatamento (SCHITTINI, 2009).

---

<sup>44</sup> Na época, a instituição responsável pelas reservas extrativistas era o IBAMA, por intermédio do Centro Nacional de Desenvolvimento Sustentado das Populações Tradicionais (CNPT) (designado como órgão gestor do processo pela Portaria IBAMA N° 22-N, de 10 de fevereiro de 1992).

Outro fator relevante para essa expansão foi a pressão internacional ante a constatação de que a Amazônia detinha as maiores taxas de desmatamento entre as maiores florestas tropicais úmidas remanescentes no mundo (SCHITTINI, 2009).

Nesse cenário, alguns compromissos ambientais foram assumidos para a conservação da floresta. Em 1998, o Presidente Fernando Henrique Cardoso aderiu ao programa Florestas para a Vida (*Florests for Life*), resultado da parceria entre WWF e Banco Mundial, e aceitou destinar, no mínimo, 10% da floresta Amazônica a Unidades de Conservação de proteção integral. Para isso, criou o Programa de Áreas Protegidas da Amazônia (ARPA), coordenado pelo MMA e executado pelo IBAMA. Essa priorização de áreas de proteção integral – não habitadas por populações – foi amplamente criticada pelo excessivo caráter preservacionista – “parques sem gente” – e por ter agregado a participação direta de organizações internacionais (DIEGUES, 2008). Além disso, questionava-se a falta de políticas voltadas à sustentabilidade e à fiscalização das áreas de conservação (SCHITTINI, 2009).

No caso da região oeste do Pará, a partir de 2000, com a expectativa de asfaltamento da BR-163, as organizações não-governamentais, sindicatos, institutos de pesquisa e outros se reuniram para propor alternativas ao desenvolvimento territorial da área de influência da rodovia. Em 2003, a Conferência Popular Regional discutiu o desenvolvimento dos territórios ao longo da Transamazônica, do Xingu, de Santarém e de Cuiabá. A Conferência partia do princípio de que “a região oeste do Pará pode ser considerada como última fronteira da Amazônia Oriental com grande estoque de reserva florestal” e, portanto, precisava de um “modelo de desenvolvimento que considerasse a dimensão humana, social, cultural, econômica, ambiental e ética das populações destas localidades” (SCHITTINI, 2009, p. 161).

Essa movimentação da sociedade civil resultou no “Plano de Desenvolvimento para o Oeste Paraense na visão dos Movimentos Sociais”, cuja estratégia adotou a demarcação de um conjunto de áreas protegidas, além do fortalecimento da produção familiar, agrícola e extrativista (SCHITTINI, 2009). A expectativa dos movimentos era a de que esse Plano pautasse órgãos governamentais em suas políticas públicas por expressar necessidades locais. Depois dessa mobilização, ocorreu o Fórum dos Movimentos Sociais da BR163 do qual resultou a “Carta de Itaituba” com estratégias de ordenamento territorial para a região e reforçando o conteúdo do citado Plano de Desenvolvimento.

Desde então, a região tem sido marcada pela criação de diversos tipos de Unidades de Conservação, o que ficou conhecido como Mosaico de Unidades de Conservação da Terra do Meio (PONTES JÚNIOR et. al., 2004). A criação do Mosaico integrava metas do Plano

Amazônia Sustentável (PAS), do Plano de Ação para a Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia Legal e do Programa Nacional de Florestas, do Ministério do Meio Ambiente. Por isso, as regiões destinadas às novas Unidades foram definidas como prioritárias no Projeto de Conservação e Utilização Sustentável da Diversidade Biológica Brasileira (PROBIO).

No âmbito social, era crescente uma forma particular de violência em toda a região. O ápice desse fenômeno ficou visível, inclusive, internacionalmente, com o assassinato da missionária Dorothy Stang, em fevereiro de 2005, no Município de Anapu (PA). O fato foi decisivo para que o MMA - na época, comandado pela Ministra Marina Silva - assumisse enfaticamente para a opinião pública o cumprimento de compromissos voltados ao ordenamento fundiário e à criação de Unidades de Conservação na região (PONTES JÚNIOR et. al., 2004). Dias depois do assassinato de Dorothy Stang, o governo federal oficializou a criação das Unidades de Conservação da Terra do Meio, da Estação Ecológica da Terra do Meio e o Parque Nacional da Serra do Pardo. Em novembro de 2004, já haviam sido criadas as RESEX Verde para Sempre e Riozinho do Anfrísio, essa antecipadamente em razão das ameaças contra lideranças, das invasões de terras e do desmatamento ilegal (INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL, 2003).

Segundo Paulo Adário, então coordenador da campanha da Amazônia realizada pelo *Greenpeace* em 2005, o Mosaico de Unidades deveria ter sido o instrumento do governo federal para efetivamente permitir a proteção das populações tradicionais, incluindo-se a RESEX Renascer. Confira-se:

Trata-se de um passo muito importante na luta pela conservação da Amazônia, em particular da Terra do Meio. Com a presença do Exército na região, o Governo tem na mão instrumentos para defender a floresta – e as suas populações tradicionais – da ação criminosa de grileiros, madeireiros e fazendeiros que invadiram a região. Para isso, precisa ainda criar novas reservas extrativistas, como a Renascer em Prainha [...] (CAPRILES, 2005)

A agenda das Unidades de Conservação em paralelo com a mobilização da sociedade civil local acabou por criar repertórios, estratégias, objetivos e formas de organização muito similares entre os movimentos sociais de populações extrativistas locais, até mesmo porque os problemas socioambientais e econômicos são parecidos.

Além disso, como se verá, o fato de ter sido criado<sup>45</sup>, em 2007, um órgão público específico para tratar das políticas ligadas às Unidades de Conservação, da proteção à biodiversidade e às populações tradicionais - o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) – , aproximou o diálogo desses movimentos sociais com o governo federal.

---

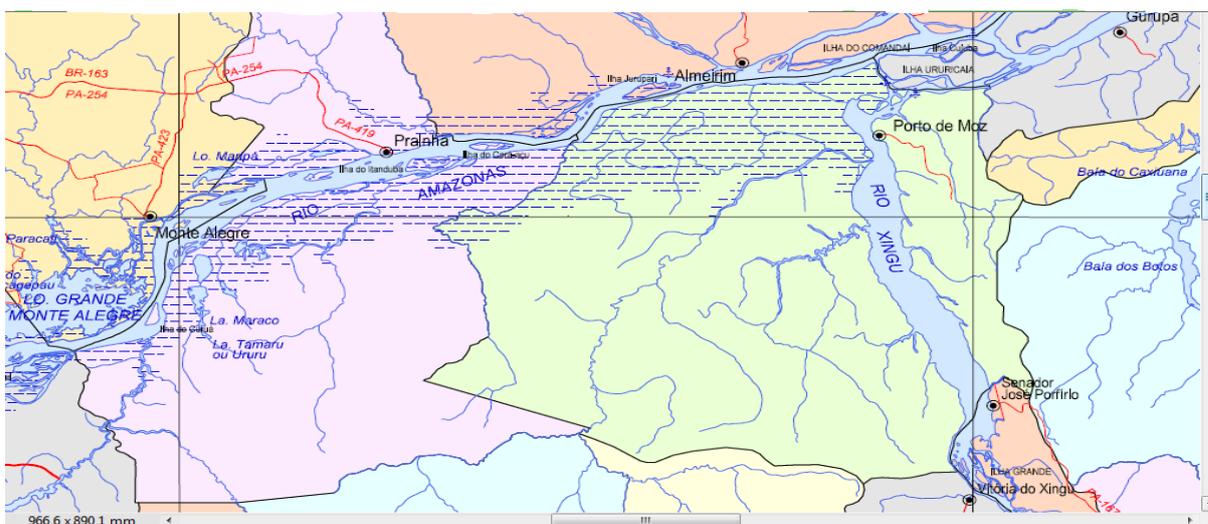
<sup>45</sup> BRASIL. Lei nº 11.516, de 28 de agosto de 2007. Dispõe sobre a criação do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - Instituto Chico Mendes; altera as Leis nos 7.735, de 22 de fevereiro de 1989, 11.284, de 2 de março de 2006, 9.985, de 18 de julho de 2000, 10.410, de 11 de janeiro de 2002, 11.156, de 29 de julho de 2005, 11.357, de 19 de outubro de 2006, e 7.957, de 20 de dezembro de 1989; revoga dispositivos da Lei no 8.028, de 12 de abril de 1990, e da Medida Provisória no 2.216-37, de 31 de agosto de 2001; e dá outras providências. Diário Oficial da União. 28.8.2007 - Edição extra.

## 4 LOCALIZAÇÃO DA RESEX RENASCER E CARACTERÍSTICAS SOCIOECONÔMICAS E CULTURAIS DE SUA POPULAÇÃO

### 4.1 LOCALIZAÇÃO E CARACTERÍSTICAS GEOGRÁFICAS

A Reserva Extrativista Renascer está situada em área rural do Município de Prainha, a Oeste do Pará, mesorregião do Baixo Amazonas (IBGE, 2008, 2010) e microrregião de Santarém. Prainha é um dos Municípios situados nas Calhas Norte e Sul do Rio Amazonas. A sede tem como marcos geográficos  $01^{\circ}48'00''S$  e  $53^{\circ}28'45''W$ . O Município, com extensão de 12.599.481km<sup>2</sup>, tem como limite a Norte, o Município de Almeirim; a Leste, Porto de Moz; ao Sul, Medicilândia e Uruará, e a Oeste, Santarém e Monte Alegre (conforme mapa 1). Em 2010, segundo o IBGE, a população de Prainha totalizava 29.265 mil habitantes e o Município tinha densidade de 2,32 hab/km<sup>2</sup> (IBAMA, 2006; IBGE, 2010).

**Mapa 1-** Localização da RESEX Renascer



Fonte: IBGE (2006)

A área da RESEX Renascer se situa nos limites geográficos da margem direita do Rio Amazonas e faz parte da Bacia do Xingu. Na área da Reserva, existem três microbacias<sup>46</sup>: Uruará, Tamuaatá e Guajará.

<sup>46</sup> Para o Programa Nacional de Microbacia Hidrográfica (PNMH) da Agência Nacional de Águas (ANA), criado pelo Decreto-Lei n° 94.076, de 05/03/87, o termo microbacia hidrográfica representa “uma área drenada por um curso d’água e seus afluentes, a montante de uma determinada seção transversal, para a qual convergem as águas que drenam a área considerada”.

A Reserva tem extensão de 211.741,37 ha e em seu território habitam 14 comunidades distribuídas ao longo das três principais microbacias. Ao longo do Rio Guajará (limite oriental) estão as comunidades de menor densidade populacional, quais sejam: Monte Carmelo, Terra Preta II, Irí e Ipitanga (Anexo B).

Em 2008, eram, aproximadamente, 281 famílias residentes na RESEX Renascer, totalizando população de 1.405 pessoas (TAMUA, 2011, não paginado). No entorno do Rio Tamuataí, situam-se populações mais numerosas que as do Rio Guajará, que são a de Santo Antônio, Espírito Santo, Andirobal e Santíssima Trindade. Na região do Rio Uruará (limite ocidental) estão as comunidades mais populosas da RESEX com mais influência geográfica de terra firme: comunidades de Floresta, São Raimundo, Beira Rio, Santa Cruz, Terra Preta e Mato Grosso.

Fazem parte do entorno da RESEX várias comunidades e localidades de várzea, cujas principais são: Vira Sebo, Acar-açu e Itanduba (mapa das comunidades da RESEX, Anexo B). Apesar de estar situada fora da RESEX, a Vila de Santa Maria de Uruará, na microbacia do Rio Uruará, tem destaque na região e na história do movimento social. Trata-se da vila mais populosa do Município de Prainha, fundada a partir da acumulação comercial provinda da pesca, da pequena agricultura, da pecuária e da exploração de madeira. A vila é importante entreposto comercial das comunidades internas à RESEX e abriga estradas abertas por madeiras que, apesar de rotas não reconhecidas oficialmente, fazem a ligação terrestre entre Santarém e Prainha.

Como já dito, o Município de Prainha é considerado área de influência da rodovia BR163 (Cuiabá-Santarém) e um dos pontos de maior expansão de ocupação reanimada pelo asfaltamento da rodovia. Por causa disso, sofre indiretamente os efeitos dos conflitos agravados ao longo dos deltas dos Rios Tapajós e Xingu. A BR163 intensifica a especulação fundiária e atrai para Santarém a atividade produtora de grãos e a exploração madeireira pela facilidade de escoamento dos produtos, pela permanência de atores externos e pelos ativos naturais – estoques de floresta, solos agricultáveis e pesca (IBAMA, 2006).

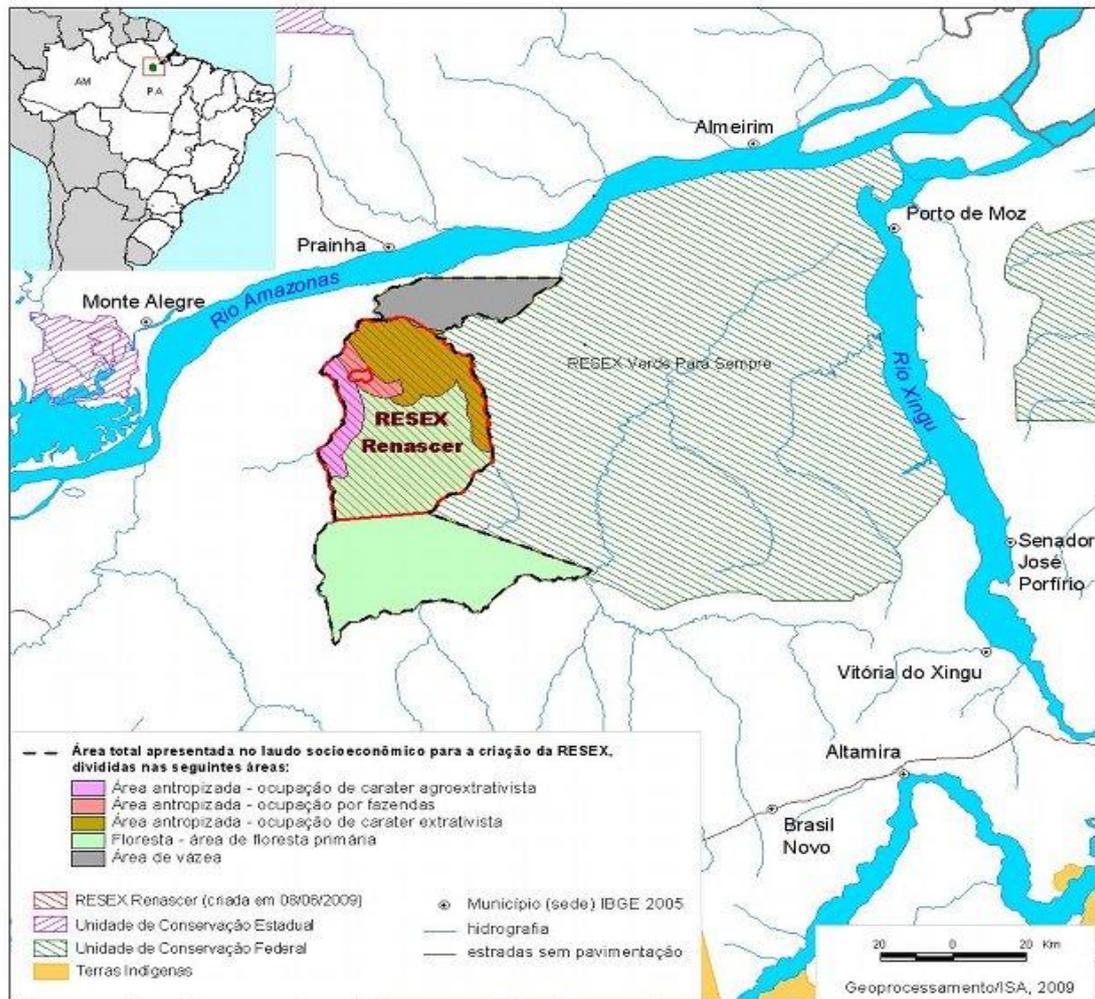
A área proposta para a RESEX Renascer tinha 87,3% de jurisdição pertencente ao INTERPA cabendo ao INCRA apenas bordas ao sul e a oeste do Município, que, somadas, perfaziam 22,5% do território (IBAMA, 2006). A maior parte do território ocupado do Município é composta pelo regime de posses. A RESEX está situada em uma região rica em bauxita e alumínio e, por isso, desperta grandes interesses exploratórios (IBAMA, 2006). Segundo informações do Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM), os platôs ao

sul de Prainha – excluídos pelo Decreto de criação da RESEX – são grandes reservas desses minerais, justamente, onde se situam as nascentes dos Rios Guajará, Tamuaatá e Uruará e também a vegetação cuja preservação seria ambientalmente mais relevante (BALETTI; REGO, 2010). Ao sul da RESEX estão as florestas de vegetação primária e os tipos de madeira de interesse para exploração (IBAMA, 2006; BALETTI; REGO, 2010).

O Município tem extensas áreas de várzea, predominantes na RESEX – cujos solos são de várzea, arenosos e latossolos. A hidrografia de Prainha é representada por afluentes e subafluentes do Amazonas. Destacam-se, ao Sul, o Rio Curuá do Sul, que desemboca no Curuá-Uma e é formador dos Rios Tutuí e Uruará. No sentido Sudeste-Nordeste, o Rio Curuá-Uma penetra o território de Prainha, onde recebe o Rio Curuá do Sul e desemboca no Rio Amazonas. Ao Sudeste, o Rio Jupari separa Prainha de Medicilândia, e a Leste, o Rio Guajará separa Prainha de Porto de Moz. Ao norte, Prainha é separada de Almeirim pelo Rio Paranaguara além do Rio Mulata (IBAMA, 2006, p. 18).

O “laudo biológico”, formulado em 2006 (CARVALHO JÚNIOR; GHIZONI JUNIOR; MELO, 2006), identificou as seguintes fitofisionomias na região que, até então, incluía a área sul da RESEX: floresta de terra firme; floresta inundável; floresta de igapó; vegetação secundária; campo de restinga; e campo de várzea (CARVALHO JÚNIOR; GHIZONI JUNIOR; MELO, 2006). Segundo o “Estudo Socioeconômico da Área Proposta para Criação da Reserva Extrativista Renascer”, existem espécies como a castanheira de grande abundância na região; o anelím-vermelho; a muiracatiara; a maçaranduba; o mogno; o cedro; a maparajuba; o açaí; e o buriti. A biodiversidade animal é relevante e, entre os mamíferos, listam-se mais de 43 espécies (IBAMA, 2006). A variedade de peixes vem atraindo grandes barcos e geleiras comerciais, e espécies como o pirarucu, o tambaqui e o surubim são das mais importantes na alimentação dos moradores.

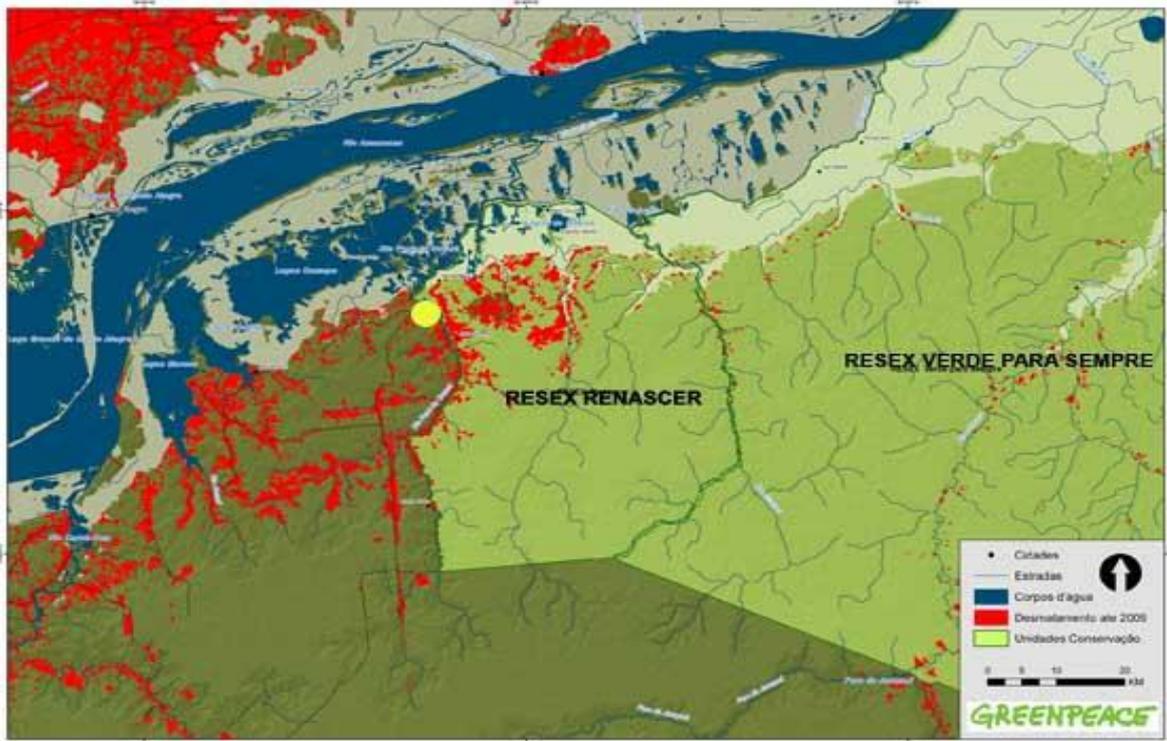
**Mapa 2-** Localização da RESEX Renascer



Fonte: Instituto Socioambiental (ISA) 2011.

A RESEX Renascer se situa ao lado da RESEX Verde para Sempre, em Porto de Moz (Mapa 3). Essa proximidade torna similares os problemas das reservas extrativistas e associa os movimentos sociais de ambas nos objetivos de defesa e de preservação do território, dos recursos naturais e das populações.

**Mapa 3-** Localização das Reservas Extrativistas Renascer (Prainha) e “Verde para Sempre” (Porto de Moz)



Fonte: Greenpeace (2003)

#### 4.1.1 Características socioeconômicas e culturais dos moradores da RESEX

Antes de se tratar das condições socioeconômicas da RESEX propriamente, serão abordadas as do Município de Prainha, cujo povoamento começou na década de 1920 em decorrência da exploração da borracha, da castanha-do-pará e da juta (TORRES, 2007). Entre os municípios situados nas Calhas Norte e Sul do Rio Amazonas, Prainha é o que apresenta as mais diversificadas características naturais e ecológicas com riquezas florestais, minerais e aquáticas ainda mal estudadas, o que “certamente colocam esse Município entre os mais importantes nos próximos anos, no que se refere à procura por seu espaço produtivo”. A população local consolidou, ao longo do tempo, rica e profunda relação com o meio ambiente (IBAMA, 2006, p. 15; TORRES, 2007).

A economia de Prainha é baseada em pecuária, pesca e agricultura familiar, voltadas, principalmente, ao consumo interno, e a produção excedente, exportada para o mercado regional (IBAMA, 2006). Segundo o Estudo Socioeconômico para a criação da RESEX Renascer, há uma intensa relação comercial entre Prainha, o Baixo e Médio Amazonas, a capital do Amapá, Macapá, e com os Municípios de Breves, Belém e Porto de Moz, no Pará (IBAMA, 2006).

Com base em dados comparativos do PIB de Prainha fornecidos pelo IPEA, a partir de 1996, o Estudo Socioeconômico afirma: “mesmo com a crescente participação da madeira na pauta de exportações do Município, essa atividade não tem acrescentado em ingressos de renda nem benefícios fiscais [ao Município]” uma vez que o produto é retirado e exportado clandestinamente (IBAMA, 2006, p.29). Segundo o estudo, caso não houvesse a extração clandestina e a retirada ilegal da madeira em toras para exportação, a produção madeireira poderia ser das atividades mais promissoras para o Município (IBAMA, 2006).

A pecuária bovina e bubalina é reconhecida como importante pelo Estudo, concentrando-se nas áreas de várzea combinadas com terra firme, situadas nas margens do Rio Uruará (IBAMA, 2006). O incremento dessa atividade ocorreu a partir de 1990, com auge entre 1996 e 1997 por conta dos investimentos de crédito do FNO (Fundo Constitucional Norte) na pecuária da região. A maior parte dos rebanhos estaria distribuída a oeste do Rio Uruará, na região de Cipriano, onde ficam grandes fazendas de famílias tradicionais, como Alvarenga, Lima, Miranda, Furtado e Esquerdo (IBAMA, 2006,).

Em todo o Município, o rebanho bubalino cresceu cerca de 30%, entre 1990 e 2002. Esse percentual estaria acima da média para os municípios da região, exceto o de Porto de Moz, cujo percentual de crescimento para o mesmo período foi de 80% (IBAMA, 2006). Os criadores são de pequeno, médio e grande porte e o búfalo, na estação das cheias, costuma ser transportado das áreas de várzea para terra firme.

Ao analisar o PIB agropecuário de Prainha e de acordo com as amostragens do “Estudo Socioeconômico”, “é bem provável que a base da economia agropecuária do Município seja assentada num universo social amplo de pequenos produtores rurais, entre eles, os produtores agroextrativistas e pecuaristas familiares” (IBAMA, 2006, p. 43).

As cinco principais culturas temporárias da região são as de arroz, feijão, soja, mandioca, milho e soja. Segundo o IBGE, de 1990 a 2002 o crescimento das lavouras – com incremento de 52,55% – foi bem superior ao crescimento de bovinos, considerado discreto com índice de 7,64% em doze anos.

Ainda o Estudo aponta que a mandioca é a atividade econômica mais bem estruturada junto com a pecuária e a pesca (IBAMA, 2006). Em relação à produção de leite e ovos, Prainha estaria bem abaixo dos outros municípios da região, como Alenquer, Monte Alegre, Porto de Moz e Juriti. Não há frigoríficos ou laticínios no Município e boa parte da

produção é consumida, internamente, já que não há meios de exportação dos produtos beneficiados (IBAMA, 2006).

Segundo o mesmo Estudo, Prainha tem das mais frágeis economias, dos mais baixos PIBs e retornos de ICMS da região. A atividade industrial é incipiente e a economia, informal. Isso se reflete na exportação de produtos *in natura*, quase sem valor agregado, com produção e comercialização de subsistência (IBAMA, 2006, p. 42, 44). O pescado é o produto com exportação mais regular e de maior demanda no mercado local. (IBAMA, 2006).

As florestas e as áreas pesqueiras de Prainha estão entre as atividades extensivas em expansão de Santarém e em outros municípios da Transamazônica. Há uma estrada madeireira, a PA370, que dá acesso entre Prainha e Santarém e a outros municípios e é usada pelas produções de grãos. O “Estudo Socioeconômico” já apontava, em 2006, que as nascentes das três principais microbacias da região estão ameaçadas por estradas ilegais (IBAMA, 2006).

Segundo o Estudo Socioeconômico da RESEX, o cultivo permanente faria parte do sistema de agricultura temporária das famílias da Reserva combinado ao extrativismo, à pesca, à pecuária familiar e à caça. Essas seriam as atividades dos moradores, ou seja, uma economia baseada na diversidade, com pequena escola de produção, com relações tímidas com o mercado e alternância de fontes de renda (IBAMA, 2006).

Além disso, moradores da RESEX exercem a criação de pequenos animais, como porcos e galinhas – que, em 2006, correspondiam a cerca de 15% e 80%, respectivamente, do rebanho bovino (IBAMA, 2006). Mesmo assim, o Estudo aponta que a produção de animais de grande porte ainda é a mais significativa e está concentrada, especificamente, em algumas regiões e fazendas.

A maior fazenda, de propriedade de Joaquim Alvarenga, pioneiro na criação de bovinos e bubalinos na terra firme da região, ficou excluída da área da RESEX. Em 2006, concentravam-se ali cerca de 2 mil cabeças de gado – 34% de todo o gado da região da Reserva (IBAMA, 2006). Em 2006, a região conhecida como Cipriano, entre os rios Uruará e Tamuataí, concentrava a maior criação de gado branco. Por esse motivo, o Estudo considerou que a região do Cipriano é um “enclave de pecuária dentro da área de estudo”, mas, que “pode conviver num mosaico de unidades de conservação de uso mais restrito sem prejudicar seu atual sistema de produção” (IBAMA, 2006, p. 105).

Quanto ao incremento da criação de gado, o Estudo aponta que há muitos casos de produtores financiados pelo FNO que tinham, em média, dez cabeças de gado e pretendiam aumentar para 25 a 30 cabeças. Mesmo assim, o Estudo conclui que para esses produtores a “Unidade de Conservação de uso sustentável não é incompatível, contanto que implemente técnicas de manejo que permitam a intensificação das criações sem agredir as condições culturais em que esses sistemas de produção estão estruturados” (IBAMA, 2006, p. 106).

O movimento de ocupação de terra firme para a criação de gado tem invadido florestas das comunidades de Terra Preta, Mato Grosso, Santa Cruz, Cipriano, Beira-Rio, São Raimundo, São Paulo e Floresta (IBAMA, 2006). No caso da região do Rio Guajará, a maior expansão ocorreu com a criação de búfalos, atividade considerada pelos moradores como atividade mais rentável, por exigir menos investimento em mão-de-obra e construção de marombas e currais. (IBAMA, 2006).

A economia na Reserva é essencialmente de subsistência. O Estudo Socioeconômico da área ressalta a “baixa densidade de produção por família e de cadeias frágeis de comercialização, pois a maior parte dos produtos da região é sazonal com oferta limitada em períodos de safra ou estações” (IBAMA, 2006, p. 106). A madeira e a pecuária funcionam como poupança das famílias, considerando que são os bens que atingem preços mais compensatórios no atual sistema de produção existente na região (Idem, 2006).

No caso das comunidades da RESEX, as relações comerciais mais intensas das microbacias do Tamuataí e Uruará são com os Municípios de Prainha, especialmente, Vila de Santa Maria de Uruará, Santarém e Monte Alegre. No caso da microbacia do Guajará, as comunidades mantêm laços comerciais, principalmente, com os Municípios de Porto de Moz e de Almeirim.

A microbacia do Tamuataí é a que tem produção agrícola mais densa, complementada pelo extrativismo e pela pecuária em escala familiar. Já a região do Uruará é a que possui maior presença de pecuária (IBAMA, 2006).

Os moradores locais utilizam os recursos da fauna e da flora para diversos fins, incluindo alimentação, habitação, medicina, artesanato e ornamentação. A variedade de produção e uso dos recursos reflete o “profundo conhecimento que os moradores possuem sobre a biodiversidade regional” (CARVALHO JÚNIOR; GHIZONI JUNIOR; MELO, 2006, p. 19) e a sazonalidade de permanência atual das famílias na várzea e em terra firme é determinada pela temporariedade de estação na relação com a terra (IBAMA, 2006).

O Estudo Socioeconômico atesta que “os moradores da área proposta para a Reserva Extrativista Renascer são ribeirinhos, no sentido clássico, presentes na região e se mantêm sob as bases de uma economia agroextrativista” (IBAMA, 2006, p. 70). E em relação ao extrativismo vegetal, foram identificados 44 tipos de plantas coletadas e utilizadas para fins alimentares, medicinais, artesanais etc. Os principais consumidores são os próprios moradores e vizinhos da RESEX. Há também a presença de intermediadores, os comerciantes locais, que revendem os produtos, inclusive, em outros municípios (IBAMA, 2006). A produção de cultivos permanentes com fins comerciais é recente, embora, em décadas passadas, houvesse a comercialização de juta e de café. Em 2006, dos 35 produtos de lavouras permanentes na área da RESEX, apenas 13 conseguiam chegar ao mercado, a maior parte da produção era para o autoconsumo. Os vizinhos são predominantes para a comercialização, e as trocas também eram frequentes entre os moradores (IBAMA, 2006).

A madeira é muito consumida pelos moradores da Unidade de Conservação na construção de casas, cercas, canoas, barcos, remos, escolas, etc.. Apesar de ser importante componente na renda dos moradores, o Estudo não conseguiu mensurar a representatividade desse produto nas atividades dos moradores porque “nem todos se sentiram à vontade para falar” por temerem repressão dos órgãos de fiscalização federais. O Estudo constatou também que antigas empresas madeireiras mantinham moradores aliados e funcionários em diversas comunidades (IBAMA, 2006, p. 120-121).

Após reconhecer que estão intrincados o extrativismo e os sistemas de produção agrários e pecuários, o Estudo recomenda que “a madeira e o gado [...] devem ser reconhecidos como atividades tradicionais a serem ordenadas, mas, não eliminadas da pauta econômica da região” (IBAMA, 2006, p. 122-123).

A criação de boi e de búfalo na RESEX e a falta de estudos sobre as opções de expansão sustentável da economia local, somadas à desinformação sobre a noção de “extrativismo” e à falta de políticas públicas para a Reserva, acabam gerando controvérsias em torno da identidade cultural de algumas famílias da RESEX. Alguns se reconhecem extrativistas, outros o negam, reagem contra a Reserva e temem que o poder público lhes exclua do direito ao desenvolvimento das comunidades e que se passe a tratá-los “como índios”. Em outras palavras, atualmente, a própria definição identitária de algumas

comunidades da RESEX não é consenso, nem unânime<sup>47</sup>. Pode-se observar, nessa pesquisa, que esse conflito também é reforçado por políticos, pecuaristas e madeireiros locais que distorcem o extrativismo e fazem intensa campanha contra os órgãos ambientais.

Esse contramovimento alega a necessidade de se promover a defesa do Município contra o “engessamento” econômico causado pela Unidade de Conservação e a proteção das comunidades locais, “que não podem ser tratadas como se fossem indígenas” e que “não foram devidamente consultadas sobre a criação da reserva extrativista”. Na “audiência pública” em Vila de Santa Maria de Uruará, comandada pela Presidente da Câmara de Vereadores de Prainha, podem-se registrar vários trechos de discursos com essa abordagem, especialmente, os de alguns vereadores, deputados, ex-prefeitos ou candidatos a prefeito e representante da OAB-Pará. A seguir, estão transcritos de modo a se analisar como afetam a autorreconhecimento identitário de algumas populações.

porque eu sei que não é fácil a luta de vocês. Quem veve de caçar, quem veve de plantar não tem direito de cortar uma árvore!? Como é que vocês vão vier essa situação dentro da RESEX, a comunidade? Porque já disseram que vão ter que correr para as Zonas B, onde tem desempregado, prostituição, vai formar é filho bandido, é isso que não tá certo. Então, nós estamos aqui hoje e nós vamos lutar porque vocês não podem ficar nessa situação<sup>48</sup>.

Esse trecho da fala de uma vereadora de Prainha propaga a informação de que não seria possível cortar árvores para o plantio ou outras finalidades de subsistência no interior de uma Reserva extrativista porque tal atividade seria considerada ilegal. A vereadora se utiliza de argumento – muito replicado por comunitários contrários à Reserva e, principalmente, por rádios locais voltadas a protestantes – segundo o qual a RESEX acentuará a miséria da população e a privará dos meios de sustento e de renda, principalmente, dos empregos em madeiras e fazendas. O resultado seria prostituição, uso de drogas e criminalidade. Veja-se agora o discurso de representante da OAB-Pará sobre a conduta de órgãos ambientais e o risco de perda das propriedades acarretado pela aplicação da lei que estabelece a RESEX:

Porque, ocorre uma coisa, uma situação muito grave: o pessoal do IBAMA chega nas propriedades de vocês, e não é só aqui, é em Monte Alegre, é em qualquer lugar, lavra o Auto de Infração. [...]. Normalmente eles julgam lá em cima. Não adianta argumentar, não adianta reunir, porque os fiscais do IBAMA, eles vivem pra cumprir uma lei, eles tão cumprindo a lei, obviamente. [...]. E o que vai acontecer? Normalmente, pra uma propriedade que vale vinte mil, a multa é de cinquenta, cem

---

<sup>47</sup> Segundo o estudo socioambiental, 76,7% dos moradores entrevistados, em 2006, declararam que as “roças” são seu principal meio de vida e componente de renda. Em segundo lugar, viria o extrativismo, com 35% de indicações dos moradores. A pesca representaria 27,7% seguida pelo gado branco, com 23%. A madeira apareceria em 14% das citações (IBAMA, 2006).

<sup>48</sup> Registro de discurso de vereadora de Prainha proferido na audiência pública promovida em 11.06.2011, na Vila de Santa Maria de Uruará.

mil reais, ela [a multa] é impagável [...] Porque vocês, volta e meia, correm o risco de perder a propriedade de vocês. E aí, vocês vão produzir, vão sustentar a família de vocês com o que?<sup>49</sup>

O discurso se refere à campanha contra os órgãos ambientais. O representante da OAB expõe como prática – supostamente derivada da lei – a conduta coercitiva e o abuso do poder de fiscalizar. O que deveria ser visto como ilegal e desautorizado é narrado como prática legalmente prevista, segundo a qual famílias seriam autuadas a ponto de perder suas propriedades, bens de família, e seu meio de sustento em razão da medida do órgão ambiental. É isso que algumas “autoridades” tentaram propagar com o fim de persuadir alguns comunitários. Observe-se, agora, trecho do discurso da atual candidata a prefeitura – irmã do ex-prefeito – sobre a relação entre a economia local e a pecuária:

Gente, eu quero dizer, eu sou advogada, mas eu nasci em Prainha, eu vi a dificuldade de Prainha, eu sei que a maioria das pessoas vivem da pecuária, e não só vinte por cento vive do res. E a nossa criação é conhecida. O próprio Prefeito conhece bem essa realidade, porque sua família também é de origem da pecuária<sup>50</sup>.

Para legitimar a fala e alguma familiaridade com os direitos dos comunitários e, ao mesmo tempo, expressar certo grau de pertencimento ao local como “filha” de Prainha, e de compreensão da situação, a candidata afirma: “eu sou advogada, mas eu nasci em Prainha [...]”. Mais adiante, afirma que a pecuária estaria na centralidade da economia de Prainha há muitos anos e, ao citar que o então prefeito – seu adversário político e apoiador da RESEX – faz parte de uma família de pecuaristas, procura induzi-lo publicamente a reconhecer a inviabilidade da Reserva ante os interesses de expansão econômica.

Estavam nessa “audiência pública”<sup>51</sup> apenas representantes das comunidades contrárias à RESEX. A maior parte das comunidades participantes era do entorno da Reserva. Os moradores da Unidade de Conservação, os funcionários do ICMBio e os integrantes da CPT se recusaram a comparecer, temendo violência e alegando que aquele fórum não seria um debate democrático, já que não se discutiria a sustentabilidade da Reserva, mas sim, o seu cancelamento jurídico por seus inimigos.

Durante a audiência, era evidente a incompreensão sobre o conceito de extrativismo e sobre a lei que estabelece a criação dessas Unidades de Conservação. Muitos moradores

<sup>49</sup> Registro do discurso do representante da OAB-PA (Ordem dos Advogados do Brasil, circunscrição do Pará), proferido na audiência pública promovida em 11.06.2011, na Vila de Santa Maria de Uruará.

<sup>50</sup> Registro de discurso proferido por candidata a Prefeitura, irmã do ex-prefeito de Prainha na audiência pública promovida em 11.06.2011, na Vila de Santa Maria de Uruará.

<sup>51</sup> Segundo informado por comunitários, é comum no município denominar-se como audiência pública toda e qualquer reunião pública que tenha a presença de políticos locais. No entanto, a maior parte destas reuniões não possui os requisitos legais e fáticos necessários para ser, realmente, *audiência pública*.

temem a impossibilidade de manutenção dos seus modos de vida tradicionais no interior da RESEX, ao mesmo tempo em que se recusam a serem tratados como “índios” ou “populações tradicionais”, uma vez que acreditam que isso seria um obstáculo ao seu desenvolvimento.

Confira-se o depoimento:

Que aqui, ninguém vive de extrativismo, aqui a gente vive de pecuária, pesca, agricultura e madeira, é isso que nós vive aqui. [...] Que país é esse? Já pensou nós passar pro índio?<sup>52</sup>

No mesmo sentido, outro discurso de morador de Comunidade de Cipriano, onde se encontra a maior criação de gado:

Nós [...] não aceitaria a reserva em nossa área. Por quê? Porque nossa a área, nós não veve de “leite de pau”, nós não vevede [...] leite [...] de [...] andiroba, nem com outra coisa, gente. [palmas da plateia]. Nós veve é do nosso trabalho<sup>53</sup>

Desses discursos, pode-se deduzir, novamente, um reducionismo da atividade extrativista, tida como “coisa de índio”. O comunitário, morador da Unidade de Conservação, frisa a pecuária, a pesca, a agricultura e a extração de madeira como formas de produção diversas do extrativismo. Para esses moradores, o “extrativismo” é visto como atividade de seringueiro ou coleta de produtos vegetais da floresta, diferente, portanto, do “trabalho deles”: plantio, criação de gado, extração de madeira, pesca e caça. Ficam implícitos o sentimento de desonra dos moradores ao serem comparados aos povos da floresta e a discordância política quanto à incorporação dessa identidade.

Outro discurso traz argumentação bastante comum entre os moradores da Reserva e de seu entorno, contrários à Unidade de Conservação: trata-se do temor quanto às restrições legais que a RESEX pode impor ao modo tradicional de vida de seus moradores:

[...] nós precisamos ainda ter a nossa liberdade porque lá nós sobrevive, nós faz uma roça, planta mandioca pra fazer a farinha e nós quer indireitá lá e a população da cidade também. Queremos também plantar capim pra criar o gado [...] também [...] e a madeira também, porque a gente precisa da madeira pra construir a casa, pra construir o pasto [...] nós estamos na área da Reserva, então, tamos assim impedidos já assim de trabalhar como trabalhava antes [...] a gente não é acostumado com essas lei que tão chegando aí pra nós oprimir<sup>54</sup>.

---

<sup>52</sup> Registro de discurso proferido por comunitário da comunidade de Mato Grosso na audiência pública promovida em 11.06.2011, na Vila de Santa Maria de Uruará.

<sup>53</sup> Registro de discurso proferido por líder comunitário da Cipriano (morador da RESEX) na audiência pública promovida em 11.06.2011, na Vila de Santa Maria de Uruará.

<sup>54</sup> Registro de discurso proferido por comunitário de Pedra Branca (morador de fora da RESEX) na audiência pública promovida em 11.06.2011, na Vila de Santa Maria de Uruará.

Para os contrários à RESEX, a lei que estabelece essa Unidade de Conservação é instrumento de opressão às formas de vida e de trabalho dos seus moradores, pois visa apenas à preservação da natureza. Não se reconhece o fato de que o propósito de uma reserva extrativista é, justamente, o de conciliar a conservação do meio ambiente e os modos tradicionais de vida. Esse é o sentir de alguns moradores: a RESEX Renascer os impede de plantar, caçar, pescar, derrubar parte da vegetação para o roçado, manter a atividade tradicional de pecuária, retirar madeira para fins cotidianos etc.

O baixo nível de informação e de escolaridade da população permite aos políticos função de dirigentes da vontade e da conduta da população. Veja-se o discurso abaixo:

Num primeiro lugar, colocar pra vocês que sou uma pessoa humilde, minha família é humilde, que agradeço pelos companheiro que tão tudo aqui, agradeço todos, os deputado, vereadores, prefeito, a Presidente da Câmara, tá? Ok? Que tá pra ensinar as pessoas e a população do Município. Eu coloco de modo geral, tá? [...] E nós tamo cobrando e... nós vamos denunciar pro Ministério Público, tá, daqui? [*Vira-se para uma vereadora e pede:*] Por favor, depois você me explica, tá?<sup>55</sup>

Os moradores se sentem desinformados e se mostram humildes diante dos políticos e absorvem “os ensinamentos” ou instruções deles. Isso é emblemático da forte cultura de política paternalista local. Os políticos “explicam” como as pessoas devem agir e protestar ao invés de serem representantes ou mandatários condicionados pela expressão das necessidades e dos interesses da população.

Também para o atual presidente do STR a lei que cria a reserva extrativista ainda vai gerar muitos conflitos no local, já que a presença do gado na Unidade de Conservação a diferencia bastante de outras reservas da Amazônia:

Porque, do quanto eu já andei, a nossa realidade é muito diferente das outra RESEX. Né? [...] Aqui a nossa fonte de renda na região – não é local, é em toda a região oeste do Pará –, é a pesca, né, é a agricultura [...] Principalmente aqui na nossa região, ela é lavoura branca, quer dizer, que é da mandioca, o arroz, feijão, o milho, a melancia. [...] Aí vem a pecuária, que ela tanto faz dentro da RESEX, como fora das área de RESEX<sup>56</sup>.

Com isso, o presidente, que participou da luta para a criação da Unidade de Conservação, admite que a situação socioeconômica do lugar requer entendimento diferenciado em razão da constante atividade agrícola e da presença da pecuária. Os abaixo-assinados de contrários à RESEX e que compõe parte do processo administrativo do IBAMA

<sup>55</sup> Registro de discurso proferido por comunitária de Petrópolis (moradora de fora da RESEX) na audiência pública promovida em 11.06.2011, na Vila de Santa Maria de Uruará.

<sup>56</sup> Entrevista com atual presidente do STR. Data: 24.08.2011. 15h30.

alegam basicamente que: a) a atividade produtiva geradora de emprego e renda seria a pecuária de grandes animais; b) não existiria população extrativista na área, como requer o Decreto 98.897, de 30 de janeiro de 1990 (BRASIL, 1990); c) a região não ofereceria produtos extrativistas suficientes para o sustento das famílias<sup>57</sup>.

Apesar de conflitos e controvérsias – e mesmo com a presença de gado na Reserva – pode-se confirmar a clara identidade tradicional ribeirinha dos moradores da RESEX Renascer. Esse caráter identitário perpassa a presença das casas de madeira ao longo dos rios, a forma e os ciclos produtivos adaptados às secas ou às cheias e a outras características culturais e idiossincráticas do cotidiano comunitário. Entre essas idiossincrasias, destacam-se: a marcação de tempo e distância condicionada ao regime dos rios; ao tempo e às opções de deslocamento por barcos, notadamente, de rabetas; a arquitetura das moradias; a autoidentificação dos comunitários e diferenciação de suas histórias. Os marcos referenciais que unem esses moradores e que também demarcam suas ações coletivas, suas formas de mobilização, suas estratégias de ação e de gestão têm como eixos as microbacias dos Rios Tamuataí, Guajará e Uruará. Além disso, decorrem do conhecimento aprofundado dos recursos naturais e do território pelos ribeirinhos. O termo “ribeirinho” é utilizado, nessa dissertação, da maneira como é visto para a linguagem de referência à Amazônia, de acordo com Edna Castro:

[...] imagens de mata, rios, igarapés e lagos, definindo os tempos de suas vidas na relação com as concepções que construíram sobre a natureza [...] O uso dos recursos da floresta e dos cursos d'água são, portanto, presentes nos seus modos de vida, enquanto dimensões fundamentais que atravessam as gerações e fundam uma noção de território, seja como patrimônio comum, seja como uso familiar ou individualizado pelo sistema de posse ou estatuto de propriedade privada (CASTRO, E., 1997, p. 226-227).

Nos relatórios do processo administrativo do IBAMA de criação da RESEX<sup>58</sup> e nos estudos anexos – Características socioeconômicas das comunidades da área proposta para criação da Reserva Renascer e o Laudo Biológico – está evidenciada a população extrativista tradicional ocupando extensa área, o mesmo que foi reconhecido pelo Ministério Público Federal e pelos julgados da Justiça Federal<sup>59</sup>.

---

<sup>57</sup> Páginas 484 e 570 do processo administrativo IBAMA, que analisou o pedido de criação da RESEX Renascer.

<sup>58</sup> Processo Administrativo IBAMA, autos nº 02048.000978/2003-10.

<sup>59</sup> Julgamento da Medida Cautelar inominada, autos nº 2006.39.03.003102-0 e pelo julgamento da ação civil pública, autos nº 2006.39.03.003102-2 (MPF contra União Federal, Estado do Pará, IBAMA e INCRA), ambas da Vara Única de Altamira.

No Estudo Socioeconômico da área para onde se propunha a Unidade de Conservação (IBAMA, 2006) consta que não houve “enquadramento técnico rigoroso” no que concerne ao conceito de populações tradicionais, considerando-se a diversidade entre as populações em diversas RESEX do Brasil. Todavia, esse estudo é claro: foram identificadas diversas práticas tradicionais e extrativistas entre moradores de diferentes escalas econômicas e sociais da RESEX Renascer. Confira-se:

[...] A exemplo de Porto Moz, em que as populações da Reserva Extrativista “Verde para Sempre” habitam e utilizam os recursos nas várzeas e terra firme, mantendo o domínio sobre um território descontínuo e de múltiplos usos, a população rural desta área exige uma descrição menos comprometida com os pressupostos teóricos e mais comprometida com a descrição objetiva dos seus modos de vida.

Por este motivo, o estudo trata os moradores da área como *moradores* e não como *ribeirinhos, agricultores familiares, populações tradicionais* ou *extrativistas a priori*. Em alguns casos, os moradores são identificados como agroextrativistas, característica mais próxima do que foi identificado na área. Isto porque foram identificadas práticas tradicionais entre moradores de diferentes escalas econômicas e sociais (IBAMA, 2006, p. 25-26, grifo do autor).

A partir desse entendimento, a população da RESEX Renascer apresenta características gerais de varzeira ou ribeirinha, extrativista – pela forma de manejo e extração dos recursos –, de pequena agricultora familiar e de criadora de gado tradicional. Por essa razão, o Estudo Socioeconômico conclui que a característica mais próxima dos moradores da RESEX Renascer seria a de agroextrativistas.

Sobre a relação ou suposta contradição entre os caracteres tradicional e extrativista da população e a criação de gado, o Estudo explica:

O manejo (compreendido como gerência) dos recursos disponíveis, alternando a criação de gado na várzea e terra firme é prática tradicional comum a pequenos, médios e grandes criadores, por exemplo. Mas não se pode chamar de pecuaristas os pequenos criadores que têm nesta atividade mais um componente (muitas vezes principal) do seu sistema de produção e dos seus meios de vida. Assim como não se pode chamar de população tradicional (*strictu sensu*) os pecuaristas que se especializaram nesta atividade, tendo na mesma o seu único meio de vida. Ambos são populações tradicionais em relação ao tipo de manejo dos recursos naturais (solos, vegetação, etc.) na sua forma de intervenção econômica no ambiente (alternância de uso nas estações) – nos sistemas de produção adotados de acordo com a oferta que o ambiente lhes proporciona. São modos de uso dos recursos e relação com o ambiente reproduzidos socialmente por séculos, numa temporalidade geracional (IBAMA, 2006, 25-26, grifo nosso).

Com isso, o Estudo distingue a prática dos moradores locais que criam gado da atividade empresarial dos pecuaristas. Fica evidenciado que há entre os moradores da Renascer relação tradicional na forma do manejo dos recursos naturais e da criação de gado, alternada entre várzea e terra firme, por exemplo. Tal caráter tradicional estaria presente tanto

no manejo dos recursos pelas populações quanto na sua forma econômica de intervenção e produção. Tanto é que o Estudo constatou equilibrada oferta de alimentos básicos para a população, mas, “extrema carência em serviços e condições de cidadania” (IBAMA, 2006, p, 126). Em 2006, cerca de 60% dos moradores tinham renda inferior a um salário mínimo e não dispunham de uma produção consolidada e sistemática direcionada para o mercado.

Faltam políticas públicas de educação e saúde em toda a RESEX. Não há fornecimento de água tratada, sistema de esgoto nem tratamento sanitário. É predominante o uso de sanitários abertos em contato com o rio e com a mesma água utilizada nas casas, retirada diretamente dos rios. Quanto ao lixo, apesar de não haver tratamento ou destinação coletiva de resíduos, são notáveis a limpeza e o cuidado que algumas comunidades, como a de Santo Antônio, adotam com o lixo<sup>60</sup>. Verificou-se, inclusive, sistema de separação do lixo e reaproveitamento de resíduos (Fotografia 1, Anexo C).

Devido à ausência de assistência médica regular, e considerando os conhecimentos tradicionais dos moradores, é muito comum a utilização da medicina popular com o uso de remédios e a prática de cura a partir de matérias-primas vegetais, e animais.

São comuns as escolas sem infraestrutura nem condições adequadas para a aprendizagem e em algumas comunidades, sequer existem algum prédio, e as aulas se improvisam aleatoriamente em salões, refeitórios, ou ainda, embaixo de árvores e em centros comunitários por professores locais, às vezes, voluntários. Não há oferta do ensino fundamental completo, tampouco do segundo grau e, normalmente, o ensino alcança apenas o 5º ano. Para que os jovens terminem seus estudos, as famílias são obrigadas a deslocá-los para municípios vizinhos (IBAMA, 2006). Essa situação se reflete no baixo índice de escolaridade e no alto índice de analfabetismo absoluto do Município. São 20,8% de não-alfabetizados, superior à média de 17% dos municípios próximos à BR163. Segundo o Estudo Socioambiental de 2006, a maior taxa de não-alfabetizados entre chefes de família está na região do Rio Iri, com 40%, seguida pela região do Rio Uruará, com 23%, pela região do Rio Guajará, com 17%, e, por último, pela da região do Rio Tamuataí, com 16%. No geral, as mulheres superam em 1% os homens, em alfabetização (IBAMA, 2006).

A agenda cultural das comunidades é centrada nas atividades religiosas: católicas, na maioria das vilas, ou protestantes (Assembleia de Deus). Festas de santos padroeiros são o

---

<sup>60</sup> O lixo normalmente é separado, reaproveitado, quando possível, ou queimado. Isso é possível graças ao baixo índice de consumo de material industrializado, com pouco ingresso de embalagens na maior parte das comunidades da reserva (vide IBAMA, 2006, p. 135-136).

ponto alto na mobilização do maior contingente dos moradores. Os laços familiares e de compadrio são critérios primordiais de organização e ocupação de territórios. Esses vínculos reforçam ainda a identidade coletiva, as formas cooperativas de vida e trabalho e o compromisso com a vida comum segundo modos de autorregulação que atravessam gerações. Além da familiar, há outras formas de organização política e religiosa que influenciam ou a união ou a separação dos moradores da RESEX Renascer. Entre elas, delegacias sindicais (de trabalhadores rurais e de pescadores), comunidades de base das Pastorais da Terra e da Pesca, grupos de jovens e associações de moradores e produtores em cada comunidade da região (IBAMA, 2006).

#### 4.2 A OCUPAÇÃO DAS TERRAS E A EXPLORAÇÃO ILEGAL DE MADEIRA

Na região Oeste do Pará – Amazônia Oriental, onde se situa a RESEX Renascer –, desde a década de 1960, acentuam-se conflitos socioambientais. No entanto, segundo consta do “Laudo Biológico para a proposta de criação da RESEX Renascer”, a maior ameaça na região é a exploração ilegal de madeira (CARVALHO JÚNIOR; GHIZONI JUNIOR; MELO, 2006). Além de promoverem o desmatamento ilegal e predatório, madeireiras e serralherias acabam se convertendo em fonte de renda para algumas populações, facilitando a abertura de caminhos e vicinais para grilagem de terras públicas, expansão do agronegócio, da pecuária extensiva e da acumulação financeira com a venda de lotes (CASTRO, E., 1997, 2010). As madeireiras que tinham esgotado as reservas de madeira no arquipélago de Marajó e no sudeste paraense avançavam pelo Rio Xingu (MOREIRA, 2002).

A partir da década de 1990, a exploração de madeira se intensificou, ameaçando os modos de vida das comunidades ribeirinhas ao Sul dos Municípios de Porto de Moz e de Prainha. Segundo Moreira (2008), a chegada da indústria madeireira na região alterou o ordenamento urbano e gerou periferias sem qualquer saneamento, especialmente, novos bairros, interferindo também nas zonas rurais dos municípios. Ali, constata-se que a inclusão de moradores em atividades nas madeireiras, especialmente nas duas últimas décadas, “[...] levou a população a negligenciar a agricultura: a horticultura [...]” (MOREIRA, 2008), que foi reduzida ao cultivo de poucas verduras e de plantas medicinais e a criação de aves foi dificultada pela presença de animais predadores. Até mesmo o sistema produtivo, o regime alimentar e a saúde das populações sofreram impactos negativos (Idem, 2008). O Relatório “Pará: Estado de Conflito”, elaborado pelo Greenpeace, define a região de Porto de Moz e de Prainha como “duas das mais agressivas fronteiras de extração madeireira do Pará”, já que de

grandes áreas de floresta relativamente intactas, localizadas entre os Rios Xingu e Tapajós. Além disso, nessas localidades, constatou-se que a exploração madeireira e a pecuária são facilitadoras da apropriação ilegal de terras (GREENPEACE, 2003).

Segundo Fearnside (2005) e Torres (2005), essa região foi invadida por estradas de exploração madeireira e, atualmente, apenas quatro espécies continuam exploradas em quantidade significativa: o cumaru (*Dipteryx*spp.), o jatobá (*Hymenaeas*spp.), o ipê (*Tabebuia* spp.) e o cedro (*Cedrelaodorata*). O mogno (*Swieteniamacrophylla*) também é retirado, embora sua exploração seja ilegal. Os autores preveem que, com a pavimentação da rodovia BR163, a distância a partir dos pontos da estrada onde é financeiramente viável explorar a madeira será expandida. Com isso, crescerá o número de espécies madeiras financeiramente exploráveis, assim como o número de espécies a serem exploradas a determinadas distâncias da Rodovia (FEARNSIDE 2005; TORRES, 2005).

No macrozoneamento do Estado do Pará, a região de Prainha está destinada à consolidação da agropecuária (IBAMA, 2006). Segundo Torres (2007), na região do Uruará, onde as terras são estaduais, o governo autorizou várias concessões de uso para a exploração de recursos florestais da área e desconsiderou, ostensivamente, a ocupação tradicional e o Mosaico regional de Unidades de Conservação, determinado pelo governo federal.

As bordas das áreas limítrofes da RESEX Renascer e suas florestas estão extremamente pressionadas por grileiros e madeireiros, especialmente, ao Sul e a Oeste. Nas áreas de floresta que fazem divisa com Santarém, Prainha, Placas e Uruará, as áreas estão invadidas por assentamentos grilados “supostamente coletivos”. As madeiras estão sendo apropriadas por empresas ligadas à produção de grãos em Santarém – notadamente, de soja – e de biodiesel, que também exercem pressão ocupacional sobre esse território.

Segundo os antigos moradores de Prainha entrevistados, a chegada dos madeireiros na região foi marcada pelo ímpeto exploratório em todo o território:

Aí, em 2000, em 2000 [...] é [...] já tem muitos madeireiros aqui na nossa região... muitos madeireiros mesmo na nossa região. E esses madeireiros começaram a... tipo assim, na região do Guajará, eles tomaram conta das área e começaram a plaquear toda a região do rio: “Área [...] propriedade da empresa madeireira fulana de tal, né, proibido entrada sem autorização”. Sabe? [...] Aí entraram no Uruará, sabe? Como também hoje ainda tem na região do Curuá. E, assim, se eles pudesse levar a [...] se eles pudesse levar o município, nas balsa, tudo, eles levava<sup>61</sup>.

---

<sup>61</sup> Entrevista com atual vereador do PT e ex-presidente do STR de Prainha. Data: 14.08.2011. 10h30.

De acordo com vários entrevistados, o auge da atividade madeireira na região de Prainha ocorreu em 2000. Primeiramente, as madeireiras chegaram ao Rio Guajará, limítrofe à RESEX Verde para Sempre, em Porto de Moz, para depois se espalharem para a região dos Rios Uruará e Curuá. Era prática comum dos madeireiros se apossarem de áreas normalmente utilizadas por moradores tradicionais da região, cercando o terreno e afixando placas com avisos de “propriedade da área” e “entrada proibida”. De fato, as madeireiras não detinham a propriedade das áreas, nem a autorização para a atividade. No entanto, ocupavam, ao longo dos rios, áreas estratégicas para escoar a madeira e dotadas de certa infraestrutura das próprias comunidades locais, impedindo o trabalho dos moradores tradicionais (vide fotos do Anexo E).

O discurso abaixo, feito em reunião comunitária, confirma a dificuldade dos moradores frente ao apossamento ilegal das suas terras pelas madeireiras:

E que teve um tempo que o povo aqui, desta comunidade aqui, que nós viemos aqui reunir [...] pra tirar daqui conclusões que a gente pudesse achar uma forma de como nós pudesse tirar os madeireiros que não tavam querendo deixar vocês trabalhar aqui pra baixo. Não era isso? [confirmação dos comunitários]. Muita gente já não ia mais pro trabalho. Eles já tinham a terra cortada, dominada aí, plaqueada em todo canto aí. Não era em todo o canto que todo mundo podia encostar<sup>62</sup>.

Ao falar sobre o motivo primordial que o fez apoiar a RESEX Renascer, o líder comunitário relembra aos moradores de Mato Grosso e de Terra Preta, na região do Guajará, as dificuldades enfrentadas durante a invasão das madeireiras. Elas invadiam as terras dos moradores, fincavam as placas e impediam as pessoas de trabalharem em suas terras e adjacências. No discurso, relembra que, no passado, naquele mesmo local, os moradores já haviam se reunido para tentar meios de retirar os madeireiros da região.

Uma liderança comunitária da Vila de Santa Maria do Uruará, do entorno da Reserva onde, até hoje, permanecem diversas madeireiras, também descreve percepção similar:

[...] os madeireiros, que atuavam ilegalmente na região, levavam tudo, não deixavam nada. A única coisa que deixavam pra Santa Maria era violência, prostituição de menores, prostituição de todas as formas que você pode imaginar. Era um [...] assim [...] uma situação que parecia, assim, mais uma [...] eu não sei se você já ouviu falar em “currutela de garimpo”[...] A Vila de Santa Maria era como se fosse uma currutela de garimpo, gente. Era terrível. Ninguém tinha paz. Droga. Droga.<sup>63</sup>

---

<sup>62</sup> Registro do discurso do líder comunitário da Vila do Espírito Santo durante a reunião organizada pela GUATAMURU, CPT e MDR, realizada na comunidade de Mato Grosso, no Rio Guajará. Data: 25 a 27 de agosto de 2011.

<sup>63</sup> Entrevista realizada com uma das fundadoras do Conselho Popular de Uruará e uma das principais líderes do MDR. Data: 12/06/2011, 15h

Interessante notar o termo utilizado para descrever a situação social da região: “currutela de garimpo”. Essa expressão, normalmente, refere-se a vilarejos formados à beira de estrados ou em locais isolados, fora das cidades, onde se instalam prostíbulos, bares e abrigos para trabalhadores, viajantes e tropeiros atraídos pelo garimpo. Por essa descrição, nota-se que a atividade madeireira na região, da forma como ocorria no início da década de 2000, não contribuía para o desenvolvimento do Município nem para a inclusão social dos trabalhadores e suas famílias. Ao contrário, acentuava a degradação ambiental e humana, e assim, as vilas de Prainha próximas às madeireiras se transformavam em locais de passagem e entorpecimento, de diversão rápida e até mesmo ilegal<sup>64</sup>.

A ilegalidade da exploração de madeira local decorre, basicamente, de três situações: 1) madeireiras sem autorização para exploração da madeira; 2) planos de manejo concedidos pelo governo estadual para a exploração de determinada área, mas, executados em outra com o propósito de burlar “o saldo positivo e legitimador” 3) planos de manejo e autorizações concedidos pelo governo estadual sem prazos de validade e emitidos por órgão não-competentes para decidir sobre área de interesse da União, para a qual tramitaria processo de criação de Unidade de Conservação federal (RESEX).

Sobre a prática das madeireiras de titular a atividade e usar ilegalmente o plano de manejo e de extrair a madeira, o coordenador da CPT explica:

[...] é uma prática de [...] das madeireiras daqui pra roubarem madeira, NE[...] uma situação que funciona para a exploração da madeira florestal: sempre tem um título para que você explore a madeira da área em que você tem o título. E, quando chega a fiscalização, você tem o plano de manejo. Você tem sempre saldo para eles[...]Por que? Porque você vai derrubar uma quantidade muito menor, né, e vai tirando madeira. Na hora que chega a polícia, “não, aqui está o saldo do meu plano de manejo”. Então eles vivem “na regra”, né? [...].O Plano de Manejo serve só pra “esquentar” madeira no momento da fiscalização<sup>65</sup>.

Os madeireiros adotam táticas sabidas para dar aparência de legalidade ao seu negócio, valendo-se do plano de manejo para conter a fiscalização e garantir o ímpeto exploratório de madeiras em outras regiões. Outro expediente comum é a mudança de razão social e do CNPJ das empresas com o fim de burlar a fiscalização e as penalidades. Isso aconteceu na região onde um mesmo grupo madeireiro (Madernorte) atuava com diferentes CNPJs e razões sociais, cujos nomes mais conhecidos são Tigre, Timber e Jauru:

---

<sup>64</sup> Esse tipo de relato sobre o aumento da criminalidade, do tráfico e uso de drogas e prostituição na região repetiu-se entre diversos entrevistados, que afirmavam haver uma ligação entre tais atividades e o período de maior expansão das madeireiras.

<sup>65</sup> Entrevista realizada com coordenador da CPT. Data: 09/06/2011, às 14h40.

E a história da Jauru é uma história de mudança de nome, que também é outra estratégia de madeira, tem que mudar sempre o CNPJ. Por que se te perturbarem com a multa, você cancela aquilo e cria um outro CNPJ, cria outro nome e vai fazendo. Aí vem a Tigre, a “não sei quê”, depois vem Jarau, então [...] é o mesmo grupo que tira madeira de lá. Elas dividem entre elas [...] Isto aqui, historicamente, sempre foi explorado por madeireiro. E até hoje.<sup>66</sup>

Quanto ao aproveitamento, pelos madeireiros, da viabilidade geográfica e estratégica da região, o coordenador da CPT explica:

Os rios que tem lá são Rios: os rios Uruará, Tamuataí, rio Guajará. São rios de [...] sei lá, 15 metros de largura, 20 metros de largura, né [...] são rios pequenos [...] Então, é muito fácil de conexão. Os madeireiros faziam o que a gente chama de pinguela [“ponte dentro do próprio rio”] pra [...] transportar madeira<sup>67</sup>.

Assim, a área da RESEX e seus pequenos rios acabam por facilitar o escoamento e o transporte da madeira derrubada e a chegada dela ao Rio Amazonas. Para que a madeira fosse rolada de um lado a outro da margem, chegando facilmente às balsas que a transportavam, os madeireiros construía “pinguelas” ou pontes de madeira que ficavam no fundo dos rios, permitindo a travessia da madeira. Em 2006, os moradores diziam que por causa das atividades das madeireiras e das “pinguelas”, os rios estavam ficando poluídos. Essas pinguelas impediam o escoamento normal das águas, afetavam o tráfego de barco dos moradores, causavam seca em algumas áreas, impactavam o leito e as margens dos rios e atrapalhavam a desova dos peixes.

Além disso, várias serrarias despejavam resíduos no rio, o que, além dos previsíveis impactos e desequilíbrios ambientais, acentuava a propagação do mosquito transmissor da malária<sup>68</sup>.

#### 4.3 A INFLUÊNCIA DOS ANTECEDENTES HISTÓRICOS E MOBILIZATÓRIOS

Como dito, os movimentos sociais produzem novas oportunidades políticas quando ações coletivas obtém êxito e produzem ciclos mais amplos de movimento, que se estendem a ativistas e a grupos de interesse. Como resultado, os movimentos sociais triunfam ou fracassam devido a forças mais fora de seu controle. Isso é resultado do que Tarrow (1997) denomina *ciclo de protestos*. Segundo ele, ao se voltarem para a história dos movimentos sociais, os estudiosos tendem a ver um ciclo – especialmente um de reforma – como “um conjunto de 6, 7, 8 [...] *n* movimentos distintos”. No entanto, essa visão distorceria, quase sempre, a perspectiva dos participantes, na época. Eles estão inseridos como parte de uma

<sup>66</sup>Entrevista realizada com coordenador da CPT. Data: 09/06/2011, às 14h40.

<sup>67</sup>Entrevista realizada com coordenador da CPT. Data: 09/06/2011, às 14h40.

<sup>68</sup>Fonte: Relato de comunitários registrado em vídeo por Maurício Torres, perito do Ministério Público Federal.

ampla comunidade político-cultural, que se expande rapidamente, reivindicando direitos, muitas vezes interrelacionados. Segundo o autor, uma parte significativa do que une e define esses vários grupos como “comunidade coerente” é dependência das mesmas formas modulares.

No caso do movimento para a criação e defesa da RESEX Renascer, foram identificados alguns antecedentes históricos de ações coletivas com formas modulares e demandas bastante similares, que propiciaram uma estrutura de oportunidades políticas para esse movimento, em especial. O movimento social de Prainha aproveitou os ciclos de protesto e antecedentes mobilizatórios da região e o legado ideológico (marco referencial), instrumental (repertório), a coalisão e a cultura política de antigas mobilizações.

A seguir, serão analisados os ciclos de protesto, os marcos referenciais e os repertórios fornecidos pelos principais movimentos e ações coletivas relacionados ao movimento social da RESEX Renascer. São esses: a) retomada dos sindicatos dos trabalhadores rurais na região Oeste do Pará, concomitante à formação das comunidades de base da Igreja Católica; b) influência do movimento dos extrativistas do Acre; c) movimento social pela proteção de terras contra o apossamento de grandes fazendeiros da região; d) movimento social para criação da RESEX Verde para Sempre, em Porto de Moz; e) primeira ação mobilizadora contra as madeireiras da Vila de Santa Maria de Uruará, após acidente envolvendo comunitário, em 2006.

#### **4.3.1 A influência do sindicato dos trabalhadores rurais e das comunidades de base**

Como visto, os sindicatos dos trabalhadores rurais dos municípios da região de Santarém não foram criados por iniciativa desses trabalhadores, mas sim, por políticos locais representando o regime militar e seguindo o modelo assistencialista de Getúlio Vargas (ALMEIDA, 1984; LEROY, 1991).

Entretanto, no final da década de 1970 e início da de 80, por influência dos sindicatos nacionais e da luta pela redemocratização do Brasil, os trabalhadores rurais da região Oeste do Pará – a começar por Santarém – passaram a se organizar para disputar eleições nos sindicatos. Os sindicatos dos trabalhadores rurais formavam um grande movimento social de trabalhadores rurais que lutavam por proteção à terra, por reforma agrária e por mais qualidade de vida no campo. E a Igreja Católica, por meio das Pastorais, foi grande aliada ao

movimento dos trabalhadores rurais já que havia deixado o legado das Comunidades de Base).

Para o coordenador da CPT, o movimento social para criação e defesa da RESEX Renascer não surgiu com a possibilidade de criação dessa Unidade de Conservação, mas, está diretamente ligado à luta dos trabalhadores rurais e das Comunidades de Base:

Esta situação de [...] organização dos trabalhadores era meio que... década de 70 e década 80, com a CUT, a luta dos sindicatos, dos trabalhadores, da Igreja, com a sua ideia mesmo [...] tinha um processo de organização das comunidades de muito tempo. O que o Estado concedeu a eles é outra coisa, mas a organização deles sempre existiu, dentro da garantia de seus direitos, da sua terra, cultura e de direitos que nunca chegam a eles. Isso não surgiu com a criação da unidade de conservação<sup>69</sup>.

Assim, o movimento pela RESEX Renascer seria uma continuidade do movimento dos trabalhadores rurais e da Igreja. O repertório do movimento e os marcos referenciais seriam muito similares. Apesar de o Estado ter concedido ao movimento uma reserva extrativista, a principal reivindicação do movimento continua sendo a luta pela proteção da terra, pela cultura das famílias tradicionais das zonas rurais e pelos direitos a mais qualidade de vida dos trabalhadores.

Os opositores ao movimento social continuam sendo as elites econômicas e políticas locais. As disputas e a oposição ao movimento dos trabalhadores rurais e do atual movimento pela RESEX Renascer operam no mesmo campo ideológico. Basicamente, luta-se contra a dominação dos grandes proprietários – antes fazendeiros, agora madeireiros – e contra famílias de posseiros tradicionais. Na política, o principal grupo opositor aos movimentos sociais continua a “Família Hage”, que tinha como dirigente José Alfredo Hage:

O Sindicato era ligado ao grupo do Zé Alfredo, tá. E aí, começou os conflitos, por que? Porque o papai não foi ao encontro contra o [...] foi ao encontro aos interesses do Zé Alfredo [...] certo? E, então aqui [...] além da pobreza [...] eles tentavam [...] a questão da subordinação [...] a questão dos conflitos agrários, tipo assim, você tem uma propriedade bonita, se eles se agradasse, tipo assim, vai lá e tenta [...] né [...] dá jeito de pegar essa propriedade. [...] então, a partir daí o papai já passou a ser inimigo político do Zé Alfredo, dos Hage.<sup>70</sup>

O mencionado vereador relata as invasões de pequenas propriedades por grandes fazendeiros, que despejavam as famílias e tomavam-lhe as terras. Segundo alguns relatos, diante dos conflitos agrários, a oligarquia local protegia os grandes fazendeiros em detrimento das famílias de pequenos agricultores. Em contrapartida, o STR com o apoio de lideranças formadas pela CPT, reagia para proteger as famílias dos pequenos agricultores e, assim,

<sup>69</sup> Entrevista realizada com Miguel, coordenador da CPT. Data: 09/06/2011, às 14h40.

<sup>70</sup> Entrevista com Gustavo, ex-presidente do STR e atual vereador do PT. Data: 14.06.2011. 10h30

desenvolveu uma aliança coesa, articulada e cooperativa, responsável por protestos e reivindicações. Nesse período, foi desenvolvida boa parte do repertório, das estratégias de ação e dos marcos referenciais desse grupo, que ainda pode contar com a ideologia sindical e com o apoio da classe trabalhadora, ambos eixo central do movimento. Na mesma direção, o relato da atual líder, que reafirma o legado da cultura política do STR:

A gente [...] a luta começou pelo sindicato, né? Meu pai foi sindicalista por muitos ano, então a gente tem a sim uma raiz muito forte. Ele faleceu, mas a gente continua a luta, né, como filha. Aí, a gente saía para as manifestações, naquele tempo, lutas populares que a gente ia, até por causa de terra, que, naquela época, assim, a gente já tinha dificuldade. E aí, a gente ia pra lá pra resolver o problema de alguns vizinho, né, que tinha na época, ou até da gente mesmo, né, que as pessoas queriam tomar, que sempre entrou pessoa assim pra querer tomar o lote da gente, pra se apossar, né? Aí, continua aquela luta<sup>71</sup>

Em seu relato do nascimento do movimento social pela RESEX Renascer, a líder comunitária afirma que continua a luta sindical pela defesa da terra dos trabalhadores rurais. A ideia de se criar uma reserva extrativista decorreu justamente do intuito de se buscar reforço à proteção do território contra a ação dos madeireiros e fazendeiros locais, tendo partido dos filhos do maior sindicalista de Prainha. Confira-se:

Aí porque apareceu, na época, um povo, uns menino do João [nome fictício] que saíram pra fora, pra estudar. E aí formou-se, vamos dizer, se formaram pra lá e já vieram com, assim, pra criar a RESEX, né? Que era um movimento assim mais forte, que poderia defender a gente dos grandes madeireiros que tavam e fazendeiros aqui dentro, que era uma coisa muito forte<sup>72</sup>.

A narrativa recupera o sentido e a iniciativa para se criar a RESEX. Os “filhos de João”, atualmente, são vereador, presidente do STR e presidente da Colônia dos Pescadores de Prainha e de João. E todos são vistos ou se intitulam como os precursores ou “pais” do movimento social. Os filhos do líder sindical argumentam que têm a responsabilidade continuar a luta iniciada pelo pai. A mesma entrevistada relata a importância da Igreja Católica e da CPT para a consciência política dos trabalhadores rurais:

Frei Raimundo, na época, né, que ele sempre falava: “olha, cês tem que se prevenir, filhos, por causa que, daqui mais tempo esses fazendeiro vão querer tomar. [...] vocês tem de abrir o olho”, aquela coisa toda, o padre falava pra gente, né? A gente foi lutando aqui na comunidade, foi se organizando<sup>73</sup>.

A ação coletiva pela defesa da terra e pela organização comunitária fazem parte do repertório ideológico e da cultura política deixada pela CPT. Além disso, o senso de missão

<sup>71</sup> Entrevista com líder comunitária de Espírito Santo e atual secretária da GUATAMURU. Data: 12.06.2011 11h

<sup>72</sup> Entrevista com líder comunitária de Espírito Santo e atual secretária da GUATAMURU. Data: 12.06.2011 11h

<sup>73</sup> Entrevista com líder comunitária do Espírito Santo e atual secretária da GUATAMURU. Data: 12.06.2011 11h

dos envolvidos – que costumam afirmar que “morrerão pela luta”, “cumprindo a vontade de Deus” – revela a concepção cristã naturalizada entre eles: o cumprimento de uma luta religiosa por justiça a favor de todos.

Em pesquisa de campo, pode-se observar uma bela forma de manifestação cultural herdada das Pastorais da Terra: os participantes do movimento abrem as reuniões com orações e cânticos – a maior parte compostos por eles – pela terra, pelo sangue derramado dos ancestrais e pela manutenção da luta e da união do movimento. Isso, inclusive, é destacado nas atas de seminários e audiências públicas do IBAMA e do ICMBio. Confira-se:

Mais ou menos cem pessoas foram cantando uma série de hinários que evocavam a luta dos trabalhadores pela terra e pela justiça fundiária, hinos e canções produzidos por eles e acompanhados por uma banda de música e cantado por todos, num espírito de muita união (“Relatório de Atividades e Impressões MMA”, de 05.12.2007. (IBAMA/GEREX Santarém, 2007 p. 709)

A formação política do principal líder sindical também foi promovida pela Igreja Católica e pela CPT. Confira-se:

Então, assim, o meu pai começou com a história dele é [...] na Igreja, foi catequista, então [...] Então, a partir da história da luta [...] na entrada dele na Igreja é [...]. como a maioria das nossas lideranças aqui no Município e em vários municípios aqui da região do Baixo Amazonas, o conhecimento que tem é o conhecimento empírico, né [...] Aí entra a questão do conhecimento religioso, né, que ajudou muito, o conhecimento religioso<sup>74</sup>.

Esse discurso afirma que a maior parte das lideranças dos municípios da região teve a formação da Igreja Católica. E, de fato, chamou a atenção da pesquisadora a ideologia das Pastorais, que reforça o senso de missão e de luta emancipatória para a libertação das presentes e das futuras gerações. Vários integrantes afirmaram não temer a morte ou o enfrentamento de opositores por terem uma missão protegida por Deus. Acredita-se que essa crença no movimento fortalece a perseverança da luta, incentiva o heroísmo e o enfrentamento de riscos. Para ilustrar esse fato, segue o depoimento da principal líder do MDR:

Eu sei que o meu nome está na lista de pessoas pra morrer, eu sei que eu vou morrer [risos nervosos]! Uma lista que colocaram na internet, sabe, Tem onze pessoas daqui com o nome marcado lá pra morrer. [...] sabe, e eu só vou morrer por esta luta, quando Deus permitir. E, se eu tiver que morrer por esta luta, que tenha frutos. Porque, se a semente não morrer, não dá fruto<sup>75</sup>.

---

<sup>74</sup> Entrevista com Gustavo, ex-presidente do STR e atual vereador do PT. Data: 14.06.2011. 10h30.

<sup>75</sup> Entrevista com Ana, uma das principais líderes do MDR, moradora da Vila de Santa Maria de Uruará. Data: 12.06.2011. 15h.

Igualmente, observa-se que essa ideologia influencia a relação entre os moradores da Renascer e o ambiente onde vivem, atenuando, até mesmo, a visão antropocêntrica do Catolicismo tradicional. Para ilustrar essa visão de mundo, um dos líderes comunitários da Comunidade Santo Antônio, na área do Rio Tamuataí, explicou que quando Deus cria o homem e preconiza o ‘crescei e multiplicai’, sua intenção não era que o homem multiplicasse apenas filhos e netos, mas, tudo o que foi criado – rios, animais, plantas, todas as criaturas<sup>76</sup>.

Considerando a estreita ligação entre a Igreja Católica e o movimento pela RESEX Renascer, os moradores contrários à Unidade de Conservação acabaram transferindo sua fé para igrejas evangélicas. Acredita-se que isso foi reforçado, principalmente, pela pressão da militância católica contra as madeiras.

Por conta do aumento de seguidores à ideologia protestante, os moradores da RESEX que participam do movimento começam a ter problemas com os párocos católicos recentemente designados às comunidades. No afã de agregarem mais fiéis, os padres passaram a pregar contra os líderes do movimento, reforçando a mensagem de que os “cidadãos de bem” devem orar, apegar-se a Deus e aos ditames da Igreja, mantendo-se afastados do movimento ou dos debates políticos<sup>77</sup>.

#### **4.3.2 O legado do movimento dos extrativistas do Acre**

Segundo Moreira (2008), em 1982, as Pastorais católicas adotaram o trabalho da educação popular, criada pelo brasileiro Paulo Freire, cujo método foi utilizado por Mary Alegretti, no Acre. Aí começaram ou “os primeiros delineamentos das interconexões entre os ‘povos da floresta’ do Acre e do Pará”. A pesquisadora defende que o movimento social da RESEX Verde para Sempre e o movimento social dos seringueiros do Acre constituem um único movimento de abrangência amazônica. De fato, podemos dizer que, no mínimo, há estreita conexão entre repertórios, marcos referenciais e estratégias de ambos os movimentos – do Acre e de Porto de Moz, estendido até Prainha, posteriormente, sendo que esses últimos

---

<sup>76</sup> Entrevista com líder comunitário de Santo Antônio, rio Tamuataí. Data: 12/06/2011. 13h30.

<sup>77</sup> Além de ouvir queixas dos entrevistados nesse sentido, no dia 12 e junho de 2011, esta pesquisadora participou da festa religiosa de Santo Antônio, na comunidade Espírito Santo e ouviu do padre que realizava a missa no local o pedido aos comunitários para que se afastassem de movimentos, debates e polêmicas políticas, buscando a salvação na palavra de Deus. Essa missa foi realizada um dia depois da audiência pública organizada pela Presidente da Câmara dos Vereadores de Prainha para traçar estratégias de anular juridicamente a RESEX. Nesta “audiência pública”, observou-se também que os discursos contrários à RESEX eram fortemente permeados por conteúdo religioso, misturado a palavras de protesto e manifestação de raiva contra a RESEX, sindicalistas e líderes comunitários que lutaram pela criação da reserva.

estão inseridos em um mesmo ciclo de protestos. O movimento social dos seringueiros do Acre e o do Sul do Amazonas, além de evitar o desmatamento de pelo menos 1,2 milhão de hectares, ainda foram decisivos para a organização de populações tradicionais, em especial, dos já reconhecidos politicamente como “povos da floresta”.

Esse movimento contribuiu para a concepção dos principais modelos institucionais para regularizar os territórios e as políticas destinadas à proteção das populações tradicionais. E é com base nesses modelos institucionais, resultantes das demandas do movimento social extrativista que se abriu um ciclo de protestos favorável para reivindicações similares entre populações tradicionais na Amazônia.

No caso do movimento social pela RESEX Renascer, os precedentes do movimento social do Acre foram incentivadores para os moradores rurais de Prainha. A seguir, trecho da entrevista da secretária da GUATAMURU, antiga líder comunitária da região do Rio Tamuataí:

Já tinha ouvido falar na RESEX do Chico Mendes [...] que assim, houve o [...] naquela época, houve muito conflito também lá, né, e se criou a RESEX. Aí a gente pensou: e nós? Porque aqui a gente já tava sendo maltratado por esses tipo de gente, né, dos grandes [...] fazendeiros e grileiros de terra. Aí que a gente se reuniu pra criar a RESEX.<sup>78</sup>

Assim, esse modelo institucional seria o que melhor atenderia suas necessidades, e as populações tradicionais ribeirinhas se apoiaram na história do movimento social dos seringueiros do Acre e na RESEX Chico Mendes. Isso porque os moradores rurais de Prainha perceberam que os conflitos enfrentados pelos seringueiros do Acre eram similares aos seus, e daí, a ideia de criar uma Unidade de Conservação idêntica com o apoio do Conselho Nacional dos Seringueiros. O movimento dos seringueiros do Acre também deixou forte influência para as populações tradicionais da Amazônia, ensinando como repertório os “empates”. Aos poucos, o empate se converteu em resposta aplicável a uma série de situações, aglutinando, inclusive, grupos díspares da floresta.

No caso do movimento pela RESEX Renascer, ocorre o empate, porém, adaptado aos riscos de morte, à violência praticada pelas madeireiras, à realidade identitária e à territorial dos moradores da Reserva. Isso foi observado na entrevista do advogado da ONG Terra de Direitos:

---

<sup>78</sup>Entrevista com líder da comunidade Espírito Santo, secretária da GUATAMURU. Data: 12.06.2011. 11h.

Esta estratégia de ação adotada pelas comunidades da Renascer tem muito dos empates dos seringueiros, da RESEX lá de Chico Mendes. Aí, você pega o conhecimento do próprio território é fundamental, para que você saiba usar isso no momento de fazer uma resistência. Né? [...] É um novo empate, só que agora com o bloqueio do rio<sup>79</sup>.

De fato, considerando que a omissão do poder público frente à exploração da madeira e que o escoamento das madeiras se dão, principalmente, pelos rios da região, o empate é feito em pontos estratégicos de forçosa passagem para as madeiras.

### 4.3.3 As ações coletivas para a proteção do território

Ação coletiva bastante repetida em entrevistas e tomada como referencial por diversos líderes é a resistência dos comunitários contra o desapossamento promovido por um fazendeiro local, na década de 80. Nessa época, era comum, ao longo da colonização da Transamazônica, a queima em lotes de posseiros por fazendeiros, provocando a resistência organizada para a reconstrução das moradias e contra os fazendeiros (LEROY, 1991).

Em Prainha, por volta de 1986, um latifundiário tentou se apropriar de toda a área de uma família de posseiros vizinhos, que, segundo os comunitários, habitavam há mais de uma geração aquela terra. O fazendeiro reuniu e pagou um grupo de quinze a vinte pessoas para fazer o que os comunitários chamaram de “trabalho”. Consistia em derrubar e incendiar a casa, as cercas, os viveiros e os criadouros de animais, árvores e plantações. Confira-se:

Derrubaram tudo as criação da casa, derrubaram casa, botaram os moleque [filhos] tudo pra fora. E aí, derrubaram as casa, bagunçaram, queimaram. Quando eles chegaram, acharam [...] os filho dele tava tudo por beira da relva<sup>80</sup>.

Além da queima e da derrubada da casa, dos criadouros e das plantações, a indignação dos comunitários também se deu pelo fato de os contratados pelo fazendeiro esperarem que os adultos saíssem da casa, e sem resistência das crianças, executar o “trabalho”.

Diante disso, os comunitários locais, que já estavam acostumados à presença policial em ações de grandes fazendeiros, organizaram uma grande reação e partiram em defesa da tradicional família de posseiros:

No outro dia, nós se reunimo [...] eu não sei se era de vinte ou vinte e poucas pessoas. E nós fomos. [...] Antes que completasse vinte e quatro horas, nós

<sup>79</sup> Entrevista com advogado da ONG Terra de Direitos. Data: 23.08.2011. 16h.

<sup>80</sup> Entrevista com líder comunitário da Vila de Santa Maria de Uruará. 24.08.2011. 16h30.

derrubemo duas maromba grandes. Botemo fogo nelas, botemo fogo em duas casas dele. Nós fizemos isso pra eles também, sabe? Nós fizemos isso. E ficamos lá pra construir a casa dos cara. Nós ajeitemo e deixemo já umas casinha lá. Tá. Isso deu [...] Não deu cadeia, mas deu perseguição pra ir pra cadeia<sup>81</sup>.

Esse relato indica que a reação adotada pelo movimento social não foi a denúncia à polícia, dada a convivência de policiais com grandes fazendeiros. Os líderes decidiram reunir um grupo para repetir as derrubadas e os incêndios na área do latifundiário. Depois, em sinal de solidariedade e também de revalidação do grupo, os líderes do movimento reconstruíram, em menos de 24 horas, uma casa para a família desabrigada. O episódio de Prainha se destaca pelo grande número de comunitários envolvidos na ação e pelo fato de ter provocado a incriminação de vários integrantes do movimento social. Ao mesmo tempo, essa ação coletiva se tornou relevante por ser encorajadora de outras reações promovidas, uma década depois, futuramente pelos comunitários locais, usando o mesmo repertório, inclusive, contra os madeireiros.

Ainda na década de 1980, foi narrado outro episódio de resistência e proteção do território, dessa vez, contra a invasão de uma madeireira, no Rio Tamuataí. Comunitários contaram que, entre 1982 e 1983, foi feita uma mobilização para tirar o primeiro grande madeireiro da região. Inicialmente, os moradores recorreram às instâncias governamentais e ao Ministério Público, mas, depois, diante da omissão deles, resolveram agir por conta própria e expulsar “na marra” o madeireiro:

A gente foi de canoa. Primeiro, mais ou menos uns 60 homens. Aí atrás, vamos as mulheres: “nós vamos ter que enfrentar esse povo lá, porque sempre os homens são mais visado, eles vão por terra, a gente vai de barco”. Aí se reunimo, fomos um bocado de mulher. [...] Chegado próximo, a gente reunia pra a gente fazer uma luta pacífica, né? [...] Quando chegamos foi [...] junto, sabe? Tanto pela parte de terra quanto pela parte que ia pela água [...] Aí, a gente falou pra ele que a gente tinha ido lá, que a gente não aceitava, né, que a gente não tava acostumado com negócio de madeireiros pra cá pra dentro, que a gente não queria mesmo. Amarramos na voadeira, embarcamos tudo os bagulho deles no barco e gente mandou que eles fosse daqui e não voltasse mais<sup>82</sup>.

Por esse relato, é possível perceber que a ação do movimento social para a retirada da madeireira foi intimidadora e marcante pela presença de dezenas de pessoas mobilizadas e organizadas, e não, pelo uso de armas ou violência. Apesar de falarem que expulsaram “na marra” os madeireiros, os comunitários privilegiam, em um primeiro momento, as ações pacíficas e o diálogo prévio e direto com os madeireiros. Nota-se também a presença de mulheres na ação. Além de terem forte liderança e de privilegiarem, em certo grau, a

---

<sup>81</sup> Entrevista realizada com um dos comunitários da RESEX. Data: 25/08/2011, 13h. Por segurança do comunitário, não se revela a comunidade a que ele pertence.

<sup>82</sup> Entrevista com comunitária da região do Rio Tamuataí. Data: 25/08/2011. 13h30.

resistência pacífica e dialógica, as mulheres ainda têm um papel fundamental na defesa de seus maridos, parentes e companheiros.

Ambas as ações coletivas foram ressaltadas nas entrevistas por representarem o êxito do movimento perante o enfrentamento com opositores, frisando-se o vínculo e a coragem do grupo: “Mas, nós somos assim: nós somos, assim, pessoas, assim, organizadas. Aqui, nós não tinha dificuldade pra se reunir, pra se juntar<sup>83</sup>”. A respeito do poder de organização do movimento e de suas estratégias, confira-se outro depoimento:

Então, a gente tinha, naquela época, nós tínhamos uma equipe; liderança organizada, assim, corajosa. Né? Então, a gente conseguiu a mobilizar grupos de pessoas e ir pra disputa mesmo, chamar a atenção. Nessa disputa, houve muita ameaça nossa com eles e deles conosco [madeireiros], só que a nossa [...] nosso grupo era maior, e nós determinamos prazo pra eles sair. Ou saía, ou nós queimava tudo o que eles tinham, na época, né? Então, com essa reação, nós conseguimos a tirar da região nossa, né?<sup>84</sup>

Os comunitários, normalmente, referem-se a “disputa” ou “briga” para tratar de embates diretos, de enfrentamentos entre o movimento social e seus opositores. Esses termos se distinguem de “luta”, empregado para tratar de defesa e reivindicação de direitos e de denúncias feitas ao poder executivo e ao judiciário. E, na década de 1980, foi basicamente por meio dessas “disputas” ou “brigas” que os comunitários expulsaram a maior parte dos madeireiros da região para a qual, hoje, está decretada a RESEX. O movimento social tinha como maior liderança o STR, responsável por congregar trabalhadores rurais: “Na época, o Sindicato daqui era muito forte. Quando se ajuntava, dava muita gente pra defender. Tentaram entrar aqui, entraram uns madeireiros por aqui, mas a gente tirou daqui na marra esse povo<sup>85</sup>”.

A união dos trabalhadores, promovida pelo STR de Prainha, foi um dos maiores legados ao movimento social para criação e defesa da RESEX Renascer. Os embates diretos, os atos de desobediência civil e as queimadas para a reivindicação de justiça ocorriam segundo as regras acordadas pelos indivíduos e permanecem, até hoje, como marcos referenciais. Por não poderem contar com o respaldo da polícia, do Executivo e Judiciário, os comunitários criaram formas alternativas de conexão com o sistema político e jurídico, dependendo do contexto.

---

<sup>83</sup> Entrevista com líder comunitário de Espírito Santo. Data: 26.08.2011. 20h.

<sup>84</sup> Entrevista realizada com líder comunitário da RESEX, mantido anônimo a pedido deste. Data: 24/08/2011.

<sup>85</sup> Entrevista com comunitário do rio Tamuaatá. Data: 26.08.2011. 20h30. Por razões de segurança, não se revela a comunidade do entrevistado.

#### 4.3.4 A abertura do ciclo de protesto pela “Verde para Sempre”

Entre 1996 e 2001, foram registrados muitos casos de conflitos, violência e ameaças de morte no Município de Porto de Moz. Assim como ocorreu em Prainha, na maior parte das vezes, essas situações se relacionavam, diretamente, à exploração ilegal de madeira e à grilagem de terras<sup>86</sup> (GREENPEACE, 2003). Diante disso, a partir de 1999, os líderes comunitários de Porto de Moz começaram a eleger estratégias que pudessem proteger suas terras tradicionais e impedir a exploração ilegal de madeira. Assim se formou o “Comitê de Desenvolvimento Sustentável de Porto de Moz” (GREENPEACE, 2003, p.32).

Em abril de 2000, o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Porto de Moz enviou carta ao INCRA, IBAMA e SECTAM-PA, solicitando a criação da reserva extrativista. O primeiro seminário sobre a criação da Unidade de Conservação ocorreu em novembro de 2001, em Porto de Moz, e teve a presença de 300 líderes comunitários da região, inclusive de Prainha. Nessa ocasião, a Reserva foi batizada “Verde para Sempre”.

As lideranças sindicais e comunitárias de Prainha participavam de discussões, audiências e dos seminários para a criação dessa RESEX. Com a exclusão do município de Prainha do projeto da RESEX Verde para Sempre, em razão pressões políticas e econômicas, percebeu-se o risco de migração dos madeireiros de Porto de Moz para Prainha. Esse temor motivou o movimento social para a criação e defesa da RESEX Renascer segundo o líder sindical mais antigo e conhecido de Prainha, nessa entrevista:

Porto de Moz tinha começado uma luta pela Reserva Extrativista “Verde para Sempre”. E nós, como município vizinho, a gente vinha participando das discussões. Entendeu? O que que a gente começava a perceber? Se fosse criada a Reserva Extrativista “Verde para Sempre”, os madeireiros sairiam de lá e iriam avançar para onde? Para o nosso município aqui. Então começou daí <sup>87</sup>.

Com isso, o movimento social para criação e defesa da RESEX Renascer manteve, inicialmente, marcos referenciais, estratégias de ação e repertórios muito similares ao movimento social da Verde para Sempre. Apesar disso, os antigos líderes da Renascer fazem questão de distinguir os dois movimentos sociais, ressaltando a autonomia deles no que diz

---

<sup>86</sup>O “Relatório Nacional sobre Direitos Humanos e Meio Ambiente”, apresentado pelo Brasil ao Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos em abril de 2003, escolheu Porto de Moz como um dos três municípios do Pará para colher testemunhos e denúncias de vítimas afetadas pela grilagem e pela violência. Nesse sentido, o Relatório apurou que, na maioria das vezes, as situações de conflito, violência e ameaça no local relacionavam-se com a exploração ilegal de madeira e a grilagem de terras.

<sup>87</sup> Entrevista realizada com presidente da Colônia dos Pescadores Z-31. Data: 10/06/2011 9h30.

respeito a estratégias, parcerias e ações coletivas. Um exemplo disso é a participação do Greenpeace, menor no caso de Prainha:

O Greenpeace não acompanhou nossas ações, não tava no nosso acampamento, só com a “Verde”. Tava no fechamento do Rio Jauru, em Porto de Moz. Foi em 2002, 2003, por aí. Nem lembro a data. Fecharam o Rio Jauru. Então, aí eles estavam, aqui não [...] aqui, não. Então, eles só fecharam também, fizeram um acampamento, não foi fácil, mas já. [...] já [...] um outro movimento. Porque [...] nós [...] nós tínhamos o movimento da RESEX [...]”<sup>88</sup>

Mesmo com algumas diferenças intrínsecas, os problemas e os opositores enfrentados são praticamente os mesmos. As comunidades dos Municípios de Porto de Moz e de Prainha têm em comum o modo de vida baseado na pesca, na caça, na agricultura de subsistência, na criação de pequenos animais, na extração e venda de produtos florestais e na pequena criação tradicional de bovinos e bubalinos. Ambas se declaravam igualmente ameaçadas pela intensificação das atividades ilegais de grandes madeireiras que se espalharam pela região.

O movimento de Porto de Moz inaugurou protestos favoráveis à criação institucional da RESEX Renascer e às conquistas dos seus moradores perante o governo federal. A Verde para Sempre propiciou oportunidades, alianças, informações e alternativas de pressão perante autoridades extremamente proícuas para a Reserva Renascer e outras adjacentes. No entanto, no âmbito estadual e local, esses protestos fortaleceram o contramovimento que ainda hoje<sup>89</sup> promove uma campanha para rechaçar ou restringir juridicamente os limites das reservas extrativistas baseado na alegação de que elas estas são as responsáveis pela miséria e pelo atraso do Município. Por esse motivo, embora seja a continuidade da mesma luta, a criação da Renascer foi sentida pelo movimento social de Prainha como mais conflituosa que o da Reserva Verde para Sempre:

E aí o processo de luta não parou [...] eles reativaram e por isso que é Renascer o nome da história. Entendeu? É um processo de re [...] do que já tinha acabado pra comunidade. E aí foi um processo de retomada da discussão, e foi bem mais difícil que a “Verde para Sempre”<sup>90</sup>.

Realmente, embora a necessidade de se protegerem as comunidades tradicionais de Prainha estivesse clara para os órgãos ambientais federais, e mesmo abertos os caminhos institucionais, já havia sido pronunciada decisão judicial contrária à Reserva no Município.

---

<sup>88</sup> Entrevista com ex-presidente do STR e atual vereador de Prainha. Data: 14.06.2011. 10h30

<sup>89</sup> As elites econômicas e, principalmente, as elites políticas locais, ante a proximidade das eleições municipais, em suas campanhas, tiram proveito da omissão e dos problemas de gestão e fiscalização ainda não solucionados pelo ICMBio.

<sup>90</sup> Entrevista com coordenador da CPT, em 09/06/2011 14h40.

Esse fato acentuou o vigor do contramovimento e deu fôlego para que se organizasse. O próprio governo estadual se mostrava bem mais reticente em desprezar seus projetos desenvolvimentistas e acatar a proteção das comunidades locais. Por isso a discussão da Renascer foi relatada como mais desgastante pelos antigos líderes sindicais.

#### **4.3.5 O acidente causado pela madeireira e a nova direção para o movimento social**

Nas palavras de Ana, atualmente, principal líder comunitária do MDR, em 26 de setembro de 2006, houve um “despertar” do movimento. Isto ocorreu após “acidente ou incidente de uma crueldade, de uma brutalidade acontecida na Transuruará” (palavras da entrevistada<sup>91</sup>), que se refere ao atropelamento, seguido de morte, do Sr. Manoel Pinheiro, na Vila de Santa Maria de Uruará. Segundo os entrevistados, o motorista do caminhão teria atropelado o morador na presença de vários outros, deu à ré, voltou a atropelar o homem já machucado e caído e fugiu sem prestar socorro.

Muito tempo antes, os madeireiros já haviam aberto algumas estradas não oficiais na Vila e, segundo relatos, os caminhões costumavam transitar em alta velocidade, colocando em risco os comunitários locais, principalmente, crianças. A presença ilegal das madeireiras e de seus funcionários alterava completamente a rotina da Vila, mas, havia certa tolerância por parte de alguns grupos em razão da dependência da concessão de energia elétrica pelas madeireiras – cedida por três horas todas as noites. Além disso, as madeireiras abriam estradas e empregavam moradores, o que aquecia o comércio local.

O atropelamento, porém, alterou a percepção da realidade por um grupo da Vila de Santa Maria de Uruará: “Foi uma morte brutal: o carro passou por cima das ‘perna’ dele. Não prestou socorro. E aí, o povo de Santa Maria se revoltou.<sup>92</sup>” Esse grupo de 14 pessoas organizou uma ação coletiva: durante a noite, bloqueou a estrada da madeireira para impedir a passagem de caminhões até que chegasse a autoridade para fiscalizar as madeiras transportadas. Àquela altura, segundo os entrevistados, a ideia da RESEX sequer era cogitada.

A partir de então, consolidou-se nesse grupo a consciência da realidade e de seu poder mobilizador. À medida que dezenas de moradores decidiram se juntar ao protesto, foi-se ampliando a compreensão do evento – que já não era isolado, somava-se a uma série de

---

<sup>91</sup> Entrevista realizada com Ana, uma das fundadoras do Conselho Popular de Uruará e uma das principais líderes do MDR. Data: 12/06/2011, 15h.

<sup>92</sup> Entrevista realizada com Ana, uma das fundadoras do Conselho Popular de Uruará e uma das principais líderes do MDR. Data: 12/06/2011, 15h.

problemas socioeconômicos e culturais causados pelas madeireiras. Inaugurava-se, então, fase mais ampla na trajetória do movimento social de Prainha.

Essa ação coletiva, ocorrida em setembro de 2006, levou a denúncias contundentes e a organização dos comunitários, ampliando a pauta de reivindicações. Foi formado, então, o Conselho Popular da Região do Uruará, responsável pelo ciclo de denúncias e futuro aliado para criação da RESEX Renascer. Foi esse Conselho que promoveu as principais reivindicações aos órgãos públicos e à Justiça e deu visibilidade nacional aos conflitos na região. Tudo isso no momento em que os líderes sindicais eram permanentemente ameaçados e, ao mesmo tempo, cooptados pelo PT.

#### 4.4 O HISTÓRICO DE CRIAÇÃO DA RESERVA

Embora criada em área física muito inferior ao acordado entre o governo federal e as comunidades, a Reserva Renascer foi instituída pelo Presidente Luís Inácio da Silva, após dez anos de luta dos moradores das regiões do Uruará, de Tamuataí e de Guajará, no Município de Prainha. Àquela altura, muitos moradores de Prainha e trabalhadores rurais locais já haviam acumulado forte cultura política e de práticas mobilizadoras, além dos profundos vínculos comunitários, através das cooperativas e de mobilizações políticas na região. Da aproximação entre os líderes sindicais de Prainha e os de Porto de Moz surgiu a ideia de se incluir Prainha no projeto da “Verde para Sempre”, protegendo-se, de uma só vez, toda a região da atividade madeireira.

A essa altura, uma pausa para destacar o papel de João (nome fictício), líder sindical e comunitário, que foi o proponente da RESEX em Prainha. A história política de João começou na margem direita do Rio Amazonas, na Vila de Santa Maria de Uruará, em Prainha. Assim como boa parte dos líderes comunitários da região, João fora catequista, quando ainda trabalhava na fazenda do patriarca da família mais poderosa da região: o Sr. Alfredo Hage. João tornou-se o primeiro presidente do STR eleito pelos trabalhadores rurais de Prainha, em 1982, permanecendo no mandato até 1986. Desde então, tornou-se o principal adversário da família “Hage”, em Prainha, ao se candidatar a prefeito, em 1988, ter sido vereador pelo PT por três mandatos, em 1986, 1992 e 1997, e presidente da Câmara dos Vereadores. Nas palavras de Gustavo (nome fictício para o vereador, filho de João):

Meu pai foi um camarada que teve assim a coragem. Porque aqui, nosso Município, Município de Prainha, era imperado por um grupo, era uma família, né, que, na

época era o Alfredo Hage. Ele era [...] ele tinha uma influência muito grande de [...] a nível de Estado, como a família tem até hoje. [...] Então, assim, aqui no Município de Prainha, quem se opusesse contra ele era [...] espancado, ia preso, enfim [...] era a voz dele que [...] que imperava, né?<sup>93</sup>

Aos poucos, João foi organizando uma espécie de “dinastia sindical”. Em 1993, um dos filhos tornou-se o presidente da Colônia dos Pescadores de Prainha e, em 2003, outro filho foi eleito presidente do SRT, substituído, em 2009, por um terceiro filho, antigo líder comunitário.

Em 2000, João fora contratado pelo STR para debater o tema “Política sindical no campo”. Segundo suas palavras: “me passaram poder, através de procuração, pra representar o Sindicato no interno e externamente, fora do Município. Né? Aí, nessa discussão, eu participei de um grande Seminário com o pessoal do ICMBio<sup>94</sup>.”

O “grande Seminário” a que se refere foi o “IV Seminário sobre recursos naturais: madeira e pescado”, que, segundo Moreira (2008, p. 60), foi um “marco local histórico e político com novos atores para a construção de novas ações coletivas permeadas por novos conceitos” e que mudaram os rumos institucionais das demandas locais. João debatia há bastante tempo com o CNS sobre as madeiras na região e foi por sugestão do Conselho que o STR de Prainha se uniu ao movimento social de Porto de Moz. É o que mostra esse relato:

Quando foi em 2000, aí acelerou mesmo os madeireiro, né, vindo de todo o lado. Nós távamos em torno de 19 madeireira aqui, só ali na margem direita do Amazonas. [...] Nós já tínhamos recorrido toda a distância do governo e nós não estávamos vendo a reação do Governo se manifestar em defesa nossa. Né? Aí foi que o pessoal do CNS disseram: “João [nome fictício], vambora emendar esse projeto todinho nesse projeto da “Verde para Sempre”<sup>95</sup>

A proposta, então, foi feita aos participantes do Seminário e acolhida pelos líderes do movimento social de Porto de Moz. Com isso, o IBAMA passou a analisar o projeto para a “Verde para Sempre” que se tornaria a maior Reserva extrativista do mundo. Apesar da ousada dimensão territorial, a proposta da RESEX parecia lógica porque as peculiaridades geográficas, socioeconômicas e culturais das regiões envolvidas eram praticamente as mesmas, assim como os conflitos socioambientais. Com isso, o debate chegou às comunidades de Prainha, ganhando a adesão de comunitários e instituições, como a Colônia dos Pescadores Z-31, a Associação das Mulheres e do Campo de Prainha e as Pastorais da

<sup>93</sup> Entrevista com ex-presidente do STR e atual vereador de Prainha. Data: 14.06.2011. 10h30

<sup>94</sup> Entrevista com líder comunitário da Vila de Santa Maria de Uruará e primeiro presidente eleito pelo STR e ex-vereador. Data: 24.08.2011. 16h

<sup>95</sup> Entrevista com líder comunitário da Vila de Santa Maria de Uruará e primeiro presidente eleito pelo STR e ex-vereador. Data: 24.08.2011. 16h

Igreja Católica. Esses líderes, que estavam à frente da presidência das instituições mencionadas, identificam-se como idealizadores do projeto: “nós puxamos a discussão, né, sobre a RESEX. Teve um manifesto favorável, todos os debates na Câmara [...] até porque nós fomos o [...] tipo [...] o idealizador, né, do projeto<sup>96</sup>”.

Do discurso citado, destaca-se, desde já, o fato a ser retomado adiante que foi a acusação de tentativa de paternalização e/ou de personalização do movimento social pela RESEX pela figura do Sr. João e dos sindicatos de Prainha. Esse aspecto revelou-se como recente campo de conflito, à medida que o movimento social foi ganhando adesão dos moradores da área da Reserva e de seu entorno, daí emergindo outras lideranças comunitárias e culturas políticas que não aceitariam mais o poder dirigente dos idealizadores do projeto da RESEX. O fato é que, em 2000, o cenário político estadual para a criação de uma grande reserva extrativista, a “Verde para Sempre”, era tido como desfavorável pelo STR e pela Colônia dos Pescadores. Por isso, era necessário agregar mais e mais aliados:

Aí, nós fomos pra cá, que nós reunimos Sindicato, reunimos Colônia e [...] reunimos o pessoal da Paróquia. Né? A gente colocou, né, a situação nossa, que não era fácil. A nossa região, ela tava composta de [...] de um exército de pistoleiro dentro da mata, e isso era muito ruim pra nós. Né? [...] Porque nós, Sindicato de Prainha, da forma que nós estava organizado, nós não fomos ter perna, né, pra brigar. O Governo, lá no Estado do Pará, conivente, né, com toda essa demanda<sup>97</sup>.

Eis a percepção do então dirigente do STR que via a necessidade de aliados, já que a disputa pela área da RESEX era acirrada. Nessa época, era governador do Pará Almir Gabriel, reeleito pelo PSDB, e a estrutura de oportunidades políticas era tida como desfavorável ao movimento social em questão. Havia o “plano de desenvolvimento para Prainha” e ousados projetos de infraestrutura para o Estado, incluindo-se a exploração da madeira e do minério<sup>98</sup>, o que enfraquecia a decisão política de criação da RESEX.

Por esse motivo, no início de 2003, em negociação com o governo federal abdicou-se de grande área da Reserva Verde para Sempre, excluindo-se, inclusive, toda a área do Município de Prainha, posteriormente pleiteada como RESEX Renascer. Conforme o relato abaixo, não havia alternativa ao movimento social de Porto de Moz: ou se aceitava a redução

---

<sup>96</sup> Entrevista com ex-presidente do STR e atual vereador do PT. Data: 10/06/2011, 11h.

<sup>97</sup> Entrevista com líder comunitário da Vila de Santa Maria de Uruará e primeiro presidente eleito pelo STR e ex-vereador. Data: 24.08.2011. 16h.

<sup>98</sup> No início de 2003, foi empossado Simão Jatene, o novo governador do Pará, do mesmo partido de Almir Gabriel.

pela metade da área da RESEX Verde para Sempre pela, ou ela estaria completamente inviabilizada. Note-se:

Então, foi uma conversação aqui entre os movimentos sociais daqui, que entendeu a situação de Porto de Moz, entendeu? Porque lá, também, naquele período, a situação tava ainda mais crítico que aqui [...]. Então, aí o que que a gente viu? Havia mais viabilidade de se criar uma RESEX menor do que com a imensidade que era. Então, assim, a gente entendeu isso e acabou aceitando um desmembramento do nosso município<sup>99</sup>

Portanto, a aceitação da área menor que a inicialmente proposta para a Verde para Sempre – com a exclusão de Prainha – serviu como estratégia pelos movimentos sociais dos municípios envolvidos. Como a situação de conflitos era mais grave em Porto de Moz (GREENPEACE, 2003), optou-se pela proteção primária desse Município. Essa mesma versão é contada pelo vereador do PT, na época, presidente do STR de Prainha:

E [...] e, a partir daí, assim, pra não prejudicar o andamento da “Verde”, então nós recuamos, né. Porque o discurso era [...] que ia ser muito grande, a maior reserva do mundo, eu não lembro quantos milhões de hectares, dois milhões de hectares, se eu não me engano [...] <sup>100</sup>

Nessa entrevista, enfatiza-se também como obstáculo o tamanho da área proposta, o que dificultava a aprovação da Reserva tal como projetada inicialmente. Por sua vez, o coordenador da CPT foi mais enfático quanto ao fato de o desmembramento da área de Prainha da RESEX Verde para Sempre ser uma decisão política, motivada por interesses econômicos. Ele ressalta que não havia alternativa que não essa e, portanto, não foi o caso de acordo, estratégia ou ato volitivo de sindicatos ou lideranças comunitárias:

Não vejo [...] ninguém tá querendo desmembrar [...] é o estado que definiu que não daria. [...] como isso aqui era do Estado, não tinha interesse do Estado de manter toda essa área. E tinha muitas brigas de interesse econômico aí, né? Não é [...] num foi uma decisão dos moradores daqui que disseram “Não, não” [...] O que houve? Para manter a questão da RESEX Verde para Sempre o Estado brasileiro só deu esta possibilidade: a gente corta aqui e faz. Olha [...] ou isso ou nada<sup>101</sup>.

A situação era de clara restrição à oportunidade política para a criação da RESEX, cabendo aos movimentos adaptarem suas demandas às determinações do Estado. A decisão administrativa de excluir Prainha da Reserva Verde para Sempre foi comemorada pelo então prefeito de Prainha, Gandor Hage, que fez questão de classificar o fato, publicamente, como fracasso do movimento social, do STR e da Colônia dos Pescadores. Gandor comemorava: estava enterrado o projeto de uma Reserva extrativista em Prainha. Para desmoralizar,

<sup>99</sup> Entrevista com presidente da Colônia dos Pescadores de Prainha. Data: 10.06.2011. 9h

<sup>100</sup> Entrevista com ex-presidente do STR e atual vereador do PT. Data: 10/06/2011, 11h

<sup>101</sup> Entrevista realizada com coordenador da CPT. 09/06/2011, 14h40.

publicamente, a organização social opositora, o prefeito encomendou o enterro “simbólico” no cemitério da Vila de Santa Maria de Uruará:

Quando negaram a “Verde para Sempre”, quando foi no outro dia, ele [o Prefeito] mandou [...] convidar nós, o pessoal, né, da CPT, do Sindicato, de Colônia, pra participar do enterro da RESEX, da Reserva Extrativista. Eles prepararam dois caixãozinho, sei lá o que mais, mas eles mandaram convidar, que era pra nós participar do enterro<sup>102</sup>.

Segundo o relato, o “enterro” – assistido de longe – provocou tamanha humilhação aos líderes envolvidos no projeto da RESEX e acabou incentivando confronto, intimidação e violência entre as populações contrárias à Reserva e os participantes do movimento social pela criação da Unidade de Conservação. Ao mesmo tempo, a indignação e a resistência decorrentes do enterro provocaram o renascimento do projeto de uma RESEX, em Prainha:

[...] Quando retornou a RESEX, o planejamento, o plano, nós achava que não era mais[...] não podia mais ser “Verde para Sempre” ou outro nome, devia ser Renascer. Tá? [...]. O que não morre, ressuscita. Como ela não ressuscitou, mas nasceu novamente o projeto, então é Renascer<sup>103</sup>.

Segundo Tarrow (1994), pode parecer surpreendente pensar na morte como fonte de ação coletiva. No entanto, esse evento desperta profunda reação entre os vivos: quanto mais violenta for a morte, mais provável que ela se transforme em veemente protesto. No caso da RESEX Verde para Sempre, a morte simbólica da vontade, da esperança dos moradores de Prainha foi tão marcante, que reconectou e fortaleceu o movimento local. Não foi por acaso, portanto, que o nome do projeto de Reserva era “Renascer”. Outro ato do então prefeito de Prainha, Gandor Hage, ocorreu durante o primeiro seminário que seria realizado pelo IBAMA para expor e explicar às comunidades a proposta da Unidade de Conservação, em 2003:

[...] na primeira discussão do esclarecimento da RESEX, foi que o Gandor foi lá e bagunçou. [...] Ele tumultuou. [...] pegou o livro de lista de presença, livro de ata, rasgou tudo, jogou pra cima da mesa, foi uma baderna doida que ele fez. Eu sei que o pessoal do IBAMA vieram escoltado de lá pela polícia. A intenção deles era bater no pessoal do IBAMA. Eu acho, né? Pelo o que deu de perceber<sup>104</sup>.

Até hoje, o ex-prefeito é responsabilizado pela Justiça federal por ter violado documentos públicos. Todavia, permanece a lembrança dos momentos de intimidação de lideranças comunitárias por autoridades. Durante a pesquisa de campo, foi possível comprovar certo esvaziamento de reuniões. Vários moradores da Reserva e das vilas de seu

<sup>102</sup> Entrevista com liderança comunitária da região de Espírito Santo. Data: 26/08/2011, 20h

<sup>103</sup> Entrevista com liderança comunitária da região de Espírito Santo. Data: 26/08/2011, 20h.

<sup>104</sup> Entrevista com líder comunitário da Vila de Santa Maria de Uruará e primeiro presidente eleito pelo STR e ex-vereador. Data: 24.08.2011. 16h.

entorno comentaram que optaram por não comparecer às reuniões nem aos debates sobre a RESEX por razões de segurança. Entre 2002 e 2005, havia um clima de incitação de violência contra o STR, a Colônia e as lideranças comunitárias, que chegaram a sofrer atentados e ameaças, o que enfraqueceu as iniciativas do movimento social, nesse período. Confira-se narrativa do presidente da Colônia dos Pescadores:

O meu pai, ele passou seis meses pra Belém porque ele tava sendo perseguido no sentido de sê morto por pistoleiro [...] Nós aqui na Colônia, nós [...] nós fomo muito ameaçado com telefonemas [...] a nossa Colônia, ainda foi ainda, invadida, ela foi quebrada, é [...] jogado gasolina todinho no escritório, esse escritório foi todo jogado gasolina aqui [...] pra queimar [...] assim, naquele período todo, a gente [...] de certa forma, ficou meio [...] frio, né? entre 2002 e 2005, por aí. [...] que, de repente, poderia um companheiro nosso vir a morrer, entendeu?<sup>105</sup>

As ameaças descritas incluíam, portanto, ligações telefônicas, invasão dos sindicatos, tentativa de incêndio dos locais de trabalho e se temiam assassinatos por pistoleiros. Assim, entre 2002 e 2005, os líderes sindicais do movimento estavam no foco das ameaças e, por isso, esse era período de cautela e de pouca mobilização. De fato, nessa fase, o movimento social ainda estava muito centrado na figura dos sindicatos e ainda não havia sequer organização – mesmo que fragilmente estruturada – e mais próxima dos moradores da área onde seria a Reserva para pleitear as denúncias e as reivindicações. Por isso, pode-se dizer que o período de 2002 e 2005 foi de restrição dos ciclos de protestos. Apesar da aparente desmobilização, em 8 de agosto de 2003, foi iniciado o trâmite do processo administrativo<sup>106</sup> que analisava a viabilidade de criação da RESEX Renascer: “Porque depois de todas as turbulências que aconteceu, né, e a gente esperou esfriar um pouco aquilo pra recomençar o trabalho. Então, nós renascemos o trabalho de criação da RESEX, daí o nome<sup>107</sup>”. Quando questionados sobre os motivos da reivindicação de uma Reserva extrativista para a região rural de Prainha, os entrevistados são unânimes em apontar que essa era a única alternativa prevista pelo Estado para proteger o território e as comunidades da invasão e da violência dos madeireiros:

A nossa briga pra criação da RESEX foi a única forma que foi vista naquela época pra combater a forma da exploração da madeira ilegal. Entendeu? Que eles tinham o apoio do Governo do Estado, na época, tinham o apoio do Prefeito, porque esse pessoal era que patrocinava a campanha deles. Então, não tinha outra forma de combater, a não ser a criação da RESEX. [...] Então, foi a única forma, não foi assim: nós vamos criar a RESEX porque nós vivemos do extrativismo<sup>108</sup>

<sup>105</sup> Entrevista com presidente da Colônia de Pescadores de Prainha. Data: 10.06.2011. 10h

<sup>106</sup> Processo administrativo, autos nº 02048.000978/2003-10, para a criação da RESEX Renascer - IBAMA - Santarém/PA

<sup>107</sup> Entrevista com presidente da Colônia de Pescadores de Prainha. Data: 10.06.2011. 10h

<sup>108</sup> Entrevista com o atual presidente do STR. Data: 24.08.2011. 15h30.

Verifica-se, claramente, que a RESEX foi concebida como forma de proteger do território e as populações contra a exploração madeireira ilegal e não decorreu, portanto, da constatação ou do reconhecimento de uma identidade extrativista dos moradores locais. Ainda se depreende da entrevista que os moradores recorreram a essa política federal porque não contavam com apoio ou proteção institucional dos governos estadual e municipal, apoiados política e economicamente pelas madeiras e com elas coniventes. Possivelmente, a criação da Reserva atrairia o IBAMA, a Polícia Federal e as políticas públicas do governo federal para a região a fim de retirar os madeireiros e conter as ilegalidades locais. No mesmo sentido, o entendimento do coordenador da CPT que reafirma a convicção dos comunitários sobre a criação da RESEX:

[...] eles tão muito convictos, entendeu, que a unidade de conservação era a alternativa mais favorável pra eles. O que eles podiam que fazer? Eles podiam fazer o que o Estado propunha. Podiam [...] dizer [...] se declarar indígena, pedir uma associação, pedir um assentamento, pedir a unidade [...] é isso que o Estado propõe, fora isso não existe nada. [...] Era o que se apresentava como algo mais [...] palpável pra tirar o inimigo comum, que era os madeireiros. Esse era o inimigo comum de todos<sup>109</sup>.

O coordenador da CPT é muito claro quanto às poucas alternativas institucionais disponíveis aos comunitários para a proteção do território: demarcação de terras indígenas, assentamento rural ou terra indígena. E os problemas causados pelos madeireiros eram tão unanimemente reconhecidos que são referidos como “inimigos comuns”. De fato, durante as entrevistas, era recorrente o uso da expressão “nosso inimigo comum” pelos membros do movimento social quando eles faziam referência aos madeireiros. Outro aspecto relevante na fala destacada é que, àquela altura, a opção de se intensificarem as fiscalizações locais e as punições às atividades ilegais das madeiras nem sequer era mais cogitada como solução. Havia a memória histórica da conivência do governo estadual e local, de criminalizações do movimento social pelo Judiciário local e de escoltas da polícia aos madeireiros ilegais, sendo necessária uma intervenção definitiva – e federal – para demarcação do território.

Em agosto de 2004, o relatório técnico encaminhado ao Chefe do CNPT/IBAMA concluiu pela importância e pela viabilidade da Reserva extrativista<sup>110</sup>. No final de 2005, foi concluído estudo ambiental e socioeconômico para a caracterização da área e para o reconhecimento da comunidade interessada como população tradicional, legitimando o uso do território por ela. Dois anos depois, o próprio MMA apontou a proposta da RESEX Renascer

<sup>109</sup>Entrevista realizada com Miguel, coordenador da CPT. Data: 09/06/2011. 14h40.

<sup>110</sup>Processo administrativo, autos nº 02048.000978/2003-10, para a criação da RESEX Renascer - IBAMA - Santarém/PA. Pg. 92-94.

como de “ *muito alta importância para a conservação*” como consta do processo de “Atualização das Áreas Prioritárias para a Conservação, Uso Sustentável e Repartição de Benefícios da Biodiversidade Brasileira”<sup>111</sup>. Nesse ínterim, até a criação da RESEX pelo governo federal, em 2009, os moradores locais – sobretudo, os integrantes do movimento social – ainda vivenciaram inúmeros embates com os madeireiros e políticos locais, sendo raríssima a presença do IBAMA e da Polícia Federal, na região.

Havia pressão dos políticos locais para que as comunidades aceitassem a presença dos madeireiros. Em 2006, depois do atropelamento já narrado, em Santa Maria de Uruará, e do bloqueio da estrada da madeireira para chamar a atenção de autoridades, os candidatos a cargos eletivos do Município se apresentaram como interlocutores diplomáticos dos madeireiros. Os candidatos a vereadores e a prefeito convocaram reuniões entre madeireiros e comunitários, tentando criar a pauta de negociação das indenizações que pusessem fim ao conflito. Em 2 de outubro de 2006, as lideranças foram chamadas para se reunir com madeireiros, seus representantes, vereadores e outras autoridades locais. Segundo os comunitários, havia cerca de duas mil pessoas na reunião e, então, foi feita a proposta por alguns comunitários aos madeireiros:

E [...] assim, as comunidades que tavam lá fizeram uma proposta para os madeireiros, né, proposta essa que envolvia dinheiro. A Comunidade de Santa Maria pediu dos madeireiros o valor de trinta mil reais é [...] é [...] saúde, energia e estrada. Tá? Essa era a negociação<sup>112</sup>.

Em um primeiro momento, a proposta se resumiu a indenizações, a geração de energia elétrica e a serviços médicos. Mas, como relatado, durante a reunião, quando a comunidade percebeu que estava abrindo mão de riquezas e do direito de questionar judicialmente as ilegalidades, houve uma reação:

Aí, eles fizeram uma outra proposta: fizeram um documento, aonde esse documento a gente praticamente entregava a riqueza do município pra eles, sem o direito de falar nunca mais nada. E eu fui a peça principal que fiquei com o documento deles, escondi, não deixei ninguém assinar. E daí, surgiu o primeiro conflito, no caso, já do movimento<sup>113</sup>.

A partir de então, ficou evidente para esse grupo de Vila de Santa Maria de Uruará o risco de acordar com madeireiros, em detrimento de uma pauta maior, intransigível. E foi esse grupo – que mais tarde formou o Conselho Popular da Região de Uruará – que assumiu a

<sup>111</sup>Ministério do Meio Ambiente (MMA) - atualização: Portaria MMA nº 9, de 23 de janeiro de 2007. (BRASIL, 2008)

<sup>112</sup>Entrevista com uma das fundadoras do Conselho Popular da Região de Uruará, atualmente uma das líderes do MDR. Data: 21.08.2011 9h40.

<sup>113</sup>Entrevista com uma das fundadoras do Conselho Popular da Região de Uruará, atualmente uma das líderes do MDR. Data: 21.08.2011 9h40.

direção mais radical do movimento social no momento em que os sindicatos agiam com mais passividade e recolhimento. O Conselho incorporou a criação e a defesa da RESEX Renascer, seja porque o movimento se fortaleceria com o apoio dos moradores da Unidade, seja porque o projeto para ela tinha o mesmo objetivo do movimento social. Eis a narrativa:

outro impacto surgiu porque as pessoas que queriam negociar começaram a ficar a favor dos madeireiros porque preferiu a negociação e não a dignidade com a população. Negociavam, assim, como se aquilo ali não fosse custar nada depois. E a gente começou a criar um outro grupo, já fortalecido através da RESEX. Como tinha o projeto da RESEX, buscar o povo da RESEX pra sustentar o movimento<sup>114</sup>.

Esse grupo emergente, da Vila de Santa Maria de Uruará, viu a necessidade de respaldo jurídico para formalizar denúncias contra as madeireiras. Foi assim que se constituiu juridicamente o Conselho Popular da Região do Uruará com líderes que, por estarem afastados de sindicatos, de disputas eleitorais e de partidos políticos, agiam com menos diplomacia frente a madeireiros e governantes. No Conselho, despontou uma liderança, hoje considerada a mais importante da RESEX, e que, por cautela, esse trabalho a nomeia “Ana”. A própria líder relata sobre o seu ingresso na luta, em 2006, depois da adesão do morador de Santa Maria de Uruará:

E, na madrugada do dia 27, eu fui acordada na minha casa por 3 pessoas [...] ‘Mas eu?’ ‘É, tu. Vai ter uma reunião na estrada e tu faz ofício. A gente vai precisar de alguém que faz uma Ata’[...] Então, eu fui levada até esta estrada e estou nesta história até hoje. Mas, o mais interessante é que, quando eu fui pra estrada, eu já me senti parte da história, né, e acabei ficando [...] Ficando porque eu fui compreender que, o que realmente estava acontecendo.

Segundo Ana, ela foi convocada por causa da sua habilidade em escrever a ata de reuniões entre comunitários e madeireiros. Porém, a compreensão coletiva da presença das madeireiras ilegais e o sentimento de pertencimento a uma mesma condição e história de luta do grupo motivaram a líder a permanecer no movimento social.

Rapidamente essa líder se tornou respeitada e acolhida por sua capacidade de expressar valores, demandas e motivações do movimento social, ampliando a participação de comunitários da área para onde se propunha a RESEX e a visibilidade pública dos conflitos que ali ocorriam. A entrevista abaixo expressa o carisma da líder e o seu papel social:

Essa mulher foi que deu existência pra nós: antes dela a gente não existia, ninguém olhava pro nosso sofrimento nem ligava pra nossa luta. Então, agora ela é como da

---

<sup>114</sup> Entrevista com uma das fundadoras do Conselho Popular da Região de Uruará, atualmente uma das líderes do MDR. Data: 21.08.2011 9h40.

nossa família. Eu tô pra ver pessoa mais justa que ela. Por causa disso, por ela, eu mato e eu morro.<sup>115</sup>

O depoimento acentua a capacidade de expressão da líder do movimento social, que no comando de estratégias coletivas conseguiu dar visibilidade social a moradores que já estavam sem identidade (“não existiam” para o poder público e para a sociedade), abandonadas à violência, à ilegalidade e ao subdesenvolvimento pelo Estado. Além disso, em uma comunidade onde o vínculo familiar adota enorme relevo cultural, Ana alcançou o *status* de “pessoa da família”. Ainda pelos seus atributos, Ana é considerada a mais justa de todos, segundo o relato. Enfim, para expressar a gratidão, o respeito e o apoio angariados por essa líder, o entrevistado afirma que, por ela, “mata e morre”.

Depois de seguidas denúncias a órgãos gestores e ao Judiciário, o movimento social passou a recorrer ao bloqueio do tráfego das madeiras ilegais. Em 5 de outubro de 2006, os membros do movimento detiveram a primeira balsa e mantiveram a decisão de só liberá-la com a presença do IBAMA. Depois, mais balsas foram detidas e uma delas foi incendiada pelo movimento, exatamente, quando a Polícia Militar tentava recuperar as madeiras ilegais em favor das empresas:

em novembro, dia 1º de novembro, a gente prendeu uma balsa lá, que ninguém vinha tomar posição. Ninguém. Nem IBAMA, nem Ministério Público, nem Polícia Federal, ninguém fazia nada. Então, a gente já tava cansado de esperar. [...] Quando, foi nesse dia, a gente prendeu outra balsa carregada de madeira. [...] mais uma vez foi pro local pra dar suporte pros madeireiros tirarem a balsa daqui. Cinco balsas com madeira em tora, tudo ilegal. E pra que a gente não chegasse em conflito com a polícia, os comunitários decidiram atear fogo na balsa.<sup>116</sup>

A apreensão da balsa foi a estratégia para atrair até o local autoridades federais. Com a omissão desses órgãos, a polícia local reapareceu em defesa dos madeireiros. Diante da iminência de confronto com policiais – que agiam como milícia particular dos madeireiros ilegais – e do risco de verem novamente as madeiras ilegais escoarem impunemente, os comunitários acabaram ateando fogo às toras embarcadas. Só então é que, finalmente, o IBAMA e o Judiciário, que já havia enviado o perito, passaram a tutelar as comunidades tradicionais da região. Isso não evitou, porém, que os líderes fossem espancados, ameaçados e incriminados pela polícia militar.

---

<sup>115</sup> Entrevista com integrante do movimento social, comunitário da região do rio Tamuataí. Por razões de segurança, mantido como anônimo.

<sup>116</sup> Entrevista com uma das fundadoras do Conselho Popular da Região de Uruará, atualmente uma das líderes do MDR. Data: 21.08.2011 9h40.

Como resposta do governo federal, feitas algumas reuniões entre IBAMA e integrantes do movimento, o Instituto e a Polícia Federal iniciaram a “Operação Renascer”. Confirmou-se então a ilegalidade de todas as madeiras da região com uma enorme apreensão de madeira, que culminou na descoberta de um esquema que levou à prisão de madeireiros e policiais militares.

A represália ao movimento social foi intensa e narrada como dos períodos mais violentos para as comunidades tradicionais. Além dos atos de hostilidade, 20 lideranças foram ameaçadas de morte, são muitos os relatos de tentativa de incêndio em casas e em locais de trabalho. No entanto, tanto o governo estadual do Pará quanto a Prefeitura de Prainha não estavam dispostos a ceder à criação da RESEX Renascer. Ignorando a tramitação do processo que analisava a criação da RESEX Renascer, o governo do Pará pleiteava, em meados de 2006, a criação, na mesma área, da Floresta Estadual Amazônia e da Área de Proteção Ambiental Santa Maria de Prainha. Essas Unidades de Conservação estaduais se estenderiam até os Municípios de Medicilândia, Prainha e Uruará e, assim, possibilitando a continuidade da exploração madeireira no local, legitimariam os planos de manejo estaduais – então considerados ilegais pela Justiça federal e exporiam ao acaso as populações tradicionais locais.

Ainda entre o fim de 2006 e início de 2007, o Ministério Público Federal propôs ação cautelar e ação civil pública<sup>117</sup> com o propósito de obrigar o governo estadual a não criar a FLOTA, a APA Santa Maria de Prainha, nem qualquer outra Unidade de Conservação sobreposta à Renascer. E ainda de obrigar o Estado a deixar de conceder planos de manejo e projetos fundiários para a área. As ações visavam proteger os modos de vida das populações tradicionais, já que, mesmo com o trâmite federal da criação da Reserva, existiam cerca de 40 planos de manejo ilegais emitidos pelo Estado para a mesma área.

A sentença também observava que os estudos do governo do Pará foram feitos em apenas 40 dias – “tempo não hábil a um entendimento humano mediano dos aspectos inerentes a tão poliédrico assunto” – e que a atividade ilegal madeireira e a violência por ela gerada não pareciam ser combatidas pelo Estado, ao contrário, ficara constatado que diversos policiais militares prestavam apoio aos empreendimentos clandestinos (fls. 174 e 176 dos autos da ação cautelar inominada). Essa tutela judicial foi reforçadora para os direitos das

---

<sup>117</sup> Medida Cautelar Inominada, autos nº 2006.39.03.003102-0, e Ação Civil Pública, autos nº 2007.39.03.000042-0, ambas com tramitação na Vara Única da Subseção Judiciária de Altamira e propostas contra a União Federal, o Estado do Pará, o IBAMA e o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA.

comunidades tradicionais de Prainha, já que o Juízo impôs ao IBAMA prazo de trinta dias para concluir a análise da criação da RESEX Renascer. No entanto, levaria ainda mais dois anos para que o Decreto federal instituísse, definitivamente, a criação da Reserva.

Enquanto isso, inúmeros abaixo-assinados contrários à RESEX Renascer eram levados ao ICMBio – recém-criado para tratar das Unidades de Conservação nacionais. Entre as instituições que se manifestavam contrárias à Reserva estavam a Associação dos Produtores Rurais de Santa Maria de Uruará e Região e a Associação de Moradores de Santa Maria de Uruará. As comunidades do interior da Reserva contrárias a ela eram – e continuam sendo – São Raimundo, Beira-Rio e Cipriano (mais forte atualmente). Alegava-se que a RESEX emperraria a economia do Município, que a mera discussão da sua criação incitava atos criminosos, que a proposta da RESEX violava o Decreto de nº 98.877/90, já que os moradores da área não viveriam de produtos extrativistas, considerando-se as centenas de famílias que há mais de século se dedicam à pecuária. Além disso, menciona-se nos abaixo-assinados que as madeireiras operam como parceiras das comunidades em razão de estradas abertas, ruas pavimentadas, do gerador comunitário de energia elétrica, da mão-de-obra empregada na pecuária de grande porte e nas empresas de madeiras<sup>118</sup>, suas principais atividades, segundo os signatários.

Havia uma campanha para exclusão da área de Cipriano do projeto da RESEX que, segundo o STR, era patrocinada por madeireiros, fazendeiros e pela Associação de Produtores APRUSANTA. Das razões para que o STR mantivesse o projeto de inclusão de Cipriano na Reserva, menciona-se o fato de ela “ficar entre os Rios Uruará e Tamuataí, no centro da RESEX”, e daí, a necessidade de se evitarem especulação e venda de terras por madeireiras na região, “já que a Colônia é área de acesso (entrada e saída para elas), sendo estas madeireiras as principais geradoras de conflitos na região” (Ofício STTR nº 093/2007, de 18.12.2007). Em 2007, estava marcada pelo ICMBio a audiência pública que consultaria as comunidades sobre a viabilidade da RESEX. Nessa ocasião, a Prefeitura de Prainha interpôs mandado de segurança<sup>119</sup> contra ato do Presidente do IBAMA determinando audiência pública sem que se tivesse convocado o Município para opinar. Foi deferida a liminar favorecendo o Município e suspendendo a audiência pública.

---

<sup>118</sup> Processo administrativo IBAMA, autos nº 02048.000978/2003-10.

<sup>119</sup> Mandado de Segurança, autos nº 2007.34.00.042942-6. 3ª Vara da Justiça Federal do Distrito Federal.

Às vésperas da audiência, porém, o IBAMA interpôs recurso<sup>120</sup>, conseguindo a antecipação de tutela, revertendo a situação para permitir a audiência. Isso ocorreu diante da comprovação, pelo IBAMA e pelo ICMBio que a Prefeitura de Prainha havia, sim, sido convidada formalmente para debater e, portanto, não ocorreu qualquer irregularidade. O momento foi celebrado efusivamente pelos líderes do movimento social:

A audiência aconteceria no dia 13. No dia 11, eles conseguiram embargar a audiência, conseguiram uma liminar embargando. No dia 12, a noite, a gente conseguiu quebrar a liminar. E realizamos a audiência no dia 13 [...] E a gente no rádio, sabe, dizendo que “ia acontecer, que ia acontecer, e que eles tavam mentindo, e a audiência ia sair pro povo sim! E o povo veio, sabe? E foi, assim, muito belo aquele momento, que a gente conseguiu realizar a audiência<sup>121</sup>.

Segundo o relato, mesmo com a decisão judicial autorizando a audiência pública, o Prefeito e seus apoiadores noticiaram o cancelamento, e as comunidades ficaram desmotivadas. Mas, o movimento social redobrou o fôlego e desmentiu a suspensão da audiência, contando, basicamente, com avisos pelo rádio. Uma das maiores dificuldades do movimento sempre foi a de ter que rapidamente pautar mobilizações e informes, já que o único meio de comunicação existente até hoje na área da Reserva é o rádio (disponível para pouquíssimos moradores). Além disso, o transporte e o deslocamento entre as comunidades são feitos apenas por rabetas e a viagem costuma levar horas. Com isso, pode-se imaginar os prejuízos causados pela Prefeitura ao requerer e divulgar a suspensão da audiência pública às vésperas. Mesmo assim, os líderes do movimento conseguiram reverter o impasse. E em 13 de dezembro de 2007, na Comunidade Espírito Santo, região do Rio Tamuataí, foi realizada a audiência pública para criação da RESEX, aprovada pela maioria dos participantes.

Dias depois, em 26 e 27 de novembro, foi a vez do Seminário de Discussão da Criação da RESEX. Segundo o Relatório de Atividades e Impressões – MMA, de 05/12/2007, foram expostos os motivos de criação da RESEX e o Estudo Socioeconômico, promovendo-se debates, o mapeamento participativo das áreas de usos e conflitos e debatidas as seguintes questões: 1) Por que a área ao sul – a das nascentes dos rios –, ainda não muito explorada, deve compor a RESEX? 2) As fazendas de gado do Cipriano e da família Alvarenga devem ficar dentro da RESEX? Em resposta, os participantes decidiram que as áreas ao sul da Reserva – por serem, justamente, as das riquezas naturais mais cobiçadas – deveriam ficar preservadas, inclusive, por alojarem as nascentes dos Rios Tamuataí, Guajará e Uruará. E que

---

<sup>120</sup> Agravo de Instrumento, autos nº 2007.01.00.058117-6/DF. Tribunal Regional Federal da 1ª Região.

<sup>121</sup> Entrevista com uma das fundadoras do Conselho Popular da Região de Uruará, atualmente uma das líderes do MDR. Data: 12.06.2011. 15h

os fazendeiros moradores em áreas internas à Reserva deveriam ser considerados moradores tradicionais e a eles ser permitido criar gado, mas, vetado voltar a desmatar.

O Seminário chegou às seguintes conclusões: desinformação ou informações equivocadas sobre a Reserva, causando temor entre as comunidades; consenso entre elas, favoráveis à criação da Unidade de Conservação; urgência na criação da Reserva em razão da iminência de conflitos e das ameaças de morte a moradores, principalmente, por madeireiros.<sup>122</sup>

No entanto, ainda hoje, muitos comunitários que se sentem prejudicados pela criação da Reserva acusam a direção do STR e órgãos federais de forjar documentos, alegando que foram induzidos a erro, pois julgaram estar assinando reivindicações de benefícios aos lavradores:

O que eu quero dizer aqui é que esta Reserva Extrativista, todos nós sabemos que foi criado de mentira [*gritos de apoio e palmas*]. O Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Prainha e a Colônia Z31 e junto com essas pessoas decidiu aqui uma coisa por todos nós que nem aqui existia.<sup>123</sup>

É muito comum ouvir desse grupo de moradores que a Reserva foi criada “de mentira”. Muitos deles se sentem traídos pelo STR e pela Colônia que, na concepção de alguns agricultores e pecuaristas, deveria ter apoiado um modelo de desenvolvimento pautado na expansão da agricultura e da pesca, e não, na restrição delas. Ao mesmo tempo, alegam que estudos socioambientais e laudos que afirmam o caráter tradicional das populações seriam falsos. A própria vereadora afirma:

[...] apesar desse perfil socioeconômico, os documentos produzidos pelos órgãos do governo para justificar a criação da Renascer afirmam que essa população vive do extrativismo, que coletam castanha e cipó, que produzem artesanato, que tinham perfil de população extrativista. Meu Deus, quanta mentira!<sup>124</sup>

Em seu discurso, a vereadora propaga a concepção de que o extrativismo se resumiria à coleta de frutos ou de produtos vegetais da mata e ao artesanato. Como julga que as comunidades não vivem desses produtos, o perfil socioeconômico supostamente traçado pelos órgãos ambientais federais é falso.

De qualquer forma, em maio de 2008, o ICMBio conclui as análises, e o processo da criação da RESEX foi encaminhado à Presidência da República, que o manteve sob análise

---

<sup>122</sup> Processo administrativo, autos nº 02048.000978/2003-10, para a criação da RESEX Renascer - IBAMA - Santarém/PA. Pg. 710-712.

<sup>123</sup> Discurso de comunitário e presidente da Associação dos Produtores Rurais da Comunidade de Mato Grosso. Data: 11.06.2011.

<sup>124</sup> “Agricultores querem alterar os limites da reserva”, Jornal O Diário do Tapajós, em 14.06.2001.

por mais de um ano até a assinatura do Decreto federal. Durante esse período, em 3 de junho de 2008, o Ministério de Minas e Energia encaminhou e-mail à secretária executiva do MMA informando:

[...] tendo em vista a solicitação do Ministro Carlos Minc ao Ministro Lobão, CONCORDAMOS com a criação da RESEX Renascer – Pará, contudo alertamos que nesta área há um expressivo potencial minerário para a exploração de alumínio e bauxita e, com relação aos direitos minerários, a párea apresenta várias autorizações de pesquisa para estes minérios [...]<sup>125</sup>

Especula-se, até hoje, que os interesses minerários, confirmados pelo MME, além das pressões do governo estadual e das elites econômicas locais (madeireiros, pecuaristas e mineradoras) tenham sido os principais motivos que levaram à alteração da área proposta para a Reserva, reduzida à metade. Excetuaram-se, justamente, as áreas ao sul – apontadas como de preservação prioritária pelos comunitários e pelos estudos ambientais – e as principais fazendas da família Alvarenga, situadas bem no centro da RESEX.

#### 4.4.1 Episódios recentes, pós-criação da RESEX

Ao invés de o Decreto paralisar a exploração de madeira no interior da Reserva, o efeito foi o contrário (TERRA DE DIREITOS, 2010) e culminou em novo embate entre madeireiros e moradores da Reserva extrativista. Novamente, o movimento social denunciou o agravamento da extração de madeira na RESEX, mas, exauridos pela inação do poder público, em 25 de novembro de 2009, cerca de doze moradores da RESEX Renascer e de Santa Maria de Uruará promoveram o episódio do incêndio das balsas, já relatado.

Esse acampamento ganhou, rapidamente, adesão de cerca de 300 pessoas e, nos três meses seguintes, chegou a receber quase mil pessoas – moradores da RESEX e das vilas do entorno, que se revezavam em manifestar o vigor do movimento, bloquear as balsas e reivindicar a presença do poder público (TERRA de direitos, 2010). Essa adesão foi confirmada em entrevista por uma das líderes do MDR:

O acampamento inicia com doze pessoas. Nós chegamos pra mais de quatrocentas. [...] Mas muita gente já tinha ficado um período e já tinha ido embora. [...] Passavam dois, três dias e iam embora. Aí, vinham outras pessoas diferentes: passavam dois, três dias, uma semana, e iam embora. Então, a gente acredita que mais de mil pessoas aderiram ao acampamento.<sup>126</sup>

A repercussão do acampamento surpreendeu mesmo tendo ocorrido em período de

<sup>125</sup> Informação constante na página 921 do processo administrativo IBAMA que analisava a criação da RESEX.

<sup>126</sup> Entrevista com Ana, uma das líderes do MDR. Data: 12.06.2011. 15h.

festas de final de ano e com pouca estrutura. Foi marcante a adesão de comunitários das áreas do entorno da Unidade que nunca haviam se encorajado a participar do movimento. Há depoimentos de que mesmo quem, não acampou, colaborou as com a causa e doou alimentos, água e combustível.

Novamente, o poder público demorou a dar respostas e os madeireiros começaram a reagir: atearam fogo a uma escola próximo ao acampamento e mandaram aviões periodicamente fiscalizarem o acampamento, em sobrevoos rasos e ameaçadores. Durante o mês de dezembro, o Rio Uruará era vigiado pelos acampados que, assim impediram a descida de balsas com madeira da Unidade de Conservação. Nesse período, líderes de comunidades, de organizações e de movimentos sociais se reuniam com o Ministério Público Federal e ao ICMBio para exigir a fiscalização da madeira retida na RESEX. O ICMBio, responsável pela gestão da Unidade, foi alertado diversas vezes sobre o risco na RESEX, mas, alegou falta de meios para verificar a legalidade da madeira e efetuar a retirada das serrarias ainda instaladas na área. O ICMBio se comprometeu, apenas, a entrar em contato com a SEMA/PA (Secretaria de Estado de Meio Ambiente do Pará) questionando a situação dos planos de manejo existentes na área e a emissão de guias florestais em data posterior à criação da Reserva (TERRA de direitos, 2010).

Dias depois, no período Natal, o ICMBio e a Prefeitura de Prainha, vereadores, secretários municipais e outros tentaram reunir representantes dos madeireiros com líderes do movimento social na tentativa de fechar acordo que “solucionasse o conflito”. A proposta dos madeireiros foi a de destinar R\$ 500.000,00 aos moradores como contrapartida da retirada de madeira e da devolução das balsas retidas pelo movimento. Mesmo ciente das ilegalidades, o ICMBio assistiu inerte a essa proposta. Provavelmente, o pagamento de meio milhão de reais<sup>127</sup> tenha abalado a coesão entre os acampados, mas, venceu a recusa ao acordo, o que surpreendeu madeireiros e poder público, especialmente, o ICMBio, sobretudo, porque mais denúncias foram apresentadas na reunião. Não se conseguiu, entretanto, vencer a lentidão do governo em agir, especialmente, por causa do período natalino impedindo o contato com autoridades. Além disso, representantes da Madeireira Jaurú insistiam no assédio com ofertas em dinheiro e banquetes de Natal em troca da liberação do Rio Uruará.

A madeireira Jauru dava sinais de constrangimento diante da recusa às suas propostas e da iminência da fiscalização na área. A Juíza Vara Única da Comarca de Prainha,

---

<sup>127</sup> A proposta ofertada era de R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais) para serem divididos entre as comunidades e pagos em cinco parcelas mensais.

expediu liminar em ação cautelar para impedir a retirada da madeira do local. A empresa já havia sido multada em R\$ 100.000,00 pelo ICMBio por fazer funcionar um porto ilegal na RESEX Renascer. Como resultado, na madrugada de 4 de janeiro de 2010, por volta das 4hs, aproveitando o esvaziamento do acampamento em razão das festas de fim de ano<sup>128</sup>, ocorreu a investida violenta de uma empresa madeireira. O barco “Silva Guedes III”, tripulado por cerca de quarenta homens armados, seguido das cinco balsas apreendidas com madeira, forçava passagem pelo bloqueio montado. Duas mulheres e um homem do movimento tentaram se aproximar para dialogar, mas, os pistoleiros da Jauru revidaram com tiros e dois acampados foram alvejados. O tiroteio durou cerca de uma hora, e os feridos, por sorte, sobreviveram. A Polícia Militar foi chamada e as providências se resumiram a “desarmar”<sup>129</sup> os acampados e, novamente, escoltar o barco utilizado pelos madeireiros.

Além do ataque ao acampamento, em 6 de janeiro, o setor madeireiro organizou ato público contrário ao movimento dos acampados, na Vila de Santa Maria do Uruará. Além das tentativas de incriminação do movimento social, os líderes eram ameaçados em discursos públicos e nominados “terroristas e guerrilheiros”, em uma clara incitação à violência pública. No mesmo dia, um dos fundadores do Conselho Popular da Região do Uruará teve a casa queimada e a esposa, gravemente agredida. O fato ganhou repercussão no Pará e três líderes do acampamento foram convocadas para uma audiência com o alto escalão do governo estadual.

Poucos dias depois, a SEMA/PA iniciou uma fiscalização, divulgando na imprensa a suspensão das atividades da Madeireira Jauru, também multada em R\$ 3,4 milhões pela madeira encontrada no pátio (TERRA de direitos, 2010). Entretanto, a operação da SEMA/PA não atingiu, efetivamente, a causa dos conflitos na região, pois a Jauru dispunha de plano de manejo estadual, mesmo tendo extraído a madeira ilegalmente da RESEX. A ação da Secretaria, portanto, serviu muito mais para aplacar a opinião pública do que, propriamente, para coibir atos ilegais.

Em vista disso, a Terra de Direitos – assessoria jurídica do movimento social e da CPT – solicitou reunião com o Ministério Público Federal, que, na ocasião, informou da

---

<sup>128</sup> Nesta ocasião, compareceram cerca de 180 pessoas no acampamento.

<sup>129</sup> A polícia alega ter desarmado os acampados do movimento social, mas estes negam ter no acampamento as armas supostamente apreendidas (que seriam armas de grande porte, como metralhadoras, sendo que os acampados afirmaram ter apenas algumas espingardas). Alguns integrantes do movimento social afirmaram ser um costume da polícia militar local a “implantação” destas armas de grande porte nos barcos e residências de manifestantes, a fim de criminalizá-los. Este fato fora posteriormente confirmado pela polícia federal e MPF.

ordem judicial determinando que a ação da SEMA teria que ter ocorrido em conjunto com órgãos federais. Ocorre que o ICMBio não fora formalmente comunicado da operação e que, assim, persistia a necessidade de uma fiscalização efetiva.

Foi só quando o poder público federal enviou representantes a Prainha para uma audiência pública com a presença do IBAMA, do ICMBio, da Polícia Federal, das Forças Armadas e do Ministério do Meio Ambiente. O governo estadual compareceu por meio da Casa Civil e da SEMA/PA. Os comunitários temiam deixar o acampamento e, antes de fazê-lo, em 15 de janeiro de 2010, fundaram o Movimento em Defesa da Renascer (MDR). O MDR, até hoje, permanece sem constituição jurídica com o fim de proteger a RESEX e seus moradores. Era uma forma de manter os comunitários mobilizados, mesmo sem o acampamento.

Finalmente, em janeiro<sup>130</sup>, março e abril de 2010, foram realizadas apreensões de madeira exploradas ilegalmente na área da RESEX<sup>131</sup>. A apreensão do mês de abril foi declarada a maior do Brasil, até então, segundo o Delegado Paulo Teles, da Polícia Federal e Ivanildo Lima, Chefe de fiscalização do IBAMA. Em 4 de maio de 2010, foi lavrado auto de infração nº 010815-A/ICMBio, tendo sido apreendidas 23.040 (vinte e três mil e quarenta) toras agrupadas em 276 (duzentas e setenta e seis) lotes, totalizando o volume estimado de 64.512m<sup>3</sup> de madeira ilegal, suficiente para carregar 2,5 mil caminhões. Funcionários do ICMBio relataram à imprensa as tentativas de suborno para que não sobrevoassem a área:

A partir do momento que tentamos chegar lá, vários obstáculos foram criados, ofereceram R\$ 10 mil para que nosso piloto não sobrevoasse a área, ofereceram R\$ 2 mil para que a balsa que leva os carros à região não chegasse ao destino, inclusive pagaram manifestantes para fazerem bloqueio nas estradas<sup>132</sup>.

Conforme determinação do ICMBio<sup>133</sup>, e para revolta dos comunitários, a madeira apreendida e leiloadada seria doada para o Ministério do Desenvolvimento Social, o Programa Fome Zero. O motivo da indignação era claro: após anos de luta contra a exploração ilegal de madeira e toda sorte de ameaças e violência, quando, finalmente, uma operação resulta em tão volumosa apreensão, o governo federal decide, unilateralmente, destinar benefícios para outro

---

<sup>130</sup> CANDIDO NETO (2009-2010).

<sup>131</sup> Em menos de duas semanas, a Operação Arco do Fogo apreendeu no interior da RESEX 23.040 (vinte e três mil e quarenta) toras de madeira em bom estado de conservação, totalizando um volume estimado de 64.512 m<sup>3</sup> (sessenta e quatro mil, quinhentos e doze metros cúbicos). As apreensões foram realizadas por equipes do ICMBio, do IBAMA, da Polícia Federal e do Sistema de Proteção da Amazônia (SIPAM) (IBAMA, 2010)

<sup>132</sup> Relato de funcionário do ICMBio ao Jornal "O Globo". (O GLOBO, Tapajós, 07/04/2010)

<sup>133</sup> A doação amparou-se nos ditames da Portaria Interministerial nº 3, de 08/10/2009 (DOU 09/10/2009), firmada pelos Ministros do MMA e do MDS, cujo objetivo é destinar ao Programa Fome Zero os bens oriundos de apreensão em operações de fiscalização ambiental.

programa e para outro público. O pleito na própria RESEX e em políticas públicas locais (Terra de Direitos, Ofício TDD/STM, novembro de 2010).

Em razão disso é que foi proposta ação judicial requerendo ao ICMBio a constituição de um fundo para implementação da Reserva extrativista. A decisão judicial<sup>134</sup> foi favorável aos moradores da RESEX e os recursos do leilão da madeira, destinados à gestão da Unidade de Conservação. Segundo o Termo de Doação do ICMBio ao Ministério do Desenvolvimento Social, a madeira apreendida foi avaliada em, aproximadamente, R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais). Até o final de 2011, funcionário do próprio ICMBio – depositário fiel da madeira – informaram que “ as toneladas de madeira apreendida apodreciam ou eram saqueadas por madeireiros, ao sul da RESEX”, e o leilão, até então, não havia sido cumprido pelo ICMBio. A denúncia já havia sido levada ao conhecimento do MMA e da presidência do ICMBio:

A ministra [do MMA], no encontro que a gente foi, ela deu garantia que a justiça já liberou pra que a madeira fosse leiloada. Quem vai leiloar? Quando vai ser o leilão? Inclusive eu falei pra ele [Presidente do ICMBio]: “Quando? Porque parte da madeira não presta mais”. Grande parte desta madeira vai ser estragada. E aí?<sup>135</sup>

O encontro mencionado acima ocorrera em agosto de 2011, quando se reafirmou à Ministra do Meio Ambiente que a demora do ICMBio em leiloar a madeira era a razão da deterioração e do saques. Além disso, constatava-se ao sul da RESEX a presença de grileiros que desviavam a madeira, cuja posse era legitimada por supostos “projetos agroextrativistas”, que, na verdade, acabavam loteados em favor de madeireiros. Confira-se o relato de Ana:

Eles usam o assentamento pra tirar madeira. Aí, eles pegam o nome de várias pessoas, o tal dos laranjas, que, no nome dessas pessoas ele coloca os lotes. Mas, na verdade, ele que é o único dono, entendeu? Não existe nada de morador. E essa prática pega parte do Rio Uruatinga, parte do Rio Uruará, a região, ele atravessou o rio Uruará. Não sei qual é a prática, só sei que, no fim, a terra é dele<sup>136</sup>.

Não bastassem os planos de manejo ilegalmente utilizados, agora são os projetos extrativistas – aprovados pelo próprio governo – que dão legitimidade a uma à fraude de ocupação da área e da extração de madeira. E, justamente, na região das nascentes dos rios da RESEX e um dos principais remanescentes florestais do Estado do Pará. As ações do governo não se voltam ao combate da complexidade de consabidas fraudes, como a grilagem de terras e o uso indevido de planos de manejo. Ao invés disso, centram-se esforços para ações

---

<sup>134</sup> O Ministério Público Federal ingressou com a Ação Civil Pública n. 3725-14.2010.4.01.3902, na Vara Única Federal de Santarém, solicitando que a doação da madeira fosse cancelada.

<sup>135</sup> Entrevista com uma das fundadoras do Conselho Popular da Região de Uruará, atualmente uma das líderes do MDR. Data: 12.06.2011. 15h

<sup>136</sup> Entrevista com uma das fundadoras do Conselho Popular da Região de Uruará, atualmente uma das líderes do MDR. Data: 21.08.2011. 9h40

pontuais e individuais. Seguindo essa lógica, no início de 2011, o ICMBio comandou fiscalização na RESEX e acabou autuando moradores da própria Unidade de Conservação e apreendeu equipamentos para pesca e extração de madeira. A operação causou revolta entre os moradores, que se mobilizaram para tentar cancelar as autuações, até mesmo porque ainda não havia sido promovido procedimento interno de informação e de educação ambiental, como determinam as regras da RESEX. Aliás, sequer essas regras estavam acordadas, uma vez que não houve consenso para a elaboração do Plano de Manejo da Reserva ou para a nomeação do seu conselho gestor.

Por causa desse episódio e por sugestão do ICMBio, os moradores da RESEX se organizaram para começar a geri-la. Por intermédio da associação GUATAMURU, e com apoio do MDR, os moradores elaboraram o Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) com normas mínimas de convivência e de conservação para a RESEX. A proposta expressava boa fé e uma “preparação para o plano de manejo”.

Mesmo sem o conselho deliberativo, os comunitários tomavam para a gestão da Reserva. Até setembro de 2011, quando foi feita a última pesquisa de campo, o clima continuava tenso na região, marcado por hostilidade e ameaças e, nesse período, as principais reivindicações do movimento social eram a criação do conselho gestor da Unidade, o leilão da madeira apreendida e a regularização fundiária da área.

Enquanto isso, ressurgia, com amplo apoio de deputados estaduais, vereadores, ex-prefeitos e com maior adesão de comunitários – de dentro e de fora da RESEX – o contramovimento, que visava anular a Unidade de Conservação.

#### 4.5 NASCIMENTO E DESENVOLVIMENTO DAS PRINCIPAIS ORGANIZAÇÕES QUE COMPÕE O MOVIMENTO SOCIAL

Como visto, o STR, a Colônia dos Pescadores Z31e a Associação das Mulheres do Campo e da Cidade de Prainha, cujos líderes pertencem hoje ao PT, foram os principais idealizadores da Unidade de Conservação, que, inclusive, costuma ser chamada por eles de “nosso projeto”. No entanto, além dessas entidades e da adesão de moradores da região, o movimento social teve o apoio de mais três organizações de destaque:

a) Conselho Popular da Região de Uruará, que, teve papel marcante no final da década de 1990e início de 2000. Atualmente, depara-se com impasses legais em razão da expiração da validade de documentação;

b) Movimento em Defesa da Renascer (MDR), criado em janeiro de 2010 depois do acampamento para comandar os protestos e as mobilizações. Até hoje, permanece sem formato jurídico;

c) Associação da Reserva Extrativista Renascer GUATAMURU, comumente chamada Associação Mãe, formada por representantes das comunidades dos Rios Guarajá, Tamuataí e Uruará. Criada juridicamente em 2011 com o fim de facilitar a gestão da RESEX pelos seus próprios moradores.

A importância de antigos líderes e instituições é notória e reconhecida pelo movimento social da RESEX Renascer. No entanto, muitos integrantes do movimento e moradores da Reserva, atualmente, expressam ressentimento por não serem reconhecidos pelo Sindicato, pela Colônia e pelo PT como legítimos gestores da Renascer. Paralelamente a isso, lideranças do MDR, sobretudo Ana, e os gestores da GUATAMURU, ganham corpo entre os moradores da Renascer.

#### 4.5.1 O Conselho Popular da Região do Uruará

O Conselho foi criado em 2006, logo após o atropelamento do morador em Santa Maria do Uruará. O propósito de se formar uma figura jurídica para apoiar o movimento social era o de legitimar denúncias e reivindicações:

No dia 2 de outubro [2006], nós já estávamos com o Conselho criado, com CNPJ, que era uma Associação, né, criada, e uma roma de denúncias pra fazer. [...] E aí, eu fui pra Santarém, encaminhei pro Ministério Público, encaminhei pro IBAMA, e aí mandamos pra Brasília, mandamos pra Belém, pra vários órgãos, né, as denúncias, pra mesmo assim, chacoalhar a coisa<sup>137</sup>.

A criação do Conselho foi muito célere e, de acordo com Ana, uma das fundadoras, o foco da estratégia do Conselho eram a denúncia e o diálogo com o poder público sobre a ilegalidade das madeiras. Sobre a natureza jurídica do Conselho, a entrevistada relata:

Esse Conselho foi muito interessante, quando ele foi criado, foi na época de gerenciar o que os madeiros tavam propondo. Né? Era uma Associação, só que a gente colocou o nome de Conselho. Era uma Associação, como qualquer outra<sup>138</sup>

---

<sup>137</sup> Entrevista com uma das fundadoras do Conselho Popular da Região de Uruará, atualmente uma das líderes do MDR. Data: 21.08.2011 9h40.

<sup>138</sup> Entrevista com uma das fundadoras do Conselho Popular da Região de Uruará, atualmente uma das líderes do MDR. Data: 21.08.2011 9h40.

Para o antigo presidente do STR, hoje vereador, o Conselho seria um movimento social distinto:

Nós tínhamos o movimento da RESEX [...] e aí foi criado um outro movimento, que era o Conselho [...] Conselho da Santa Maria, né? O Conselho Popular. É [...] também, já um outro movimento [...] para que [...] uma organização para [...] paralisar a saída de madeira da região<sup>139</sup>.

O então presidente do STR parece entender que haveria um primeiro “movimento” por ele liderado para a criação da RESEX e um “segundo movimento”, formado pelo Conselho Popular da Região de Uruará, que teria como foco o protesto contra a retirada ilegal de madeiras. Por sua vez, o coordenador da CPT descreve o Conselho de uma forma diferenciada: “O Conselho Popular de Uruará é o primeiro movimento do Rio Uruará, que é o que brigava por conta da criação da unidade [...] lutava pela criação da unidade”<sup>140</sup>.

A CPT reforça que já contava da pauta do Conselho a reivindicação para a criação da RESEX Renascer. Como já mencionado, nesse período, as entidades sindicais haviam recuado na luta por conta do clima de ameaças, hostilidade e do o envolvimento de seus integrantes com as disputas eleitorais locais. Por isso, os integrantes do movimento social viam a necessidade de mais autonomia representativa, para pautas e interesses próprios – que, como se verá, seriam expressados de forma nova. Ana relata um “vazio” representativo que deu espaço à atuação do Conselho: “nós criamos, no início do movimento, uma entidade que nos representasse porque a gente não tinha. A gente teve que criar o Conselho Popular da Região do Uruará”<sup>141</sup>.

Atualmente, o Conselho foi abandonado por suas fundadoras depois de ter seus documentos supostamente furtados. Parte de seus membros migrou para o MDR e para a GUATAMURU, e outra parte foi cooptada pelos partidos políticos. Mesmo assim, constatou-se na pesquisa o trabalho de dois membros que participam das atividades do movimento social e que se identificam como pertencentes ao Conselho Popular da Região de Uruará.

E aí, desse Conselho foram poucas pessoas que restaram. Poucas. E hoje, nós somos, eu acho que [...] duas pessoas só, que ainda existe dentro do movimento [MDR] [...] Uns resolveram aderir aos madeireiros, outros resolveram anular, é neutro, não tomar partido, né? Teve gente que resolveu entrar pra política, nem ganhou nem nada, cargo no governo, enfim [...]”<sup>142</sup>

<sup>139</sup>Entrevista com ex-presidente do STR e atual vereador de Prainha. Data: 14.06.2011. 10h

<sup>140</sup>Entrevista com o coordenador da Comissão Pastoral da Terra. Data: 09/06/2011.

<sup>141</sup>Entrevista com uma das fundadoras do Conselho Popular da Região de Uruará, atualmente uma das líderes do MDR. Data: 21.08.2011 9h40.

<sup>142</sup>Entrevista com uma das fundadoras do Conselho Popular da Região de Uruará, atualmente uma das líderes do MDR. Data: 12.06.2011 15h.

Sobre os documentos do Conselho, uma das fundadoras relata:

Moral da história: [...] alguém roubou o documento do Conselho. Era a Ata, Criação, fundação, né, do Conselho. É [...] CNPJ, Estatuto, que foi tudo encadernado. Alguém passou a mão nesse documento. Mas, a gente deixou o Conselho caducar. Não fizemos as declarações que tínhamos que fazer. A gente preferiu deixar isso caducar, pra ninguém poder usar <sup>143</sup>.

Com isso, o Conselho Popular da Região do Uruará teria existência de fato, mas, não mais de direito. No entanto, outro relato do líder da CPT diverge quanto à existência jurídica do Conselho, mas, confirma a cooptação de alguns dos membros:

O Conselho existe ainda, inclusive, juridicamente, ele existe, mas não tem mais a mesma força, por conta de desta situação [...] era formado por umas figuras que acabaram migrando [...] umas tem cargo no Sindicato [...] este cidadão usou provavelmente um terno <sup>144</sup>.

O coordenador da CPT afirma, talvez por desconhecimento do furto de documentos, que o Conselho Popular da Região de Uruará ainda existe juridicamente. Para ele, o enfraquecimento da Associação viria do fato de vários integrantes terem assumido cargos em outras entidades políticas. Ao “usarem terno”, como a expressão do entrevistado, os antigos integrantes do Conselho teriam galgado posições de poder político ou econômico, afastando-se das bases comunitárias e dos interesses da classe.

#### 4.5.2 O Movimento em Defesa da Renascer – MDR

Após a criação da Reserva, antes do fim do acampamento, em janeiro de 2010, foi criado o MDR.

Então, no último momento, pra terminar o acampamento, a gente teve um Seminário. [...] E de lá foram tirados decisões: o acampamento, ele não acabava ali. Entendeu? Aquele trabalho todo não terminava ali. [...] Então, foi criado, no acampamento, o MDR – Movimento em Defesa da Renascer <sup>145</sup>.

O acampamento foi considerado pela grande maioria dos entrevistados uma das ações coletivas mais significativas do movimento social. Para manter a união e o poder lançados por esse episódio, foi criado o MDR para dar seguimento às reivindicações e às denúncias. Além disso, havia o temor dos moradores em “desacampar”, já que poderiam perder a articulação, a proteção do grupo e das autoridades:

---

<sup>143</sup> Entrevista com uma das fundadoras do Conselho Popular da Região de Uruará, atualmente uma das líderes do MDR. Data: 12.06.2011. 15h

<sup>144</sup> Entrevista com o coordenador da Comissão Pastoral da Terra. Data: 09/06/2011

<sup>145</sup> Entrevista com uma das fundadoras do Conselho Popular da Região de Uruará, atualmente uma das líderes do MDR. Data: 12.06.2011 15h.

Mesmo a gente vendo a ação do governo, o povo tava se queixando: “e agora, nós vamos deixar o acampamento, e o que que vai ser, né?”. Aí foi que deu-se a ideia de criar um movimento, né? [...] O Movimento em Defesa da Renascer é a continuidade do acampamento.<sup>146</sup>

Desse discurso se depreende que o MDR tem como marco referencial os sentimentos, os valores e as motivações para o acampamento. Era uma forma de dar continuidade à luta, mesmo com o retorno dos comunitários para suas casas. Novamente, entre 2009 e 2010, voltava a ser sentida a ausência do STR e da Colônia. Segundo vários entrevistados, o SRT e a Colônia dos Pescadores tinham conduta demasiadamente maleável frente aos interesses partidários e, ao mesmo tempo, pouco democrática:

foi criado o Movimento pela Defesa da Renascer, o MDR, foi criado muito [...] foi espontâneo, por força da ausência do Sindicato e da Colônia no momento em que [...] O PT assumiu na esfera estadual, e aí o Sindicato, como base do partido, deu uma recuada porque era uma RESEX muito conflituosa e então ficar batendo no governo do partido que te apoia, né [...] <sup>147</sup>

Dessa forma, o coordenador da CPT explica o que estava sendo sentido pelos comunitários em relação ao recuo dos sindicatos, especialmente depois da eleição de Ana Julia Carepa, do PT, para o Governo do Estado: as entidades sindicais evitavam criar conflitos e defenderem com firmeza as reivindicações dos moradores frente ao governo estadual. Com o acampamento, o afastamento dessas instituições foi ainda mais notado pelos moradores locais:

Deu iniciativa na criação, que, na época foi o Sindicato, a Colônia, e [...] a Associação de Mulheres [...] Eu sei que foi esses órgãos que depois ficaram muito ameaçado e deixaram de mão. Aí, nesse tempo, o movimento do MDR do qual nós faz parte, tomou de conta<sup>148</sup>.

Continuando o relato, a comunitária afirma que o afastamento do STR, da Colônia e da Associação de Mulheres ocorreu por conta das ameaças aos seus dirigentes: “Mas o pessoal do João [nome fictício de antigo líder do STR] foram, mas depois que houve o conflito, né? [...] eles foram lá e aí a gente já tava [...] Já tava [...] foi mesmo só pra consolar a gente lá, né?<sup>149</sup>”. A entrevistada frisa que os líderes históricos do STR e da Colônia não protagonizaram o episódio do acampamento e que só aderiram tardiamente, com a formação do MDR “só mesmo pra consolar” por causa do tiroteio que alvejou os dois acampados. De outro lado, a entrevistada reafirma também o papel do MDR na organização da

<sup>146</sup>Entrevista com uma das fundadoras do Conselho Popular da Região de Uruará, atualmente uma das líderes do MDR. Data: 12.06.2011 15h

<sup>147</sup>Entrevista com o coordenador da Comissão Pastoral da Terra. Data: 09/06/2011.

<sup>148</sup>Entrevista com secretária da GUATAMURU, da comunidade Espírito Santo. Data: 12.06.2011. 11h

<sup>149</sup>Entrevista com secretária da GUATAMURU, da comunidade Espírito Santo. Data: 12.06.2011. 11h

GUATAMURU: “O MDR não parou [...] E aí, de lá o MDR promoveu que a gente [GUATAMURU] fosse criado, nós criamos a Associação Mãe<sup>150</sup>”. Isso confirma que os membros do MDR foram os que permitiram a criação da GUATAMURU, traçando estratégia paralela para a gestão da Reserva.

#### 4.5.3 A Associação das Comunidades da Reserva Extrativista Renascer - GUATAMURU

No mesmo Seminário em que se declarou a existência do MDR, em janeiro de 2010, os moradores da RESEX decidiram criar uma associação “mãe da reserva”, responsável por reivindicar e comandar a gestão da Unidade de Conservação. Uma das entrevistadas relatou o modo como se deu a criação da Associação Mãe:

Esse Movimento foi feito uma [...] tipo assim, uma Comissão de Pessoas. Os moradores escolheram lideranças que pudessem fazer parte. Nós éramos 12 lideranças [...] [que] ficaram na responsabilidade de convocar Sindicato, Colônia, CPT, Pastoral Social, né, como um todo, Terra de Direitos, Centro de Defesa da Amazônia, o governo municipal, enfim, todas as entidades que a gente tinha pra trabalhar o processo de criação da Associação. Inclusive, a primeira reunião foi oficializada, convidado todo mundo. [...] Moral da história: no dia da reunião, simplesmente, eles não foram pra reunião. [...] E aí, lá a gente montou um planejamento de como a gente ia trabalhar [...] Todo mundo [...] Decidiu se ia ser Seminários na comunidade<sup>151.</sup>

A proposta foi a de formar uma comissão de 12 pessoas escolhidas pelos moradores a serem responsáveis pela convocação de instituições parceiras, autoridades e de entidades de apoio jurídico. Na primeira reunião, em que se discutiria como se daria a mobilização de comunidades e os critérios para eleger os representantes, esses antigos parceiros não compareceram, em especial, do STR e da Colônia dos Pescadores Z-31. Essas entidades perderam, assim, a oportunidade de participar da elaboração desses critérios. Como acordado, em todas as comunidades da RESEX foram marcados quatro seminários, entre fevereiro e março de 2010:

Quem era responsável por cada região, por ir convocar. Eu fiquei responsável pela região do Guajará, que eu nunca nem conhecia, mas eu fui. Eu visitei todas as comunidades pra convocar que teria um Seminário e que seria tal dia. Teve um convite e tudo. Quem ficou na região do Tamuaí teve o mesmo processo. Quem foi pro Uruará fez o mesmo processo. Nós realizamos quatro Seminários<sup>152.</sup>

<sup>150</sup>Entrevista com secretária da GUATAMURU, da comunidade Espírito Santo. Data: 12.06.2011. 11h

<sup>151</sup>Entrevista com Ana, uma das fundadoras do Conselho Popular da Região do Uruará e uma das principais líderes do MDR. Data: 12.06.2011. 15h.

<sup>152</sup>Entrevista com Ana. Data: 12.06.2011. 15h.

Segundo essa metodologia – documentada pela CP’’T e pela Terra de Direitos – o foco era a ampla convocação dos comunitários, feita pessoalmente. Além disso, os seminários foram descentralizados para facilitar o comparecimento de moradores de todas as regiões. Tanto a descentralização dos seminários quanto a eleição dos membros de cada comunidade foram imposições naturais dadas pelas condições geográficas da Reserva e de comunicação entre as comunidades. Só assim estaria garantido o caráter democrático dos eventos :

nós não tínhamos condição de colocar dentro de [...] de uma Assembleia Geral todos os moradores da RESEX. Então, o que que ia acontecer? Uma região, ela ia ser mais beneficiada em questão de voto. Então, a gente teve que criar um processo democrático, onde todos pudessem, todos da comunidade tivessem o mesmo nível<sup>153</sup>.

Para nivelar a representatividade entre as regiões, evitando-se privilégios em virtude da maior proximidade do local de votações, optou-se pela escolha de delegados regionais:

Levamos a proposta pros Seminários, de cada comunidade levar dois delegados. [...]’ Esses delegados teriam direito a vez e voto. Na leitura do estatuto, quando a gente fosse estudar o estatuto, só os delegados podiam votar. Mas, toda a Assembleia tinha direito em falar, a vez e voz, né? E esse processo aconteceu. Se tivesse um ponto polêmico, cada comunidade tinha o espaço de se ausentar e discutir com o seu delegado. Então, a comunidade tomava a decisão, aí sim o delegado votava<sup>154</sup>.

Eis o critério: dois delegados regionais com direito a voto de cada comunidade, garantindo-se o direito a voz de todos os interessados. Uma das propostas dos participantes era a de que seriam delegados eleitos – e, portanto, dirigentes da Associação Mãe – apenas aqueles que haviam participado da organização da GUATAMURU e aqueles que fossem moradores da Reserva: “Só tem pessoas lá da comunidade e escolhidas pelos comunitários. Foram feitas reuniões comunitárias. Cada comunidade foi que indicou o seu delegado”<sup>155</sup>. Dessa forma, foram eleitos como delegados os moradores da RESEX, e não os “parceiros externos”, que, inclusive, se ausentaram nas reuniões.

Em 7 de março de 2010, na Comunidade de Espírito Santo, Rio Tamuataí, reuniram-se os moradores das comunidades da Reserva Extrativista Renascer com o propósito de criar a Associação Mãe da Reserva Extrativista Renascer sob a forma de sociedade civil sem fins lucrativos. Todas as comunidades da RESEX foram convocadas, mas, alguns grupos de Cipriano, de Terra Preta do Uruará, de Mato Grosso e de Beira Rio manifestaram não ter

---

<sup>153</sup> Entrevista com Ana. Data: 21.08.2011. 9h40.

<sup>154</sup> Entrevista com uma das fundadoras do Conselho Popular da Região do Uruará e uma das principais líderes do MDR. Data: 12.06.2011. 15h

<sup>155</sup> Entrevista com uma das fundadoras do Conselho Popular da Região do Uruará e uma das principais líderes do MDR. Data: 12.06.2011. 15h

interesse em participar da Associação Mãe, já que não concordavam com a criação da RESEX e assinaram uma exposição de motivos, registrando o desacordo.

Sobre a gestão, a região do Tamuataí havia proposto que a Associação Mãe deveria ser composta por um presidente, apoiado pelos demais cargos. Já as comunidades da região do Guajará propuseram que a Associação Mãe fosse presidida por colegiado de três pessoas, um de cada região, além dos cargos de apoio. Após a eleição, a maioria dos votantes optou pela segunda proposta<sup>156</sup>. Definido esse formato, foram eleitos três coordenadores, um de cada região, e demais cargos, com os respectivos vice-coordenadores e suplentes. Os cargos de apoio são: coordenador de secretaria, coordenador de tesouraria, coordenadores de políticas públicas, coordenador ambiental, coordenador da juventude, coordenador da melhor idade, coordenador da produção familiar, coordenador de movimentos sociais e conselho fiscal.

Em seguida, foram votadas as sugestões de nome para a Associação. O nome escolhido foi “Associação das Comunidades da Reserva Extrativista Renascer – GUATAMURU”. A sigla GUATAMURU representa a união e a gestão democrática da RESEX Renascer representando moradores dos três principais rios da reserva: Guajará, Tamuataí e Uruará. Compareceram a essa votação o STR, a Colônia dos Pescadores, o pároco de Prainha, representante do CNS, o vice-prefeito de Prainha, vereadores, os secretários estaduais de Agricultura e de Meio Ambiente, o Movimento de Mulheres do Campo e da Cidade de Prainha e a secretária de Assistência social:

Eles vieram. Mas, vieram com a intenção de fazer parte desse processo, porque eles mesmo diziam, que: “dentro da RESEX não existia ninguém com competência pra coordenar os trabalhos, no caso pra ficar na direção da Associação Mãe”. A gente acreditava que tinha. Portanto, a gente tentou manter a proposta que tinha sido discutida no Seminário porque, quem queria conduzir o processo, não tinha participado da discussão<sup>157</sup>.

Muitos entrevistados confirmaram a versão do depoimento acima destacado. As instituições mencionadas e políticos locais compareceram na data da Assembleia na intenção de se elegerem para cargos da Associação e tentaram invalidar o evento alegando desconhecimento das votações anteriores. Essas instituições – que, no passado, estiveram à frente da luta pela RESEX – consideram que os moradores da Reserva estejam incapacitados para geri-la por não terem escolaridade, conhecimento e experiência para o tema. Os moradores, no entanto, principalmente líderes comunitários, discordam radicalmente dessa

---

<sup>156</sup> Fonte: Ata de criação da GUATAMURU.

<sup>157</sup> Entrevista com uma das fundadoras do Conselho Popular da Região do Uruará e uma das principais líderes do MDR. Data: 12.06.2011. 15h

assertiva, ratificam sua competência e reivindicam o direito de autogestão com autonomia e de autorepresentatividade frente ao ICMBio, contando, se necessário, com o apoio da CPT, da Terra de Direitos e até de antigos parceiros, como o STR. Segundo os comunitários, as instituições que não aceitaram a constituição da GUATAMURU sequer reconheceram o nome escolhido para ela, evitando mencioná-lo. Em pesquisa de campo, realmente, observou-se que é raro se ouvir fora da RESEX o nome GUATAMURU, substituído por “Associação Mãe”:

Aí, como eles não queriam aceitar a gente, nos chamo de Associação Mãe, né. Eles nem consideram a gente como GUATAMURU. É esse nome porque representa mesmo Guajará, Tamuataí e Uruará. [...] Eles não quiseram, saíram tudo [da Assembleia], sabe, fizeram assim uma tragédia de tirar o povo inteiro deles de lá<sup>158</sup>.

Fica clara a negação ao próprio reconhecimento identitário do nome da GUATAMURU e do sistema de gestão escolhido pelos moradores da Reserva, mas, ainda a ocorrência de um certo esvaziamento da Assembleia depois do conflito com os sindicatos. A divergência é descrita como “tragédia” devido ao impacto negativo na mobilização da Renascer. Sobre o campo de disputa pela gestão da Unidade haverá uma abordagem mais detalhada adiante, mas já se pode adiantar que, a partir de então, houve a tentativa do STR e da Colônia dos Pescadores impugnarem a constituição da Associação Mãe.

#### 4.5.4 A interrelação entre o MDR e a GUATAMURU

A organização do “movimento social para criação e defesa da RESEX Renascer” abrange pessoas que se manifestam como simpatizantes e atuantes, instituições parceiras, núcleos de organização e cédulas de ação coletivas sem constituição jurídica. De outro lado, para a gestão da Unidade em si, foi institucionalizada a GUATAMURU com cargos, funções e competências definidos. Segundo os entrevistados, são bem delimitadas as responsabilidades do MDR e da GUATAMURU: o primeiro organiza denúncias, reivindicações e protestos; a GUATAMURU dedica-se à reivindicação e à gestão de políticas públicas para a RESEX e, principalmente, para a sua gestão administrativa, articulando-se com o ICMBio e, futuramente, com o Conselho Gestor, nos moldes da Lei do SNUC. O coordenador da CPT é claro a respeito da intenção de se evitar disputa entre estes grupos:

Ele [o MDR] gerou de modo espontâneo, dando cabeçada, apertando, mas um movimento espontâneo. Daí, as pessoas queriam construir o que? Queriam construir essa Associação Mãe porque aí constrói, mas não fica disputando. Porque, é muito

---

<sup>158</sup>Entrevista com secretária da GUATAMURU, moradora da comunidade Espírito Santo. Data: 12.06.2011. 15h

claro, quem tem mais poder, o MDR ou a Associação? Quem tem mais poder é a Associação. E o MDR vai fazer tudo para que a Associação possa crescer<sup>159</sup>.

O relato expressa duas linhas simultâneas de atuação: uma Associação formal e um movimento espontâneo, sendo ambos cooperativos, porém, autônomos e sem disputa. A GUATAMURU é a Associação de maior poder e de tendência duradoura por ser institucionalizada, mais próxima do diálogo com o Estado e criada em formato definido pela legislação. O MDR, por sua vez, existe para manter e fortalecer a GUATAMURU, já que visa manter as conquistas da RESEX e de seus moradores. É movimento de protesto, reivindicação, isento de interferência estatal ou partidária direta, podendo ser extinta à medida que diminuam os conflitos.

A estratégia que transparece é a de abandonar, aos poucos, a tática de protesto, reivindicação e denúncia para atingir o estágio de gestão e administração de suas conquistas, sobretudo da RESEX. Nesse sentido, o coordenador da CPT acrescenta:

inclusive esse é um processo interessante porque com a criação da Associação Mãe o MDR [...] ele vai [...] ele naturalmente ele se esvazia porque ele vai querer ajudar, pra não criar uma competição. E o MDR então, ele vai desaparecendo naturalmente, na medida que a Associação vai surgindo<sup>160</sup>.

O apoio e o incentivo do MDR à GUATAMURU foram reforçados em entrevista: “cada comunidade tem a sua associação comunitária, né? E aí o MDR, ele dá apoio, né, em certas documentações, incentiva, o que é que é pra nós fazer, aquela coisa toda”<sup>161</sup>. O MDR é composto por algumas pessoas com experiência em formalização de documentos, denúncias e reivindicações, o que facilita a comunicação com órgãos e instituições parceiras de Prainha e de Santarém. Por isso, o MDR apoia a GUATAMURU e os moradores que ainda estão acumulando essa experiência.

.

---

<sup>159</sup> Entrevista com coordenador da CPT. Data: 09/06/2011, às 14h40

<sup>160</sup> Entrevista realizada com o coordenador da CPT, em 09/06/2011, às 14h40.

<sup>161</sup> Entrevista com secretária da GUATAMURU, da comunidade Espírito Santo. Data: 12.06.2011, 11h.

## 5 FOCOS ANALÍTICOS 1 e 2 – ANÁLISE DAS QUESTÕES MACROPOLÍTICAS E MICROPOLÍTICAS

Após a contextualização da criação da RESEX Renascer e do histórico das principais instituições de atuação direta no movimento social, este capítulo passa a analisar as condições macropolíticas e institucionais, relacionando-as com as características micropolíticas do movimento. Com isto, serão abordadas as questões divididas como variáveis dos “focos analíticos 1 e 2”. Juntamente com isso, buscam-se os elementos constituintes do movimento social em questão, quais sejam, o *princípio da identidade*, *princípio da oposição e campo de disputa*; e *princípio da totalidade e campo de conflito* (TOURAINÉ, 1978; 1989).

### 5.1 ANÁLISE DAS VARIÁVEIS DO FOCO ANALÍTICO 1: AS QUESTÕES MACROPOLÍTICAS

As variáveis macropolíticas – “foco analítico 1” – a seguir mencionadas são: a) alternância do poder nos governos federal e estadual; b) mudanças nas orientações políticas e econômicas desenvolvimentistas com impactos mais significativos para as populações tradicionais ; c) evolução da legislação atinente às populações tradicionais, unidades de conservação (especialmente RESEX) e, eventualmente, gestão florestal; d) criação e manutenção de políticas públicas de inclusão e emancipação de populações tradicionais; e) forma de realização do controle civil e repressão policial; f) criação de instituições e órgãos públicos voltados à defesa de populações tradicionais; e g) decisões judiciais relacionadas à RESEX Renascer.

Evidentemente, os movimentos não reagem diante de uma série de categorias abstratas (tais como a alternância de poder eleitoral), mas sim diante de uma série de acontecimentos propiciados a partir da emergência destas categorias em suas histórias (McADAM et. al., 1996). Por isso, nas análises a seguir, procura-se compreender como tais variáveis, historicamente, criaram estrutura de oportunidade política específica para o movimento social ora estudado, conforme os discursos dos entrevistados, e de acordo com o conteúdo de notícias de jornais, declarações de movimentos sociais de trabalhadores rurais e abordagens políticas e teóricas.

As variáveis do foco analítico 1, que, no caso concreto, correspondem à *estrutura de oportunidade política* do movimento social, são agrupadas e analisadas conforme 3 critérios: 1) os ciclos de abertura política segundo a alternância eleitoral nos governos federal e

estadual (eventualmente municipal); 2) os avanços jurídicos/judiciais relacionados à criação da RESEX e proteção de suas comunidades; e 3) as parcerias e rupturas do movimento, entre 1999 e 2011.

### **5.1.1 Estrutura de oportunidades políticas do movimento social**

O tipo de movimento social que pode despontar em cada momento depende das oportunidades políticas específicas que o catalisam (MCADAM; TARROW; TILLY, 2009). Da mesma forma, o entorno político que se enquadra o movimento social segue determinando o conjunto de oportunidades e limites de seu desenvolvimento posterior (MCADAM; TARROW; TILLY, 2009) que, para ter seus resultados fixados, requer certa estrutura organizativa e a interação com outros atores que formam parte na situação do conflito (MCADAM; TARROW; TILLY, 2009).

De modo geral, as oportunidades políticas remetem a fatores exógenos e conjunturais que favorecem (embora não determinem unilateralmente) a emergência, manutenção e/ou declínio dos movimentos sociais (TILLY, 1978, 2004), bem como à dinâmica adaptativa entre ação coletiva e Estado.

No entanto, é preciso se despende grande grau de esforço para captar, para cada caso concreto, quais são as dimensões específicas dos sistemas políticos que catalisam marcos para a ação coletiva. Autores como Kriesi (1992) e Tarrow (1997) ressaltam as seguintes dimensões: o grau de tendência à abertura do sistema político institucionalizado; a estabilidade das elites que defendem certas linhas políticas; a possibilidade de se contar ou não com os apoios das elites; e capacidade estatal ou sua tendência de reprimir ou não os movimentos sociais.

### **5.1.2 Os ciclos de abertura política**

A seguir, analisa-se os ciclos de abertura política para o movimento social segundo o cenário eleitoral federal e estadual de 1999 a 2011, incluindo a menção às principais políticas públicas ligadas às unidades de conservação, desenvolvimento amazônico, tratamento aos movimentos sociais do campo e das florestas e gestão ambiental. Em alguns casos, apesar de não ser o foco deste trabalho, menciona-se as alternâncias nas eleições municipais nos casos em que estas resultaram em cisões ou coalisões influentes para as elites locais.

**a) Período de 1º janeiro de 1999 a 1º janeiro de 2003**

Trata-se do período do segundo mandato (reeleição) do Presidente Fernando Henrique Cardoso e primeiro mandato do governador do estado Almir José de Oliveira Gabriel, ambos do PSDB.

No âmbito federal, este é considerado por muitos movimentos sociais do campo analistas políticos como o período importante para a estruturação da hegemonia neoliberal, devido à “*abertura comercial, a desregulamentação financeira, a privatização, o ajuste fiscal e o pagamento da dívida, a redução dos direitos sociais, a desregulamentação do mercado de trabalho e a desindexação dos salários*” (BOITO JÚNIOR, 2006. p. 10; NEGRÃO, 2006; SADER, 2006). Na área da gestão ambiental, com a reforma administrativa (PEREIRA, 1998), incentivou-se a atuação direta de estados e municípios na área ambiental (SCARDUA, 2003).

A descentralização da atuação do IBAMA acabou sendo usada, no final da década de 1990, para justificar o fechamento de muitos escritórios regionais do instituto, por decisão do governo federal. Segundo observam Cavalcante; Ribeiro e Parada (2005), a política de contingenciamento adotada pelo Governo Federal no início da década de 2000, com vistas ao controle público, atingiu de maneira drástica o IBAMA, contribuindo para a desestruturação orçamentária deste órgão federal, comprometendo o seu desempenho no alcance de suas funções institucionais e o próprios Sistema Nacional de Meio Ambiente em todo o país.

No período em questão, o governo federal retomou o Plano Avança Brasil (PPA de 1996-1999 e 2000 a 2003), que estabelecia Eixos Nacionais de Integração, recuperando a intervenção do estado por meio de grandes projetos, como a construção do complexo hidrelétrico de Belo Monte (ARAÚJO et. al., 2008).

Na Calha do Amazonas – subárea do Plano da Rodovia BR 163 – houve um crescimento absoluto na taxa de urbanização em relação às demais áreas (ARAÚJO et. al., 2008, p. 26-28). Apesar de predominar na região uma economia rural, “a pressão exercida pela apropriação ilícita de vastas áreas de terra pela exploração madeireira, conjugada à pecuária alvitaram as relações de trabalho no campo” (Idem, 2008, p. 28) e, juntamente com as tecnologias mecanizadas no campo, produziram um excedente populacional propenso a migrar. Esse também foi o período de chegada das empresas de agronegócio em Santarém, Altamira e Itaituba, com avanço simultâneo das madeireiras em direção aos últimos estoques da região oeste do Pará (ARAÚJO et. al., 2008).

Segundo Araújo et. al. (2008) os impasses aparecem nas ações do governo em função da diferença de interesses entre atores sociais e suas estratégias de uso dos recursos, e da dissonância entre as concepções de desenvolvimento para a área por parte do governo federal e governo do estado.

No governo do estado, o mandato de Almir Gabriel é marcado pelo investimento em infraestrutura e em grandes obras turísticas. O então governador também costuma ser lembrado por sua relação autoritária e repressiva com os movimentos sociais. Foi em seu governo que ocorreu o Massacre de Eldorado dos Carajás, ação policial que terminou com a execução de 19 trabalhadores ligados ao Movimento dos Sem Terra (MST), com a morte posterior de mais três sem-terra e com a mutilação física de 66 pessoas. O caso teve repercussão nacional e internacional. Apesar de nunca se ter provado a ação direta do governador, o então Secretário de Segurança do Pará declarou, depois do ocorrido, que autorizara "usar a força necessária, inclusive atirar" (BRAGA, 2011). Com isto, era sentida a forte repressão pelo governo aos movimentos sociais.

Segundo notícias divulgadas pelos movimentos sociais e CPT, e conforme análise de Araújo et. al. (2008), nesse período houve o fortalecimento de setores responsáveis, em grande medida, pelos conflitos agrários e pela violência no campo – madeireiros ilegais, grileiros e exploradores de trabalho escravo, cuja atuação levou o Pará a bater todos os recordes em violência agrária no Brasil (ARAÚJO et. al., 2008; CARTA MAIOR, 2006).

Em âmbito local, houve a liberação de dezenas de planos de manejo estaduais para a exploração madeireira em Prainha e Porto de Moz. Foi também o período em que a região de Prainha foi excluída do projeto da RESEX “Verde para Sempre”, por imposição governamental, sendo também cometidas violências e ameaças contra os líderes comunitários por opositores ao projeto da unidade de conservação federal. Este contexto, é bem sintetizado a seguir:

Primeiro nós criamos [...] é, nós queríamos fazer só uma RESEX “Verde para Sempre” nas [...] começa em Porto de Moz e termina aqui em Prainha. Só que, por a gente, naquele período [entre final da década de 90 e 2000], tá lutando contra um governo que, naquele momento, era, federal e estadual, e mesmo municipal, totalmente contra as áreas de conservação, nós encontramos uma barreira muito grande no sentido de criar uma RESEX da imensidade que era <sup>162</sup>.

---

<sup>162</sup> Entrevista realizada com presidente da Colônia dos Pescadores Z-31. Data: 10/06/2011 9h30.

Segundo o depoimento, em âmbito federal, estadual e municipal, o cenário político era desfavorável à criação da RESEX no período ora analisado. O vereador de Prainha, ex-presidente do STR, comenta sobre a postura do governo federal em 2000, bem como a contradição entre a criação do instituto da RESEX (como política federal) condicionada aos interesses políticos estaduais:

Aí, nós tínhamos aqui, na época, né [...] o Governo Federal que era contra, né? Ficou ali [...] tipo assim, o que o Estado decidir, a gente decide aqui em cima. Que era época do [...] do próprio FHC mesmo, né? Que foi o idealizador também da RESEX no Brasil, né? [...] mas [...] mesmo sendo uma política do Governo Federal [...] que, pra nós foi uma política boa, que foi criada, mas feria o interesse aqui dos madeireiro do Estado, dos políticos, né? Feria os interesses<sup>163</sup>.

O entrevistado acentua as incongruências entre a aprovação legislativa da Política Nacional de Unidades de Conservação (Lei 9.985/2000) e a postura resistente do governo federal, na prática, à aplicação dessa política no caso concreto. Apesar de serem atendidos pelas comunidades de Prainha os condicionamentos legais para a inserção na RESEX “Verde para Sempre”, o direito delas era condicionado aos interesses políticos e econômicos do governo estadual.

O Instituto de Desenvolvimento Florestal do Estado do Pará (IDEFLOR) trata da criação tardia no estado de unidades de conservação observando que, enquanto as primeiras áreas foram criadas na Amazônia em 1990, no Pará, “apesar de ser um dos estados com maiores índices de conflitos fundiários na região, a primeira reserva extrativista somente surgiu oito anos depois, em 1998 (Tapajós-Arapiuns), ao final da primeira gestão de FHC” (IDEFLOR, 2008, p. 19). O Instituto ainda conclui:

no governo FHC, apesar da grande pressão exercida pelos movimentos sociais e pelo Ministério do Meio Ambiente, somente foram criados 748.145ha. Esse dado é o resultado da prática de não criar áreas protegidas federais nos estados amazônicos sem a prévia concordância dos governos estaduais (IDEFLOR, 2008, p. 19).

A justiça estadual também não era favorável às populações tradicionais. Segundo pronunciamento de advogado da Rede Nacional de Advogados Populares, nesta época era notório que:

o sistema judiciário como um todo funcionava como uma rede de proteção dos fazendeiros, o que facilita as ações violentas da polícia e as prisões arbitrárias de lideranças sociais e ativistas de direitos humanos, reforçando a criminalização dos movimentos sociais (NOTA TAPAJÓS, 2003).

---

<sup>163</sup> Entrevista com ex-presidente do STR e atual vereador de Prainha. Data: 14.06.2011. 10h.

Um acontecimento simbólico, de iniciativa dos movimentos sociais. é demarcatório para o período. Em outubro de 2003, o então ex-governador Almir Gabriel foi levado a júri no “Tribunal Internacional dos Crimes do Latifúndio do Pará”<sup>164</sup>, julgamento fictício presidido pelo jurista Hélio Bicudo. Na condição de coréu estava o ex-presidente Fernando Henrique Cardoso. Ambos foram condenados por relação e coresponsabilidade com crimes de violação do direito à vida, direito à liberdade, violação ao direito a um Judiciário independente e imparcial, falta de punição do trabalho escravo e por crimes contra o meio ambiente. Embasou o julgamento um processo com mais de mil páginas, narrando casos de assassinatos, prisões ilegais, tortura, ameaças de morte, trabalho escravo, perseguição do Judiciário, impunidade dos criminosos e crimes ambientais <sup>165</sup>.

Segundo os movimentos sociais camponeses, nesse período ocorreu a falta de fiscalização e controle da ocupação fundiária, fazendo com que a população do estado sofresse com a grilagem de terras por parte de grandes empresas e fazendeiros<sup>166</sup>. Com isso, o Pará tornava-se o Estado brasileiro com o maior índice de violência no campo e um dos que mais apresentam casos de violação de direitos humanos do país – denúncia é feita por entidades de defesa dos direitos humanos e organizações sociais, como a Cáritas, a Comissão Pastoral da Terra (CPT), o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e a Rede Nacional de Advogados Populares (RENAP) (NOTA TAPAJÓS, 2003; MELO, 2006).

Em contrapartida, Araújo et. al. (2008) narram que, a partir de 2000, se ampliaram os movimentos que fiscalizavam a destruição do meio ambiente, nacional, internacionalmente e também na região de influência da BR163, na Amazônia Oriental. O trabalho do governo federal para conter o desmatamento também se intensificou, sendo criadas diversas unidades de conservação, especialmente Reservas Extrativistas, Projetos de desenvolvimento Sustentável e Florestas Nacionais, somadas a outras modalidades de ordenamento territorial da mesma natureza.

---

<sup>164</sup> O Tribunal do Pará é o terceiro do gênero a acontecer no Brasil. O primeiro Tribunal Internacional de Crimes do Latifúndio foi organizado pelos movimentos sociais em 1997, em Brasília, e tinha como objetivo pressionar o governo a agilizar as investigações e o julgamento dos culpados pelos massacres de Eldorado dos Carajás e Curumbiara. O segundo tribunal, ocorrido em 2001, julgou os crimes do Estado do Paraná, sob o então governador Jaime Lerner. As denúncias feitas pelo Tribunal podem ser encaminhadas para a Comissão Interamericana de Direitos Humanos, ligada à Organização dos Estados Americanos (OEA).

<sup>165</sup> Glass (2006).

<sup>166</sup> Em notícia, o coordenador da Comissão Pastoral da Terra em Altamira lembra que, durante a gestão de Almir Gabriel, que o fazendeiro Cecílio Rego de Almeida, considerado pela Justiça o maior grileiro do país, construiu o seu império agrário. Na mesma direção, o advogado do MST em Marabá afirma que a ação de fazendeiros e madeireiros foi favorecida na gestão tucana, em nome do progresso do Estado (CARTA MAIOR, 2006).

No âmbito municipal, também estavam contra o projeto da reserva (que, na época ainda era o da “*Verde para Sempre*”) os prefeitos de Porto de Moz e de Prainha, ambos do PSDB. Gandor Hage, prefeito de Prainha, “incitou cenas de violência” em um encontro público para discutir a criação da reserva em fevereiro de 2002, segundo uma nota à imprensa divulgada pelo IBAMA, tendo rasgado o livro de assinaturas dos membros da comunidade e delegados que participaram do encontro (GREENPEACE, 2003).

Conforme atesta depoimento de líder da Comunidade de Mato Grosso, a postura do antigo Prefeito de Prainha era contrária à RESEX Renascer:

E eu quero dizer ao Senhor Gandor que enquanto ele foi Prefeito ele reagiu [longos gritos de apoio da plateia e palmas] Ele reagiu a recuar esse projeto que veio trazido do inferno pelos picareta desses... [gritos de apoio da plateia e palmas]. Ele botou pra correr todo mundo lá do Rio Tamuaatá saídos tudo do inferno pra prejudicar o seu povo<sup>167</sup>.

O ato de incitação à violência do Prefeito que, inclusive, rasgou documentos públicos da RESEX, é lembrado como heroísmo e valentia pelos comunitários contrários à reserva durante audiência pública convocada com o intuito de anular juridicamente esta unidade. Pode-se verificar que o discurso é agressivo e se direciona aos comunitários do rio Tamuaatá, onde se situam as comunidades mais claramente extrativistas, sendo as mais atuantes no movimento social. Na mesma audiência pública, o ex-prefeito de Prainha lembrou:

Hoje aqui é importante lembrar que nós estamos falando da Renascer, o mal, o prejuízo de vocês era bem maior porque não era Renascer, era Verde para Sempre [...] [que] pegava oitenta por cento do município. [...] Que a comunidade aqui perceba que, no meu período como gestor desse município, houve várias e várias reuniões como essa, e muito maiores do que essa. E nós nos vimos firme na nossa posição contra a criação e com a forma como foi criada a Reserva<sup>168</sup>.

No seu discurso, o prefeito ressalta a importância de não ter sido aprovada a reserva extrativista “*Verde para Sempre*” que, segundo ele, traria um prejuízo maior para os municípios. E lembra a manutenção da sua postura rigorosamente firme contra as reservas.

A avaliação geral da estrutura de oportunidades políticas do período (janeiro de 1999 a janeiro de 2003) é a de que esta foi restrita para o diálogo do movimento social pela criação e defesa da RESEX Renascer com o poder executivo (federal, municipal e estadual). No entanto, os protestos e denúncias, acolhidos por parte do judiciário, abriram caminho para este tipo de repertório do movimento social, adaptado às possibilidades existentes. Ao mesmo

---

<sup>167</sup> Discurso do Vice-Presidente da Associação dos Moradores da Comunidade do Mato Grosso. Audiência Pública realizada em 11.06.2011, em Santa Maria de Uruará.

<sup>168</sup> Trecho do discurso do ex-prefeito de Prainha, Sr. Gandor Hage, na audiência pública realizada em 11.06.2011, em Santa Maria de Uruará, Prainha.

tempo, esse foi um dos períodos de expansão do movimento e de organização mínima das ações reivindicatórias em razão da aprovação da Lei 9.985/2000, que criava o Sistema Nacional de Unidades de Conservação e conferia possibilidades institucionais e legais ao pleito do movimento social.

#### **b) Período de 1º janeiro de 2003 a 1º janeiro de 2007**

Trata-se do período do primeiro mandato do ex-presidente Luís Inácio Lula da Silva (PT) e da eleição de Simão Robson de Oliveira Jatene (PSDB) ao governo do Estado.

Em princípio, o posicionamento do PT era aguardado pelos movimentos sociais do campo e dos trabalhadores como progressista e favorável ao diálogo, em virtude da própria história do partido. Em todo o Brasil, muitos líderes de movimentos sociais eram também os fundadores do Partido ou a ele filiados.

A presença de Marina Silva no comando do Ministério do Meio Ambiente brasileiro era motivo de esperança para os movimentos sociais de trabalhadores rurais e povos da floresta amazônica. A Ministra é símbolo da luta ambiental e da herança deixada por Chico Mendes, tendo o desafio de implementar no governo o que ela mesma designava como “transversalidade ambiental” nas ações e políticas públicas, com o meio ambiente entrando na agenda de todos os ministérios e demais órgãos públicos (KAGEYAMA, 2011, p. 181). Este desafio logo se mostrou impossível diante da nomeação do Ministro Reinold Stephanes (defensor do agronegócio) para a pasta da agricultura e a aprovação, pela Casa Civil, do Plano de Aceleração do Crescimento (PAC). O PAC contemplava uma série de estratégias, ações, políticas e empreendimentos que expressavam uma diretriz desenvolvimentista por parte do governo brasileiro (MELO, 2010). O próprio governo federal haviam disputas entre o lado “verde” (MMA) e o lado “desenvolvimentista” relacionado principalmente aos Ministérios do Desenvolvimento Agrário e Minas e Energia (LOSEKANN, 2007).

Nos primeiros anos do mandato de Lula e, entre agosto de 2003 e agosto de 2004, foi registrado o segundo maior índice de desmatamento da floresta amazônica em toda a sua história: 26,130km<sup>2</sup> (LOSEKANN, 2007). O reflexo disso sentido pelos movimentos sociais da floresta. No oeste do Pará, em 2005, ocorreu o assassinato de Dorothy Stang – criadora dos Planos de Desenvolvimento Sustentável do INCRA – por madeireiros. Este fato, de repercussão internacional, fez com que o governo se dedicasse à criação de unidades de conservação para a região, bem como à operações conjuntas entre o órgão ambiental federal

(IBAMA) e a polícia federal, para a fiscalização das madeiras. Estas operações culminaram na Operação Renascer (em Prainha) e em outras que resultaram em apreensões de madeira e prisões de servidores públicos, madeireiros, policiais militares e outros (ARAÚJO et. al., 2008). Sobre esse contexto, Araújo e outros autores comentam:

Muitas das propostas que hoje em dia orientam o esforço de ordenamento territorial na área de influência da BR-163 – como o mosaico de unidades de conservação – foram formuladas graças ao relativo sucesso obtido pelo paradigma socioambiental e pelas ideias de desenvolvimento sustentável [que se manifestavam] na esfera estatal (ARAÚJO et. al., 2008, p. 78)

Kageyama e Santos (2011- 2012) e outros elencam como a “grande ação transversal do meio ambiente do primeiro governo Lula” o Plano de Ação para Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia Legal (PPCDAM), decretado em 2003. Por sugestão da ministra Marina Silva e determinação do presidente, este plano teve o compromisso de ação conjunta de 13 ministros envolvidos mais diretamente com a Amazônia. (KAGEYAMA; SANTOS, 2011 - 2012, p.183): Apesar de ser desigual a proporção com que os ministérios assumiram os compromissos, as parcerias de alguns foram fundamentais para o resultado exitoso do Plano, com a queda da taxa de desmatamento na Amazônia divulgada inclusive internacionalmente (KAGEYAMA; SANTOS, 2011 - 2012).

Os autores lembram ainda que, no primeiro governo Lula, o MMA ampliou, em 41% a área ocupada por Unidades de Conservação (UC) no Brasil (de 50 milhões ha para 70 milhões de ha). Além disso, delimitou mais de 20 milhões de hectares de áreas protegidas. Assim, entre 2003 e 2006, foram criadas 18 Unidades de Conservação Integral, totalizando 8,44 milhões de hectares, e 35 Unidades de Conservação de Uso Sustentável, totalizando 11,3 milhões de hectares (BRASIL, 2006a).

Ademais, foi nesse período que o MMA colocou em sua pauta a Convenção da Diversidade Biológica (CDB) das Nações Unidas, para a Conferência das Partes (COP) do Brasil, a fim de proteger os conhecimentos tradicionais de povos e comunidades, instituindo a obrigatoriedade de repartição de benefícios econômicos com estas populações.

Um dos principais eixos da agenda do MMA era a participação da sociedade civil na formulação da agenda ambiental do país. Autores como Kageyama e Santos (2011 - 2012 e Losekann (2007) abordam a conquista de espaço político por parte de organizações da sociedade civil, seja através da incorporação estatal de algumas de suas demandas, seja pela ocupação propriamente do espaço estatal através de cargos, participação em conselhos, conferências etc. (KAGEYAMA; SANTOS, 2011; LOSEKANN, 2007).

No caso concreto, para os integrantes do movimento social pela criação e defesa da RESEX Renascer, a presença de Marina Silva no governo federal abriu espaço para o diálogo sobre unidades de conservação, mas não foi decisiva em termos políticos para o atendimento das demandas do movimento:

A nossa conversação maior foi, na verdade, via Brasília que a gente assim [...] via Brasília que nós tivemos várias conversas com o Secretário, naquele tempo é [...] da [...] o Secretário Geral da Ministra Marina Silva que foi uma pessoa que assim [...] ajudou a levar a gente. ele foi sempre solidário mais assim com a questão da RESEX. Mas, mesmo assim, não sentimos com a própria Ministra assim um [...] assim [...] uma força no sentido de se criar a RESEX.<sup>169</sup>

Em 2004, as exportações madeireiras do Pará já ultrapassavam meio milhão de dólares, expressando um aumento real de produção, mesmo com as medidas de ordenamento territorial e o decreto de unidades de conservação nas áreas de potencial madeireiro do oeste do Pará (ARAÚJO et. al., 2008).

Segundo o advogado do MST em Marabá, nesse período, as ofensivas de ordenamento fundiário do INCRA e o controle do desmatamento pelo IBAMA no governo Lula, mesmo insuficientes, fizeram com que os latifundiários, grileiros e fazendeiros se aproximassem mais do governo estadual (CARTA MAIOR, 2006).

No entanto, o poder fiscalizatório dos órgãos ambientais federais também se enfraquecia. No governo Lula, o próprio MMA e as sucessivas direções do IBAMA vêm trabalhavam “num processo autofágico de descentralização administrativa” (MAIA NETO, 2010). Mais escritórios do IBAMA foram fechados e competências foram delegadas por meio de convênios como, por exemplo, com polícias militares, na área de fiscalização, e com secretarias estaduais de meio ambiente, nas áreas de controle florestal e de gestão, manejo e autorização de criadouros de fauna silvestre.

O governo estadual era ocupado por Simão Jatene, que, no primeiro governo de Almir Gabriel, fora o titular da Secretaria de Planejamento, consolidando obras que são símbolos de infraestrutura e principalmente transportes, trazendo ainda empresas de fora para implantação no Pará. Tanto o poder executivo do estado do Pará quanto os prefeitos locais do mesmo partido (PSDB) expressavam francamente sua oposição à criação das reservas.

Por isso, o ano de 2006 foi considerado pelo movimento social como o mais fechado politicamente para o diálogo com o governo do estado e violento quanto à repressão policial.

---

<sup>169</sup> Entrevista concedida por Jorge, presidente da Colônia dos Pescadores. Data: 10/06/2011. 9h30.

Além disso, o cenário da política municipal também era totalmente desfavorável e isto se estendia a diversos setores e grupos da sociedade local:

Foi o momento mais difícil, 2006. Porque, assim como tinha um grupo que estava a favor, tinha um grupo enorme que tava contra. Um grupo grande mobilizado mesmo, um grupo que era pago[...] pra ser o que era. Então, em 2006, nós tínhamos todos os educadores, professores contra. Se manifestando. Nós tínhamos a polícia militar toda contra, nós tínhamos o governo do município 99,9% contra, tá? [...] Na época, tinha 23 madeireiras na região. O grupo de funcionário de madeireira, todos eles contra. O funcionário, a família do funcionário. Era polícia envolvido com madeireiro, era pastor envolvido com madeireiro, tá, eram professores envolvidos com madeireiro, tinha deputado. Gente! Era o Governo do Estado, era só uma confusão! Todo mundo dando apoio pra madeireiro<sup>170</sup>

Essa narrativa ilustra a amplitude da rede de apoio, que até hoje existe em Prainha, ao posicionamento do Prefeito, especialmente por parte dos comunitários interessados na expansão da atividade pecuária e madeireira e na manutenção de seus empregos nestes setores. Esse posicionamento se espalhou para diversos setores da sociedade, inclusive para educadores e formadores de opinião, reforçando a hegemonia frente às elites, que contavam com o apoio da polícia militar, prefeitura e das madeireiras e do suposto grupo “pago” para atuar no contramovimento à RESEX.

Em 2006, houve a presença do Ministério Público Federal no local, que acabou constatando a atuação ilegal das madeireiras e a os abusos no exercício do poder da polícia militar, que servia de milícia para estes madeireiros. Quando houve a apreensão das balsas pelos comunitários, foi realizada uma conversa dos líderes comunitários com o delegado da polícia militar, a qual foi mediada pelo perito do MPF. O delegado descumpriu o acordo de não violência e, juntamente com sua equipe, cometeu diversos atos violentos e humilhantes para com os comunitários e criminalizou 5 líderes:

[...] quando o Maurício [perito] esteve aqui na região, houve uma conversa dos moradores com o delegado da Polícia Civil [...]. E ele, né, meio que intermediou a situação: “Não, vocês vão pra casa que agora a polícia vai tomar de conta”. [...] Quando eu fui descobrir que isso tinha acontecido, as lideranças já estavam presas [...] e o perito também foi detido, né?<sup>171</sup>

A tentativa conciliatória do perito no acordo acabou desmobilizando os comunitários – que nunca confiaram na polícia local, mas que acreditaram na promessa do delegado de não cometer violência com os líderes do movimento social e de aguardar a chegada do IBAMA e da polícia federal. A polícia fez o contrário do combinado: criminalizou o movimento social, numa ação bastante agressiva, fazendo o mesmo com o próprio perito judicial. Na sequencia,

---

<sup>170</sup> Entrevista com Ana, uma das líderes do MDR. Data: 12.06.2001, 9h30.

<sup>171</sup> Entrevista com Ana, uma das líderes do MDR. Data: 12.06.2011 9h30.

passou a escoltar as balsas, para liberá-las a favor dos madeireiros. Sobre essa situação, confira-se a entrevista abaixo:

E durante os movimentos que a gente fazia, a gente sempre recebeu represália da polícia. Onde, esse movimento que houve em Santa Maria, a polícia foi lá liberar; foi lá é [...] sacanear mesmo com a gente, colocar arma na cabeça da gente, fazer coisas absurdas. Absurdas! [...] Foi assim [...] de jogar no chão, de pisar no pescoço, sabe? Horrível!<sup>172</sup>

Não bastasse a ação acima descrita, os líderes do movimento ressaltam ainda as situações de flagrante forjado pela polícia militar para criminalizá-los:

Simplesmente, eles [...] prenderam as lideranças, depois foram no barco, né, que a gente usava pras nossas programações, dizendo que tinha arma dentro do barco. Montaram uma estratégia que colocaram espingarda dentro do barco, colocaram revólver dentro do camarote do barco, né, que o cara também fazia linha do barco. Daí deram [...] o rapaz foi autuado como porte de arma ilegal, sabe? Foi uma armação muito bem feita, muito cruel. Muito covarde [...] <sup>173</sup>

Ao avaliar a ação após a queima da balsa, em 2006, e ponderar as vantagens e prejuízos para o movimento, uma das líderes do MDR concluiu:

E a gente conseguiu ter, assim, um pouco de sossego. Né? E levou-se um tempo, aí começamos [...] começou a guerra na justiça, né? Era processo, era processo, era processo, e começou audiência, audiência, e haja a gente ter que responder, e enfim [...] e todo mundo foi se mobilizando. E a gente conseguiu estar dentro do Ministério Público, da Polícia Federal, a gente conseguiu ser ouvido<sup>174</sup>.

Apesar da criminalização e do desgaste judicial e da violência acima narrados, o ano de 2006 gerou um novo ciclo de protestos intenso para o movimento social pela criação e defesa da Renascer, que se mobilizou por meio das denúncias, aproveitando a presença na área e as constatações feitas pelo MPF e pela polícia federal: “em 2006, foi muito acelerado o processo. Muita denúncia, muito manifesto”<sup>175</sup>. No contexto estadual, um dos antigos líderes do movimento social relatou sua impressão:

E aí, num foi fácil a luta, né [...] o [...] na época era também o Simão Jatene que era [...] começou com o Almir, o Simão Jatene [...] Era contra porque, inclusive, se eu não me engano tinha um [...] genro, do próprio Simão Jatene que também é um grande empresário madeireiro, era Secretário de Estado de [...] não me lembro mais a Secretaria que ele fazia parte [...] Madeireiro. Então, aqui no Município, os políticos, foi eles que trouxeram os madeireiro pra cá, questão de dinheiro <sup>176</sup> [...]

<sup>172</sup> Entrevista com André, líder comunitário de Santo Antônio. Data: 12/06/11. 13h30.

<sup>173</sup> Entrevista com Ana, uma das líderes do MDR. Data: 12.06.2011. 15h.

<sup>174</sup> Entrevista com Marta, uma das líderes do MDR. Data: 21/08/11- 8h30.

<sup>175</sup> Entrevista com Ana, uma das líderes do MDR. Data: 12.06.2001. 15h.

<sup>176</sup> Entrevista com um dos antigos líderes do movimento social, por segurança, não identificado.

Era recorrente entre os entrevistados o comentário sobre a ligação do governo do estado (gestões Almir Gabriel, Simão Jatene e também, posteriormente, Ana Júlia Carepa) com as madeiras, por conta do financiamento de campanhas e outros tipos de acordo. No entanto, segundo os entrevistados, o período mais difícil foi o que teve os governadores Almir Gabriel e Simão Jatene no poder. Quanto ao comentário de que o genro do governador era secretário de estado e, ao mesmo tempo, empresário do ramo madeireiro, essa pesquisa não buscou apurar a veracidade de tal afirmação. Essa afirmativa foi inserida nesse trabalho porque foi repetida por outras 2 lideranças comunitárias, que afirmaram ser comum o fato de as madeiras terem em seus estatutos a menção a “um sócio no papel, de fachada” ocultando os políticos como maiores investidores e/ou proprietários. Sobre os interesses do governo estadual para a área, o entrevistado relembra:

o Governo mesmo foi muito conivente, né, com... Eles escoltavam. Porque, quando eles viram que eles não davam jeito em nós, o Jatene, na época, ele decretou uma APA daquele lado, tá, e uma FLOTA daqui. Na área da RESEX. Sabe? Só que nós entramos com pedido, nós intercedemo, né?<sup>177</sup>

O entrevistado refere-se ao conflito de interesses existente quanto ao desenvolvimento da região. Mesmo tramitando o processo de criação da RESEX pelo governo federal, havia outro projeto do governo estadual para a área compreendida pela proposta de criação da RESEX Renascer: segundo o INTERPA esta região era considerada pelo governo como “zona de consolidação e expansão de atividades produtivas” e o Estado do Pará pretendia instituir na região “unidades de conservação da natureza do grupo de uso sustentável”, de modo a não inviabilizar atividades “sustentáveis” como a exploração de minério e a continuidade da exploração madeireira autorizada por planos de manejo<sup>178</sup>. Diante disso, para João, o ex-líder sindical, este foi um dos momentos de maior “briga”, ou seja, de embate direto entre o movimento social e os madeireiros:

Foi que começou as maiores briga foi daí, porque depois nós fomos pro embate com madeireiro. E estamos no embate. O Sindicato, através do movimento, o movimento todinho. Aí foi surgindo outros movimento. [...] aí nós fomos juntando as força, né?<sup>179</sup>

Conclui-se que o ciclo entre 2003 e o final de 2006 teve maior abertura política ao movimento social em âmbito federal: começaram a ser criadas unidades de conservação na

---

<sup>177</sup> Entrevista realizada com João, ex-presidente do STR, ex-vereador, antiga liderança comunitária. Data: 24/08/11. 16h30.

<sup>178</sup> Fonte: Informação nº 527/SPA, de 24.08.2007, do INTERPA ao IBAMA. Processo nº 2007.77731.

<sup>179</sup> Entrevista realizada com ex-presidente do STR, ex-vereador, antiga liderança comunitária. Data: 24/08/11. 16h30.

região, foram realizadas ações fiscalizatórias pelo IBAMA e polícia federal e o diálogo com a representante do MMA foi iniciado. No entanto, a divergência entre as diretrizes federais – que mantinham ações e políticas ambientais isoladas e pontuais e implementavam o Plano de Aceleração de Crescimento em direção contrária – acentuaram os interesses econômicos sobre a Amazônia.

Com a presença de Simão Jatene no governo, as elites políticas e econômicas do Pará – e também de Prainha e região – encontraram abrigo para seus interesses, que estavam em consonância com os planos do governador. Esse foi o mesmo sentido adotado pelas elites locais municipais, que tinham um partidário de Jatene no comando da Prefeitura. Por esse motivo, embora houvesse um cenário federal de certa forma favorável ao movimento social, em âmbito local e estadual, os governos o combatiam violentamente, sendo este um período de “briga”, confronto direto entre movimento social e madeireiros.

O maior respaldo que se obteve foi jurídico (federal) que constatou as alegações do movimento e acolheu suas demandas. Com isso, houve a expansão do movimento social, que acrescentou ao seu repertório as denúncias ao MPF e se organizou para viabilizá-las, por intermédio do Conselho Estadual da Região de Uruará. Ao mesmo tempo em que se organizava minimamente, o movimento recorreu à manifestos de desobediência civil para atrair a atenção do governo e da justiça federal.

### **c) 1º de janeiro de 2007 a 1º de janeiro de 2011**

Nesse período, o PT permaneceu no governo federal, conquistando também o governo estadual e, posteriormente, a prefeitura municipal de Prainha. O presidente Luís Inácio Lula da Silva foi reeleito e foi eleita Ana Julia Carepa para o governo do Estado do Pará, quebrando a hegemonia de 12 anos do PSDB no comando do Pará. Em Prainha, posteriormente, elegeu-se Sérgio da Graça Amaral Pingarilho, da coligação PT-PMDB, para a Prefeitura.

Para Losekann (2007, p. 117) o primeiro mandato do governo Lula acabou com uma série de tensões envolvendo sociedade civil vinculada ao meio ambiente, estado e empresariado:

Em certos momentos, as organizações ambientalistas assumindo uma função de *accountability* em relação ao Estado e em oposição aos interesses do mercado, em outros momentos estas organizações são aliadas do Estado e chegam a fazer parte do aparelho estatal. O Estado, por sua vez, se posiciona, ora aliado aos interesses da

sociedade civil, ora aliado aos interesses do mercado em contraposição a esta. E, por outro lado, o mercado, mesmo conquistando apoio estatal, sofre as consequências deste novo ator político que conquistou poder: a sociedade.

Com o intuito de garantir a reeleição foram ampliadas as coligações e alianças com diversos setores da sociedade e grupos parlamentares. Segundo a análise contextual de Melo, (2010, p. 262), “a aliança social e política celebrada pelo governo com o agronegócio, que tem no Parlamento brasileiro como sua representante a bancada ruralista, é fundamental para o modelo econômico adotado e para a chamada ‘governabilidade’”. Nessa aliança estaria presente um “falso discurso verde” que, por exemplo, incentiva a monocultura da cana de açúcar para a produção de etanol e que, embora anuncie medidas duras de combate ao desflorestamento, realiza investimentos em rodovias, hidrovias, empreendimentos energéticos e outros, por meio do PAC, “que teria no agronegócio exportador o maior beneficiário” (MELO, 2010, p. 262-263).

Nesse ciclo, foram aprovados algumas políticas nacionais e marcos legislativos federais específicos quanto à defesa e desenvolvimento de populações tradicionais e desenvolvimento da Amazônia (Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais (PNPCT), o Plano Amazônia Sustentável e a Medida Provisória que criava o Instituto de Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), para a gestão de unidades de conservação federais).

Apesar dessas políticas e legislações, o governo impingia cada vez mais ritmo ao crescimento do país. Eram tantas as incongruências do PAC do governo federal e as políticas ambientais que o autor Alfredo Telles Melo, ao avaliar esse governo em matéria ambiental, o descreve como aquele que “ascende uma vela pra Deus e outra pro diabo”.

Em maio de 2008, a Ministra Marina Silva pediu demissão por não concordar com as diretrizes gerais do governo. A gota d’água foi o avanço do Ministro de Assuntos Estratégicos, Mangabeira Unger, sobre as atribuições do MMA no que tange à gestão do Plano Amazônia Sustentável, com o agravamento da pressão do agronegócio, dos grandes empreendedores e do próprio governo para a aprovação do licenciamento ambiental de grandes obras.

Segundo Melo (2010), a entrada do Ministro Carlos Minc no Ministério do Meio Ambiente “apenas trouxe um estilo midiático para a abordagem da problemática ambiental, mas não alterou a essência do posicionamento geral do governo”, chegando a acentuar as diretrizes do PAC sobre a Amazônia (MELO, 2010, p. 208). Porém, para o dirigente sindical,

ligado ao movimento social pela criação e defesa da RESEX Renascer, a chegada do Ministro Carlos Minc ao MMA foi sentida positivamente:

Nós já vimos ganhar mais corpo já com a criação da RESEX com o novo Ministro aí, com o Carlos Minc, entendeu? Com Carlos Minc que nós [...] foi o único Ministro, na verdade, que conversou com nós. [...] primeiro, antes de falar com o Ministro, nós falamos com uma Procuradora Federal lá da [...] da República [...] ela forçou uma conversa com os Ministro do [...] com representante do Ministério do Meio Ambiente, com representante do Ministério da Minas e Energia [...] e, nessa audiência, nessa conversa que nós tivemos com ela, ela ligou pro [...] pro Secretário de Estado de Meio Ambiente e, assim, na conversa que eles tiveram por telefone, a gente ouvindo tudo, ela [...] ela forçou com que ele é, desse assim uma conversa favorável à criação da RESEX. Então, daí, nós já saímos um pouco mais fortalecido de Brasília<sup>180</sup>.

Para os movimentos sociais do Pará a expectativa da vitória do PT era grande, pois se vislumbrava a perspectiva de um casamento de políticas federais e estaduais no combate à violência, ao trabalho escravo, às grilagens e ao desmatamento. Também em relação às ações das polícias Civil e Militar, cuja truculência levou a tragédias como a chacina de Eldorado dos Carajás, por exemplo, havia expectativa de uma possível mudança de atitude (CARTA MAIOR, 2006). Segundo o coordenador da CPT, o que se esperava da administração de Ana Julia Carepa eram ações de competência do Estado no combate aos delitos ambientais, fundiários e sociais.

Para o advogado da RENAP, a grande ressalva da nova gestão era a aliança do PT com o PMDB, do antigo governador Jader Barbalho que, segundo os movimentos sociais do campo, manteria relações fortes com setores oligárquicos do Pará (CARTA MAIOR, 2006). Isto já daria indícios de que a postura do governo do estado não seria descomprometida com a dos interesses hegemônicos das tradicionais elites do Pará.

Em Prainha, os comunitários, que já estavam mobilizados pelas denúncias e que tiveram a presença do MPF no local, conseguiram, em 2007, uma decisão definitiva por parte da Justiça Federal. Nas razões de sua decisão, o Juiz Federal deixava claro: constatavam-se as ilegalidades da ação madeireira no local, a ação violenta da polícia militar (e de pistoleiros particulares agindo em favor de madeireiros), a relevância socioambiental da área, o caráter tradicional e extrativista das comunidades. O juízo federal ainda obstou o intento do governo do Estado do Pará de criar uma APA e FLOTA no local.

Diante dessa decisão, prevaleceria a decisão do governo federal sobre a criação da RESEX e se abriam novas oportunidades políticas para que o movimento social se

---

<sup>180</sup> Entrevista com Jorge, presidente da Colônia dos Pescadores de Prainha. 24/08/11 10h.

fortalecesse. Com o respaldo da justiça federal e o diálogo favorável com o governo federal, outros grupos de ação coletiva se encorajaram para aderir ao movimento social pela criação e defesa da Renascer.

Em 23/11/2007, a governadora Ana Júlia Carepa enviou ofício ao IBAMA, informando que o governo do Pará manifestava-se “favorável à criação de modalidade de unidade de conservação a ser decidida em consulta pública às comunidades de Prainha”. No entanto, a governadora ressaltou que, neste caso, era necessária a criação de um mosaico onde (apenas) “parte da unidade seja reserva extrativista, providência detalhada conjuntamente por órgãos federais e estaduais afeitas à discussão do tema” (Ofício 1.001/07-GG, de 23.11.2007). A postura da governadora parecia então conciliatória entre os diferentes grupos de poder local: criação de uma RESEX parcial, caso assim decidissem as comunidades locais.

Entre 2007 a 2009, a imprensa denunciava constantes invasões de sem-terras em áreas privadas do estado do Pará, a recusa do governo de cumprir ordem de judiciais de reintegração de posse em áreas invadidas pelos sem-terra, provocando imagem negativa ao seu governo fora do Pará quanto à exacerbada tolerância e defesa do movimento social dos trabalhadores sem terra (AZEVEDO, 2009).

No Pará, porém, os movimentos sociais do campo continuavam denunciando a ligação do governo estadual com as madeireiras e a exacerbada diplomacia do governo para com os grupos madeireiros e elites latifundiárias. Isto também foi sentido pelos participantes do movimento social ora estudado:

Mesmo com o que nós fizemos com esse Governo da Ana Júlia, né, que a gente esperava que fosse um governo assim que [...] pudesse [...] nós tivesse mais apoio pra a gente, mas assim, não [...] num teve aquela [...] aquele empenho voltado pra cá, pra nossa região, pros conflitos que tavam havendo, pras ameaças que tavam havendo. Eles ficaram assim, como se fosse [...] neutros, né? Nem pros madeireiro e nem pra nós aqui<sup>181</sup>.

Após o fim do mandato, em 2011 a polícia federal trouxe à baila um “milionário esquema de liberação de licenças ambientais e planos de manejo em troca de dinheiro de madeireiras que atuam no Pará, montado na Secretaria Estadual de Meio Ambiente”. Foram investigados pela polícia servidores, madeireiros, despachantes e políticos. A própria governadora, na época, teve seu nome citado por dirigentes da secretaria como interessada em desbloquear projetos de empresas que tinham problemas no órgão. Cinco deputados federais e estaduais eleitos também aparecem nas gravações, interferindo para que os projetos fossem

---

181 Entrevista com Jorge, presidente da Colônia dos Pescadores de Prainha. 24/08/11 10h

liberados.

De forma geral, o período foi considerado de maior abertura ao diálogo com o governo do Estado, porém, sem grandes favorecimentos:

[...] apesar de nós termos, assim, um governo é [...] mais conversável, que era o governo passado, da Governadora Ana Júlia, mai num teve assim aquele [...] aquele [...] como é que eu digo assim, aquele favorecimento e aquele apoio assim<sup>182</sup>.

No âmbito municipal, com a eleição de Sérgio Pingarrilho, em 2009, e de acordo com os aliados do partido no governo, este se mostrava menos resistente à RESEX:

Então, sabe, nós viemo a criar a RESEX, foi a partir dessa eleição, que foi em 2009 [...] Já que eles dizem que foi através desse governo, né. [...] Então, o povo decidiu: “não tem jeito, bora [...] bora eleger o Sérgio”. Ai foi que o Sérgio que era, como se fosse candidato, que tinha apoio dos [...] dos [...] de quem queria a Reserva e o outro candidato, que era a Patrícia, no caso, irmã do Gandor, Patrícia Hage, era contrária à RESEX<sup>183</sup>.

Segundo a entrevista do vereador, o cenário eleitoral municipal polarizava-se em torno de dois candidatos que se manifestavam, de um lado contra a RESEX Renascer (Patrícia Hage), de outro a favor da reserva (Sérgio Pingarrilho).

A condução favorável por parte do novo Prefeito não era, porém, sentida com unanimidade. Ouvi-se o entendimento de que, na verdade, na época da campanha, a postura do prefeito era tendenciosa à diplomacia e não ao apoio expresso à RESEX. Somente quando pressionado pelos conflitos, o prefeito teria apoiado o movimento social. Veja-se:

Nós já tínhamos outro governo, que não se manifestava antes nem contra nem a favor, né, mas, quando a briga se acirrou, ele passou a dar apoio aos movimentos, que davam apoio à RESEX. Ele passou a dar apoio. O Governo local, Prefeito.<sup>184</sup>

De qualquer maneira, o posicionamento “conciliatório” do Prefeito foi favorável a sua eleição, pois obteve a coalizão e o apoio das forças políticas sindicais e do PT, que se mostravam como aliadas influentes, por estarem insatisfeitas com os governos anteriores.

Segundo Tarrow (1997, p.161) [...] as divisões entre as elites e os realinhamentos políticos podem atuar conjuntamente para induzir as elites insatisfeitas: “*cuando las facciones minoritarias de la elite se convierten en aliados influyentes de los rebeldes, los desafíos exteriores el cuerpo político se combinan con la presión interior para crear incentivos para el cambio político e institucional*”. Este parece ter sido o caso das elites que emergiram com a ascensão do PT ao poder. De forma geral, as alianças locais potencializaram o cenário

<sup>182</sup> Entrevista com Jorge, presidente da Colônia dos Pescadores de Prainha. 24/08/11 10h.

<sup>183</sup> Entrevista com Gustavo, vereador do PT e ex presidente do STR. Data: 10/06/11 11h.

<sup>184</sup> Entrevista com Cláudio, atual presidente do STR. Data: 24/08/11. 15h30.

favorável no âmbito federal e estadual e criaram boa estrutura de oportunidades políticas ao movimento social pela criação e defesa da RESEX Renascer.

**d) 1º de janeiro de 2011 ao término da pesquisa (outubro de 2011)**

Trata-se do período de manutenção do PT no governo federal, com a eleição e retorno de Simão Jatene ao governo do estado e eleição da presidente Dilma Rousseff (PT).

No âmbito federal, intensificou-se o projeto desenvolvimentista para a Amazônia e o próprio ritmo do PAC. Foram aprovados investimentos da ordem de, pelo menos, R\$ 212 bilhões para que se criasse um ciclo de expansão econômica na região, favorecendo a saída para o agronegócio exportador, ampliando-se ainda a estrutura para geração de energia e exploração mineral. Visando à implantação dos projetos, o governo federal passou a estudar uma série de mudanças legais, entre elas, a facilitação da concessão expressa de licenças ambientais, a criação de leis que permitam a exploração mineral em áreas indígenas e a alteração do regime de administração de áreas de preservação ambiental. (Folha de São Paulo, mercado, domingo, 16 de outubro de 2011).

O ano de 2001 também foi considerado pelo movimento social ambientalista um ano de retrocessos na legislação ambiental (Tasso Azevedo - O Globo, 21/12, Opinião, p.7). Com o fortalecimento da bancada ruralista no legislativo (e sua influência no poder executivo) ocorreram: a aprovação pelo Senado do Código Florestal; a aprovação do PLC 1/2010, com a descentralização da gestão ambiental da União para os demais entes federativos, mediante a retirada de poderes de fiscalização do IBAMA<sup>185</sup>; a redução de área de unidades de conservação e tentativa de alterar as regras de demarcação de terras indígenas<sup>186</sup>.

A pressão para reduzir os limites de unidades de conservação federais aumentou no Congresso Nacional. A falta de regulamentação fundiária, a ausência de fiscalização e a demora para criar planos de manejo sustentáveis acirram os conflitos incentivando o apoio de deputados de vários estados à alteração das regras. A presidente Dilma alimentou a polêmica

---

<sup>185</sup> Até mesmo o ICMBio perdeu a competência para fiscalizar empreendimentos ou supressão de vegetação nativa nas áreas de proteção ambiental federais e nas zonas de amortecimento de suas unidades de conservação quando o licenciamento ou autorização de tais atividades estiver a cargo dos estados ou municípios. (O GLOBO, 2010).

<sup>186</sup> A chamada PEC 215, recém aprovada, prevê que o Congresso Nacional tenha competência exclusiva para "aprovar a demarcação das terras ocupadas pelos indígenas e ratificar as demarcações já homologadas". Ou seja, em vez de serem criadas por um ato presidencial, as demarcações de terras indígenas precisariam passar pelo Congresso. (FSP, 2011).

ao apresentar duas medidas provisórias (no final de 2011 e início de 2012) revendo o limite de seis unidades de conservação para a construção de hidrelétricas. E pelo menos 20 projetos e emendas atualmente tramitam no Congresso para reduzir áreas ou mudar o padrão de proteção estabelecido nas UC, inclusive pedindo que a criação de UC seja aprovada pelo Congresso, e não por decreto, como é hoje (O ESTADO DE SÃO PAULO, 2011).

Em contrapartida, a ministra do Meio Ambiente defende a criação das unidades de conservação como fundamental para barrar o desmatamento na Amazônia e lembra que está parado no Congresso um projeto de lei que cria 1.000 vagas de fiscais para postos de fiscalização para a região amazônica. Segundo a ministra, o governo já sabe que pelo menos 70 mil pessoas vivem em unidades de conservação na Amazônia. Hoje, o País tem 758 mil km<sup>2</sup> em áreas protegidas federais e compromissos internacionais indicam que novas unidades terão de ser criadas, já que o ICMBio estudaria 340 projetos de novas unidades (O GLOBO, 2010).

Em setembro de 2011, o governo lança o programa “Bolsa Verde”, ligado ao Plano Brasil Sem Miséria e coordenado pelo MMA, com o intuito de fornecer uma ajuda mensal em dinheiro às famílias pobres que vivem em unidades de conservação e assentamentos sustentáveis. Em troca do benefício, os moradores teriam que se comprometer a não devastar a floresta.

O Plano Amazônia Sustentável (PAS), considerado um dos principais legados da ex-ministra Marina Silva, no Ministério do Meio Ambiente, começa a ser revisto pelo atual governo para incluir projetos de mineração, defesa e grandes hidrelétricas. A reforma no plano começou a ser coordenada pela Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República (FSP, 2010,p.A4).

Por tudo isso, para os ambientalistas, “o 1º ano de Dilma é pior que o de Collor<sup>187</sup>” (ANGELO, 2012)<sup>188</sup>. Um grupo de 11 ONGs brasileiras divulgou um manifesto, em março de 2012, com um balanço dos retrocessos do governo Dilma Rousseff na área ambiental. Assinado por instituições de peso com o Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia (IMAZON), WWF Brasil, Instituto Socioambiental e Fundação SOS Mata Atlântica, o

---

<sup>187</sup> Ex-presidente do Brasil, entre 1990 e 1992. A implementação do Plano Collor e a abertura do mercado nacional às importações e pelo início de um programa nacional de desestatização e de desastrosa corrida desenvolvimentista, que aprofundou a recessão econômica, corroborada pela extinção, em 1990, de mais de 920 mil postos de trabalho e uma inflação na casa dos 1200% ao ano. Denúncias culminaram com um processo de impugnação de mandato “Impeachment”fazendo com que este renunciasse ao cargo, em dezembro de 1992.

<sup>188</sup> Reportagem publicada na Folha de São Paulo.

documento afirma que o primeiro ano da administração de Dilma foi marcado “pelo pior retrocesso da agenda socioambiental desde o fim da ditadura militar” (PEDRA, 2012).

No âmbito regional, a nova onda de mortes no campo na Amazônia começou em 24 de maio com o assassinato de um casal de extrativistas. Segundo a Comissão Pastoral da Terra (CPT), a lista de pessoas ameaçadas chega a 1885 nomes (PM do Pará apura outro assassinato de lavrador (ESTADÃO,2011). Diante das ocorrências, a presidente Dilma Rousseff convocou uma reunião para discutir o assunto e montou uma força-tarefa federal para atuar em áreas do Pará, do Amazonas e de Rondônia para reforçar a segurança. A operação foi determinada com a participação da Polícia Federal, Força Nacional, Polícia Rodoviária Federal e das Forças Armadas. (FSP, 8/6, Poder, p.A13). O reflexo desta violência também começou a ser sentido pelo movimento social pela criação e defesa da Renascer:

[...] a chegada do Jatene de volta [...] Já tá dando resultado, já: as mortes. Tá certo? No Governo Ana Júlia não tinha isso. Ele chegou aí [...] tá aí a resposta [...] Tipo assim [...] porque eu fecho os olhos e não tô sabendo o que tá acontecendo [...] Porque quem tá no governo Jatene são as madeireiras<sup>189</sup>.

Como se vê, o entrevistado atribui o aumento de violência à conduta do atual governador do Estado, afirmando a hegemonia das madeireiras como marca do governo Jatene.

Na lista de ameaçados entregue ao governo federal pela CPT há 207 casos considerados graves (pessoas que foram ameaçadas mais de uma vez), dentre os quais 30 são urgentes, pois chegaram a sofrer atentados, mas sobreviveram. Mais de um terço desses últimos (12) está no Pará, recordista histórico em violência no campo (FSP, 1/6, Poder, p.A10; O Globo, 1/6, O País, p.3). Os assassinatos de lideranças do campo (assentamentos e unidades de conservação) prosseguiram e chegaram a regiões bem próximas de Prainha, motivados por denúncias de exploração madeireira. Em 22/10/2011 foi assassinado líder comunitário, do município paraense de Itaituba, depois de denunciar ao MPF de Altamira, a exploração ilegal de madeira na RESEX Riozinho do Anfrísio e na Floresta Nacional Trairão Estadão. Uma operação do ICMBio, para reprimir os criminosos, foi iniciada, mas logo suspensa por falta de segurança para os agentes ambientais (Política - 26 Outubro de 2011)<sup>190</sup>.

---

<sup>189</sup> Entrevista com Gustavo, vereador do PT e ex presidente do STR. Data: 10/06/11 11h.

<sup>190</sup> O coordenador nacional da CPT alerta para o fato de que o envio de homens da Força Nacional de Segurança para as regiões de conflito de terra não intimida os mandantes desses crimes, porque "eles sabem que é uma situação temporária". As perspectivas são de acirramento da violência se não houver uma mudança da política de ocupação da Região Amazônica pelo governo (O Globo, 15/6, O País, p.3).

Os movimentos sociais entendem que o formato de desenvolvimento impingido pelos dos governos federal e estadual para a região amazônica é o principal fator propulsor do aumento da violência local contra líderes de movimentos sociais extrativistas e do campo.

Não bastassem as diretrizes do poder executivo, o próprio poder legislativo, com sua bancada ruralista amplamente fortalecida, opõe-se claramente aos ambientalistas, e vem provocando retrocessos graves na legislação ambiental. O impacto disto, em âmbito local, gera o fortalecimento da união dos grupos de poder ruralistas de cada região e a criação de uma estrutura de oportunidades políticas que facilita ainda mais o poder de influência e a aproximação destes grupos com os poderes executivos (municipal e estadual).

No caso de Prainha, no ano de 2011, o referido quadro de oportunidades políticas dos ruralistas e a iminência das eleições municipais fortaleceram o contramovimento à RESEX Renascer, tendo os ruralistas, madeireiros e políticos locais liderando uma campanha para promover a redução dos limites territoriais ou a própria anulação jurídica da RESEX. Com isso, o movimento social pela criação e defesa da RESEX Renascer, que já começava a amparar a mobilização pela participação dos moradores na gestão da unidade de conservação, volta a encontrar um cenário de ameaça aos seus direitos e de violência contra os seus líderes.

Em contrapartida, no âmbito federal, a partir do “ciclo de assassinato de lideranças do campo e extrativistas”, os movimentos sociais extrativistas passaram a obter um cenário de diálogo mais aproximado e um canal participativo com o ICMBio e o MMA:

Eu acabo de voltar lá do evento realizado pelo CNS. E agora vinha três ministro do governo e dois representante dos Ministros. [...] Mas, assim, foi um encontro, assim fantástico. Porque, assim, lá só ia mesmo é [...] quem tinha interesse [...] com várias RESEX. Era RESEX do Estado do Acre, do Estado do Amazonas, de Rondônia, do Maranhão, do Pará, do Amapá. Eram seis estados presentes. RESEX de seis estados. Eu acredito que nós tamos em torno de umas seiscentas a setecentas lideranças. Foi grande.<sup>191</sup>

O antigo líder sindical descreve um encontro organizado pelo ICMBio com líderes das reservas extrativistas da Amazônia. Neste encontro em especial, os líderes da RESEX Renascer puderam externar suas demandas relacionadas à gestão da unidade de conservação, leilão da madeira apreendida em favor desta gestão, necessidade de políticas públicas de educação, saúde, comunicação e desenvolvimento econômico para as populações tradicionais, além de tratarem das ameaças de morte e do clima ostensivo de violência que voltavam a ser

---

<sup>191</sup> Entrevista realizada com João, antigo líder sindicalista e ex-vereador de Prainha. Data: 24/08/2011. 16h30

sentidos principalmente pelos líderes comunitários e moradores da RESEX participantes do seu movimento social. Sobre as demandas:

Foi bom, agora, assim, pelo menos assim, o pessoal desabafaram um bocado de coisa que, hoje, o governo tá muito distante da RESEX com estas políticas [...] O que está garantido pra nós, ainda não tem nada. A não ser que eles disseram que o que tem garantido pra investir na RESEX Renascer é a madeira que vai ser leiloada e que, até agora, ainda não foi [...]. Eles assumiram a responsabilidade pela agilidade do leilão da madeira e se comprometendo de cumprir o recurso aqui mesmo nas comunidades da RESEX. Agora, o que é que vai ter que ser feito de imediato? Criar o Conselho Deliberativo, que é quem vai fazer a gestão, pra se criar um fundo pra que seja autorizado esse dinheiro. O que temos de imediato, a curto prazo, é isso<sup>192</sup>.

Depreende-se do relato que era sentido pelos líderes das RESEX o distanciamento do governo federal (ou o fechamento da estrutura de oportunidades políticas para os movimentos sociais de comunidades tradicionais). E, apesar do retorno ao diálogo, nenhuma mudança política estrutural foi prometida aos líderes das RESEX amazônicas.

O líder sindical entrevistado compara as estruturas de oportunidade política ao longo das gestões federais do PT e descreve a seguinte impressão sobre o MMA:

Eu, eu não sei se no tempo da Ministra da Marina da Silva, no tempo do Ministro Minc, mas, pelo o que eu assistia, pelo o que a gente ouvia nos meio de comunicação [...] mas eu acho essa atual ministra aqui muito mais preocupada que os outros que passaram. A Marina, mesmo conhecendo, a Marina Silva, mesmo da Amazônia aqui, como ela era, nós não conseguimos criar a RESEX na gestão dela. Criamos na gestão do Minc, né? Carlos Minc. Mas, essa ministra aí, não sei se é porque ela é mulher, né, mas ela tem se mostrado assim mais preocupada e mais de pé no chão mesmo, é povão mesmo<sup>193</sup>.

A postura da atual ministra de meio ambiente, Isabela Teixeira, e a iniciativa de dialogar diretamente com as comunidades afetadas pelo ciclo de violência contra os movimentos sociais do campo e das florestas foi elogiada, a ponto de os comunitários sentirem-se mais próximos desta que dos ministros anteriores do governo do PT.

Em contrapartida, no governo do estado, os movimentos sociais do campo e da floresta culpam o retorno de Jatene ao poder pelo recrudescimento da violência no campo. Segundo a análise promovida Fortes (2011):

Não se pode culpar o governo tucano pelo recrudescimento da violência no campo, como quer a oposição, mas a relação íntima entre o PSDB e a Federação da Agricultura do Estado do Pará (FAEPA), confraria dos grandes fazendeiros obcecada em impedir a reforma agrária a qualquer custo, não pode ser ignorada. Assim como no Congresso Nacional, a bancada ruralista na Assembleia Legislativa do Pará é forte e atuante, sobretudo no que diz respeito a barrar qualquer iniciativa dos movimentos de luta pela terra, que, ao contrário do imaginado, não está majoritariamente nas mãos do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST),

<sup>192</sup> Entrevista realizada com João, antigo líder sindicalista e ex-vereador de Prainha. Data: 24/08/2011. 16h30.

<sup>193</sup> Entrevista realizada com João, antigo líder sindicalista e ex-vereador de Prainha. Data: 24/08/2011. 16h30.

mas das entidades ligadas à Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura (CONTAG).

Os movimentos sociais do campo e da floresta, a CPT e a oposição petista sustentam a tese da condescendência tucana com a violência rural no Pará: "Com o PSDB, voltaram ao governo os setores mais arcaicos e violentos do estado, ancorados numa política centrada no poder do latifúndio e dos madeireiros", avalia José Batista Afonso, advogado da CPT em Marabá, um dos ativistas de direitos humanos mais antigos da região (FORTES, 2011).

De acordo com dados da Ouvidoria Agrária Nacional, ligada ao Ministério do Desenvolvimento Agrário, houve 32 mortes por conflitos agrários no Pará entre 2003 e 2006, no primeiro governo do tucano Simão Jatene, ante 15 (50% a menos) durante a gestão de Ana Júlia, entre 2007 e 2010. Além disso, entre 2004 e 2005, em plena era tucana, ocorreram 20 mortes no campo, que, por não terem sido devidamente investigadas pela Polícia Civil, não entraram nessa estatística (FORTES, 2011).

Os autores McAdam et al (1996) concluem por suas pesquisas que há uma adaptação recíproca entre formas de protesto e repressão policial. Existiria também uma relação curvilínea entre o grau de violência dos contestatários ou manifestantes e o grau de repressão policial. Às vezes esse efeito é contraditório: o movimento se fortalece, por ganhar ainda mais adesão, apoio públicos ou aliados. Mas, em geral, o movimento tende a ser refreado pela repressão.

O processo de adaptação recíproca descrito acima ainda está em andamento para os movimentos sociais do campo e da floresta do Brasil e também para o movimento pela criação e defesa da Renascer. No caso deste, acredita-se que a acolhida do governo federal e o atual estágio de gestão da reserva farão com que as ações coletivas se fortaleçam e ganhem a adesão de setores mais radicais opositores ao governo do estado. Apesar das técnicas policiais mais rígidas, repressivas e difusas do governo do estado, que poderiam reprimir os protestos, o movimento já institucionalizou boa parte de suas demandas, tendo ganhado o apoio de forças políticas progressistas do município, além da tutela dos seus direitos pelo Ministério Público Federal.

### 5.1.3 Avanços jurídicos/judiciais relacionados à criação da RESEX e proteção de suas comunidades

A proteção de direitos e o reconhecimento de novos direitos são aspectos facilitadores para a criação e fortalecimento dos movimentos sociais, sendo também impulsionadores de certos repertórios e estratégias de ação. Segundo de Tarrow (1997, p.169), *“la protección constitucional de los derechos há llevado a los investigadores a considerar que sus respectivos Estados facilitan uniformemente la política popular”*.

A facilidade aberta pela proteção e reconhecimento de direitos não apenas institucionaliza as demandas de certos movimentos sociais, mas tem o poder de ir eliminando, aos poucos, a força política dos seus opositores (TARROW, 1997). Ao reconhecer novos direitos, o Estado aproxima-se dos movimentos sociais, possibilitando sistemas políticos mais participativos (TARROW, 1997). Os movimentos que tiveram seus direitos reconhecidos tendem a encontrar ou criar, por meio de reivindicações, canais institucionais de participação (tais como colegiados, conferências e conselhos).

Santilli (2005) designa a proteção constitucional aos novos direitos ambientais e das populações tradicionais como emergência de um novo ramo da Ciência Jurídica, qual seja, o socioambientalismo:

O socioambientalismo que permeia a Constituição brasileira, privilegia e valoriza as dimensões materiais e imateriais dos bens e direitos socioambientais, a transversalidade das políticas públicas e a consolidação de processos democráticos de participação social na gestão ambiental (SANTILLI, 2005, p.21).

No plano da legislação infraconstitucional – aplicado à tutela jurídica e institucional das unidades de conservação, proteção de comunidades tradicionais e gestão florestal – destacam-se por consolidar a perspectiva socioambiental as seguintes leis:

**a) Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000, que institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza, regulamentada pelo Decreto nº 4.340, de 22 de agosto de 2002.**

Antes desta legislação, as UC brasileiras eram criadas “de uma forma esporádica, casuística e assistemática” (SANTILLI, 2005, p. 110). No caso das reservas extrativistas, estas surgiram como projeto de assentamento extrativista<sup>194</sup> inseridos no contexto de reforma

---

<sup>194</sup> As RESEX já eram previstas como instrumento da Política Nacional de Meio Ambiente (Lei 7.804, de 18 de julho de 1989), sendo previstas pelo Decreto nº 98.897, de 30 de janeiro de 1990. No entanto, com a Lei 9.985/00, passaram a estar inserida no Sistema Nacional de Unidades de Conservação, estando sujeita aos seus princípios e diretrizes.

agrária e na tutela de unidades produtivas familiares dos seringueiros da Amazônia. Mais tarde, porém, quando incorporada ao SNUC, a RESEX passou a ser utilizada em outros biomas e para abrigar outras populações tradicionais além dos seringueiros.

Um dos fatores relevantes deste marco legal está no paradigma que interrelaciona a questão da biodiversidade com a sociodiversidade. Em outras palavras, o SNUC protege os recursos naturais assegurando, ao mesmo tempo, a subsistência das populações tradicionais, respeitando e valorizando seu conhecimento, cultura e promovendo-as social e economicamente (SANTILLI, 2005).

Ademais, o próprio conceito de populações tradicionais e extrativistas – desenvolvido pela sociologia e já mencionado esparsamente em outras legislações – passa a ser plenamente incorporado pelo SNUC. O Sistema, inclusive, cria duas categorias de UC de uso sustentável para assegurar a presença de populações tradicionais residentes, quais sejam, a reserva extrativista e a reserva de desenvolvimento sustentável.

De acordo com o período histórico de reivindicação de criação das RESEX “Verde para Sempre” e Renascer, 1999 e 2003, respectivamente, pode-se observar que a Lei 9.985/2000 fortaleceu o pleito dos movimentos sociais de Porto de Moz e de Prainha que, inclusive, pautaram seus objetivos na aplicação deste instituto jurídico pelo poder público.

**b) Decreto nº 5.758, de 13 de abril de 2006, que institui o Plano Nacional de Áreas Protegidas – PNAP.**

O Decreto estabelece estratégias mais amplas para áreas protegidas (categoria geral, que tem como espécie as UC) e reforça diretrizes para as políticas públicas relacionadas às unidades de conservação, atuando como reforçador dos compromissos do poder público federal quanto à proteção destas áreas e de suas populações tradicionais residentes. O PNAP foi aprovado no período histórico de intensificação de conflitos socioambientais envolvendo a defesa dos interesses de comunidades tradicionais na Amazônia (ano de 2006).

**c) Lei nº 11.284, de 02 de março de 2006, que dispõe sobre a gestão de florestas públicas para a produção sustentável e institui o Serviço Florestal Brasileiro, entre outras providências.**

Ainda em 2006, foi aprovada a Lei 11.284/2006. Nessa ocasião, o “tão propalado manejo sustentável da madeira” provocava o debate intenso no MMA, pois “dados gerais apontavam que cerca de 90% da madeira [retirada da Amazônia] tinha algum tipo de

ilegalidade, exigindo que se tomassem várias medidas para a obtenção de algum controle sobre esse importante e valioso material” (KAGEYAMA et. al., 2011, p. 186-187).

A proposta do governo à época foi de que se utilizasse a concessão das terras públicas a empresas florestais, nacionais ou estrangeiras para o manejo sustentável da madeira. Embora polêmica entre os ambientalistas, esta proposta foi aprovada em tempo brevíssimo pelo Congresso Nacional. Com isso, criou-se o Serviço Brasileiro de Florestas - SFB é um órgão autônomo da administração direta vinculado ao MMA.

Para os líderes do movimento social da Renascer, o usufruto da proposta de manejo florestal comunitário na Reserva ainda é vista como uma utopia distante, conforme expressou o Parecer da Assessoria Jurídica Terra de Direitos (TDD/STM n° 01/2011, enviado à Coordenação Geral de Florestas Nacionais do ICMBio - CGFLOR-ICMBIO).

O parecer aponta dezenas de graves falhas na legislação e a omissão quanto às condições estruturantes para que os moradores da RESEX possam usufruir das políticas baseadas no manejo florestal comunitário. Como exemplos da omissão, a Terra de Direitos menciona algumas necessidades como: o desenvolvimento de planos de manejo facilitados, o suporte de assistência técnica especializada em sistemas agroflorestais; a política de fomento e crédito específico para recuperação produtiva com SAF para manejo florestal comunitário; o programa de Produção e Aquisição de Mudas e Sementes; a política de preço mínimo e de compra por meio do PAA e PNAE; a política de agroindustrialização voltada para produtos oriundos de manejo florestal madeireiro e não madeireiro; sistema de transportes, de energia elétrica, a comunicação, a verticalização e o armazenamento da produção, o acesso aos mercados com preço justo e a negociação dos produtos, dentre outros. Para que se concretizassem as condições mínimas de fruição do manejo florestal comunitário na RESEX Renascer seria preciso “um esforço integrado e estratégico do Estado brasileiro, em suas diversas frentes de ação, para detonar o processo de crescimento sustentado da região” (TDD/STM n° 01/2011).

**d) Decreto nº 6.040, de 07 de fevereiro de 2007, que institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável de Povos e Comunidades Tradicionais - PNPCT;**

A PNPCT tem como principal objetivo promover o desenvolvimento sustentável dos povos e comunidades tradicionais com ênfase no reconhecimento, fortalecimento e garantia dos seus direitos territoriais, sociais, ambientais, econômicos e culturais. A política também

prima pelo respeito e valorização à identidade destas populações, de suas formas de organização e suas instituições.

A PNPCT está estruturada em 4 s eixos: acesso a territórios tradicionais e aos recursos naturais; à infraestrutura; à inclusão social e educação diferenciada; e ao fomento à produção sustentável. Com isso, as instâncias do governo federal, de forma integrada, com a participação de comunidades tradicionais, poderiam desenvolver planos e ações inclusivos.

**e) Lei nº 11.516, de 28 de agosto de 2007, que cria o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade e o Decreto nº 6.100, de 26 de abril de 2007 que estabelece o regimento interno deste Instituto.**

O ICMBio deve ser o grande difusor da dimensão do interesse público e dos valores democráticos, sendo mediador e tradutor de necessidades de grupos vulnerabilizados de populações tradicionais frente ao Estado e o conflito de interesses entre estas comunidades e empreendedores (madeireiros, pecuaristas, mineradores e os próprios governos). O ICMBio tem o dever de ser o gestor das unidades de conservação, incentivando a participação coletiva e a busca cooperativa e coresponsável por soluções que melhorem a qualidade de vida daqueles que vivem dentro ou no entorno de uma unidade de conservação.

**f) Plano Amazônia Sustentável - PAS**

O plano estratégico, lançado em maio de 2008, contempla, além das contribuições advindas dos governos estaduais e das consultas públicas realizadas em junho de 2006, as diretrizes gerais para as ações estruturantes de desenvolvimento, constantes no PPA 2008-2011 e no Plano de Aceleração do Crescimento (PAC), lançado em janeiro de 2007. O PAC casa-se com as diretrizes estratégicas do PAS (amazônico), que estabelece a ampliação e melhoria da infraestrutura como um de seus pilares e condição para impulsionar o pleno desenvolvimento econômico e social da Amazônia, tendo necessariamente como pressuposto, o planejamento das obras (BRASIL, 2008).

**g) Decreto 0-003, de 05 de junho de 2009, o qual dispõe sobre a criação da reserva extrativista Renascer, em Prainha - Pará**

Esse Decreto foi a legislação de maior impacto local para o movimento social pela criação e defesa da RESEX Renascer, por atender ao seu pleito específico, mesmo tendo a Reserva sido criada em área menor que a proposta aprovada pelos moradores. A publicação desse decreto institucionalizou a demarcação da reserva extrativista de Prainha em favor das

comunidades tradicionais residentes, apesar de ter acentuado, no início, a extração ilegal de madeira do interior da unidade.

De forma geral, as legislações supracitadas abarcam o ideário da síntese socioambiental, privilegiando a interface entre biodiversidade e sociodiversidade, com valores do multiculturalismo e pluriétnicidade (SANTILLI, 2005). O diferencial das legislações supracitadas está em “prever[em] mecanismos e instrumentos de gestão dos bens socioambientais, e não apenas de repressão a determinadas condutas e atividades” (SANTILLI, 2005, p. 30).

Com isto, entre 2000 e 2009, verifica-se na esfera federal a gradual consolidação dos direitos das comunidades tradicionais e seus territórios, fortalecendo os movimentos sociais de populações tradicionais ante ao respaldo jurídico.

Note-se que as próprias reivindicações dos movimentos sociais adequaram-se às alternativas previstas pelo Estado, ou seja, caminharam em direção ao que era aceito e institucionalizado pelo poder público. Entre 2000 e 2009, abriu-se um ciclo de protestos ou um “boom” de pedidos de criação de reservas extrativistas na Amazônia (no nosso caso, em toda a região oeste do Pará, na região da Terra do Meio e adjacências).

Vale destacar, que o efeito do reconhecimento jurídico dos direitos das populações tradicionais não foi apenas positivo. Se, de um lado, assentou-se a noção destes direitos ante aos seus grupos opositores (como madeireiros e ruralistas, por exemplo), de outro, isto aguçou a união destes opositores e o fortalecimento destes como contramovimento. Este não encontrou uma estrutura de oportunidades políticas favorável no cenário federal (poder Executivo e Judiciário) e, por isso, buscou a interação junto aos governos locais e estaduais da região amazônica e Congresso Nacional. Não foi por acaso que os ruralistas consolidaram o seu poder no ano de 2011.

O reflexo disso foi sentido principalmente no âmbito normativo. Veja-se a seguir duas emblemáticas legislações – consideradas de retrocesso ambiental – aprovadas em 2011:

**a) Aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 30, de 2011, que altera o Código Florestal, revogando as Leis nos 4.771, de 15 de setembro de 1965, e 7.754, de 14 de abril de 1989, e a Medida Provisória no 2.166-67, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências.**

Em 2011, foi aprovado no Senado e Câmara dos Deputados o Projeto de Lei para alteração do Código Florestal, elaborado em 2005, pelo senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) e

com inúmeros acréscimos e alterações. O Projeto foi embalado pelos ruralistas e causou verdadeira comoção nacional contrária por parte de ambientalistas. Importantes organizações do movimento socioambientalista, universitários, cientistas, movimentos e cidadãos contrários ao projeto afirmavam que este possibilita o avanço da agricultura em larga escala sobre a Amazônia. Ademais, o PL aumentaria de forma inconsequente, e sem o devido embasamento técnico e científico, as formas intervenções sobre as reservas legais, permitindo novos mecanismos que terão um impacto significativo na biodiversidade e conservação das florestas e no ordenamento territorial rural do país.

**b) Medidas provisórias nº 542, de agosto de 2011 e nº 558, de janeiro de 2012, determinam a diminuição de algumas UC para a implantação de empreendimentos hidrelétricos na Amazônia.**

Com esses atos, o governo federal determina a diminuição de diversas unidades de conservação da região por meio de Medida Provisória (e não por lei, como determina a Constituição Federal). Com isso, impede-se o debate público e legislativo sobre o projeto e seus impactos, havendo abuso de medida jurídica extraordinária (excepcional, urgente e unilateral). Dentre as UC da região oeste do Pará cuja restrição de limites territoriais foi imposta pela Presidente Dilma estão as Florestas Nacionais de Itaituba I, Itaituba II e do Crepori e a Área de Proteção Ambiental do Tapajós (ESTADÃO, 2012).

No âmbito judicial, houve a aplicação concreta dos “novos direitos socioambientalistas” para a tutela dos moradores e integrantes do movimento social ora estudado. A atuação do Ministério Público Federal e as decisões judiciais proferidas pela Justiça Federal e Tribunal Regional Federal da 1ª Região nas situações de conflito foram cruciais para as conquistas do movimento. Confira-se quadro a seguir:

**Quadro 7** - Principais decisões judiciais relacionadas à RESEX Renascer e demandas do movimento social

Ano	Juízo prolator da decisão	Conteúdo / Efeito da Decisão
2007	9ª Vara da Seção Judiciária do Distrito Federal	Decisão liminar de nº 593/2007, mandado de segurança individual, autos nº 2007.34.00.042942-6. Impetrante: Município de Prainha; Impetrado: IBAMA. Concedida liminar favorável à Prefeitura de Prainha, para cancelar a audiência pública que seria realizada para discutir com as comunidades locais a possibilidade e eventual viabilidade de criação da RESEX Renascer. O Juízo compreendeu que a Prefeitura não foi intimada da audiência e também não foi ouvida previamente sobre a RESEX
2007	Tribunal Regional Federal da 1ª Região	Agravo de Instrumento, autos nº 2007.01.00.058117-6/DF interposto pelo IBAMA e ICMBio. O Juízo comprovou a intimação oficial da Prefeitura de Prainha pelos órgãos ambientais federais e deferiu a antecipação de tutela para suspender a decisão de 1ª instância (juízo federal). Com isso, permitiu-se a realização da audiência pública para a discussão da RESEX. Segundo a decisão, houve a comprovação de que a Prefeitura de Prainha foi convidada aos debates e audiência, não havendo irregularidades a ser sanadas pelos órgãos ambientais.
2007	Juízo da Vara Única da Justiça federal de Altamira	Decisões exaradas nos autos da medida cautelar inominada, (autos 2006.39.03.003102-0) e ação civil pública (2007.39.03.000042-0) para impedir o estado do Pará de criar unidades de conservação sobrepostas à área onde se pretendia criar a RESEX, reconhecer os abusos e ilegalidades cometidos contra o movimento social pela polícia militar e conferir prazo para que o IBAMA ultimasse a análise do processo de criação da RESEX.
2010	2ª Vara Federal do Tribunal Regional Federal da Primeira Região	Abertura de inquérito policial, autos nº 0002210-70.2012.4.01.3902, sobre a extração ilegal de madeira constatada na RESEX Renascer durante a operação Arco de Fogo, realizada em 2010, considerada a maior apreensão de madeira ilegal já feita no Brasil pela Polícia Federal, ICMBio, Força Nacional de Segurança e IBAMA.  Conferida tutela jurídica para que o ICMBio fosse impedido de doar ao Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) a madeira apreendida, que tem valor calculado em R\$ 16 milhões. O juiz federal acatou o pedido do MPF, e foi firmado um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) pelo qual metade dos recursos arrecadados com o leilão da madeira seriam repassados ao governo e o restante seria investido no desenvolvimento sustentável da comunidade. A assinatura do TAC está em negociação pelos envolvidos

Fonte: Elaboração da autora

#### 5.1.4 As parcerias e rupturas do movimento ao longo da história

Para Tilly (1985), é no processo de interação entre os atores envolvidos em uma determinada mobilização que os próprios significados e o sentido da ação são definidos

(TILLY, 1985). Os interesses tornam-se comuns no contexto dos conflitos e negociações que acontecem dentro do próprio processo político. Diante de um conflito, os grupos de contestação se organizam para criar coalizões e tentar formar identidades coletivas mais amplas em torno delas, unificando projetos, estendendo alianças, negociando com autoridades e, com isso, eliminando agendas rivais (McADAM; TARROW; TILLY, 2009).

Nesse sentido, faz-se fundamental o impacto das parcerias e dos grupos de contato direto de um movimento social, analisando-se, ainda, o grau de institucionalização (VIDAL, 2008) – ou seja, de proximidade do Estado – dos parceiros e do próprio movimento social ao longo da sua história.

Como se viu, assim como aconteceu com boa parte dos movimentos camponeses na América Latina (TARROW, 1997), o movimento social pela criação e defesa da RESEX Renascer inicialmente (entre 2000 e 2005) teve como maiores aliados externos os sindicatos (no caso o STR e a Colônia dos Pescadores Z-31) e os trabalhadores religiosos (CPT e CPP):

Aqui os parceiros nosso era Sindicato dos Trabalhadores Rurais, a Colônia de Pescadores, o Movimento de Mulheres, a Paróquia de Prainha, né, e a CPT de Santarém. A CPT que sempre [...] Não tava direto, mas indiretamente, aqui e acolá, eles tavam junto com a gente<sup>195</sup>.

Segundo o relato de seus líderes, outro parceiro relevante do movimento social, em 2000, quando ainda se reivindicava a criação da RESEX “Verde Para Sempre”, era o Conselho Nacional dos Seringueiros (semi-institucional). No entanto, é mencionada outra parceria de destaque, não institucionalizada, e que gerou grandes polêmicas à época:

[...] o parceiro principal é o CNS. [...] Agora, deixe eu lhe contar. Você sabe que houve um protesto, a nível região, contra o *Greenpeace*, né? Mas, a força maior, assim, que ajudou a criar a RESEX, foi o *Greenpeace*. Certo? Se não fosse eles [...] porque, queira ou não, “na hora H” eles que patrocinavam [...] A força que fez criar a “Verde” foi [...] principalmente a Verde, foi o *Greenpeace* [...] Então, aí nós, a gente se infiltrou também, aí junto porque, assim, o pensamento nosso era [...] fazer só uma unidade<sup>196</sup>.

O *Greenpeace* foi forte apoiador e patrocinador das ações coletivas para a criação da RESEX “Verde para Sempre”, o que reverberou indiretamente para o movimento social de Prainha, que tentava se inserir na mesma reserva. Na época, o contramovimento à criação da Reserva acusava o *Greenpeace* de promover a internacionalização da Amazônia, de manipular os comunitários para a ação coletiva e de incitá-los à violência.

---

<sup>195</sup> Entrevista realizada com João, ex-presidente do STR, ex-vereador, antiga liderança comunitária, hoje ligado ao PT. Data: 24/08/11. 16h30.

<sup>196</sup> Entrevista com Gustavo, vereador do PT e ex presidente do STR. Data: 10/06/11 11h.

Continuando o seu relato, o vereador esclarece que, ao contrário do que ocorreu com a “Verde para Sempre”, não houve patrocínio do Greenpeace às ações coletivas da RESEX Renascer, nem participação direta nestas ações:

Nós num tivemos já o apoio do Greenpeace, inclusive ainda telefonei muito e tal, fazendo essa articulação, mas eles... Tipo assim, tá certo, né? Eles planejaram, no planejamento deles, prioridade: Verde para Sempre. A luta deles foi lá<sup>197</sup>.

Segundo o relato, a prioridade para o Greenpeace era a RESEX “Verde para Sempre”, não havendo a atuação direta desta ONG na Renascer.

Conforme já relatado, em 2006, juntou-se ao movimento o Conselho Popular da Região de Uruará, recém-criado. No entanto, salta os olhos o fato de os sindicalistas entrevistados não mencionarem a parceria com este Conselho em suas entrevistas. Ao contrário, conforme aludido anteriormente, os dirigentes do STR e Colônia dos Pescadores costumam dizer que, neste período, surgiu um “outro movimento”, que seria o Conselho.

Da mesma forma, quando indagadas sobre o período de seu nascimento, as então líderes do Conselho Popular apontam como principais parceiros o MPF, OAB e CPT:

A gente tinha é [...] a presidente da OAB, em Belém, apoiando a gente. A gente teve a sensibilidade do Ministério Público Federal, na pessoa do Felipe Fritz, né? O Procurador. Aí a gente tinha um outro procurador que era o Felipe, em Belém, apoiando a gente. E a gente tinha a CPT. Era basicamente o que a gente tinha<sup>198</sup>.

Assim, foram citadas como as principais parceiras do Conselho Popular da Região do Uruará as instituições que apoiaram as denúncias relativas à violação de direitos humanos contra as comunidades e a ilegalidade da extração da madeira da região. Desde logo, percebe-se certo descolamento entre a condução do movimento pelas antigas entidades sindicais fundadoras do movimento social e o Conselho.

Em 2006, retorna ao cenário o *Greenpeace*, que colaborou com o Conselho Popular da Região de Uruará para a coleta de provas sobre a extração ilegal da madeira:

[...] eu não tinha provas, porque ninguém podia entrar nas áreas, que tinha muito pistoleiro na região. [...] Aí, eu fiz um contato com o M. e coloquei assim a situação, que era bastante drástica. E ele conseguiu uma margenzinha, né, pra que a gente pudesse dar uma rodada na região, um aviãozinho, e ver alguma coisa, pra que a gente pudesse registrar. [...] Neste sobrevoo, a gente conseguiu muita imagem de acampamento dentro da mata, acampamento de lona, estrada clandestina, porque aí, é grande a quantidade de estrada clandestina. É [...] caminhão de madeira, tratores quebrando e entrando na mata, grandes áreas toda quebrada, né? [...] E o

<sup>197</sup> Entrevista com Gustavo, vereador do PT e ex presidente do STR. Data: 10/06/11 11h.

<sup>198</sup> Entrevista com Ana, uma das principais líderes do MDR e uma das fundadoras do Conselho Popular da Região do Uruará. Data: 21/08, 9:40h.

Greenpeace, neste momento, ele foi fundamental pra gente, pra conseguir vir com a gente pra região e fazer este trabalho<sup>199</sup>.

Segundo Ana, a participação do Greenpeace foi fundamental para o registro das ilegalidades ocorridas da região, por propiciar condições materiais para tanto e a segurança dos comunitários.

A partir de 2006, a CPT de Santarém ganhou um novo coordenador, que adotou como diretriz a emancipação dos comunitários da região. Em 2010, com a criação do MDR, da GUATAMURU e das Associações de cada comunidade da Reserva, este processo chegou ao seu ápice:

[...] agora nós estamos trabalhando um pouco mais com [...] com o fortalecimento das associações [...] é [...] a construção do Plano de Manejo, toda esta questão política que é diferente [...] Fazer um conselho deliberativo, mudança de gerente e fazer um...um plano de trabalho para poder articular isso. [...] E a gente aposta numa outra coisa, que o comunitário, cometendo erro ou não, ele tem o poder... tem o poder de decidir o que faz, a medida que ele tem as soluções mínimas pra fazer um trabalho de organização seu. Então, o que a gente tá fazendo na formação é isso, né... pra que eles tenham autonomia para desenvolver um trabalho deles, da cabeça deles, mas que eles determinem<sup>200</sup>.

A entrevista demonstra que a CPT aposta na autogestão da unidade de conservação por seus moradores e que presta a assessoria necessária e a capacitação para tanto. A partir de então, se agrava a situação de rejeição do comando dos sindicatos pelos comunitários, ficando um pouco mais distanciada a relação do movimento social pela criação e defesa da RESEX Renascer com o STR, Colônia dos Pescadores e políticos do PT:

[...] nós temos a crítica de algumas ONGs acabam fazendo o papel do comunitário [...] E aí, quando termina esse projeto, o investimento meio que se esvazia porque não construiu o todo, ele não empoderou uma economia própria, né? E lá, inclusive, a gente está com alguns probleminhas porque o Sindicato e a Colônia meio que também fizeram esse papel, né? De um intermediário que diz o que tem que ser feito e como tem que ser feito<sup>201</sup>.

A CPT critica a postura intermediária – ou de comando – das entidades sindicais por acreditar num projeto contrário, de empoderamento das comunidades, que construiriam o seu próprio projeto de futuro e desenvolvimento, sendo capazes de sustentá-lo com suas iniciativas. Notou-se durante a pesquisa, um ressentimento por parte dos integrantes do movimento social em relação ao STR, Colônia dos Pescadores e seus antigos líderes:

---

<sup>199</sup> Entrevista com Ana, uma das principais líderes do MDR e uma das fundadoras do Conselho Popular da Região de Uruará. Data: 21/08, 9:40h.

<sup>200</sup> Entrevista com coordenador da CPT. Data: 09/06/2011, às 14h40.

<sup>201</sup> Entrevista com coordenador da CPT. Data: 09/06/2011, às 14h40.

[...] as nossas liderança, que estavam na luta junto com a gente, hoje já estão [...] hoje, já são pessoas, assim, que, ao invés de ajudar, de dar apoio, ajudam a [...] são adversário da gente. Coisa, assim, que a gente tinha quase como família, tá entendendo? Isso pra a gente é ruim. Às vezes, a gente lutar tanto pra defender a vida do outro, depois a gente [...] tá assim, numa boa, a vida da gente não tem valor?<sup>202</sup>

No relato acima, os antigos líderes sindicais do movimento são referidos como atuais adversários dos moradores da RESEX, que ressentem o fato de terem lutado juntos, como se fossem da mesma família, pela criação da Reserva e defesa da vida uns dos outros, e serem desvalorizados por estes líderes depois que o intento foi alcançado.

Por outro lado, o atual vereador do PT, antigo presidente do STR, expõe o seu entendimento crítico sobre o papel da CPT, afirmando a sua discordância sobre as denúncias feitas à justiça federal e defendendo um caminho de conciliação política para a situação que, na sua opinião, deveria ser intermediada pelo Conselho Nacional dos Seringueiros:

O pessoal [...]tipo assim, é o lado dele, né, colocando que[...]ele tá correto[...] quer ir pra cima ou, de repente, envolver o Ministério Público Federal, para fazer com que o ICMBio assumo o papel dele [...] Só que aí, o que eu falei pra ele, quando nós tivemos uma reunião lá? Eu disse pra eles olha [...] eu [...] assim [...] olha [...] envolver o CNS. Porque nessa discussão assim, tipo, eu, no meu entendimento, a CPT é pra ser parceira [...] parceira[...] mas ela não é pra tomar a frente da[...] da[...]né? Quem é pra tomar a frente é o CNS. [...] não quero, ninguém pode perder nenhum parceiro [...] nenhum parceiro. Né? A gente tem que se fortalecer<sup>203</sup>.

Da mesma forma, o STR manifesta-se contrariamente às denúncias promovidas à justiça federal e ICMBio pelo MDR e GUATAMURU. O presidente do STR acusa as lideranças de serem as responsáveis por criar as situações de desconforto e autuações aos próprios moradores da RESEX, em 2010:

Então, digamos assim, eles só fizeram o que eles fizeram mandado pelo nosso próprio pessoal. Começou a criar, digamos assim, por você não apoiar, na época, né, a criação do projeto, coisa e tal, então agora nós vamos te punir. E isso criou um impacto entre a gente que, quem pagou, foi o próprio pessoal que defendia a RESEX<sup>204</sup>.

O antigo líder sindical narra que foi chamado para resolver politicamente o problema da autuação dos moradores pelo ICMBio, com o apoio do Prefeito e de vereadores:

Nós já tínhamos outro governo, que não se manifestava antes nem contra nem a favor, né, mas, quando a briga se acirrou, ele passou a dar apoio aos movimentos, que davam apoio à RESEX. Ele passou a dar apoio. O Governo local, Prefeito. Né? Então, foi que chamamos o Prefeito, chamamos dois vereadores que o PT tem, Vice-

<sup>202</sup> Entrevista com Mauro, integrante do MDR, liderança da Comunidade de Santíssima Trindade. 26/08/11. 20h.

<sup>203</sup> Entrevista com Gustavo, vereador do PT e antigo presidente do STR. Data: 10/06/11 11h

<sup>204</sup> Entrevista com Cláudio, atual líder do STR. Data: 24/08/11 15h30.

Prefeito, aí se reunimos, as lideranças das comunidade da RESEX, Colônia de Pescadores, Sindicato, fomos pra uma audiência no ICMBio. Aí foi que as coisas se normalizaram, o pessoal voltaram a suas atividades, fazer roçado, e começaram a voltar a tirar a sua madeira, como era de costume<sup>205</sup>.

Segundo este depoimento, teria sido a negociação política entre ICMBio, Prefeitura, vereadores do PT, STR e Colônia dos Pescadores que teria resolvido a situação de autuação dos moradores da Reserva pelo ICMBio. Não se menciona que, foi a partir desse problema, que os moradores da Reserva, por iniciativa do MDR, GUATAMURU e CPT, firmaram um Termo de Ajuste de Conduta com o ICMBio e Ministério Público para consensuar em cada comunidade as regras de uso e ocupação da RESEX, dando ciência e prestando esclarecimentos aos comunitários sobre elas.

Importante mencionar também que, entre 2009 e 2010, a RESEX Renascer ganhou o apoio de alguns dirigentes do INCRA-Santarém:

Na verdade, o ano passado a gente começou uma conversa com o INCRA é [...] e ele reconhece também morador de reserva extrativista para algumas políticas públicas que o INCRA apoia, né? Houve uns benefícios de [...] assim, alguns apoios que eles tem pra produção, pra compra de material e pra construção de casa, né. O INCRA foi lá o ano passado e começou um [...] levantamento de [...] um censo, né, pra ver quem taria na relação de beneficiários. Agora, o INCRA só vai atuar mesmo lá, essas políticas só vão começar, depois que tiver conselho, depois que o ICMBio der uma lista de beneficiários<sup>206</sup>.

Os créditos agrícolas que seriam concedidos pelo INCRA, porém, não foram aceitos pelos moradores da RESEX, que o julgaram prematuros, sendo uma interferência “afobada” que poderia agravar a situação de conflitos e desigualdades entre os moradores da Reserva, uma vez que não havia o correspondente cadastro fundiário das áreas e nem um Conselho Gestor da unidade para regular os direitos dos beneficiários:

Olha só: eles vieram, fizeram um cadastro ali na região do Uruará e do Tamuaí. Tinha um moço no INCRA muito afobado querendo pagar crédito aqui dentro da reserva. Mas a gente sabe que, hoje, tudo o que vier para ser feito na reserva tem que ser feito de uma forma que [...] meio que estudada. [...] Aí o cara ficou insistindo em vir pagar o crédito que desta forma quem é contra a RESEX ia querer se cadastrar, não sei que, não sei que. [...] Mas, nós achamos que tava errado. Que aqui na RESEX ainda não tem o Conselho Deliberativo. O Conselho Deliberativo que vai aprovar ou desaprovar qualquer ação aqui dentro. [...] Então a gente ficou com essa preocupação. [...] Olha, vamos ter que esperar. Vamos criar o Conselho Deliberativo, terminar de fazer os cadastros (CAR) e aí nós vamos poder trazer os créditos pra cá. Por que? A maioria das pessoas que iam ser beneficiadas é da região do Uruará. E os outros, que tanto buscaram, que tanto queriam, que tanto lutaram? Não vai ter. Então, a política do INCRA está dessa maneira<sup>207</sup>.

<sup>205</sup> Entrevista com João, antigo líder sindical e liderança política do PT na região. Data: 24/08/ 2011, 16h30.

<sup>206</sup> Entrevista com funcionário do ICMBio, à época responsável pela RESEX Renascer. Data: 09/06/2011 9h30h.

<sup>207</sup> Entrevista com Ana, uma das principais líderes do MDR. Data: 21/08, 9h40.

Mesmo com a crítica sobre a “afobada” atuação do INCRA, a comunitária reconhece o favorecimento na interlocução com esta instituição e lamenta o fechamento do diálogo no final de 2011, com a “retirada” política dos dirigentes desse Instituto: “[...] a pessoa que nos dava um apoio, que tava com a gente foi tirada, que era a Cleide. A Cleide está de saída junto com o Jessé, que eram as pessoas que conversavam com a gente”<sup>208</sup>

Em outros momentos da história do movimento social, o diálogo com o Estado reverteu-se em tentativas de cooptação, interferência em processos decisórios e desestruturação do movimento. Em dezembro de 2010, ocorreu um dos mais graves episódios desta interferência. “Ana” narra que, após o acampamento, na reunião marcada para uma reunião no ICMBio, estavam presentes as lideranças do acampamento, os representantes dos madeireiros, o Prefeito, a coordenadora do ICMBio, os presidentes do SRT, da Colônia dos Pescadores e representantes da CPT. As lideranças do acampamento tinham levado uma denúncia com provas (gravações, registros georeferenciados) em relação à enorme extração de madeira que estava ocorrendo no interior da RESEX, sem autorização ou Plano de Manejo. No entanto, na véspera da reunião, os madeireiros tentam negociar com o movimento social e oferecem quinhentos mil reais aos líderes do acampamento, para que retirem as denúncias e deixem de bloquear as balsas com madeira ilegal. Vale conferir a seguinte narrativa, que demonstra a pressão exercida sobre os líderes do movimento social:

Então, nós fomos colocados dentro de uma sala, dentro do ICMBio, pra uma negociação. E a R.P. [iniciais do nome], que é a chefe, né, da CR3, ela estava lá, mediando a negociação. Tipo o que: a gente negociava, acabava o problema. Era muito simples. [...]. E, assim, as lideranças, elas ficaram balançadas pra querer negociar porque não se falava em reais, se falava em milhões, né? “É meio milhão!” Todo mundo: “É meio milhão!” Então, meio milhão abala<sup>209</sup>.

Havia uma pressão por parte do ICMBio e de políticos locais para que a proposta fosse aceita pelos comunitários, “sepultando” os conflitos. A própria líder do movimento explica o porquê da proposta de “meio milhão” ser cogitada por algumas lideranças, ante à descrença no poder do próprio movimento e nas instituições do poder público:

E, assim, lideranças mesmo, pessoas que a gente considera que sempre fizeram um trabalho muito honesto, naquele momento, foram tentadas. Porque eles não acreditavam, em momento nenhum, que a gente ia conseguir barrar a saída de madeira da RESEX [...] pelo fato de que uma vila, de pra mais de quatro mil

---

<sup>208</sup> Entrevista com Ana, uma das principais líderes do MDR. Data: 21/08. 9h40.

<sup>209</sup> Entrevista com Ana, uma das principais líderes do MDR. Data: 21/08, 9:40h.

habitantes, praticamente compactuavam com que os madeireiros queriam. Aí, então, quem que vai conseguir? Aí pra eles, negociar era não perder de tudo<sup>210</sup>.

A pressão exercida pelas autoridades, o apoio dos moradores da Vila de Santa Maria de Uruará aos moradores somados à descrença de alguns líderes do movimento social de que se conseguiria obstar as madeireiras da região, abalou, naquele momento, a união do movimento social. Segundo Ana, para alguns líderes – mesmo aqueles tidos como honestos – a aceitar a proposta dos madeireiros seria uma forma de não se perder o esforço feito do acampamento e de toda a luta. Ademais, a negociação era o caminho esperado pelo Prefeito de Prainha e pelo Órgão Ambiental. Mais uma vez, porém, se destaca a postura de Ana:

E eu fui assim, eu vejo assim que eu fui, naquele momento, uma pessoa muito dura, muito forte pra ter a coragem de encarar e de dizer “eu não tô aqui pra negociar”. Aí, quando o Prefeito se levantou e perguntou: “e o que que a gente tá fazendo aqui?” Eu disse: “você eu não sei, mas nós, lideranças, estamos aqui pra fazer mais uma denúncia<sup>211</sup>”.

Nota-se que, apesar da pressão exercida pelo Prefeito, a líder do movimento social aproveitou a oportunidade da reunião para entregar novas denúncias de extração ilegal no interior da RESEX, mantendo o seu posicionamento.

Após a reunião e a grande discussão no ICMBio, foi formalizada a denúncia ao MPF e ao ICMBio, mas isso não barrou o assédio por parte dos madeireiros para que a proposta de negociação fosse aceita:

E, depois da reunião, a gente ficou recebendo ligação, né? Ficaram ligando no meu celular e foi dois dias de perseguição mesmo, dentro da cidade lá, eles querendo negociar, querendo pagar. Ofertaram uma festa de Natal, né, pro povo. Festa de fim de ano. É, a gente podia pedir o que quisesse. E junto, no pacote, tinha os quinhentos mil reais pra que a gente dividisse nas comunidades<sup>212</sup>.

O impacto desta oferta será analisado adiante, mas pode-se adiantar que este foi um dos momentos cruciais para o movimento social, que precisou retomar sua identidade, lembrando seus marcos referenciais, revendo suas estratégias, promovendo um novo arranjo de parcerias e inaugurando uma etapa diferenciada de institucionalização.

Para facilitar a visualização das parcerias do movimento social em cada ciclo de protestos, apresentam-se os quadros a seguir.

No primeiro ciclo, entre 2000 e 2006, existe uma (1) parceira institucionalizada, oito (8) semi-institucional e três (3) não institucionais. No segundo ciclo, entre 2006 e 2009,

---

<sup>210</sup> Entrevista com Ana, uma das principais líderes do MDR. Data: 21/08, 9:40h.

<sup>211</sup> Entrevista com Ana, uma das principais líderes do MDR. Data: 21/08, 9:40h.

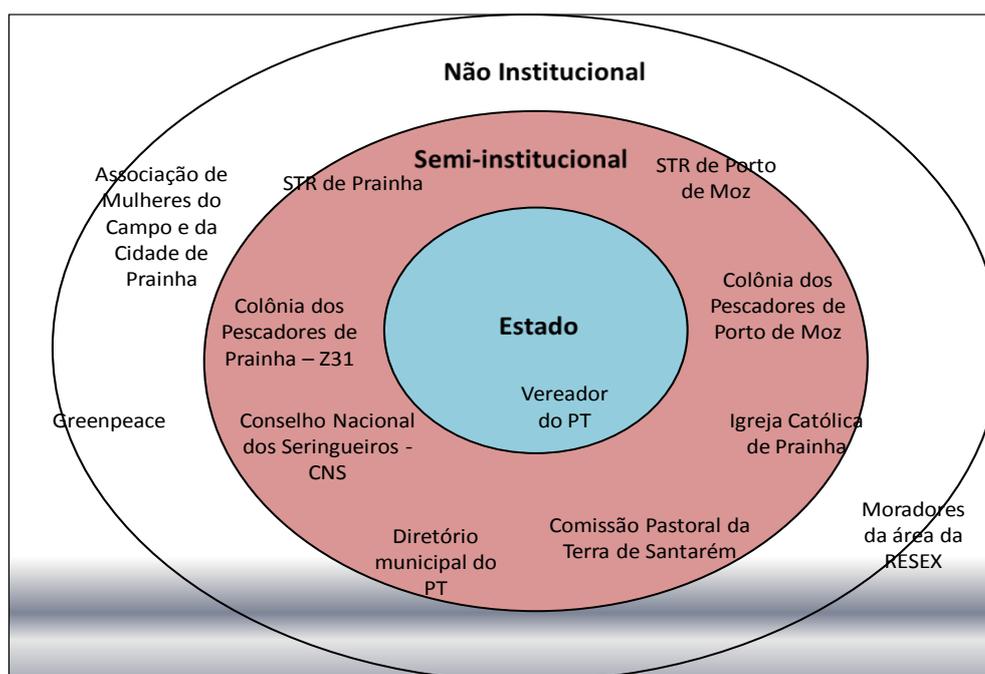
<sup>212</sup> Entrevista com Ana, uma das principais líderes do MDR. Data: 21/08, 9h40.

existem três (3) parcerias institucionalizadas, nove (9) semi-institucionais e três (3) institucionais. No último ciclo, que compreende 2010 a 2011, constataram-se seis (6) parcerias institucionais, nove (9) parceiros semi-institucionais e três (3) parceiros não institucionais. Com isso, resta evidente o crescente grau de institucionalização do movimento pela criação e defesa da RESEX Renascer e de suas demandas.

Apesar de não serem registradas nessa pesquisa, inúmeras parcerias espontâneas e pessoais contribuíram para o movimento social pela criação e defesa da RESEX Renascer: alguns (poucos) pesquisadores de universidades, funcionários públicos de órgãos federais, ONGs e blogueiros, que publicavam notícias a respeito dos conflitos. No entanto, os integrantes do movimento social entrevistados alegaram desconhecer alguns destes *post* na internet, notícias ou produções acadêmicas. Conheciam apenas os artigos dos pesquisadores Maurício Torres e da Brenda Baletti, com quem conviveram diretamente. De qualquer forma, esses meios de comunicação fizeram com que o movimento social expandisse nacional e internacionalmente a atenção para o caso, o que, certamente contribuiu para os impactos junto ao Poder Público e enfraquecimento momentâneo de seus opositores.

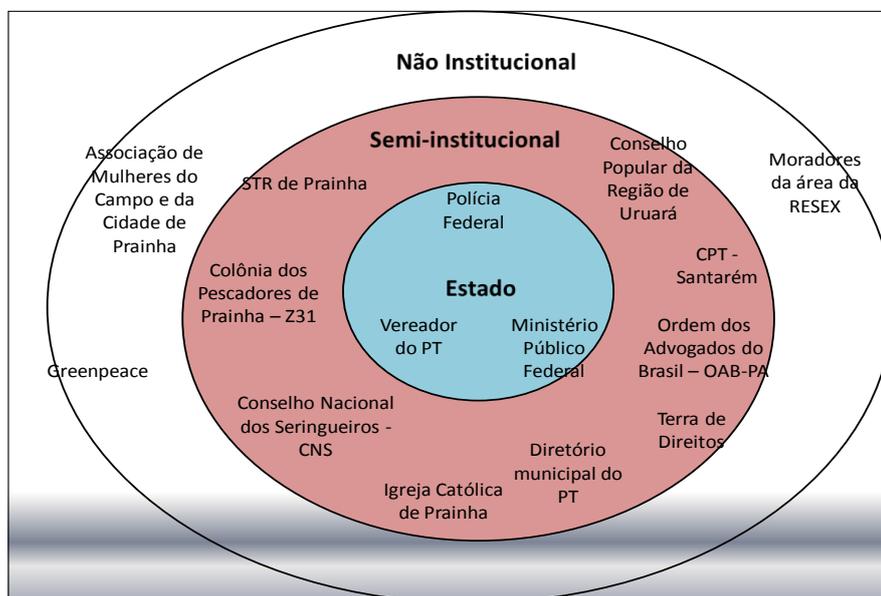
**Figura 1** – Níveis de institucionalidade dos principais parceiros do movimento social – 2000 a 2006

**Fig. Análise de institucionalidade das parcerias – 2000 a 2006**



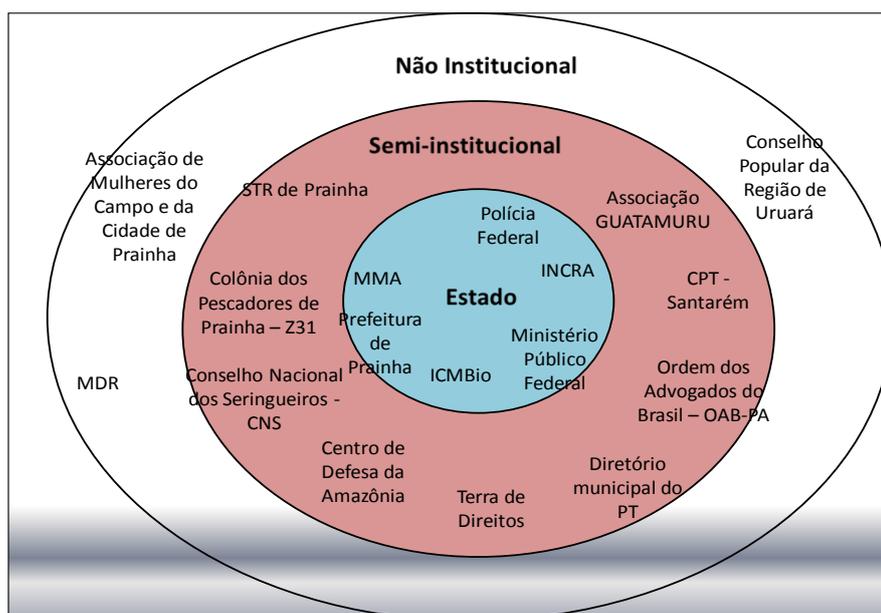
**Fonte:** Elaboração da autora, conforme metodologia de Vidal (2008).

**Figura 2** - Níveis de institucionalidade dos principais parceiros do movimento social – 2006 a 2009



**Fonte:** Elaboração da autora, conforme metodologia de Vidal (2008).

**Figura 3** - Níveis de institucionalidade dos principais parceiros do movimento social – 2010 a 2011



**Fonte:** Elaboração da autora, conforme metodologia de Vidal (2008).

## 5.2 QUESTÕES MICROPOLÍTICAS E O PRINCÍPIO DA IDENTIDADE

Com o tempo, as novas formas de protesto tendem a se conformar a um tipo de atividade admitida pelo Estado, ou a condicionar-se às políticas públicas de inclusão por ele formuladas, institucionalizando-se (McADAM et. al, 1996, p. 132; GOHN, 2010)<sup>213</sup>. Por outro lado, porém, numa perspectiva histórica, os movimentos também projetam sua influência sobre leis e instituições mais duráveis e culturas políticas mais arraigadas (McADAM et al, 1996). E apenas conseguem fazê-lo, induzindo estas instituições à mudança, porque “há certos elementos inegociáveis na identidade de um movimento social, que se recusa a agir como um movimento estratégico” (MUNK, 1997).

Por esse motivo, nem todos os fatores estratégicos podem ser explicados isoladamente pela perspectiva da estrutura de oportunidade política. Por mais que certa estrutura possa determinar o nascimento de um tipo de movimento social, é mais provável que sejam as formas organizativas e marcos referenciais ao alcance dos grupos de contestação os maiores responsáveis pelos movimentos que surgirão (McADAM et. al., 1996).

Nesse caso, então, parece-nos mais adequado afirmar que a identidade, a ideologia e a cultura política, construídas e somadas ao longo da história, resultam em certo tipo de movimento social, que emerge em determinado momento, conforme as oportunidades políticas do seu contexto. Tal interpretação considera aspectos culturais e micropolíticos, bem como o “princípio da identidade” do movimento social, que abrange aspectos de autodefinição de um ator social frente a um conflito com outrem. (TOURAINÉ, 1989).

No caso do movimento social pela criação e defesa da RESEX Renascer, como se viu, não há dúvidas de que os moradores da reserva extrativista Renascer se autorreconhecem, desde o final da década de 1970, como “trabalhadores rurais ribeirinhos”. Contudo, com a perspectiva de criação da reserva, e durante o processo de luta comum pela proteção do território e direitos dos moradores, foi se edificando uma identidade política extrativista e de comunidade tradicional.

---

<sup>213</sup> Tarrow (1997) observa que não é possível prever de forma direta as relações diretas entre a estrutura do Estado e as variações de estrutura e estratégia de ação dos movimentos sociais, pois, se assim fosse, todos os movimentos pareceriam entre si e, na verdade, dentro de um mesmo setor de movimento, eles divergem (TARROW, 1997). Todavia, segundo detectado por McCarthy (1978) a composição cultural e de classe dos movimentos são as principais razões para as diferenças e, muitas vezes, dentro de um mesmo movimento existem variações fundamentais na estrutura e estratégia de ação.

Conforme bem explicitou alhures o líder da CPT, a criação da RESEX Renascer e o autorreconhecimento das comunidades como tradicionais eram as alternativas institucionais previstas pelo Estado para a proteção das comunidades. A partir dessa estrutura disponível, o movimento social se buscou estratégias que conciliassem a sua identidade cultural com as possibilidades políticas e institucionais.

Na prática, nem sempre esta conciliação é possível. O autor Geraldo Munk coloca como um dos maiores desafios políticos de um movimento a influência recíproca entre as dimensões da identidade e da estratégia (MUNK, 1997). Dependendo da estratégia necessária ao objetivo, o movimento pode se sentir obrigado a adaptar a sua identidade política para orientar-se ao resultado almejado.

Nesses casos, ocorre um elemento de tensão entre identidade e estratégia e o resultado será negativo quando os aspectos estratégicos se tornarem mais importantes que a identidade, e a desvirtuarem Munk (1997). Se isto ocorrer, o movimento social fracassará porque, em vez de transformar seu contexto, será transformado por ele, tornando-se parte do sistema que originalmente havia se proposto a modificar e, desse modo, deixando de encarnar o compromisso com uma nova forma de fazer política.

No caso do movimento social ora estudado, como veremos, pode-se constatar um grau de coerência entre as suas estratégias de ação e seu princípio de identidade. Apesar da influência do próprio Estado, os integrantes conseguiram manter vivos, em equilíbrio e distância, suas estratégias de ação tradicionais com as novas formas de diálogo propiciadas pela estrutura de oportunidades políticas. Ao mesmo tempo, os contestatários mantiveram viva a resistência contra os mesmos adversários históricos, rechaçando as parcerias políticas e os acordos que poderiam contrariar seus marcos referenciais tradicionais<sup>214</sup>.

Essa clareza quanto aos opositores, traz vivacidade à ideologia do movimento social e ao projeto emancipatório de desenvolvimento que está sendo pactuado juntamente com os moradores da RESEX. Ao mesmo tempo em que o movimento social retém um vínculo coerente entre meios e fins, ele não permanece restrito à arena de atuação à sociedade civil, mas avança sobre a ordem política e institucional. O resultado disso é um movimento social politicamente orientado para a mudança, que atua "convertendo uma mobilização social em poder político" e não apenas aproveita as estruturas de oportunidade política, mas põe em

---

<sup>214</sup> Como veremos, mantiveram-se, até o momento, a resistência aos madeireiros, à desterritorialização, à interferência partidária e sindical, bem como ao apadrinhamento político.

xeque a ordem imposta pelas instituições (TOURAINÉ, 1977, p. 367).

### **5.2.1 Organização, repertório, marcos referenciais, estratégias do movimento social**

Os autores McAdam et. al. (1996); Tarrow (1994) e Tilly (1978) afirmam que, depois de nascido o movimento, a sua capacidade de organização e de manter uma estrutura de mobilização são os fatores que mais contribuem para o aproveitamento da estrutura de oportunidades políticas, com êxito e fixação das conquistas.

No caso da estrutura de mobilização, segundo Tarrow (1997), no início de um movimento social, as redes sociais informais, muitas vezes, são vantajosas por serem menos facilmente infiltradas pela polícia, especialmente em fases em que os governos mostram-se resistentes ao diálogo, opressores ou desconfiados destes movimentos. E foram justamente estas unidades de mobilização mais informais que sustentaram por décadas (e mantêm até hoje) a estruturação do movimento pela criação e defesa da RESEX Renascer: cédulas familiares, sindicais e comunidades de base (Igreja Católica) que deixaram vínculos afetivos, solidários e comunitários, seja nas relações sociais cotidianas ou na resolução de conflitos políticos.

Para realizar as mobilizações, o movimento social apenas dispõe de alguns rádios, que pertencem à particulares. Estes, solidariamente, se dispõem a transmitir os informes aos líderes comunitários, que tem o trabalho de repassar pessoalmente as comunicações aos moradores de toda a reserva. Outro recurso é o transporte em rabetas, que percorrem longas distâncias geográficas em viagens de barco, que levam horas de uma região a outra. A desvantagem é a lentidão da comunicação, a necessidade de deslocamento pessoal para os contatos e a dificuldade no transporte que, inclusive depende dos fatores climáticos e dos ciclos ambientais. Nos períodos de seca, por exemplo, os barcos não percorrem todos os trechos e é preciso se transpor as distâncias por trilhas terrestres<sup>215</sup>.

No entanto, esse fator limitador acabou obrigando os líderes a manterem periódicas comunicações pessoais com os moradores. Como as viagens são difíceis, pode-se presenciar

---

<sup>215</sup> No período da seca, a pesquisadora vivenciou com os integrantes do MDR, da GUATAMURU e da CPT, a dificuldade de deslocamento entre as comunidades do Rio Tamuataí e Guajará, que foi feito em 8,5km de trilha em mata fechada. Isso gerou a necessidade de readaptar toda a programação da reunião programada para o sábado – sem hora certa para acontecer – e que acabou acontecendo no domingo, com menos participantes que o previsto.

durante a pesquisa a rede de solidariedade que se forma para acolher os viajantes. Durante a pesquisa, pode-se constatar que até mesmo alguns comunitários contrários à Reserva foram solícitos no atendimento dos líderes do movimento social, oferecendo água, comida, abrigo da chuva e local para descanso. Acreditamos que estas comunicações pessoais reforçam os laços afetivos e manter a cultura tradicional das famílias.

Ainda quanto à comunicação, as rádios oficiais exercem um poderoso papel junto aos comunitários, principalmente contra a RESEX Renascer, já que são controladas e atuam a favor das elites locais e religiosos reacionários. As rádios locais mais ouvidas pertencem à família Hage, que também se relacionam às Igrejas protestantes (notadamente evangélicas) da região, que se contrapõe à ideologia das Pastorais da Terra. As rádios oficiais são poderosos canais de comunicação do contramovimento que protesta contra a reserva extrativista. Por meio delas, divulgam-se depoimentos de comunitários e líderes de associações locais contrários à reserva, bem como depoimento de políticos e pastores da região.

As células sindicais, familiares e as comunidades de base deixaram símbolos (ou, de forma geral, marcos referenciais) e instrumentos de ação (repertórios) suficientemente conhecidos e poderosos para mobilizar as pessoas da região para o apoio aos objetivos do movimento social.

No tocante às estratégias de ação, a relação mais direta que se pôde observar é entre o tipo de ação coletiva e a estrutura social. A influência e o aproveitamento da estrutura de oportunidades políticas foi se assentando com mais força em fases posteriores, à medida em que o movimento social organizou-se para aproveitá-la.

No início, devido à própria estrutura social do movimento, as estratégias de ações coletivas ainda estavam mais embasadas nos confrontos diretos contra os opositores e poder público, em situações por eles referidas como “brigas”. A ausência histórica do Estado na região e as situações de abuso de autoridade e poder, relatadas alhures, geraram como resposta ações coletivas marcadas por certa desobediência civil ou busca de justiça por exercício das próprias razões. Havia uma experiência histórica de violência sofrida – e esperada – por parte da polícia militar, madeireiros e elite política municipal.

Nessas “brigas”, pode-se perceber uma lógica vinculada entre a estratégia do movimento social e as ilegalidades dos opositores, que ele busca conter ou evitar. Nestas situações, o conhecimento privilegiado do território pelos integrantes do movimento também se relaciona diretamente com a estratégia concebida. Isso fica patente nas ações coletivas

para as “quebras de pinguela”, retenção da madeira ilegalmente extraída, “empates” das balsas em trechos geograficamente estratégicos, etc.

Segundo Tarrow (1997), nos locais em que os direitos do estado moderno ainda não se solidificaram, a maior parte das formas tradicionais de ação centram-se na violência, pois, ainda hoje, esta é a forma de ação coletiva mais acessível aos grupos excluídos, com poucos recursos ou pouco informados. Com o advento do estado moderno, tem-se aumentado o número de ação coletiva organizada, tendo diminuído a violência.

As escaladas de violência costumam surgir quando ocorre a falta de confiança dos grupos de contestação nas instituições democráticas (McADAM et. al., 1996). Segundo Tarrow (1997), a ação violenta é a mais poderosa forma de ação coletiva e pesquisas já constaram que “os grupos que usavam a força e a violência tendiam a obter mais êxito que aqueles que não o fizeram” (GRAMSON, 1990). A violência pode exercer grande poder psicológico sob os oponentes dos movimentos sociais. Nem sempre esse impacto é favorável, a violência pode se converter em desastre quando os atores do sistema político se assustam formam contramovimentos, reagrupando elites e aliados em nome da palavra de ordem “paz social” (TARROW, 1997, p. 186).

Há uma adaptação recíproca entre formas de protesto e repressão policial: quando o Estado vai aumentando a sua capacidade repressiva, os movimentos sociais violentos passam a buscar outros recursos e estratégias de ação mais discretos, pacíficos e simbólicos, mais difíceis de reprimir (TARROW, 1997). A esta altura, abre-se espaço para estratégias mais institucionais e menos violentas.

No presente caso, por mais que o movimento social pela criação e defesa da RESEX Renascer tenha partido para as ações coletivas de “brigas” ou de confronto direto e desobediência civil, o emprego da violência física costuma ser evitado. Porém, em conversas informais, alguns líderes mais expressivos do movimento social afirmaram não temer o confronto, nem a morte.

A profunda ligação da população tradicional com o ambiente onde se inserem, bem como a ressonância da ideologia libertária das Pastorais da Igreja Católica, conferem um entendimento particular, por parte destas populações, sobre o direito à terra, sobre a relação destas com os seus descendentes e ancestrais e sobre a conservação ambiental. Não é por acaso que antes de cada reunião do movimento social e da GUATAMURU se realizam

orações, cânticos que falam da terra, da natureza e que fazem homenagens às lutas dos antepassados.

Mesmo nas situações de confronto direto, parecia haver um código de ética para as estratégias do movimento social, legitimadas por normas compartilhadas. Se, de um lado, havia a falta de confiança dos contestatários nas instituições democráticas, sentimento este que, segundo Mcadam; McCarthy; Zald (1999), gera protestos cada vez mais violentos, de outro lado, há uma cultura de paz e de busca pela democracia, por influência do trabalho das pastorais da terra. Para exemplificar essas normas compartilhadas, destaca-se a seguir a narrativa de um episódio de conflito direto entre madeireiros e comunitários, ocorrido em 2000, quando um grupo de dezenas de pessoas reuniu-se para conduzir o dono da madeireira para uma reunião:

Aí, a gente sentou e colocou pra ele. Aí, ele ficou meio, assim, exibido, né? Nós dissemos pra ele: não, era uma decisão nossa. Democraticamente, a gente tava chamando ele pra conversar, dizer pra ele como era que a gente queria e o que eles tinham que fazer. Ora, se a gente quisesse fazer diferente, a gente não dizia o que ia fazer. Acho que a nossa autorização pra eles era assim. [...] Lá na Trindade, foi que nós dissemos pra ele: “você agora, você tá liberto. Vá, mas num volte mais por aqui. Não volte. Veja que nós tivemos tudo o respeito com você. Ninguém lhe maltratou, ninguém lhe ofendeu, ninguém fez... ninguém usou da violência com nada. E nós não queremos que você revide violência com nós. E o pedido que nós faz é que você vá e num venha”<sup>216</sup>.

Nessa ocasião, moradores de diversas comunidades combinaram de chegar em grupos e por lugares diversos, cercando a madeireira. Em seguida, convocaram o dono dela para uma reunião em uma das comunidades e amarraram o barco dele até lá, para que o seguissem. Nessa ocasião, ocorreu o diálogo acima, onde os líderes se impuseram para que a madeireira saísse da região. Embora houvesse um tom de autoridade e imposição da força coletiva na negociação, procurava-se manter um caráter pacífico na conversa, evitando-se violência e ofensas, colocando-se a situação como um pedido.

Essa prática de reivindicação e imposição coletiva era a maneira empregada pelos moradores da área, no início, para tentar barrar a instalação das madeireiras. Os comunitários de todas as regiões uniam-se e ofereciam ajuda uns aos outros:

[...] nós dissemos pra eles, não foi uma, nem duas vezes: “Botem esses madeireiro de lá! Cês num dão conta, chamem a gente, nós se junta, a gente vai pra lá, a gente faz o trabalho”. Mas aí hoje, quem é o culpado? É a gente. E eles mereciam muito mais do que nós; eles precisavam muito mais do que nós ter feito isso antes. Porque, na verdade, esse pessoal daí, do Uruará, o extrativismo deles mesmo é

---

<sup>216</sup> Entrevista com comunitário cuja identidade e comunidade não serão identificados, por questão de segurança. Data: 25/08/11.

madeira. [...] Se eles tirassem pra eles [...] mas eles davam chance pro madeireiro ir lá e tirar em grande quantidade.

Segundo a entrevista, embora a ajuda coletiva tivesse sido ofertada diversas vezes, na região do Rio Uruará, os moradores sempre foram mais tolerantes com a chegada dos madeireiros. Atualmente, há um maior grau de rejeição nessa região quanto à criação da RESEX Renascer, sendo os integrantes do movimento social apontados como “culpados” pelas madeiras fechadas na região. O entrevistado lembra que os moradores do Rio Uruará são os que tradicionalmente sempre extraíam a madeira para o seu sustento, por isso, “mereciam muito mais” a expulsão dos madeireiros, para a proteção do seu modo tradicional de vida e seus recursos.

Em narrativas não gravadas, alguns líderes informaram que, caso os madeireiros se recusassem a sair da região, o movimento social incendiava as madeiras durante a madrugada, com a finalidade de impor seu poder.

O líder afirmou que a história do movimento é marcada por muitos episódios de enfrentamento corajoso, mas diz que, mesmo com todas as humilhações, o movimento social nunca reagiu com a mesma violência suportada:

[...] nós, graças a Deus, que tivemos toda essa resistência. Que passamos por toda essa humilhações e a gente não usou da violência pra fazer pra eles o que eles merecia que fosse feito. Porque, pra nós eles fizeram. Eles fizeram mesmo. Nós não precisemo disso. Tem ido assim, tem lutado assim, na prática, na coragem, com ajuda das outras pessoas, orientação, aí a gente vai, leva o barco pra frente<sup>217</sup>.

A prática do incêndio não é vista como violenta, pois era realizada quando a madeira estava vazia. Este repertório era usado para impor o pedido “democraticamente realizado” pelo movimento social.

Paralelamente às estratégias de embate, a partir de 1999, o STR, a Colônia dos Pescadores e a Associação de Mulheres do Campo e da Cidade de Prainha foram estabelecendo e ampliando o diálogo e redes de alianças com o movimento social de Porto de Moz e com alguns órgãos federais – governamentais e não governamentais. No âmbito federal, encontravam espaço político, institucional e jurídico, ao mesmo tempo em que ganhavam espaço na política local, por intermédio do apoio do Partido dos Trabalhadores.

Nessa altura, o movimento social já seguia uma tendência geral: embora tivesse surgido de redes organizativas informais, saía gradativamente desta condição, criando ou

---

<sup>217</sup> Entrevista antiga liderança comunitária, mantida como anônima, por segurança. Data: 25/08/2011.

obtendo certo apoio de estruturas organizativas mais formais. Para Mcadam; McCarthy; Zald (1996, p. 37), este processo é justamente “o que contribui para fixar e reter o ritmo e os resultados obtidos por intermédio da ação coletiva no plano dos conflitos”

Em 2006, agregou-se ao movimento o apoio jurídico e mobilizatório da CPT e da Terra de Direitos, bem como da Justiça e do Ministério Público Federal e da OAB. Ao mesmo tempo, e com a criação do Conselho Popular da Região do Uruará, as estratégias de denúncias e reivindicações se fortaleceram. A estas estratégias, somaram-se as ações coletivas de “empates”, com bloqueio de estrada e balsas, com a finalidade de atrair os órgãos públicos federais para a região e dar visibilidade pública aos conflitos da região:

Mais a gente... a gente sofreu muito porque a polícia, ela sempre teve dando apoio a madeireiros, né. Então, enquanto não chegava ninguém, nós estava aqui no ataque, fazendo manifesto, tentando chamar a atenção, bloqueando rio, bloqueando estrada e num vinha ninguém, sabe? As denúncias tinha sido feitas, mas num chegava ninguém<sup>218</sup>.

Verifica-se que as estratégias de denúncia já não eram suficientes, era preciso atrair o poder público para a região. Para tanto, a líder do movimento social relata, a seguir, uma das primeiras ações de empate de balsas, ocorrida em 2006, que obteve visibilidade pública:

Quando, em novembro, dia 1º de novembro [2006], a gente prendeu uma balsa lá, que ninguém vinha tomar posição. Ninguém. Nem IBAMA, nem Ministério Público, nem Polícia Federal, ninguém fazia nada. Então, a gente já tava cansado de esperar. E nada acontecia. Quando, foi nesse dia, a gente prendeu outra balsa carregada de madeira<sup>219</sup>.

A ação do embate visava atrair os órgãos públicos federais para a constatação de irregularidade da extração das madeiras locais. A estratégia do empate de apenas uma balsa não foi capaz de atrair o poder público federal e o movimento social acabou retendo uma segunda balsa carregada de madeiras.

Antes que os órgãos federais chegassem ao local, os policiais militares foram acionados para retomar as balsas à força, devolvendo a madeira aos exploradores ilegais. Antes que isso frustrasse a ação coletiva, o movimento social decidiu por atear fogo na madeira:

A polícia mais uma vez foi pro local pra dar suporte pros madeireiros tirarem a balsa daqui. E pra que a gente não chegasse em conflito com a polícia, os comunitários decidiram atear fogo na balsa. [...] Ou a gente levava a balsa, ou a polícia levava a balsa com a madeira. Era nós ou a polícia. Aí, assim, eu sempre colocava, se a gente

---

<sup>218</sup> Entrevista com Marta, uma das principais líderes do MDR. 21/08/11- 8h30.

<sup>219</sup> Entrevista com um dos líderes do movimento social que, por segurança, será mantido como anônimo.

não fizer, eles vão fazer. E é melhor a gente fazer logo, que a gente já mostra força. E foi essa a razão que a gente queimou<sup>220</sup>.

A ação de atear fogo era um repertório conhecido há décadas na região, sendo usada tanto por fazendeiros e oligarquias políticas locais quanto por seus contestatários como forma de demonstração de força. Diante da disputa com a polícia e com os madeireiros, a queima da balsa apresentava-se como a estratégia disponível para impedir que a madeira fosse levada do local, evitando-se a vitória desta ação policial. Sobre os resultados obtidos com essa estratégia, o mesmo líder relata:

Com isso, a gente conseguiu trazer pra região o Ministério Público, o IBAMA, e teve audiência pública, a gente foi conseguindo realizar coisas, e pressionar mesmo o governo pra que tomasse posição. Na época, houve, já no final do ano, né? Houve prisão de madeireiro, teve uma força tarefa aqui da polícia federal chamada “Renascer”, até, a força tarefa, né? E prenderam madeireiro, prenderam polícia, eu sei que foi uma[...] uma coisa assim [...] bastante impactante<sup>221</sup>.

Obteve-se então o êxito almejado, ampliando o diálogo com os órgãos federais, atraindo a atenção do governo e desencadeando a primeira operação conjunta – entre IBAMA, Polícia Federal e Ministério Público Federal para a região. Como já havia a reivindicação de criação da RESEX em Prainha, a operação foi chamada de “Renascer”:

E eles mandaram um agente da polícia pra cá, sem que ninguém soubesse, pra fazer uma investigação. Houve uma investigação, muito rápido, e eles conseguiram detectar que, realmente, a gente tava falando a verdade. Aí, eles montaram uma operação, né, que foi chamada Operação Renascer<sup>222</sup>.

Essa primeira grande denúncia resultou na descoberta de uma rede de corrupção e abuso de poder que envolvia policiais militares, madeireiros e agentes públicos estaduais. Com a visibilidade do conflito pelo Ministério Público Federal, o Conselho Popular da Região de Uruará conseguiria comprovar a atuação de uma quadrilha, respaldada por policiais que agiam como milícias dos madeireiros:

E eu prometi pra eles naquele dia, que se eles [policiais] não me matassem naquele dia, eu ia fazer de tudo pra acabar com a vida deles, não no sentido de morte, mas com o profissionalismo deles. Eu ia fazer de tudo pra denunciá-los, isso eu disse na cara deles. E eu fiz. Fui à Belém, eu fui na OAB. Com a Presidente da OAB, eu fiz o relato pra ela, ela encaminhou pra Corregedoria, cobrando mesmo que fizessem alguma coisa. E a gente conseguiu pegar vários policiais. Teve policial que foi até preso, sabe?<sup>223</sup>

Diante do novo cenário de estrutura de oportunidades políticas na esfera federal, as denúncias conviviam com as ações coletivas “perturbadoras” (empates, queima de balsas,

<sup>220</sup> Entrevista com um dos líderes do movimento social que, por segurança, será mantido como anônimo.

<sup>221</sup> Entrevista com um dos líderes do movimento social que, por segurança, será mantido como anônimo.

<sup>222</sup> Entrevista com um dos líderes do movimento social que, por segurança, será mantido como anônimo.

<sup>223</sup> Entrevista com um dos líderes do movimento social que, por segurança, será mantido como anônimo.

bloqueio de estradas e rios) que, segundo Tarrow (1997), tem um relevante papel para mostrar o grau de determinação do movimento. Este tipo de ação reafirma publicamente a causa e expõe em espaços públicos manifestações que expressem a solidariedade. Também ampliam o círculo de conflitos, chamando a atenção obstruindo as atividades rotineiras dos oponentes, observadores e autoridades. *“Al bloquear el tráfico o interrumpir actividades públicas, los manifestantes incomodan a los ciudadanos, representan un peligro para la ley y llevan al Estado a un enfrentamiento”* (TARROW, 1997, p. 192).

O fato de o movimento social assumir as denúncias – forma convencional de atuação –, como um dos seus mais importantes repertórios, propiciou diálogo com o poder público federal. O movimento passava então do confronto para a cooperação, o que contribuiu para institucionalizar táticas para obter benefícios concretos por meio da negociação e pactos de compromisso político.

Caso tivesse optado apenas pela estratégia da negociação política – como fez o STR, Colônia dos Pescadores e Associação de Mulheres – o movimento poderia ter tomado o mesmo caminho, vindo a se tornar um grupo de interesse ou um partido político (TARROW, 1997). Tarrow (1997) acentua que, nesse caso, o movimento poderia diminuir a sua capacidade de incentivar seguidores e membros solidários, enfraquecendo também o seu impacto junto às elites e opositores.

Entre 2007 e 2009, os esforços do movimento social se centraram na criação da Reserva e nas denúncias das ilegalidades. As decisões judiciais obtidas no início de 2007 concediam prazo para que o governo federal apreciasse definitivamente a demanda pela criação da unidade de conservação, aguardada pelos comunitários. Além disso, esse foi um período em que quase todos os líderes do movimento tinham sido criminalizados pela justiça local e respondiam pela ação da queima de balsa. Com isso, não se realizaram ações “perturbadoras”, o poder público federal voltou a se afastar da região e os madeireiros retornaram:

Não acontecia quase nada e ninguém acreditava. E foi que ficamos uma temporada, mais na questão de documentos, né? Denúncia, denúncia, denúncia [...] reunião, reunião[...] Mas a gente começou a cobrar mesmo a questão da reação mesmo da unidade, e criou a questão do conflito, né, do enfrentamento. Aí a gente começou a criar uma outra estratégia. Quando a gente começou a criar outra estratégia, eles, os madeireiros, acabaram voltando. Voltando com mais força<sup>224</sup>.

---

<sup>224</sup> Entrevista com Ana, uma das principais líderes do MDR. Data: 11/06/11 19h50

Segundo o relato, as estratégias de denúncia, reivindicação e negociação com os órgãos públicos isoladamente não repercutiram em êxito para o movimento, ao contrário, fortaleceram seus opositores. A própria criação da RESEX Renascer, em meados de 2009, acentuou o retorno dos madeireiros e a força política das elites contrárias ao movimento.

O movimento reviu, então, suas estratégias e conseguiu ampliar a adesão de comunitários, que percebiam os efeitos do intenso retorno das madeiras à região. Para pensar as estratégias de ação, este criou uma célula organizativa central, um núcleo de cerca de dez a 15 pessoas responsáveis por pensar os planos “A”, “B” e “C” para cada ação.

Naturalmente, por afinidade, o movimento social passou a ter grupos que atuavam ou de forma mais prática nas ações coletivas ou “brigas” (bloqueio de balsas, vigilância do acampamento, destruição de pinguelas, etc.) e outros, contribuía para o diálogo com o Poder Público e o Judiciário. Ao explicar essa sistemática, os próprios comunitários chamavam de trabalhar na “ação” ou na “luta” ou nas “estratégias de falar”. Essa sistemática pode ser percebida na fala do Sr. Carlos, da Comunidade Santa Cruz, na região do rio Uruará:

Aí ela, [uma das principais líderes do movimento social] assim, que chamou a atenção da gente e entramos na batalha. Só que eu nunca fui uma pessoa assim, de planejar, de ter argumento, de palanque, de nada. Minha ajuda assim sempre foi de colocar eles pra fora, assim, a única estratégia de queimar essa madeira, essas coisas. Eu disse: eu não sou de argumento, não sou de palanque, não sou de nada, mas se for fazer uma ação, pode contar comigo. Pode contar comigo, que eu vou até no inferno. Então, a gente foi em vários movimentos assim, de lutar<sup>225</sup>.

Essa organização interna de tarefas fez com que, no final de novembro de 2010, o movimento social empatasse o trânsito de outras balsas de madeira. O poder público federal, embora acionado, não comparecia ao local para promover a fiscalização. Por isso, alguns líderes do movimento social decidiram acampar estrategicamente num ponto de confluência entre dois rios da região em que as balsas estavam apreendidas, a fim de vigiá-las. Esse acampamento, iniciado em 25 de novembro de 2010, é considerado por muitos como a ação coletiva mais significativa de toda a história do movimento:

O acampamento, ele foi muito forte. [...] O acampamento inicia com 12 pessoas. Nós chegamos pra mais de 400 [...] Mas muita gente já tinha ficado um período e já tinha ido embora. Então, aí assim, o acampamento, em si, ele conseguiu trazer, assim, uma população de quase 1.000 pessoas. Passavam dois, três dias e iam embora [...] Todos, moradores da RESEX. Então, assim, o acampamento, ele foi um símbolo muito forte da luta, né, da região, que era tão difícil pra gente desacampar<sup>226</sup>.

---

<sup>225</sup> Entrevista com Carlos, líder comunitário de Santa Cruz. Data: 13/06, às 14h

<sup>226</sup> Entrevista com Ana, uma das principais líderes do MDR. Data: 21/08/11 9:40h

A adesão ao acampamento causou espanto até mesmo aos líderes do movimento social. Mesmo durante o período das festas de fim de ano, espontaneamente se juntaram ao movimento moradores de toda a Reserva e também alguns moradores das comunidades do entorno. Segundo relatos, até mesmo comunitários que sempre se manifestaram contrariamente à Reserva, se sensibilizaram com a ação coletiva e enviavam alimentos, água e provisão em geral para os acampados:

Assim, uma coisa interessante: como manter? Como manter esse povo assim, que precisava muito de alimentação? Era muita gente pra tu alimentar. Aí, era revezado, né, as pessoas iam pescar, saía um grupo para pescar. Outros, assim, a RESEX tem muita gente que cria gado. Tem aqueles criadores, né? Então, um doava um boi, outro doava [...] outro trazia a bacaba, outros iam fazer a farinha, então a gente viveu [...] tinha muito peixe<sup>227</sup>.

Os resultados do acampamento não foram apenas positivos. Após quase 3 meses de acampamento e aguardo do poder público, dois homens foram baleados por madeireiros, que apareceram para retomar as balsas que estavam retidas. Duas mulheres e um homem saíram em direção aos atiradores, em uma rabeta, tentando conter a violência, mas não conseguiram e o confronto prosseguiu por quase duas horas. Uma das mulheres que se colocou frente aos tiros, desabafou:

Todo mundo com muito medo, né, o cara com uma metralhadora, pode me dá um tiro na cara... Mas eu, nunca acreditei que eles fossem capazes. [...] Eu sempre tive a certeza que eles não vão fazer nada comigo porque eles sabem que a minha família aqui é muito grande e que, além da minha família, tem um grupo que tá me apoiando. E, na hora que tu tem um ferido é diferente. Então, isso me fez ter mais força pra lutar contra<sup>228</sup>.

Embora o embate tivesse sido muito violento, alguns líderes acreditam que não houve morte porque os próprios madeireiros temiam a reação que isso poderia gerar. Para Tarrow (1994), de fato, muitas vezes a morte ou a violência cometida contra alguém pode converter-se em forte ação coletiva, constituindo-se como fonte de protesto. Ao invés de intimidar a força de um movimento social, a morte de um dos seus líderes pode vir a ampliar o grau de solidariedade em torno dele.

Durante o acampamento, o movimento social estranhava a ausência do poder público e, paralelamente, preparava um novo dossiê de denúncias para ser entregue ao ICMBio. Com o auxílio de uma pesquisadora que estava na região, alguns líderes do movimento social, escondidos, conseguiram demarcar, com um GPS, a localidade precisa onde estavam ocorrendo as mais graves extrações de madeira. Em algumas horas de gravação de áudio, se

<sup>227</sup> Entrevista com Ana, uma das principais líderes do MDR. Data: 21/08/11 9:40h

<sup>228</sup> Entrevista com Ana, uma das principais líderes do MDR. Data: 21/08/11 9:40h

constatava que não passava de 3 minutos o intervalo de queda entre uma árvore e outra. Nos locais onde se extraíam a madeira, estavam homens armados, que acompanhavam os trabalhadores.

Já na época a gente tava acampado, a gente foi com uma moça, que ela era geógrafa, pegar ponto de GPS no local onde estavam fazendo extração de madeira. E lá a gente se assustou. Porque era uma extração muito grande. Era um absurdo! [...] Não dava três minutos de uma árvore pra outra cair no chão. [...] Era muita máquina pesada dentro na mata, muita motosserra. [...] a gente ia atrás, a uns setenta metros deles, ouvindo a barbaridade que estava sendo feita com a floresta. E a gente coletou estas provas pra levar, né, pro ICMBio, pro IBAMA, pra que eles pudessem ter certeza do que estava acontecendo, e que não era em Plano de Manejo. Levou coordenadas, tudo. E foi entregue essas provas exatamente no dia de uma negociação, né, que eles propuseram. A bendita negociação! Houve um [...] na verdade, o [...] eu chamo de conchavo, né?<sup>229</sup>

Posteriormente, na reunião (referida como conchavo na entrevista acima) com os órgãos públicos e madeireiros, os integrantes do movimento social surpreenderam o ICMBio pela precisão de suas denúncias e causaram espanto por recusarem a proposta de acordo de meio milhão de reais em troca da convivência pela exploração madeireira.

Diante da criação da Reserva, era necessário buscar a sua gestão, juntamente com a institucionalização das demandas dos moradores. Mas, considerando o contexto, era evidente que não se podia abandonar as estratégias do movimento, diante da ameaça de retorno dos opositores. Por esse motivo, em janeiro de 2010, foram criados o MDR e a GUATAMURU, com objetivos específicos e complementares.

Boa parte das estratégias de ação foram abordadas ao longo desse trabalho. Para facilitar a visualização, no quadro a seguir, procurou-se estruturá-las por período, relacionando-as aos principais eventos históricos, descrevendo o seu repertório (*modus operandi*) e apontando o resultado alcançado com a ação coletiva. O resultado é classificado em favorável, desfavorável ou parcialmente favorável, na medida em que se obteve ou não acolhida da reivindicação por parte do Estado ou a satisfação das necessidades do movimento.

---

<sup>229</sup> Entrevista com Ana, uma das principais líderes do MDR. Data: 21/08/11 9:40h

**Quadro 8** – Relação entre ciclos de protesto, estratégias de ação, repertórios e resultados obtidos pelo movimento social pela criação e defesa da RESEX Renascer

<b>Ciclo de Estratégias</b>	<b>Principais eventos históricos por ano</b>	<b>Estratégia de ação Coletiva</b>	<b>Repertório</b>	<b>Resultado</b>
1999 a 2000	2000 - Início da liberação, pela SECTAM-PA, de Planos de Manejo para a área e chegada das madeireiras na região	Embates diretos com madeireiros	Reunião de dezenas de integrantes do movimento social, entre homens e mulheres, para cercar as madeireiras e impor a retirada da madeireira da região	Parcialmente favorável
			Quebra de pinguelas	
			Incêndio em algumas madeireiras que insistiam em permanecer na região	
	2000 - Reivindicação pela inclusão de Prainha na RESEX “Verde para Sempre”	União ao movimento social de Porto de Moz para a negociação com os governos	Participação em reuniões e seminários com IBAMA, denúncias e reivindicações por escrito	Parcialmente Favorável
2000 a 2003	2002 – Proposta ao IBAMA da RESEX Verde para Sempre	Inclusão do município de Prainha nessa RESEX, para evitar a expansão das madeireiras	Participação em reuniões e seminários com IBAMA, denúncias e reivindicações por escrito	Desfavorável
	2003 - Redução da área da RESEX “Verde para Sempre”, com a exclusão de Prainha	Decisão de acatar a exclusão de Prainha da RESEX “Verde para Sempre” para não inviabilizar como um todo a Reserva	Negociação coletiva entre movimentos sociais de Prainha e Porto de Moz com o IBAMA	Desfavorável
		Ago/2003 - Solicitação de uma reserva extrativista própria para o município de Prainha	Participação em reuniões e seminários com IBAMA, denúncias e reivindicações por escrito	Favorável
<b>Ciclo de Estratégias</b>	<b>Principais eventos históricos por ano</b>	<b>Estratégia de ação Coletiva</b>	<b>Repertório</b>	<b>Resultado</b>
2004 a 2005	2004 – Decretada a RESEX “Verde para Sempre”	Diálogo aproximado com o Ministério Público Federal, Polícia Federal e IBAMA	Denúncias e Reivindicações	Favorável
	2005 – Período de ameaça às principais lideranças sindicais de Prainha. Clima de violência sentido em toda a região, com a	Afastamento dos principais líderes do movimento social		

	morte da líder social Doroty Stang, no município de Anapu, na mesma região do Pará			
	2005 - criminalização do movimento social em virtude do incêndio da balsa	Busca de parceria com advogados sindicais para a defesa nos processos de criminalização do movimento social	Defesa em processos judiciais	Parcialmente Favorável
2006 a 2007	2006 – aumento da liberação de Planos de Manejo estaduais na região	Diálogo aproximado com o Ministério Público Federal, Polícia Federal e IBAMA	Denúncias judiciais	Favorável
	Jul/2006 – proposta do governo de criação de APA e FLOTA estadual no lugar onde seria a RESEX Renascer			
	Set/2006 - Atropelamento de morador por caminhão madeireiro	Ação coletiva para chamar a atenção dos órgãos públicos federais para as ilegalidades da região	Bloqueio da principal estrada clandestina onde passavam os caminhões das madeiras	Desfavorável
2006 a 2007	Out/2006 – Reunião com autoridades e madeireiros	Criação do Conselho Popular da Região de Uruará para institucionalizar denúncias e reivindicações	Propositura de Denúncias e Reivindicações	Favorável
		Ação coletiva para chamar a atenção dos órgãos públicos federais para as ilegalidades da região	Empate e retenção, por parte do movimento social, da 1ª balsa contendo madeira ilegal	Desfavorável
	Nov/2006 – Atuação da polícia militar para resgatar a balsa e madeira apreendidas a favor dos madeireiros	Ação coletiva para impor o poder do movimento social perante a política militar e para impedir que fosse frustrada a ação coletiva do bloqueio da balsa	Queima da balsa dos madeireiros retida pelo movimento social	Favorável
2008 a jul/2009	Aprovação do Decreto da RESEX	Diálogo com os órgãos ambientais federais	Apresentação de reivindicações	Favorável
	Aceleração da extração ilegal das madeiras, que	Diálogo com os órgãos ambientais federais	Apresentação de denúncias	Desfavorável

Nov/2009 a 2010	retornaram à região	Ação coletiva para atrair a fiscalização da extração de madeira pelos órgãos públicos e judiciário federal	Empate de balsas com madeira ilegalmente extraída da RESEX	Desfavorável
		Ação coletiva para vigiar as balsas até a chegada dos órgãos federais fiscalizadores à região	Acampamento centenas de integrantes do movimento social e moradores da região	Favorável
		Reunião de todas as autoridades públicas que se deslocaram para a região diante do conflito	Recusa de acordo e entrega de novas denúncias	Favorável
		Criação de instituição para gerir a RESEX e reivindicar políticas públicas para o território	Criação da GUATAMURU composta por lideranças das três regiões da RESEX: rio Guajará, Tamuataí e Uruará	Favorável
		Decisão por se manter uma parte do movimento social com atuação espontânea e não institucional, voltada às denúncias e ações coletivas de “briga” ou desobediência civil, com a divisão de funções entre os integrantes	Criação do MDR	Favorável
		Institucionalização de parte do movimento social, que seria responsável pela Associação Mãe, com o papel de articular os moradores pela gestão da RESEX	Criação da Associação GUATAMURU	Favorável
2010				
	Abril/2010 - Realização pela polícia federal da maior apreensão de madeira do Brasil	Solicitação de realização de leilão da madeira apreendida aplicação do recurso na própria RESEX	Apresentação de denúncia e reivindicação ao poder judiciário federal	Favorável
<b>Ciclo de Estratégias</b>	<b>Principais eventos históricos por ano</b>	<b>Estratégia de ação Coletiva</b>	<b>Repertório</b>	<b>Resultado</b>
2011	Realização de	Reivindicação da	Reivindicação e diálogo	Parcialmente

	reuniões públicas pelo contramovimento, requerendo a anulação jurídica da RESEX Renascer	nomeação urgente de um conselho gestor para a Reserva	permanente com o ICMBio e MMA	favorável <sup>230</sup>
2011	Aumento das ameaças contra os líderes do movimento social pela criação e defesa da RESEX	Avançar em direção à gestão da RESEX e dar visibilidade aos órgãos do executivo e judiciário federal sobre as ameaças	Denúncias e diálogo com o MPF, ICMBio e MMA realizados pelo MDR, CPT e Terra de Direitos	Parcialmente Favorável <sup>231</sup>
2011	Fiscalização pelo ICMBio no interior da RESEX, com atuação do próprios moradores	Negociação com o ICMBio pelo STR, Colônia dos Pescadores e representantes políticos do município	Reunião para negociação	Parcialmente favorável
		Criação de acordos e normas de uso e exploração do território pelos próprios comunitários, a partir da GUATAMURU	Reunião para a construção de pactos com todas as comunidades do interior da RESEX e formalização de um TAC entre GUATAMURU, Ministério Público Federal e ICMBio	Favorável

### 5.2.2 Institucionalização e gestão interna da RESEX

É mais fácil para os movimentos sociais convocarem ações coletivas que mantê-las, especialmente quando o terreno da disputa passa por canais pacíficos da política (TARROW, 1997). Por isso, para McAdam et. al. (1996), ainda que os movimentos sociais não devam se cristalizar necessariamente, é preciso que extraiam sua força de alguma organização formal, que será o motor para consolidar os resultados obtidos.

No âmbito das oportunidades políticas, Tarrow observa que muitos movimentos sociais acabam se convertendo em partidos políticos ou tem os seus membros cooptados em virtude da própria dinâmica de abertura dos sistemas políticos, jurídicos e institucionais. O

<sup>230</sup> Até setembro de 2011, aguardava-se a nomeação da servidora que seria a responsável pelo Conselho Gestor da Reserva Extrativista.

<sup>231</sup> Apesar de nenhum líder ser morto na RESEX, em agosto de 2011, a pesquisadora presenciou a incitação de violência realizada por políticos locais contra tais líderes, tendo testemunhado a intimidação verbal, a ameaça de atropelamento de “Ana”, além de ter ouvido relato de tentativa de incêndios nas moradias dos líderes da Vila de Santa Maria de Uruará.

reconhecimento e o respaldo aos direitos antes reivindicados, a facilidade de canais de comunicação com o Estado e, por conseguinte, com membros do governo facilita a expressão contínua de membros dos movimentos. Isso faz com que os movimentos aspirem obter um efeito mais direto às suas demandas, por meio da eleição de candidatos a um cargo, ou então, convertam-se em partidos políticos (TARROW, 1997).

Já se narrou anteriormente o nascimento das principais instituições que se juntaram ao movimento social, bem como as parcerias que foram se consolidando ao longo do tempo. No quadro a seguir, será esquematizado o esquema organizacional do MRD e GUATAMURU, que hoje são os principais responsáveis pela liderança do movimento social.

**Quadro 9**– Esquema organizacional da Associação GUATAMURU e Movimento de Defesa da Renascer - MDR

MDR	- organização espontânea, sem personalidade jurídica
	- divisão interna em dois grupos, sendo parte responsável pelas ações coletivas de enfrentamento direto e parte responsável pelas ações de denúncia, reivindicação e diálogo com o Poder Público
	- grupo interno composto por cerca de 15 pessoas das comunidades do Rio Tamuaí, que pensam as estratégias principais e as alternativas para cada ação coletiva (Plano A, B, C, ...)
	- apoio jurídico da Terra de Direitos
	- apoio geral da CPT
GUATAMURU	- associação mãe para a gestão da RESEX, criada como associação civil sem fins lucrativos, em março de 2011
	- antes da criação da GUATAMURU, foi incentivada a criação de uma associação de Moradores em cada comunidade da RESEX
	- apenas participam da GUATAMURU os moradores da RESEX que participaram de todo o processo de construção da Associação Mãe
	- garantia de manifestação, em cada reunião, das comunidades contrárias à RESEX, que podem expressar e documentar o seu desinteresse em participar da Associação Mãe
	- a Associação Mãe não tem um único presidente, sendo coordenada por um colegiado de três pessoas: um representante eleito em cada região da RESEX (Guajará, Uruará e Tamuaí), além dos vice coordenadores e demais cargos de apoio
	- os cargos de apoio são: coordenador de secretaria, coordenador de tesouraria, coordenadores de políticas públicas, coordenador ambiental, coordenador da juventude, coordenador da melhor idade, coordenador da produção familiar, coordenador de movimentos sociais e conselho fiscal
	- o nome da Associação Mãe escolhido democraticamente, para representar a gestão descentralizada e autônoma de todas as regiões da RESEX: “Associação das Comunidades da Reserva Extrativista Renascer – GUATAMURU”, gerida por moradores das três principais rios da reserva: Guajará, Tamuaí e Uruará.
	- as reuniões são feitas periódica e presencialmente em cada região da RESEX
- é realizado um processo continuado de capacitação para a gestão da RESEX, o qual é coordenado pela CPT, com o apoio da Terra de Direitos	

	- a CPT e a Terra de Direitos apenas documentam o processo e esclarecem dúvidas, incentivando a tomada de decisões pelos gestores da GUATAMURU e moradores da RESEX
	- nas reuniões públicas, há a participação dos integrantes do MDR, como convidados. Estes tem os mesmos direitos dos demais moradores, não interferindo nas decisões da GUATAMURU

Fonte: Elaboração da autora

A partir do esquema apresentado, verifica-se que o caminho de institucionalização pensado para a RESEX – por seus próprios moradores – reafirma a autonomia das decisões consensuadas internamente e espelha as características culturais, identitárias e geográficas destes moradores.

Em contrapartida, os líderes do STR, Colônia dos Pescadores e representantes do PT acreditam que a institucionalização da RESEX deveria ter ocorrido em outra direção, que pudesse solidificar o poder político e partidário, ampliando o diálogo com Poder Público e a capacidade de representação dos interesses da RESEX perante os governos e o poder legislativo. O discurso do atual vereador do PT, filho de João e antigo presidente do STR, expressa bem este entendimento:

Eu sempre falo, não tem condições mais do movimento social ficar sem na Câmara. Nós temos que aumentar a representatividade, num dá de recuar, sabe? Então, o povo tem que ter este entendimento [...] Que num dá mais da Colônia num ter uma representação lá [...] na Câmara. Num dá mais da RESEX num ter representação na Câmara, o Sindicato não ter representação na Câmara<sup>232</sup>.

Essa divergência no tocante à gestão e ao desenvolvimento da RESEX vem abrindo um novo campo de conflitos na região, o qual será abordado adiante. Mas, importa adiantar que, atualmente, o STR, a Colônia dos Pescadores e o PT atualmente são vistos como adversários ao projeto de emancipação que se busca para a Reserva, sendo que a cooptação política dos líderes do movimento social é considerada uma desconstrução para este projeto:

Pessoas que talvez ajudou nesse processo de criação da própria RESEX hoje estão nesse processo de desconstrução. Então, hoje tem adversários e não mais aliados, por que? Porque hoje também estão no poder, estão a serviço do poder. E eles estão onde? Estão nos Sindicatos, estão na Colônia, sabe<sup>233</sup>.

Ao mencionar a cooptação, o entrevistado pondera que o SRT e a Colônia já não seriam aliados, mas seriam os próprios adversários. Os adversários de um movimento social são aqueles que representam as forças políticas de oposição aos interesses deste movimento e

<sup>232</sup> Entrevista com Gustavo, vereador do PT e ex presidente do STR. Data: 10/06/11 11h

<sup>233</sup> Entrevista com Miguel, coordenador da Comissão Pastoral da Pesca. Data: 09/06/2011. 15h

que tem uma pauta de interesses diferenciada. Estariam desconstruindo a história do movimento por negarem o direito de emancipação política dos moradores para trabalharem “a serviço do poder”, tendo perdido a sua capacidade contestadora, representando a própria elite que sustenta o poder político municipal.

Para o coordenador da Pastoral da Pesca de Santarém, de forma geral, o Partido dos Trabalhadores, que foi um aliado tão importante para os movimentos sociais, ao chegar ao poder, teria se tornado o responsável pela desconstrução deles:

também ele [o PT] agora participa de um processo de desconstrução Por que? [...] eles foram pegando os “cabeças” das organizações e colocando em determinados setores do governo. [...] Em vez de unir, de falar, de defender os companheiros da categoria, ele passou a defender o corporativismo [...] isso o processo de desconstrução, né?<sup>234</sup>

O coordenador relatou o problema da cooptação política partidária que fez com que os líderes dos movimentos sociais perdessem a conexão com a defesa dos interesses de suas bases comunitárias para defenderem o corporativismo. Porém, na perspectiva de João, antigo líder sindical, que hoje é uma das maiores lideranças políticas do PT na região, a cooptação pelo governo teria gerado outro efeito ao movimento social:

O governo pegou parte da nossa liderança de referência. Então, isso aí deu uma danificada no movimento nosso. Por que? As peça de referência quando sai da linha de frente esmorece, não tem jeito. Então, nós tamo com esse problema<sup>235</sup>.

Pode-se perceber que, para João, a cooptação dos líderes do movimento<sup>236</sup> pelo governo teria sido o “esmorecimento” do “movimento nosso”. Como o entrevistado costuma separar em seu discurso o “movimento deles” do “movimento dos moradores da RESEX” – que tem forte liderança do MDR – pode-se compreender que é a ação contestadora destas antigas instituições e dos sindicatos que teria perdido a força.

### 5.3 O PRINCÍPIO DA OPOSIÇÃO E CAMPO DE DISPUTA

Para Touraine (1989), o adversário de um movimento social é definido no campo de disputa ou conflito pelo “*controle dos principais recursos de uma sociedade, ou pela direção do processo histórico de desenvolvimento*” como um todo (TOURAINÉ, 1989, p. 233). Estes

<sup>234</sup> Entrevista com coordenador da Comissão Pastoral da Pesca. Data: 09/06/2011. 15h.

<sup>235</sup> Entrevista realizada com João, ex-presidente do STR, ex-vereador, antiga liderança comunitária, hoje ligado ao PT. Data: 24/08/11. 16h30.

<sup>236</sup> Os líderes cooptados (principalmente aos integrantes do STR, Colônia dos Pescadores, Associação de Mulheres e alguns integrantes do Conselho Popular da Região de Uruará).

adversários podem, inclusive, ser indeterminados, quando atores difusos simplesmente não reconhecem os valores defendidos pelo movimento social.

No mesmo sentido, Tarrow (1997) compreende que os movimentos advêm justamente de interações mantidas entre os interlocutores sociais agravados e os seus oponentes e autoridades públicas.

Ao longo da história do movimento social pela criação e defesa da RESEX Renascer, seus opositores mantiveram-se basicamente os mesmos: madeireiros ilegais, grandes fazendeiros, que promoviam a desterritorialização de pequenos agricultores tradicionais e a antiga oligarquia política que ocupou por décadas a prefeitura municipal de Prainha. No entanto, assim que a RESEX Renascer foi decretada, configurou-se um campo de disputa novo, agora pela sua gestão e pelo projeto de desenvolvimento para esta unidade de conservação. Em consonância com a emancipação buscada pelo movimento social, os moradores locais passaram a rejeitar a interferência de atores externos à Reserva, como forma de afirmação política de suas identidades e de enfrentamento às formas de dominação local.

Os integrantes do movimento social decidiram montar uma Associação própria para a gestão da RESEX, sem a condução do Sindicato, Colônia e PT, rompendo parcialmente com seus aliados históricos do passado:

A Associação Mãe nasceu de uma briga muito forte do Sindicato, Colônia, inclusive do Partido dos Trabalhadores, padre [...] pra querer mesmo a gestão da RESEX. Queria ter a direção da Associação Mãe da RESEX. E, por isso, até hoje a gente tá brigado [...]<sup>237</sup>

De acordo com o relato acima, a GUATAMURU nasceu deste campo de disputa, para evitar o domínio político da RESEX por parte do Sindicato, Colônia e PT. Por isso, embora se tenha constatado a permanência do diálogo entre movimento social e estas instituições, a líder do MDR revela uma briga pela gestão da RESEX.

Segundo Almeida (2009), trata-se de uma tendência geral, que se replica nas relações entre movimentos sociais dos povos da floresta Amazônia e sindicatos dos trabalhadores rurais:

Desta perspectiva é que se pode adiantar que a relação destes movimentos com as entidades sindicais dos trabalhadores rurais apresentam-se, pelo menos, sob dois aspectos: suplantaram-nas na condução e orientação das lutas, onde elas se mostram frágeis; e subordinaram-se ou tem sido conduzidas por elas onde se mostram eficazes nas mobilizações. Afinal, também nas estruturas sindicais são detectadas

---

<sup>237</sup> Entrevista com Marta, uma das principais líderes do MDR e integrante da Pastoral da Criança. Data: 21/08/11. 8h30.

níveis de contradição que podem inibir ou não a capacidade mobilizatória (ALMEIDA, 2009, p. 526).

No atual momento histórico, de busca por um projeto político próprio por parte dos movimentos sociais de comunidades tradicionais, os sindicatos acabam representando níveis de contradição e autoritarismo contrários à identidade política e interesses destes movimentos.

O assistente jurídico da Terra de Direitos, que trabalha com movimentos sociais de diversas unidades de conservação da região oeste do Pará, afirma que a separação entre os extrativistas e o STR parece acontecer naturalmente em todas as localidades:

[...] esta questão dos Sindicatos, desde o início, na época da CLT, que ele já nasce com uma proposta. Então, ele já nasce com uma proposta de ser uma delegação: o Estado delega determinadas funções ao Sindicato. [...] É por isso que o sindicato tem, até hoje, uma aparência de repartição pública, assim, né, de prestar os serviços e tal. [...]. E o Sindicato nasceu numa época em que o Governo era assim estruturado, havia muito avanço na era Vargas, né, mas não deixava de ser uma forma autoritária. Desde aí, ficou difícil depois de ter essa identificação com o povo, né? Então, o povo começa [...] sua demanda própria começa um pouco diferente do sindicato nesta ponte. Parece que a gente vê que vem acontecendo isso, né?<sup>238</sup>

Para o entrevistado a própria natureza histórica do Sindicato – que nasce de uma política assistencialista e autoritária, permanecendo até hoje vinculado ao Estado, faz com que estas populações da floresta já não se sintam representadas.

De um lado, o STR de Prainha alega o despreparo dos moradores para a gestão da RESEX, alegando que os moradores não teriam o grau de escolaridade e de experiência necessários. De outro, os integrantes da GUATAMURU e do MDR mostram-se indignados por esta campanha agressiva de desqualificação e reagem, defendendo os seus interesses:

[...] tem um pessoal lá que diz que quem está na direção da Associação Mãe não compreende o processo, não sabe nada, é um bando de burro. Ele usou a expressão... Aquilo me deixou muito chateada, eu acabei tendo uma discussão feia com ele, sabe.<sup>239</sup>

A postura intervencionista e competitiva do SRT e Colônia também é criticada pela coordenação da Pastoral da Terra:

O que o Sindicato está criando é uma competição. [...] O que o MDR não quer é fazer isto, criar uma disputa. Uma disputa em que um tenta convencer o outro... E o Sindicato tem muito mais articulação, tem uma história aí de umas três décadas. Então, ele tem muita capacidade de articular, envolver e tudo mais [...] então, a gente [CPT] acha que não, que não era isso. A gente tem que fazer com que eles mesmos se articulem<sup>240</sup>.

<sup>238</sup> Entrevista com Manoel, assistente jurídico da Terra de Direitos. 23/08/11 15h

<sup>239</sup> Entrevista com Ana, uma das principais líderes do MDR. Data: 21/08/2011, 9:40h

<sup>240</sup> Entrevista realizada com Miguel, coordenador da CPT, em 09/06/2011, às 14h40

O coordenador da CPT lembra que o Sindicato tem uma capacidade de mobilização que foi se constituindo ao longo de décadas, então, obviamente, é mais experiente que a GUATAMURU. Portanto, não seria o caso de competir para verificar quem teria mais experiência para gerir a Reserva, mas sim de contribuir para a construção da autonomia e para qualificação da capacidade articulatória dos integrantes da GUATAMURU. Ao explicar a importância desta emancipação para os moradores da RESEX, o entrevistado afirma:

[...] você precisa ter [...] os recursos mínimos de compreensão da coisa para poder lavrar um documento etc. e estas coisas [...] Mas isso não é o mais importante pra eles, né, que eles tenham espaço, estejam sem o madeireiro, estejam livres pra construir sua vida comunitariamente [...] Então este é um trabalho extremamente longo pra dar autonomia. É a autonomia que pode dar mais possibilidade de eles avançarem com mais [...] técnica no processo de gestão<sup>241</sup>.

A CPT acredita que o mais importante para os moradores da Reserva nesse momento é a liberdade de um projeto de futuro próprio, “para que construam sua vida comunitariamente”, sem domínio dos madeireiros e sem qualquer outra forma de opressão. Por isso, embora seja necessário um trabalho a longo prazo e contínuo de educação para a conquista desta autonomia, para o coordenador da CPT, é somente dessa maneira que os comunitários avançarão em direção à gestão de seu projeto de vida.

Durante a pesquisa desta dissertação houve o acompanhamento de uma reunião da GUATAMURU em uma comunidade do Guajará. Não houve qualquer apoio externo para a realização da reunião, exceto da CPT, que percorreu dezenas de quilômetros a pé, em antiga trilha quase fechada, no interior da RESEX. Sobre as dificuldades de comunicação e transporte, uma das líderes explica, no dia da reunião:

[...] quando foi na madrugada, arreou-se uma tempestade que foi passar pra lá às dez horas do dia. Não tinha condições de a gente chegar por aqui. A gente passou um rádio de lá avisando. E pra a gente é muito ruim, né? [...] O contato pra cá é muito difícil. [...] Até que a gente encontrou uma data [...]. Aí eu tive em Prainha, falei com algumas pessoas, com várias pessoas: “nós vamos estar no Guajará tal dia”. A gente pede que vocês façam um esforço pra vir. Ontem a nossa vinda era pelo rio. Aí, cadê a água? Tá seco, tá ruim, ninguém sabe por onde [...] Aí ficamos naquela discussão: a gente tem que chegar no Guajará. Né? Aí foi que nós viemos por terra<sup>242</sup>.

---

<sup>241</sup> Entrevista realizada com Miguel, coordenador da CPT, em 09/06/2011, às 14h40

<sup>242</sup> Depoimento proferido por Mauro, integrante do MDR e Liderança comunitária da Santíssima Trindade, desde o final da década de 70. Reunião realizada em 27/08/2011, sob a coordenação da GUATAMURU na comunidade de Mato Grosso (rio Guajará) para discussão de estratégias de gestão da unidade de conservação (observação participante).

O assessor jurídico da Terra de Direitos destaca que o próprio formato de gestão escolhido comunitariamente para a Associação é consonante com a cultura e geografia da RESEX, o que não é aceito pelo sindicato:

[...] como as reuniões eram em três rios, Tamuataí, Uruará e Guajará,] tinha uma vida própria né, porque é muito distante uma da outra. [Os comunitários] Não aceitavam, né, que tivesse um só presidente, né, uma só coordenação. Aí propuseram tirar um coordenador de cada região. Propuseram um modelo diferente pra refletir um pouco a organização local, né? Aí, o Sindicato não quis, né: porque isso nunca existiu, porque não sei o que [...]. Mas a gente falava: mais não há nada que impeça<sup>243</sup>.

Esse discurso ilustra exatamente o projeto autônomo de gestão pensado pelos moradores da RESEX, baseado em princípios democráticos, num modelo próprio de gestão colegiada e descentralizada, que expressa a identidade e cultura política dos moradores. Em contrapartida, o discurso também ilustra o modelo tradicional de gestão defendido pelo STR, Colônia e representantes do PT, que previa a eleição de um único presidente para a Associação Mãe e para toda a Reserva.

Os entrevistados do movimento social fizeram questão de narrar que o princípio de construção da Associação Mãe foi tão democrático que abriu espaço até mesmo para a expressão das comunidades contrárias à RESEX:

Teve comunidade que a gente foi, participaram do Seminário, mas chegou na hora, disse: “olha, nós queremos ficar fora”. Né? Foram lá, disseram porquê. Abrimos um espaço, foram lá, disseram porque não queriam participar. Beleza. Depois, eles decidiram e fizeram uma carta. [...]Entendeu? Nós não podíamos forçar, sabe? E nós temos este documento até hoje. Então, foi muito democrático. Tava lá a favor, tava lá os contras [...] tava todo mundo lá<sup>244</sup>.

Assim, as comunidades contrárias à RESEX não foram obrigadas a aceitar a decisão da maioria quanto à criação da Associação Mãe. Estas puderam documentar sua discordância, declarando-se excluídas, por opção própria, do modelo de gestão pensado para a região.

Inconformado com o fato de não poder atuar na direção da RESEX Renascer, em 07 março de 2010, o STR enviou à CPT - Santarém uma nota de repúdio ao processo de criação da GUATAMURU, pretendendo, com isso, anular a Assembleia Geral de eleição da diretoria desta Associação Mãe. Como resposta, em 31 de março de 2010, a CPT declarou:

1º [...] ao longo de quatro anos de acompanhamento da criação da Reserva Extrativista Renascer, afirmo, sem medo, que foi um processo que nasceu da base, foi sempre conduzido por entidades representativas das populações locais e

---

<sup>243</sup> Entrevista com Manoel, assessor jurídico da Terra de Direitos. Data: 23/08/11. 15h

<sup>244</sup> Entrevista com Juliana, secretária e delegada eleita da GUATAMURU. 12/06/11 11h

respeitou sempre a opinião das mesmas, cabendo à CPT assessoria quando a mesma era solicitada pelas populações locais.

2º - Lendo o relatório da Assembleia questionada no documento a mim dirigido, não vejo nenhuma manipulação da mesma por membros da CPT ou membros de qualquer outra entidade. Mas encontrei indícios de tentativa de manipulação por pessoas representativas de entidades que não participaram de todo o processo de criação da RESEX, mas que aparecem para tentarem mudar as regras do jogo no final do processo.

3º - [...] repudiamos a tentativa de anulação da Assembleia Geral ordinária já que ela obedeceu a todos os passos legais e as regras das mesmas foram discutidas em Assembleia. [...]

4º - Repudiamos também qualquer tentativa de instrumentalização das lutas populares da região para interesses político-partidários, já que as organizações populares da região devem estar a serviço da vida e dignidade das populações tradicionais que vivem na área de influência da Renascer<sup>245</sup>

A resposta da CPT acusa o STR de tentar instrumentalizar as lutas populares da região para o atendimento de interesses político-partidários. Além disso, a CPT afirma que o STR e outras instituições teriam aparecido ao final do processo, onde as regras já haviam sido consensuadas, para manipular os comunitários e mudar as regras que eles mesmos já haviam construído para a criação da GUATAMURU e eleição de seus dirigentes.

Indignado, ao lembrar da postura incoerente do antigo líder sindical da região, o assistente jurídico da CPT ironiza o entendimento deste sobre democracia: “Muito democrático, né? É ele lá, o filho dele, Vereador, o outro filho, Presidente do Sindicato, o outro filho, Presidente da Colônia dos Pescadores [...] é superdemocrático!”

Esse sentimento se replica entre o movimento social. Durante a pesquisa, o referido domínio familiar, que se estende a décadas sobre as entidades sindicais de Prainha foi, muitas vezes questionado pelos moradores da RESEX, que reclamam da falta de democracia e alternância na direção destas entidades.

Após a criação da RESEX, acentuaram-se também os conflitos entre os moradores locais e o ICMBio, que acabou atuando esses moradores, causando uma revolta generalizada. Estes conflitos começaram a ser mediados pela própria GUATAMURU, com o apoio do MDR, Terra de Direitos e CPT:

E tinha muito conflito. É [...] conflito de moradores querendo vender terra, é conflito de moradores que queriam tirar madeira do terreno do outro, é [...] pescador de fora entrando pra dentro dos lagos da unidade. Aí foram surgindo conflitos e problemas e a gente foi se inserindo, né, no processo de discussão pra tentar ir resolvendo. Aí a

---

<sup>245</sup> Resposta da CPT à Nota de Repúdio do STR. Leitura realizada por Manoel, assistente jurídico da Terra de Direitos. Data: 23/08/11 15h.

gente foi cobrando do ICMBio esta presença e eles começaram a participar junto conosco<sup>246</sup>.

Por causa deste evento, por sugestão do ICMBio, os moradores da RESEX começaram a consensuar a proposta de um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) que contivesse normas de convivência e conservação mínimas para a RESEX. A intenção das lideranças da GUATAMURU era a de iniciar, a partir do TAC, as discussões sobre regras de um futuro plano de manejo (que aguardava a nomeação, pelo ICMBio, da chefe do Conselho Gestor).

Segundo lideranças do MDR e da GUATAMURU, novamente, nessa ocasião, teria ocorrido uma interferência pouco democrática por parte dos sindicatos e das autoridades políticas municipais. Destacamos, a seguir, a seguinte narrativa, que bem explicita o ocorrido:

Em reuniões comunitárias cada comunidade é... criou a sua proposta, né, pra madeira, pra gado, pro roçado, pro uso do igarapé, da estrada... foi feito assim uma coisa pequena, mas o básico. [...] nessa Assembleia, foi juntado todas as propostas pra criar o acordo. Só que, no momento de se criar o acordo, aí já apareceu o Sindicato, a Colônia, o Partido dos Trabalhadores, a própria... o padre aqui da Paróquia de Prainha, apareceu o Secretário de Agricultura, Secretário de Meio Ambiente, enfim, apareceu um monte de gente querendo fazer parte do processo. Mas, eles não só queriam fazer parte do processo: eles trouxeram uma cartilha com as proposta deles, criada lá no gabinete deles<sup>247</sup>.

Novamente, o STR, a Colônia dos Pescadores e os dirigentes da Prefeitura Municipal e do PT não participaram das reuniões, onde foram consensuados as regras e o projeto dos moradores da RESEX, e aparecerem na Assembleia Geral, ao fim do processo, com as impondo o aceite das suas propostas separadas, sem passar pelo debate prévio. Houve um conflito com os sindicatos, com certo esvaziamento das reuniões. No entanto, as reuniões foram retomadas, com novas mobilizações nas comunidades para discussão do documento que consolidaria as propostas de todas as comunidades. Nesse momento, então, a interferência foi da Prefeitura, conforme relato a seguir:

Aí, só que veio o Secretário de Agricultura, de mansinho, pra cá pra junto da gente pra fazer o trabalho conosco e ele pegou as proposta, levou no computador dele pra imprimir, lá em Prainha. Aí, nessa impressão, ele conseguiu pegar a cartilha dele, jogar pra dentro da proposta que a gente formatou<sup>248</sup>.

Nota-se a ardilosidade do representante municipal, que, com o abuso da confiança dos comunitários e, sob o pretexto de ajudar com a impressão do documento final, levou-o para fraudá-lo, incluindo suas propostas particulares não votadas na Assembleia Geral. Sobre

---

<sup>246</sup> Entrevista com Ana, uma das principais líderes do MDR. Data: 11/06/11 19h50

<sup>247</sup> Entrevista realizada com Ana, uma das líderes do MDR. Data: 21/08/11. 9h40.

<sup>248</sup> Entrevista realizada com Ana, uma das líderes do MDR. Data: 21/08/11. 9h40.

o teor das propostas inseridas de forma não autorizada, a entrevistada relata: “Nós estávamos precisando trabalhar, mas com as partes, com a nossa realidade. A proposta deles, eles era, eles já queriam é [...] aeroporto, áreas de lazer, piscina, é [...] criação de peixe em tanques, sabe, assim, uma coisa absurda, sem escrúpulos, né?”<sup>249</sup>

As propostas impostas pela municipalidade buscavam uma direção para o desenvolvimento local da RESEX não aceita pelos comunitários. Tais propostas eram vistas como “absurdas, sem escrúpulos” tamanho o distanciamento entre o projeto dos moradores e o da prefeitura de Prainha.

Segundo nos foi informado, os comunitários conseguiram recuperar a versão original do documento aprovado na Assembleia e as propostas foram encaminhadas para o ICMBio, para o Ministério Público para que eles selassem o TAC. Até setembro de 2011, este ainda não havia sido homologado.

Outro episódio emblemático sobre o campo de disputa ocorreu em agosto de 2011. Nessa ocasião, o ICMBio convocou os principais líderes das reservas extrativistas da Amazônia para uma reunião, onde seriam discutidos, com a participação do CNS, as estratégias para a gestão e políticas públicas voltadas para UC, bem como a proteção das lideranças rurais ameaçadas na Amazônia. Segundo relato de uma das líderes do movimento social, como não há telefone ou internet na RESEX Renascer, os funcionários do ICMBio e do CNS teriam entrado em contato com o STR e com a Colônia, solicitando que fossem convidados os moradores da reserva para a reunião. Entretanto, teria acontecido o seguinte:

A RESEX de Prainha tinham três vagas. Aí, tinha também uma vaga pra assentamento, uma vaga pra sindicato, e uma vaga pra colônia. O que eles fizeram? O que foi que eles fizeram? Pegaram as vagas que eram da RESEX, aí colocaram pra ir: Prefeito de Prainha e dois vereadores! Presidente do Sindicato, Presidente da Colônia e uma pessoa da RESEX. Quando eu descobri, eu liguei pro coordenador, né, do encontro, pra saber o que tava acontecendo. Ele disse: não, não mudou nada daqui. Isso é sacanagem do pessoal do Sindicato. O pessoal da RESEX tem que vim<sup>250</sup>.

Às vésperas do encontro com o ICMBio e MMA, a integrante do MDR descobriu a manipulação e retomou para o MDR e GUATAMURU as vagas que lhe eram destinadas. Salta aos olhos, porém, o uso político que se pretendia fazer do encontro, que era pensado justamente para o diálogo entre governo e moradores da RESEX. Sobre a desmobilização que vem sendo promovida pelo sindicato, uma das dirigentes da GUATAMURU desabafa:

<sup>249</sup> Entrevista com Marta, uma das líderes do MDR. Data: 21/08/11 - 8h30

<sup>250</sup> Entrevista com uma das líderes do MDR. Data: 21/08, às 9:40h.

Aí, depois disso, né, a gente tem dificuldade em certas comunidade, na comunidade do Espírito Santo, que não queriam que fosse a gente, né? Por causa que a gente não tem o estudo, né? Eu só tenho o fundamental completo. [...] Aí eles jogam um pouco [...] muitas pedradas na gente, que deveria ser o filho do Sr. João [nome fictício] porque tem mais capacidade, porque terminou, ou o filho do Prefeito, porque é formado, aquela coisa toda[...] Eles jogam isso<sup>251</sup>.

A desmobilização por parte do STR, Colônia dos Pescadores e PT soma-se ao contramovimento à RESEX Renascer<sup>252</sup> e forma um cenário de ameaça e violência, que atrapalha o trabalho da GUATAMURU. Confirma-se o desabafo de uma das representantes dessa Associação:

Mas a gente, com a ajuda de um e de outro, a gente tá incentivando, levando pras comunidades, conhecendo, tendo mais colegas, mas também tendo muito inimigos como as que a gente tem, que a gente não consegue nem mais sair sozinho [...] Então, ficou complicado aqui em casa por causa que eu saio, mas eu moro aqui no meio dos inimigo aqui. E de repente eu saio, aí atacam a minha filha sozinha aqui<sup>253</sup>.

A secretária da GUATAMURU revela o seu medo de sair para as reuniões da Associação em virtude dos “inimigos” que surgiram a partir da sua eleição e mostra que é um esforço e um risco grandes continuar o trabalho de articulação no interior da RESEX. Com isso, verifica-se que a criação da RESEX e a institucionalização da sua gestão não foram capazes de apaziguar os conflitos na região. Sem o apoio contínuo do Estado, os líderes da GUATAMURU ficam expostos como “soldados de frente no campo de batalha” em torno dos interesses políticos e econômicos que tentam se impor à região.

Para o presidente do STR, a criação da RESEX criou esse campo de conflito entre os projetos de desenvolvimento do ICMBio e GUATAMURU e os interesses tradicionais dos produtores agrícolas e pecuaristas:

Então, digamos, eu venho prevendo o que? Que nós vamos brigar entre nós mesmo. Né? Por que? Porque nós vamos querer defender a forma que nós vivemos. Não é verdade? Queremos viver de forma [...] em igualdade entre nós e meio ambiente. Nós não queremos deixar a floresta e ir pra onde?<sup>254</sup>

O discurso acima expressa uma contradição entre os interesses do SRT e o projeto de desenvolvimento que se espera com a identidade dos moradores extrativistas da região. Ao prever um conflito ou briga “entre nós mesmo”, o presidente do SRT acaba se apresentando como líder da expressão dos interesses agropecuários e, ao mesmo tempo, se reconhece como

<sup>251</sup> Entrevista com Juliana, secretária e delegada eleita da GUATAMURU. Data: 12/06/11. 11h

<sup>252</sup> Após a criação da RESEX e com a iminência das eleições municipais, o contramovimento voltou a ser incentivado pela Família Hage, presidente da Câmara Municipal dos Vereadores de Prainha, madeireiros, pecuaristas e comerciantes da Vila de Santa Maria de Uruará, obtendo o apoio de pastores das igrejas protestantes e de comunitários das vilas do entorno da Reserva Extrativista.

<sup>253</sup> Entrevista com Juliana, secretária e delegada eleita da GUATAMURU. Data: 12/06/11. 11h

<sup>254</sup> Entrevista com Cláudio, atual presidente do STR. Data: 24/08/11. 15h30.

parte do movimento social que emana as atuais diretrizes de gestão da RESEX. Ao fim do discurso, o presidente transparece que, quando havia pleiteado a criação da Reserva, pensava em manter a mesma forma de vida e de utilização dos recursos com a proteção do território. Por isso, não aceita a restrição desses seus direitos tradicionais em prol da prevalência de interesses preservacionistas ambientais.

O coordenador da CPT reconhece o conflito gerado pela lei que cria as unidades de conservação, que desconsideram as particularidades das unidades e práticas culturais de cada região. No entanto, esse conflito é situado como secundário, pois não atingiria a todos os moradores da RESEX, mas aos adversários históricos dos extrativistas, classificados como “eles”, quais sejam, os criadores de gado e exploradores comerciais de caça e recursos naturais. Para o coordenador, a principal meta estava sendo atingida, que era a retirada dos madeireiros, os “inimigos comuns” de todos os moradores:

Nossa luta foi pra tirar a madeireira, agora, tem um problema aqui que a gente vai ter que se adequar [...] a nossa utilização da floresta com a unidade de conservação... que é um processo também complexo porque [...] as unidades culturais, as práticas culturais de uso dessa unidade de conservação nem sempre se adequam ou tem a ver com a lei, né? Que é uma lei por unidade de conservação nacional. Então [...] mas, isso é uma briga menor, porque é entre eles, quem cria gado, tem caça ali, mas é uma briga menor para eles porque antes o inimigo era comum: o madeireiro que era o problema<sup>255</sup>.

Não bastasse o universalismo contido na norma que estabelece as RESEX, a falta de informações por parte dos moradores da região e as ideias propagadas pelo contramovimento agravam o campo de conflitos para a gestão da Reserva.

A identidade política extrativista não é reconhecida com unanimidade entre os moradores da unidade de conservação e acreditamos que isso não decorre apenas da falta de informação sobre o que venha a ser “extrativismo”, mas também da negativa, por parte de alguns comunitários, de assumir a identidade extrativista por uma questão política. A respeito, confira-se o relato de uma das líderes do MDR:

Não queriam porque eles não se sentiam extrativistas. Ainda houve aquele momento assim da moça que tava pela CPT perguntar: “Mas vocês vivem de que?” Ela disse: Olha, aqui o povo vive de madeira, aqui o povo vive de caçar, de pescar [...]”. Enfim, ela foi colocando toda a vida da gente aqui e que se depara na questão do extrativismo. [...] Aí, a gente entende, pra nós, isso é extrativismo. A gente até brincava, né, com ela: “Mas por que que você disse que não vive de extrativismo se você coleta o que está aí na floresta, nos rios, enfim, tudo o que tem você usa?”<sup>256</sup>

<sup>255</sup> Entrevista com Miguel, coordenador da CPT. Data: 09/06/2011, às 14h40

<sup>256</sup> Entrevista com Ana, uma das principais líderes do MDR. 21/08/11 9:40h

Com isso, percebe-se que, para alguns comunitários, ser extrativista não é viver do que se coleta da natureza, mas significaria assumir uma identidade política que implicaria na aceitação da RESEX e numa tomada de posição favorável ao movimento social pela sua criação e defesa. Trata-se de um posicionamento político e não de mera condição cultural.

Para facilitar a visualização deste campo de conflitos, apresenta-se abaixo uma tabela que elenca os opositores locais e históricos ao movimento, ao longo do tempo:

**Quadro 10**– Quadro dos opositores do movimento pela criação e defesa da RESEX Renascer por período

<b>Período</b>	<b>Opositores locais e campo político dos conflitos</b>
1999 a 2011	Madeireiros, grandes fazendeiros e pecuaristas que promovem a desterritorialização de comunidades, oligarquia política local, centrada em torno da família Hage, polícia militar, alguns comunitários de Cipriano
2009 a 2011	Líderes do STR, Colônia dos Pescadores Z-31, representantes da atual prefeitura e do Partido dos Trabalhadores, presidente da Câmara Municipal dos Vereadores de Prainha

Fonte: Elaboração da autora

Por intermédio desta tabela é possível perceber o agravamento do campo de oposição política ao movimento social, na medida em que suas demandas começaram a ser acolhidas e institucionalizadas pelo Estado. Os adversários históricos mantiveram-se e, somados a eles, os antigos aliados políticos começam a se manifestar como opositores aos interesses do movimento social, notadamente dos moradores da Reserva.

### 5.3.1 Os ciclos de protesto e suas reivindicações

A partir da aprovação da Lei 9.985/2000, que estabelece o Sistema Nacional de Unidades de Conservação, da decisão política do MMA de criar um mosaico de unidades de conservação na região da Terra do Meio, oeste do Pará, e da criação do ICMBio, abriu-se um ciclo de protestos e reivindicações. No cenário macropolítico, entre os anos de 2000 e 2009, multiplicaram-se rapidamente os pedidos de criação de reservas extrativistas na região oeste da Amazônia. O assessor jurídico da Terra de Direitos observou que até mesmo os repertórios de ação coletiva eram similares na região:

Então, aconteceu algo interessante, porque foi concomitante, né? O pessoal fechou o Rio Arapiúns lá e o pessoal da Renascer cá. Gleba Nova Olinda, na verdade Tapajós-Arapiúns. Na mesma época, foi setembro, outubro de 2009, eu acho. Setembro pra outubro, enquanto uns tavam acampados lá [na Renascer]. E não teve combinação não, né? Aconteceu a mesma coisa. No mesmo momento. O desfecho

foi diferente. [...] Só que o desfecho [da Renascer] foi diferente porque os caras [madeireiros] furaram o bloqueio atirando, né? Foram duas pessoas baleadas e tal [...] <sup>257</sup>.

Embora os líderes de movimentos sociais da região não se comuniquem diretamente entre si – até mesmo por dificuldades geográficas e financeiras –, o ciclo de oportunidades políticas, os repertórios e marcos referenciais históricos destes movimentos são os mesmos. Isso faz com que surjam ações coletivas muito similares, concomitantes e espontâneas em toda a região.

No caso da RESEX Renascer e de seu movimento social, este ciclo de protestos pode ser classificado em fases, segundo as reivindicações e formas de protesto adotadas nesse período. As estratégias de ação coletiva e repertórios já foram abordados anteriormente. Para facilitar a visualização deste ciclo de protestos, apresenta-se o quadro a seguir:

**Quadro 11**– Reivindicações do movimento pela criação e defesa da RESEX Renascer

<b>Ciclo de protestos</b>	<b>Período</b>	<b>Reivindicação do período</b>	<b>Reivindicações permanentes</b>
<b>Janeiro/2000 a setembro/2006</b>  (negociação com o poder público e imposição de poder pelo enfrentamento direto de opositores)	1999 – 2002	Reivindicação da RESEX Verde para Sempre, em Porto de Moz, com a inclusão do município de Prainha	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Fiscalização da atuação ilegal dos madeireiros;</li> <li>- proteção à vida das lideranças comunitárias ameaçadas;</li> <li>- implementação de políticas de saúde e educação na região;</li> <li>- proteção à moradia e trabalho dos moradores da região, que sofrem com a</li> </ul>
	2003	Reivindicação da criação da RESEX Renascer, em Prainha com de 414.274 hectares	
	2006	Declaração de ilegalidade de todos os planos de manejo estaduais liberados para a região	
<b>Outubro/2006 a janeiro/2010</b>  (denúncias, reivindicações e ações de enfrentamento)	2006	Fiscalização por parte da polícia federal, IBAMA e MPF da ação madeireira na região e da atuação abusiva e ilegal da polícia militar	<ul style="list-style-type: none"> <li>- implementação de políticas de saúde e educação na região;</li> <li>- proteção à moradia e trabalho dos moradores da região, que sofrem com a</li> </ul>
	2007	Anulação jurídica da proposta do governo de estado de criar a Floresta Estadual da Amazônia e a Área de Proteção Ambiental Santa Maria de Uruará, para a mesma área da RESEX Renascer	

<sup>257</sup> Entrevista com Manoel, assistente jurídico da Terra de Direitos. Data: 23/08/11 15h

direto, com desobediência civil atrair a presença do Estado)	2009	Fiscalização por parte da polícia federal, ICMBio e IBAMA e MPF da ação madeireira na região e da atuação abusiva e ilegal da polícia militar	desterritorialização;  - denúncias sobre a relação entre a polícia militar e madeireiros
	2009	Criação do conselho gestor da RESEX	
	Janeiro a abril/2010	Fiscalização por parte da polícia federal, IBAMA, ICMBio e MPF da ação madeireira na região e da atuação abusiva e ilegal da polícia militar	
<b>Maio/2010 a setembro/2011</b>	2010-2011	Homologação dos pactos comunitários que dariam início ao Plano de Manejo da RESEX	
(reivindicações voltadas à gestão da RESEX)	2010-2011	Leilão da madeira apreendida com a doação de parte do recurso para um fundo voltado à gestão da própria RESEX	

Fonte: Elaboração da autora

Os ciclos de protestos são divididos em 3 (três), segundo o tipo de reivindicação, e considerando as estratégias de ação coletiva e repertórios abordados alhures. O primeiro ciclo de protestos, de 2000 a setembro 2006, é marcado predominantemente pela negociação com o poder público para a criação da RESEX e pela imposição de poder e enfrentamento direto com opositores (notadamente madeireiros).

Entre outubro de 2006 e janeiro de 2010, ocorre o segundo ciclo de protestos, ocasião em que o movimento social procura atrair a presença do Estado para a região, por meio de denúncias e reivindicações ao poder executivo e justiça federal. Além disso, os enfrentamentos diretos e as estratégias de desobediência civil permanecem, mas agora procuram dar visibilidade pública aos conflitos e ilegalidades da região.

O último ciclo de protestos inicia-se em maio de 2010, quando parte do movimento social se institucionaliza para apoiar a gestão da RESEX e reivindicar políticas públicas para o interior da unidade de conservação.

#### 5.4 O PRINCÍPIO DA TOTALIDADE E CAMPO DO CONFLITO

Mais amplo que o princípio da oposição, o princípio da totalidade corresponde a todo o sistema de ação histórica na qual se discute o processo de dominação por parte dos adversários.

Atualmente, na perspectiva micropolítica, os moradores da RESEX permanecem resistindo às tentativas de dominação ou paternalização históricas, que agora se manifestam no campo de disputa pela gestão da RESEX.

No plano macropolítico, porém, o movimento social pela criação e defesa da RESEX Renascer faz parte de uma resistência mais ampla da qual fazem parte diversas identidades reunidas em uma só categoria, “povos da floresta”. Para Moreira (2009), trata-se da continuidade de um vasto movimento social amazônico original, cujos fenômenos de Porto Moz (e, agora, de Prainha) seriam um caso particular.

Nesse sentido, estar-se-ia diante de um movimento uno de extrativistas da Amazônia brasileira, inserido em um ciclo de protesto que visa uma transformação integral e global dos princípios gerais que orientam as políticas públicas. Desta forma, manifesta-se o princípio da totalidade, referido por Touraine (1989).

Almeida (2009), ao tratar da união entre os diferentes organismos de representação das populações tradicionais, bem observa:

As temporalidades próprias dos diferentes planos de confronto, tomadas separadamente, parecem condensar-se em questões essenciais, num momento único de enfrentamento mais direto e decisivo com aparatos do Estado. Pescadores, seringueiros, castanheiras, barranqueiros, assentados e remanescentes de quilombos e índios subscreveram, numa reciprocidade ideal, as mesmas posições básicas [...] sugerem desaguar todos eles numa única e ideal mesa de negociações, embora cada um deles, em seu campo próprio, tenha como interlocutores aparelhos de poder com competências específicas (ALMEIDA, 2009, p. 522)

Note-se, portanto, que há posições e interesses básicos que condensam essas diversas populações em uma única mesa de negociações e reivindicações frente ao Estado.

Em uma das reuniões que presenciamos, os moradores da RESEX tratavam sobre o sentimento de união e, ao mesmo tempo, de vulnerabilidade de suas identidades diante de opositores que tem em comum a dominação e o ímpeto exploratório. Lamentava-se o clima de medo que retornava à região, em 2011, com a morte de dezenas de lideranças do campo e da floresta, na Amazônia. Ainda, homenageava-se uma liderança local, que havia morrido sem

colher os frutos do resultado de suas lutas. Sentindo um clima de desânimo e, em prantos, o líder do MDR, explanou o seguinte discurso:

É que nós temo que estar um pouco vigilante pra todos, pra tudo. Pra hora que vem as coisas, a gente estar pronto pra enfrentá-las. [...] Aqui já foi falado a respeito dos companheiros que já cumpriram com os seus chamados, né? Mas isso tinha que acontecer. E assim como aconteceu pra eles, podia acontecer pra a gente, pra qualquer um de nós, e esse momento é um momento que a gente sempre tem que estar pronto, preparado pra esse chamado. [...] Às vezes a gente fica assim parado, né, com a mão no queixo, assim, pô, será que ainda vem dar alguma coisa aí? [...] Sabe, se a gente fica assim, não se acorda pro problema. E a gente tem que estar acordado. Porque lá por trás de nós tem um povo que quer tudo o que é nosso. E, do jeito que a gente vive, nós vamos acabar ficando sem nada. Então, veja assim que é um momento assim pra nós que [...] apesar de estarmos num pequeno grupo, mas é um alerta pra a gente conversar com outros companheiros. Inclusive: Ah, isso não vai dar nada! A gente tem que estar sempre otimista que alguma coisa vai ter que acontecer pra nós<sup>258</sup>.

A morte dos “companheiros” extrativistas que “cumpriram o seu chamado” era lamentada, mas encarada como uma situação a qual todos ali estavam sujeitos, devendo estar preparados para esse enfrentamento de forma corajosa, sabendo que isso é inerente à condição de luta política na qual estão igualmente inseridos.

O discurso acima mostra como a união e o senso de missão dos moradores da RESEX alimenta a luta do movimento social e não deixa que este esmoreça diante do campo de conflitos. O líder alerta para o fato de que seriam tantos os opositores “que é preciso estar atento para todos e para tudo”. De fato, são amplos e genéricos os opositores do movimento social dos povos da floresta (princípio da totalidade), os quais estão unidos por um projeto político comum, impulsionando mudanças para todo o paradigma contrário no qual se inserem. Na afirmativa “lá por trás de nós, tem um povo que quer tudo o que é nosso” expressa-se o sentimento de conquista e defesa do patrimônio coletivo e um sentimento de receio. Diante desse contexto, o líder revela o sentimento de vulnerabilidade de sua identidade política e cultural ao afirmar: “do jeito que a gente vive, nós vamos acabar ficando sem nada”.

Esse é o marco referencial (ideológico, cultural, axiológico) que conecta o movimento social pela criação e defesa da RESEX Renascer ao contexto mais amplo de um grande movimento extrativista amazônico.

---

<sup>258</sup> Depoimento proferido por Mauro, integrante do MDR e Liderança comunitária da Santíssima Trindade, desde o final da década de 70. Reunião realizada em 27/08/2011, sob a coordenação da GUATAMURU na comunidade de Mato Grosso (rio Guajará) para discussão de estratégias de gestão da unidade de conservação (observação participante).

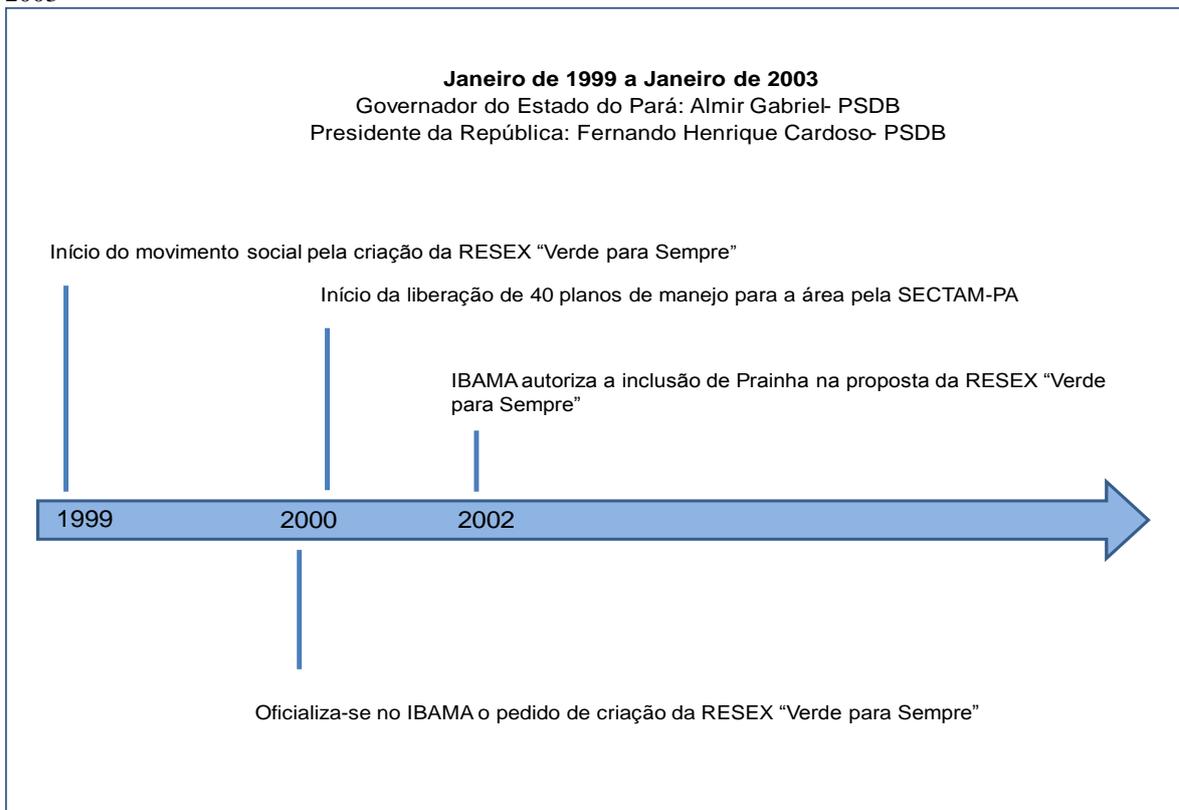
#### 5.4.1 As respostas do poder público frente aos ciclos de protesto e demandas

Uma das questões que se pretendia responder com a presente pesquisa era: “*De que forma as estratégias de ação do movimento social ora estudado tem pautado o contexto político institucional (estadual e federal) nos episódios mais emblemáticos das duas últimas décadas de sua atuação?*” Tal questionamento parte da interrelação entre o princípio da oposição e da totalidade, segundo a qual a atuação micropolítica de um movimento social possui também um caráter universal na medida em que pauta, provoca e influencia o Estado, podendo acarretar mudanças políticas e institucionais globais e integrais.

Segundo esse raciocínio, a segunda hipótese desta dissertação é a de que: “As estratégias de ação do movimento social pela criação e defesa da RESEX Renascer foram influenciadas e influenciaram, em menor proporção, o quadro da estrutura de oportunidades políticas do cenário federal e o ciclo de protestos de movimentos similares, entre 2000 e 2011”. Em outras palavras significa dizer que o movimento social pela criação e defesa da RESEX Renascer teria contribuído para algumas orientações ou reorientações de políticas públicas do governo federal e estadual, criando uma estrutura de oportunidades políticas para outros movimentos sociais com a mesma natureza.

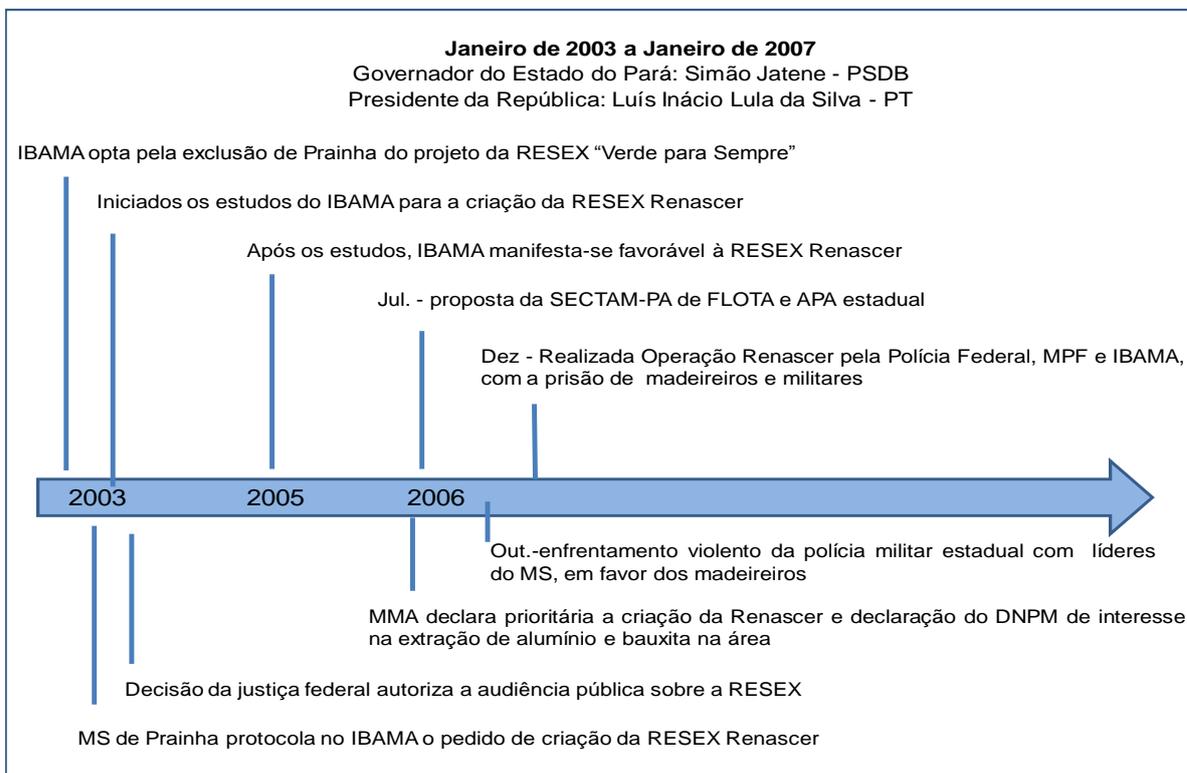
Com o intuito de facilitar essa análise e identificar tendências nas orientações político-partidárias, acrescentam-se os quadros a seguir, que dividem as respostas do poder público segundo os mandatos dos governos estaduais e federais.

**Gráfico 1**– Respostas políticas do governo federal e estadual – de janeiro de 1999 a janeiro de 2003

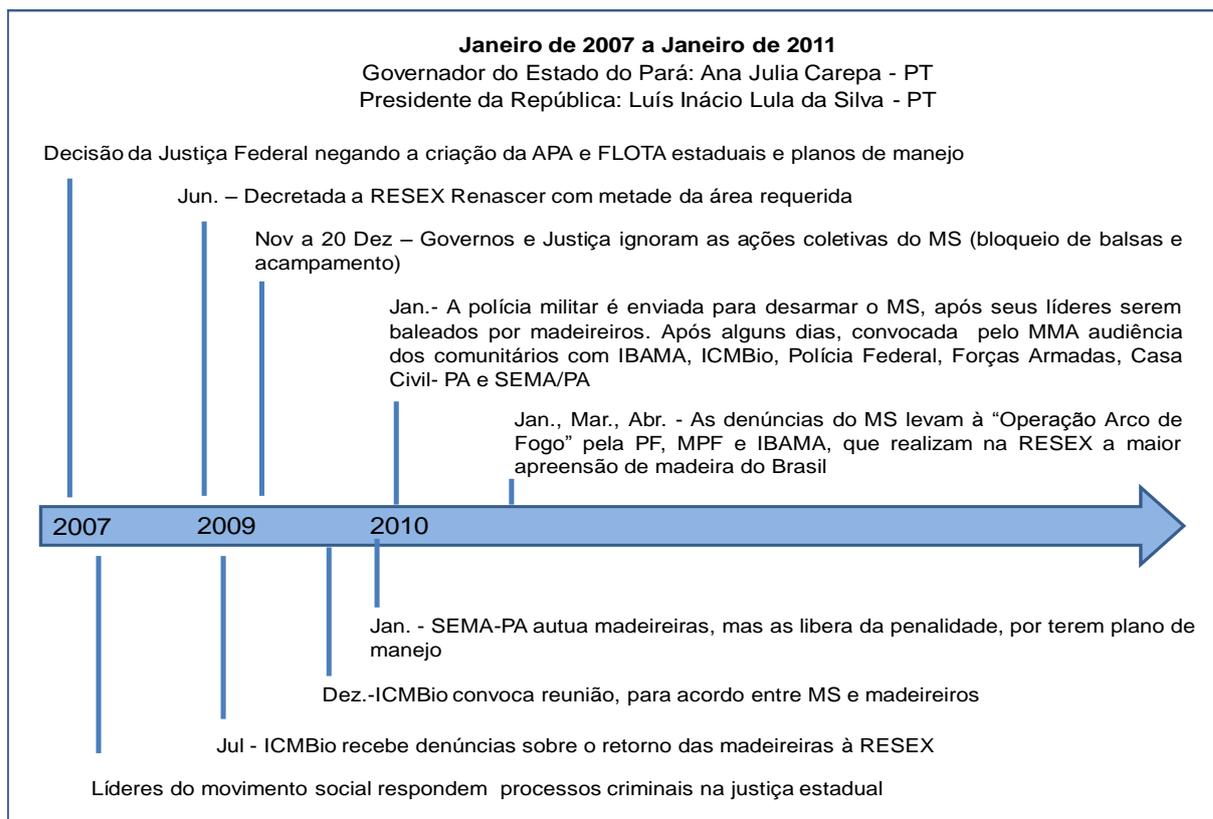


Fonte: Elaboração da autora

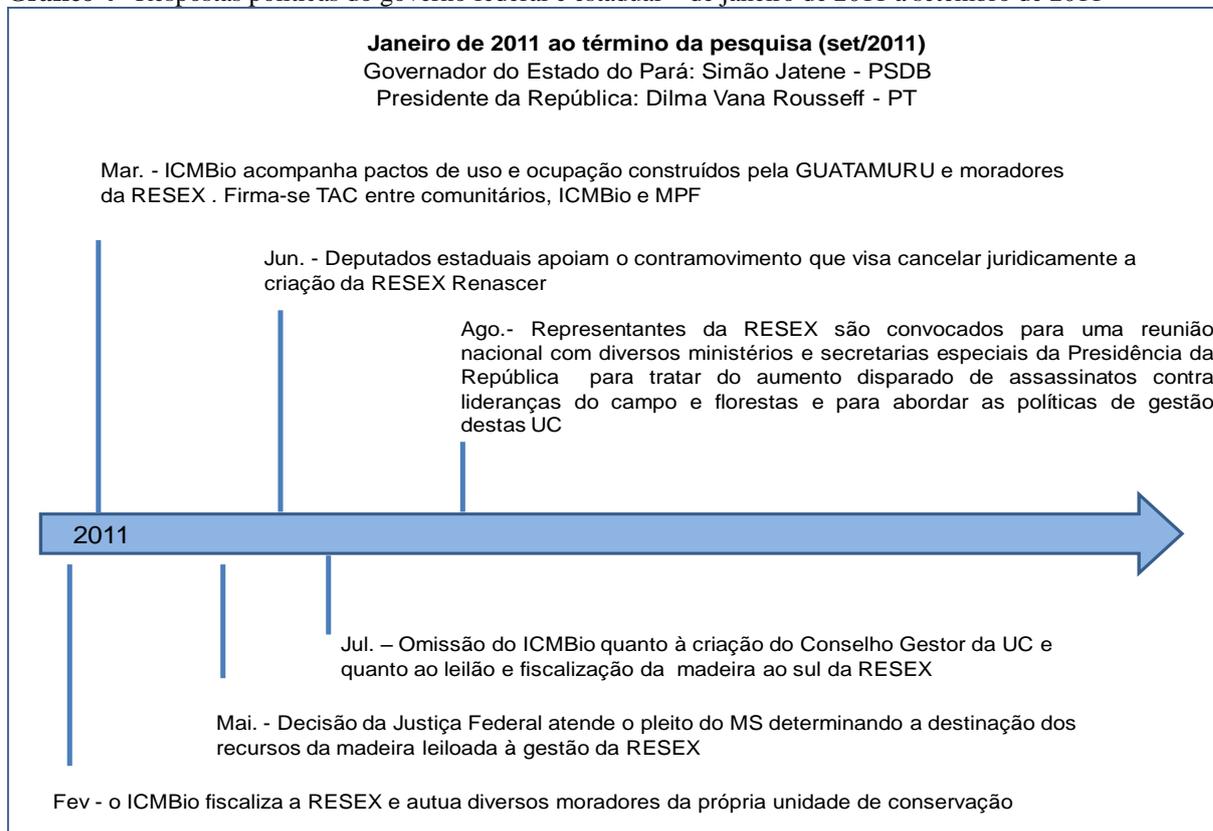
**Gráfico 2**– Respostas políticas do governo federal e estadual – de janeiro de 2003 a janeiro de 2007



Fonte: Elaboração da autora

**Gráfico 3**– Respostas políticas do governo federal e estadual – de janeiro de 2007 a janeiro de 2011

Fonte: Elaboração da autora

**Gráfico 4**– Respostas políticas do governo federal e estadual – de janeiro de 2011 a setembro de 2011

Fonte: Elaboração da autora

Interpretando-se os gráficos acima, pode-se afirmar que o período compreendido entre janeiro de 1999 e janeiro de 2003, período dos mandatos de Almir Gabriel (governo do Pará) e Fernando Henrique Cardoso (governo federal), representa o nascimento do movimento social pela criação e defesa da RESEX Renascer. O governo estadual favorecia os projetos de extração madeireira para a região e o movimento buscava no governo federal o reconhecimento da área como unidade de conservação, sem, contudo, obter resultados. Não houve qualquer resposta política favorável de ambas as instâncias de governo.

Entre janeiro de 2003 e janeiro de 2007, nos mandatos de Simão Jatene (governo do Pará) e Luís Inácio Lula da Silva (governo federal), acentuam-se as contradições entre as políticas públicas destas duas instâncias de governo. O governo do Pará deixa clara a sua intenção de permitir a exploração de madeira e minério na região, enquanto o governo federal é pressionado a resolver os conflitos, que se tornam mais violentos na região. Com isso, o IBAMA prossegue com os estudos sobre a viabilidade de criação da RESEX Renascer. Ao aplicar as legislações socioambientais (relativamente recentes), a Justiça Federal reconhece a violação de direitos das comunidades locais e pressiona o governo federal para defendê-las. Nesse período, após ação coletiva que resultou em conflitos violentos entre madeireiros e movimento social, o governo federal realiza a “Operação Renascer”, que consiste em ação fiscalizadora e investigativa da atuação ilegal de madeireiros e da polícia militar do estado.

Entre janeiro de 2007 a janeiro de 2011, o presidente Luís Inácio Lula da Silva permanecia na presidência da república e o governo do Pará agora era ocupado por Ana Júlia Carepa, do mesmo partido. Logo no início do período, a Justiça Federal impediu o projeto de desenvolvimento concebido pelo antigo governo do Estado do Pará e determinou ao governo federal ultimasse a análise de viabilidade da RESEX Renascer. Com isso, a conduta do governo federal passou a ser conciliatória: cria-se a Reserva com metade da área pleiteada e ignora-se, no início do pedido, as denúncias do movimento social quanto ao retorno dos madeireiros. Após a ação coletiva do acampamento no interior da RESEX Renascer, em 2010, resta clara a necessidade da presença do governo federal na área. Novamente a polícia militar do estado do Pará atuou como milícia particular dos madeireiros da região de Prainha.

Segundo alguns entrevistados, a maior ação de fiscalização realizada pelo governo federal nos municípios de toda a região oeste do Pará (“Operação Arco de Fogo”) foi provocada pela ação coletiva do movimento social pela criação e defesa da RESEX Renascer. Esta operação culminou na maior apreensão de madeira realizada no Brasil, redirecionando as políticas públicas relacionadas às reservas extrativistas:

Isso foi em março de 2010. Foi isso que gerou toda a Operação Arco de Fogo. Eles ficaram lá porque tinham balsas saindo com madeira de lá de dentro. Tinham 4 balsas ainda lá dentro. Eles ficaram lá [acampamento] pra dizer que não sairia estas balsas dali<sup>259</sup>.

A ação coletiva do acampamento e as irregularidades constatadas pela Operação Arco de Fogo fizeram com que a Força Nacional permanecesse por meses na RESEX, fiscalizando as dinâmicas de uso e ocupação locais. Conforme a descrição acima, o conflito entre moradores da Renascer e madeireiros teria atraído a Força Nacional:

Mas, foi, assim, é [...] pelo conflito que houve, o Governo determinou que a Força Nacional fosse lá pra região, pra dentro da RESEX. Então, foi que se instalaram lá, fizeram uma base no barco mesmo, e lá eles se instalaram. Eles passaram quase um ano todo lá, eles chegaram em 2010, saíram esse ano de lá<sup>260</sup>.

Diversos entrevistados do movimento social afirmam que, antes de 2010, quase não havia a presença do Estado na região da RESEX. A única presença descrita como comum era a da polícia militar, favorável aos madeireiros. Boa parte das ações coletivas visa justamente atrair o governo federal para a região. E mesmo após a criação da RESEX, os moradores queixam-se do abandono do órgão ambiental, mas o movimento social costuma aproveitar os momentos em que o órgão se faz presente para no diálogo em relação à proteção e gestão da Renascer:

Sempre, o ICMBio sempre demorou. O ICMBio só vem aqui no momento que a gente chama. Como veio uma fiscalização e esta fiscalização teve que ficar permanente, e junto desta fiscalização tava o ICMBio, a gente achou que deveríamos aproveitar para que a gente pudesse fazer o trabalho. E foi que a gente começou, né, a fazer as discussões nas comunidades<sup>261</sup>.

Nem sempre a presença do órgão ambiental na região é favorável. Se, de um lado, a fiscalização inicialmente contribui, fornecendo segurança para que os integrantes da GUATAMURU, do MDR e seus parceiros pudessem iniciar uma discussão e um acordo sobre usos no interior da RESEX junto às comunidades, de outro, a ocorrência de algumas situações, tomadas como excesso, acabam acentuando a rejeição de alguns moradores contra a reserva extrativista, contra o ICMBio e a GUATAMURU. Veja-se nos depoimentos:

Quando essa fiscalização chega pra gente, a gente acabou tendo problemas. [...] tem fiscalização que não quer saber se você é comunitário, se você é madeireiro, se você é fazendeiro, vai metendo todo mundo no pacote. Foi o que aconteceu [...] Aqui muita gente sobrevive de tirar madeira de motosserra, em pequenas quantidades. Sobrevive disso. Aí, eles foram pegos, foram autuados, foram multados, as

---

<sup>259</sup> Entrevista com Coordenador da CPT, Data: 09/06/2011, 14:40h.

<sup>260</sup> Entrevista com Cláudio, atual presidente do STR. Data: 24/08/11. 15h30.

<sup>261</sup> Entrevista com Ana, uma das principais líderes do MDR. Data: 21/08/11 9h40.

motosserras foram presas. Aí foi um impacto muito grande. As comunidades se revoltaram com isso<sup>262</sup>.

No período que abrange janeiro de 2011 e o término da pesquisa de campo, em setembro de 2011, Simão Jatene retornou ao governo do Pará e permaneceu o PT na presidência da república, com Dilma Rousseff. Em toda a Amazônia acentuou-se o contramovimento aos extrativistas, indígenas e ambientalistas, aumentando rapidamente o número de assassinatos contra as lideranças do campo e da floresta. Havia a omissão do governo estadual na proteção dos moradores e lideranças locais e a falta de fiscalização por parte do ICMBio quanto à madeira apreendida na Operação Arco de Fogo. Da mesma maneira, ainda não havia sido nomeado o Conselho Deliberativo, responsável pela gestão da RESEX. Com as omissões, o movimento social sofria com um novo ciclo de violência dos atores do seu contramovimento, que tinha respaldo nos antigos políticos do estado e município.

Quanto às reivindicações do movimento social para o período, destacamos: 1) a proteção ambiental e fundiária da área ao sul da RESEX (não incluída como UC), por onde os madeireiros voltavam a avançar; 2) o leilão imediato da madeira apreendida na Operação Arco de Fogo, com a destinação do recurso a um fundo de gestão da RESEX Renascer; 3) a indicação, por parte do ICMBio, de um gerente para a RESEX, para a construção do conselho deliberativo. Confira-se os depoimentos a seguir:

esta questão das madeiras no sul da RESEX está no foco. Assim que a gente desenrolar este negócio da madeira, a próxima energia a gente tem que ter para aquele lado do Sul, né, que é lá que está a nascente dos rios, de todos os três. Então, ali é que está o problema<sup>263</sup>.

O assistente jurídico ressalta a sua preocupação com a proteção fundiária e ambiental da parte Sul da RESEX (fora desta). Já, para uma das líderes do MDR, o foco do diálogo com o ICMBio, em 2011, era a gestão da RESEX e o leilão da madeira:

A gente tinha duas reivindicações fortes que a gente tava fazendo: uma é a questão da madeira, a outra é a gerente da RESEX. Isso aí é os dois pontos fundamentais. O gerente da RESEX, já conseguimos nomeação, se bem que [...] tem que vir logo, porque tem um monte de coisas acontecendo aí e a gente não sabe quem cobrar. [...] A outra situação é a situação da madeira<sup>264</sup>.

A única ação política federal até então elogiada pelos integrantes do movimento social foi a realização de um Encontro de líderes das RESEX da Amazônia. O encontro

---

<sup>262</sup> Entrevista com Ana, uma das principais líderes do MDR. Data: 21/08/11 9:40h.

<sup>263</sup> Entrevista com Manoel, assessor jurídico da Terra de Direitos. Data: 23/08/11 15h

<sup>264</sup> Entrevista com Ana, uma das principais líderes do MDR. Data: 21/08/11 9:40h

ocorreu em agosto de 2011, na região do Marajó – PA, sob a coordenação do ICMBio e MMA, contando com a presença de ministérios e secretarias especiais da presidência, preocupadas com o aumento vertiginoso do assassinato de lideranças extrativistas da região. No dizer de um dos participantes:

foi um encontro, assim fantástico. Porque, assim, lá só ia mesmo é [...] quem tinha interesse. [...] com várias RESEX. [...] Eu acredito que nós tamos em torno de umas seiscentas a setecentas lideranças. [...] Era o ICMBio, o Ministério do Meio Ambiente, o Ministro da Reforma Agrária, teve, parece, o novo presidente do INCRA, a Secretária da Ministra de Direitos Humanos. Foi bom, agora, assim, pelo menos assim, o pessoal desabafaram um bocado de coisa que, hoje, o governo tá muito distante da RESEX com estas políticas<sup>265</sup>.

O entrevistado elogiou a dimensão e a especificidade de público do encontro, que reuniu os líderes extrativistas da Amazônia com as diversas pastas afins do governo federal. Como ponto alto do encontro, destacou a possibilidade de criticarem a distância das políticas do governo em relação às necessidades das populações extrativistas. Confirma-se outra entrevista, que relaciona o encontro às mortes de lideranças extrativistas na Amazônia e elogia o diálogo com a atual Ministra de Meio Ambiente:

Essa viagem para São Sebastião da Boa Vista foi resultado daquelas mortes que aconteceram no sul do Pará, né, daquele casal que mataram. Aí, por conta disso, o CNS conseguiu fazer uma mobilização e levar as lideranças de cada RESEX pra lá. [...] Eu levei os problemas que estão aqui, que nós estamos vivendo ameaçados. [...] E a Ministra, ela é uma pessoa assim meio sensível. E foi ela que decidiu: Não, nós vamos pra lá. [...] Aí a Ministra, com a sensibilidade dela, ela achou que era bom ela ouvir os moradores, lá, que sentem na pele<sup>266</sup>.

Segundo o relato, a ministra teria se comprometido a visitar pessoalmente a RESEX Renascer, aproximando-se da busca por solução aos problemas locais. Na época, entrevistada nos informou que a visita antes programada havia sido adiada pela Ministra, não havendo previsão de data para ocorrer.

Após analisar todo o contexto supracitado, pode-se perceber que as respostas favoráveis do governo federal ocorreram após o uso de ações coletivas mais agressivas de desobediência civil por parte do movimento social. Do ponto de vista do governo do estado, porém, este tipo de ação coletiva normalmente gerava uma resposta mais violenta por parte da polícia militar e a rearticulação do diálogo entre madeireiras, oligarquias do município e governo, fortalecendo o contramovimento aos avanços da RESEX Renascer.

---

<sup>265</sup> Entrevista com João, ex-sindicalista e vereador, antiga liderança da região. Data: 24/08/11, 16h30.

<sup>266</sup> Entrevista com Ana, uma das principais líderes do MDR. Data: 21/08/11 9h40.

De fato, McAdam et. al.(1996) observam uma relação curvelínea entre o grau de violência dos grupos de contestação e o grau de repressão policial. Esta relação, no entanto, é contraditória: o movimento pode se fortalecer em adesão, na medida que se torna mais violento e usa estratégias mais radicais ou, às vezes, é refreado. Segundo os autores, “as técnicas policiais difusas e repressivas geram um processo de adaptação recíproca [...] desincentivando o protesto pacífico em massa, fortalecendo, contudo, a atuação de setores mais radicais e formas de processo mais rígidas (McADAM et al., 1996, p. 140).

No caso da RESEX Renascer, as ações coletivas mais ousadas foram fundamentais para atrair o governo federal para a região, sendo, em geral, favoráveis às conquistas de direito e institucionalização de demandas. Em contrapartida, ao longo do tempo, houve a reconexão entre os setores mais radicais do contramovimento no âmbito estadual e municipal. Mesmo com a RESEX decretada e prestes a ser gerida, o movimento social e os moradores convivem com graves ameaças a seus direitos, conquistas e integridade física.

## 6 CONCLUSÃO

Esse capítulo volta-se às conclusões acerca da interrelação entre o contexto macropolítico e as variações dinâmicas de estratégia de ação, os ciclos de protesto, repertórios e processos de institucionalização do movimento social pela criação e defesa da RESEX Renascer. Com isto, procura-se responder às questões de pesquisa, afastando ou confirmando as hipóteses aventadas.

Vale relembrar que o problema suscitado neste trabalho era colocado na forma de duas questões, interrelacionadas:

Pergunta 1 - A conquista da RESEX Renascer seria resultado cumulativo e histórico das estratégias de mobilização, coalizão política e dos repertórios das lideranças locais ou das comunidades tradicionais desta região amazônica?

Pergunta 2 - Ou essa conquista teria razões mais perenes, as quais podem ser associadas às transformações institucionais, históricas e estruturais ocorridas o interior do Estado e dos padrões de relação entre o Estado e a sociedade civil?

Para respondê-las, aventavam-se 3 hipóteses, quais sejam:

**1ª Hipótese:** A conquista, por parte do movimento social pela criação e defesa da RESEX Renascer, seria uma combinação dinâmica entre fatores macroestruturais (legais, políticos e institucionais) e de fatores microestruturais, com influências históricas, repertório, estratégias próprias e idiossincrasias que decorrem das escolhas divergentes, necessidades, cultura política e características identitárias das comunidades que ele representa.

**2ª Hipótese:** As estratégias de ação do movimento social pela criação e defesa da RESEX Renascer foram influenciadas e influenciaram, em menor proporção, o quadro da estrutura de oportunidades políticas do cenário federal e o ciclo de protestos de movimentos similares, entre 2000 e 2011.

**3ª Hipótese:** O processo de institucionalização do movimento social e a transição de uma primeira fase inicial de protestos, denúncia e reivindicação para o atual estágio de gestão também podem ser explicados dentro do referido quadro de estrutura de oportunidades políticas.

Para a resposta imediata às questões a primeira hipótese nos parece mais adequada. A análise histórica do movimento social e a combinação dinâmica entre os fatores micro e macropolíticos exposta nesta pesquisa confirmam parcialmente a primeira hipótese.

De fato, não se pode afirmar que as conquistas micropolíticas, cumulativas ao longo da história, do movimento social aconteceram de forma isolada. Houve o aproveitamento da estrutura de oportunidades políticas (contexto legal, político e institucional) por parte do movimento e isto influenciou inclusive decisões judiciais, decisivas em momentos de conflito de interesses entre governos e atores sociais. No entanto, embora a estrutura de oportunidades políticas no âmbito federal tenha facilitado as conquistas do movimento social, são as estratégias de organização, construídas a partir da cultura e história micropolítica, que garantiram e garantem tal nível de coesão e força para o movimento social. Estes fatores históricos e micropolíticos de organização do movimento social revelaram-se como os fatores preponderantes para as conquistas do movimento. A coesão fez com que o movimento social se renovasse por décadas, adaptando-se às possibilidades institucionais ao mesmo tempo em que persistia na consecução da proteção do território, dos direitos dos moradores tradicionais e na emancipação das forças políticas dominadoras e exploratórias locais.

O movimento social foi capaz de manter os mesmos marcos referenciais, reinventando, de acordo com sua especificidade, alguns repertórios de ação coletiva históricos, como os empates, o gesto de atear fogo e o acampamento de comunitários.

A identidade extrativista assumida pelo movimento social tem significado político, representando a consolidação da luta iniciada pelo Sindicato dos Trabalhadores Rurais, pelo movimento ribeirinho das comunidades de Porto de Moz, do movimento dos seringueiros do Acre e das comunidades da base da Comissão Pastoral da Terra. Assumir essa identidade não significa reconhecer “que se extrai da natureza seus elementos de subsistência”. Significa fazer parte de um movimento de resistência, que busca a autonomia de uma forma peculiar de vida, incorporando, inclusive, o direito à manutenção da cultura da pequena criação de gado.

As oportunidades políticas que surgiram a partir do final da década de 1990 apenas fizeram “renascer” e se expandir a mesma luta histórica, agora com nova roupagem política e institucional. Como se viu alhures, as principais reivindicações do movimento social pela criação e defesa da RESEX Renascer são permanentes e consistem na fiscalização da atuação ilegal dos madeireiros, na proteção à vida das lideranças comunitárias ameaçadas, na implementação de políticas de saúde e educação na região; na proteção à moradia e trabalho dos moradores da região, que sofrem com a desterritorialização; nas denúncias sobre a relação

entre a polícia militar e madeireiros. É nesse contexto que se luta pela criação e defesa da RESEX, como os únicos meios institucionais conhecidos pelo movimento social e possibilitados pelo Estado brasileiro diante de conflitos desta natureza.

Diante disso, respondendo-se às questões de pesquisa supracitadas, pode-se afirmar que a conquista da RESEX Renascer foi o meio institucional que conciliou parcialmente as reivindicações do movimento social com as formas jurídicas e políticas reconhecidas pelo Estado. A conquista dos direitos pelo movimento social foi o resultado cumulativo e histórico da ação coletiva local e de um movimento social mais amplo das comunidades tradicionais da Amazônia brasileira. E foi justamente a atuação destes movimentos sociais que desencadeou transformações institucionais, históricas e estruturais no interior do Estado, alterando os padrões de relação entre o Estado e as comunidades extrativistas e tradicionais do país.

Nesse ponto, passa-se a concluir que a segunda hipótese foi refutada pelos resultados desta pesquisa. Segundo a 2ª hipótese, “as estratégias de ação do movimento social ora estudado foram influenciadas e influenciaram, em menor proporção, o quadro da estrutura de oportunidades políticas do cenário federal e o ciclo de protestos de movimentos similares, entre 2000 e 2011”. Ocorre que se observou justamente o contrário: as estratégias de ação coletiva de fato foram influenciadas pela estrutura de oportunidades políticas do período mencionado, contudo, influenciaram *em maior proporção* esta estrutura e o ciclo de protestos para outros movimentos sociais de identidade similar na região.

Ao analisar, de forma mais detida, as respostas institucionais do Estado às demandas do movimento social e, ao verificar a manutenção dos marcos referenciais e da identidade deste movimento, restou claro que este obtém êxito em influenciar mudanças estruturais nos valores e princípios institucionais do Estado. O movimento impulsionou políticas públicas difusas para o tratamento político, institucional e jurídico das populações tradicionais e reservas extrativistas da região, atraindo ações fiscalizatórias para a região, a criação de um mosaico de unidades de conservação na região da Terra do Meio e contribuindo para que decisões judiciais obstassem projetos desenvolvimentistas do governo estadual, baseados na extração de madeira e minério no local.

Em sua trajetória de diálogos com o poder público e conquistas das suas reivindicações, o movimento social também teve institucionalização parcial, principalmente ao sintetizar suas demandas na criação da RESEX Renascer. Nesse sentido, confirma-se parcialmente a 3ª hipótese segundo a qual “o processo de institucionalização do movimento social e a transição de uma primeira fase inicial de protestos, denúncia e reivindicação para o

atual estágio de gestão também podem ser explicados dentro do referido quadro de estrutura de oportunidades políticas”.

Na medida em que a estrutura de oportunidades políticas foi se consolidando como favorável às demandas do movimento social este passou a centrar esforços na gestão da unidade de conservação e de suas demandas. Contudo, mesmo com a criação da RESEX e a organização do movimento para a gestão desta UC, não se pode falar em institucionalização completa do movimento, nem no abandono das estratégias de protestos, denúncias e reivindicações. Isso porque houve a reconexão dos opositores ao movimento, surgindo oportunidades políticas também ao contramovimento, que se fortaleceu para reivindicar seus próprios interesses. Houve necessidade, portanto, de se continuar os protestos, as denúncias e as reivindicações para se assegurar os direitos já conquistados, ante a permanente ameaça dos grupos opositores.

Assim, conforme anteriormente aludido, o movimento social pela criação e defesa da RESEX Renascer não realizou a transição da fase de reivindicação para a fase de gestão: atualmente ambas as estratégias convivem paralelamente, dividindo-se na atuação do Movimento pela Defesa da Renascer – MDR e da Associação GUATAMURU.

**Quadro 12** – Operacionalização das hipóteses e análise dos resultados

HIPÓTESE	VALIDADE	FUNDAMENTO	VARIÁVEIS CONSIDERADAS
<p><b>1ª Hipótese:</b> A conquista, por parte do movimento social pela criação e defesa da RESEX Renascer, seria uma combinação dinâmica entre fatores macroestruturais (legais, políticos e institucionais) e de fatores microestruturais, com influências históricas, repertório, estratégias próprias e idiosincrasias que decorrem das escolhas divergentes, necessidades, cultura política e características identitárias das comunidades que ele representa.</p>	<p>Parcialmente confirmada</p>	<p>Embora a estrutura de oportunidades políticas no âmbito federal tenha facilitado as conquistas do movimento social, os fatores históricos e micropolíticos de organização do movimento social revelaram-se como os fatores de influência preponderantes.</p>	<p><b>1º Foco analítico:</b></p> <p>7) Alternância de poderes nos governos federal e estadual;</p> <p>8) Mudanças nas orientações políticas e econômicas para a região;</p> <p>9) Evolução da legislação ligada às populações tradicionais e UC;</p> <p>10) Criação ou manutenção de políticas emancipatórias para as populações tradicionais;</p> <p>5) Aprovação de legislações relacionadas aos temas RESEX e populações tradicionais;</p> <p>6) Decisões judiciais para a proteção da RESEX Renascer e suas populações</p> <p><b>2º foco analítico</b></p> <p>13) Protestos compreendidos como desobediência civil;</p> <p>14) Natureza das demandas ou reivindicações;</p> <p>15) Possibilidade de negociação com os poderes públicos e constância do diálogo</p> <p>16) Forma de tomada de decisão e divisão de tarefas</p> <p>17) Número de parceiros influentes;</p> <p>18) Episódios de resistência mais representativos por parte dos opositores ao movimento social</p>
<p><b>2ª Hipótese:</b> As estratégias de ação do movimento social pela criação e defesa da RESEX Renascer foram</p>	<p>Parcialmente Refutada</p>	<p>Observou-se justamente o contrário: as estratégias de ação coletiva de fato foram influenciadas pela estrutura de oportunidades políticas do período mencionado, contudo,</p>	<p><b>1º Foco analítico:</b></p> <p>1) Alternância de poderes nos governos</p>

<p>influenciadas e influenciaram, em menor proporção, o quadro da estrutura de oportunidades políticas do cenário federal e o ciclo de protestos de movimentos similares, entre 2000 e 2011.</p>		<p>influenciaram <i>em maior proporção</i> esta estrutura e o ciclo de protestos.</p>	<p>federal e estadual;</p> <ol style="list-style-type: none"> <li>2) Mudanças nas orientações políticas e econômicas para a região;</li> <li>3) Evolução da legislação ligada às populações tradicionais e UC;</li> <li>4) Criação ou manutenção de políticas emancipatórias para as populações tradicionais;</li> <li>5) Violência na aplicação do poder de polícia e forma de realização do controle civil;</li> <li>6) Criação de instituições / órgãos públicos voltados à defesa de populações tradicionais e gestão de unidades de conservação.</li> <li>7) Aprovação de legislações relacionadas aos temas “RESEX” e “defesa e reconhecimento das populações tradicionais”;</li> <li>8) Decisões judiciais para a proteção da RESEX Renascer e suas populações</li> </ol> <p style="text-align: center;"><b>2º foco analítico</b></p> <ol style="list-style-type: none"> <li>1) Protestos compreendidos como desobediência civil;</li> <li>2) Natureza das demandas ou reivindicações;</li> <li>3) Possibilidade de negociação com os poderes públicos e constância do diálogo;</li> <li>4) Reconhecimento jurídico da RESEX Renascer e demandas jurídicas afins do seu movimento social;</li> <li>5) criação de conselhos e outros canais de comunicação com o Estado;</li> <li>6) Forma de tomada de decisão e divisão de tarefas;</li> </ol>
--	--	---	--

			<p>7) Fonte de recursos;</p> <p>8) Membros que passaram a atuar no Poder Executivo ou Legislativo;</p> <p>9) Principais demandas atendidas pelo Poder Público.</p>
<p><b>3ª Hipótese:</b> O processo de institucionalização do movimento social e a transição de uma primeira fase inicial de protestos, denúncia e reivindicação para o atual estágio de gestão também podem ser explicados dentro do referido quadro de estrutura de oportunidades políticas.</p>	<p>Parcialmente confirmada</p>	<p>O M.S. pela criação e defesa da RESEX Renascer não realizou a transição da fase de reivindicação para a fase de gestão: atualmente ambas as estratégias convivem paralelamente, dividindo-se na atuação do Movimento pela Defesa da Renascer – MDR e da Associação GUATAMURU</p>	<p><b>1º foco analítico</b></p> <p>1) Alternância de poderes nos governos federal e estadual;</p> <p>2) Mudanças nas orientações políticas e econômicas para a região;</p> <p>3) Evolução da legislação atinente às populações tradicionais, gestão florestal e unidades de conservação (de interesse ao caso);</p> <p>4) Criação ou manutenção de políticas emancipatórias para as populações tradicionais;</p> <p>5) Violência na aplicação do poder de polícia e forma de realização do controle civil;</p> <p>6) Criação de instituições / órgãos públicos voltados à defesa de populações tradicionais e gestão de unidades de conservação</p> <p>7) Aprovação de legislações relacionadas aos temas “RESEX” e “defesa e reconhecimento das populações tradicionais”;</p> <p><b>2º foco analítico</b></p> <p>1) Protestos compreendidos como desobediência civil;</p> <p>2) Natureza das demandas ou reivindicações;</p> <p>3) Possibilidade de negociação com os</p>

			<p>poderes públicos e constância do diálogo;</p> <p>4) Reconhecimento jurídico da RESEX Renascer e demandas jurídicas afins do seu movimento social;</p> <p>5) Criação de conselhos e outros canais de comunicação com o Estado;</p> <p>6) Forma de tomada de decisão e divisão de tarefas;</p> <p>7) Fonte de recursos;</p> <p>8) Membros que passaram a atuar no Poder Executivo ou Legislativo;</p> <p>9) Principais demandas atendidas pelo Poder Público;</p> <p>10) Número de parceiros influentes (entidades, associações e agentes políticos de influência direta);</p> <p>11) Episódios de resistência mais representativos por parte dos opositores ao movimento social</p> <p>.</p>
--	--	--	--

Fonte: Elaboração da autora

## 6.1 ANÁLISE CONCLUSIVA DAS HIPÓTESES E CONSIDERAÇÕES FINAIS

O movimento social pela criação e defesa da RESEX Renascer teve como células organizativas, repertórios e marcos referenciais de outros movimentos locais e amazônicos do final da década de 1970. No entanto, a partir do final da década de 1990, o movimento assumiu nova identidade, numa estrutura restrita de oportunidades políticas em âmbito estadual e local, mas aberta ao diálogo e oportunidades em âmbito federal.

Historicamente sempre se verificou a ausência dos governos federal e estadual na região. A violência das oligarquias políticas locais somada ao exercício ilegal da polícia militar estadual levou o movimento social a ações coletivas marcadas por desobediência civil, autorregulação ou embates diretos pautados por normas compartilhadas pelas comunidades.

A própria opção pela reivindicação de uma RESEX na localidade (unidade de conservação federal) foi motivada primordialmente pela busca da presença e proteção do governo federal às terras e comunidades locais. A RESEX era vista como única alternativa institucional para a proteção fundiária das comunidades ribeirinhas locais e como forma de se impedir a exploração madeireira na região. Esse contexto macropolítico foi reforçador para a micropolítica local, contribuindo para a compreensão e renovação de repertórios de ação coletiva, marcos referenciais (ideológicos), estratégias de ação e formas de organização e institucionalização parcial do movimento social.

Pude perceber que a criação da Reserva Extrativista Renascer vai além da preocupação ambiental. Representa, de um lado, a única forma institucional facultada pelo Estado brasileiro para o reconhecimento da posse das comunidades tradicionais sobre as áreas que ocupam secularmente e, de outro, um horizonte da emancipação política das comunidades, que buscam há décadas concretizar um projeto próprio de desenvolvimento, libertas da dominação oligárquica e exploração econômica.

A busca pelo enquadramento das condições jurídicas que permitem o acesso às políticas públicas de criação e gestão da RESEX acabou consolidando na maior parte dos moradores da reserva a autoidentificação extrativista. No entanto, não há unanimidade quanto a esta identidade, principalmente ante ao seu significado político – vinculado à luta de trabalhadores rurais, comunidades tradicionais amazônicas e comunidades de base da Igreja – e ao receio de se ter o desenvolvimento econômico restringido.

De qualquer forma, esta identidade coletiva tem sobressaído ante a realidade local, principalmente após a implementação da política pública da RESEX. A criação da Reserva diminuiu drasticamente a presença violenta dos madeireiros ilegais no interior da área, aumentando as possibilidades de manutenção das formas tradicionais de vida dos moradores.

Faz-se importante retomar brevemente a tese de Moreira (2008) sobre o movimento social de Porto Moz (da RESEX “Verde para Sempre”). A tese é que o movimento social de Porto Moz – assim como outros similares, do oeste ao leste da região – teria semelhanças e conexões em relação aos fenômenos sociais do movimento dos seringueiros, no Acre, na década de 80.

No caso do movimento pela criação e defesa da RESEX Renascer, e de acordo com a metodologia da escola do processo político empregada nesse trabalho, compreendo que o movimento social faria parte de um ciclo de protestos aberto pelo Movimento dos Seringueiros, no Acre, aproveitando-se de seus precedentes históricos, políticos, jurídicos e institucionais, bem como de alguns de seus repertórios e marcos referenciais. Todavia, outros dois movimentos tiveram uma influência mais direta: o Movimento dos Trabalhadores Rurais da região de Santarém (final da década de 70 e década de 80) e o movimento social pela RESEX “Verde para Sempre”, em Porto de Moz (de 90 a 2004).

Essas influências não podem ser descartadas em nome do universalismo de um único movimento extrativista de dimensão amazônica, pois foi a combinação de marcos referenciais, repertórios e estruturas de organização dos referidos movimentos – somada às particularidades geográficas da RESEX – que possibilitou o nascimento desse movimento social peculiar (pela criação e gestão da RESEX Renascer), que agora formata um modelo específico para a gestão da unidade de conservação.

É nesse contexto que a associação GUATAMURU simboliza, até mesmo em seu nome, um modelo de gestão descentralizada, democrática e pautada nas decisões autônomas dos moradores da reserva. Embora institucionalizada, a associação como principal parceiro o MDR, que é a continuidade do movimento social, essencialmente espontâneo e não institucional.

Ainda quanto à identidade dos moradores locais, há várias comunidades que também se autodefinem como produtoras rurais e pequenas criadoras de gado. Isso vem ampliando o campo de conflitos com o Estado, principalmente em virtude do tratamento universalista conferido pela legislação ambiental e pelo ICMBio às comunidades extrativistas.

É preciso deixar claro que os moradores da Renascer não se enquadram nas características extrativistas tradicionais, nos moldes do Movimento dos Seringueiros do Acre e no formato legal previsto pelo SNUC (Brasil, 1990). Para compreendê-los é necessário absorver a essência política desta identidade, o sentido histórico e antropológico da relação das comunidades com o ambiente onde se inserem e o impacto econômico da criação de gado, que nasceu justamente das políticas de incentivo do governo federal em décadas passadas.

A necessidade dos moradores locais de governança própria do seu território e a busca por emancipação política são tão fortes que até mesmo o STR, a Colônia dos Pescadores e o PT (antigos aliados históricos), hoje são rejeitados, por representarem os novos dominadores, com hegemonia política na região e que agem por meio da negociação e do consenso de interesses políticos. Com isso, constata-se como atual campo de conflitos a intervenção do STR, Colônia dos Pescadores e políticos do PT nos processos decisórios dos moradores da RESEX e na gestão desta unidade de conservação.

A esta altura da gestão da RESEX, também é possível se vislumbrar um campo de conflito iminente, reforçado pelo próprio formato padronizado imposto pelas leis que regem a gestão das unidades de conservação e pelo *modus operandi* do ICMBio. Em nome de uma suposta “democratização da gestão da RESEX”, o ICMBio deverá nomear um gestor do próprio órgão ambiental para a UC e formará um conselho deliberativo. Este será composto por diversas instituições, as quais se mostram justamente como as opositoras ao projeto de futuro dos moradores da RESEX e integrantes da GUATAMURU.

Com isso, os moradores serão obrigados a consensuar seus interesses com alguns atores de seu campo de oposição, os quais, inclusive, terão assentos mais numerosos no conselho deliberativo da reserva. Conforme nos foi informado, devem integrar esse conselho instituições como Prefeitura de Prainha, STR, Colônia dos Pescadores, CNS e universidades estaduais. Além disso, o próprio ICMBio se manterá como o gestor (dominador do território), autorizando ou não, em última instância, o formato de condução do desenvolvimento local.

Apesar de todo o formato estruturado para a GUATAMURU, o conselho deliberativo será, em última instância, o “filtro de negociação política” para as demandas dos moradores tradicionais da área. Certamente, isso frustrará as expectativas das comunidades, obrigando os moradores da RESEX a negociarem seus interesses com seus opositores históricos, hegemônicos e representantes de um projeto de desenvolvimento contrário. Assim, novamente se estará diante de um conflito entre legalidade e legitimidade, gora presente no campo da gestão da unidade de conservação, acentuando os conflitos pelo poder local.

A interrelação que procurei estabelecer entre as instituições e oportunidades políticas pareceu-me fundamental para que eu pudesse avaliar os impactos das macropolíticas sobre o movimento social pela criação e defesa da RESEX Renascer, refletindo sobre a sua capacidade de impingir mudanças a esse macrocontexto.

Nesse aspecto, confirmou-se a constatação de Touraine (1989) sobre a influência direta do Estado nos movimentos sociais da América Latina e a falta de separação nítida entre sociedade civil e Estado. De forma geral, o estado tende a limitar a capacidade de ação autônoma do movimento social, seja pelo inerente processo de institucionalização ou pela interferência dos chamados “caciques” (tradicionais agentes de dominação social, como patrões, padrinhos políticos, senhores da terra etc.), que seriam os “protetores autoritários” que controlam as relações entre o centro econômico e político de um país e uma sociedade local.

No entanto, a coesão e organização do movimento social pela criação e defesa da RESEX Renascer e sua capacidade de manter a coerência identitária no diálogo com o Estado revelou-se como surpreendente. Quando iniciei a pesquisa, acreditava que, a esta altura de gestão da RESEX, o poder público já havia influenciado os rumos da cultura política do movimento social, através de condicionamentos relacionados à institucionalização. Constatei, no entanto, o contrário. O movimento luta para que o Estado (especialmente o ICMBio) respeite as particularidades culturais, sociais e econômicas dos moradores da RESEX, adaptando o seu *modos operandi* às necessidades locais.

À título conclusivo, importa reafirmar a complexidade de se conectar as estruturas objetivas e processos subjetivos (históricos e identitários) ao contexto macropolítico. Por mais que se buscasse combinar linhas teóricas, tais aspectos micro e macropolíticos se inter cruzam configurando-se fenômenos sociais que contém, ao mesmo tempo, significados do passado, atualizações de estrutura e atuações subjetivas de mundo do presente.

As categorias aqui utilizadas acabaram reforçando ainda mais a constatação de uma natureza pluridimensional, que interfere na trajetória do movimento social, e de um contexto macropolítico tão dinâmico que se torna difícil estabelecer relações causais entre ocorrências políticas, institucionais e jurídicas e a trama histórica do movimento. Há um vasto espaço ocupado por fatores inesperados e subjetivos, não contemplados por este trabalho e nem pelos paradigmas científicos ora utilizados.

Mauro Maldonato (2004), em artigo publicado na revista *Scientif American – Brasil*, ao tratar dos novos paradigmas científicos, refere-se a “efeitos inintencionais”, de “decidir o indecível” e de se “explicar o inexplicável”, figuras que estariam na fronteira entre ciência e filosofia. Termina-se essa dissertação com um sentimento descrito pelo autor como um incômodo comum entre cientistas e pesquisadores: a angústia causada pelos excessos de realidade, dogmas ou teorias científicas, com a necessidade de se guardar espaço para imagens, aproximações, metáforas e encontros inusitados.

Para Maldonato (2004, p. 36), em toda a realidade, há um “mundo vital, com iluminações transversais que esclarecem nexos significativos que não podem ser logicamente derivados”. De fato, a história do movimento social pela criação e defesa da RESEX Renascer revelou inúmeras dinâmicas pessoais e inesperadas por parte de líderes, encontros aleatórios com aliados do movimento e fatores históricos marcados por paixões e ímpetos individuais. A presença transversal de valores e metáforas dos discursos dos entrevistados e até em seus comportamentos acabaram se mostrando como essenciais para a compreensão da cultura política e dos resultados obtidos pelo movimento social.

Acredita-se que nem mesmo estudos antropológicos, psicológicos ou sobre as redes e parcerias abarcaria os momentos que nos foram relatados como “não intencionais”, com ações heróicas, criativas, instintivas, ditadas por afetos ou desafetos pessoais dos atores do movimento social e seus parceiros permanentes e eventuais. Apontar esses aspectos se faz relevante nessa conclusão, já que as abordagens culturalista do movimento social e da escola do processo político algumas vezes mostraram-se insuficientes para abarcar todo o dinamismo e a especificidade da história deste movimento social.

## REFERÊNCIAS

- ACEVEDO MARIN, Rosa Elisabeth; ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de (Org.) *Populações tradicionais*. Questões de terra na Pan-Amazônia. Belém: UNAMAZ, 2006, 104 p.
- ALLEGRETTI, Mary Helena. Reservas extrativistas: parâmetros para uma política de desenvolvimento sustentável na Amazônia. In: SANTILLI, Juliana. *Socioambientalismo e novos direitos: proteção jurídica à diversidade biológica e cultural*. São Paulo: Peirópolis, 2005. p. 142, 146.
- \_\_\_\_\_. *Empate e tiros na Resex Renascer, no Pará*. Disponível em: <<http://g1.globo.com/platb/natureza-maryallegretti/2010/01/>>. Acesso em: 24 set.2010.
- ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. O movimento sindical dos trabalhadores rurais e os conflitos agrários na Amazônia (1988-1990). *Revista Pará Agrário*, Belém: IDESP, n. 6,7, p. 90-100, dez./ jan., 1989-1990.
- \_\_\_\_\_. A dimensão política dos “conhecimentos tradicionais” na Amazônia. *Cadernos CEAS*. Salvador: Centro de Estudos e Ação Social, 2005.
- \_\_\_\_\_. Identidades, territórios e movimentos sociais na Pan-Amazônia. In: ACEVEDO MARIN, Rosa Elisabeth; ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. (Org.) *Populações tradicionais: questões de terra na Pan-Amazônia*. Belém: UNAMAZ, 2006, p. 60.
- \_\_\_\_\_. *Terra de quilombo, terras indígenas, “babaçuais livre”, “castanhais do povo”, faxinais e fundos de pasto: terras tradicionalmente ocupadas*. 2. ed. Manaus: OGSCA; UFAM, 2008. p. 80-124.
- ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. Universalização e localismo: movimentos sociais e crise dos padrões tradicionais de relação política na Amazônia. In: D’INCAO, Maria Angela; SILVEIRA, Isolda Maciel da (Org.). *A Amazônia e a crise da modernização*. 2. ed. Belém: ICSA; UFPA; MPEG 2009. p. 517-532.
- ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de; ACEVEDO MARIN, Rosa. Campanhas de desterritorialização na Amazônia: o agronegócio e a reestruturação do mercado de terras; In:\_\_\_\_\_. *Amazônia: região universal e teatro do mundo*. BOLLE, W.; CASTRO, E.; VEJMEJKA, M. (Org.). São Paulo: Globo, 2010.
- ALMEIDA, Mauro; CUNHA, Manoela Carneiro da. Populações tradicionais e conservação. In: PROGRAMA nacional da diversidade biológica: seminário de consulta. Avaliação e identificação de ações prioritárias para a conservação, utilização sustentável e repartição dos benefícios da biodiversidade da Amazônia Brasileira. Macapá: [s.n], 1999.
- ALONSO, Ângela; COSTA, Valeriano. Por uma sociologia dos conflitos ambientais no Brasil. In: ENCONTRO DO GRUPO MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO DA CLACSO., 2000. Rio de Janeiro. *Anais...* Rio de Janeiro, 22 e 23 nov. 2000. p. 1-15

ALVAREZ, S.; DAGNINO, E.; ESCOBAR, A. (Org.). *Cultura e política nos movimentos sociais latino-americanos: novas leituras*. Belo Horizonte: UFMG, 2000.

ANGELO, Claudio. *Para ambiente, 1º ano de Dilma é pior que o de Collor*. Brasília, DF, jan. 2012. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/ambiente/1028604-para-ambiente-1-ano-de-dilma-e-pior-que-o-de-collor.shtml>>. Acesso em: 25 fev. 2011.

ARAÚJO et al. *Sociedade, território e conflitos: BR163 em questão*. CASTRO, Edna. (Org.). Belém: NAEA, 1008. 297 p.

ARAÚJO, Roberto. et. al. Estado e sociedade na BR-163: desmatamento, conflitos e processo de ordenamento territorial In: BOLLE, W.; CASTRO, E.; VEJMEKKA, M. (Org.). *Amazônia: região universal e teatro do mundo*. São Paulo: Globo, 2010.

ARAÚJO, Roberto. *Da comunidade às populações tradicionais: aspectos da modernidade amazônica*. [S.l.: s.n.], 2006. no prelo.

ARAÚJO, Rosane de Seixas Brito. *Vozes dissonantes: estado, discurso e conflito no oeste do Pará*. 2007. 156 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido) - Núcleo de Altos estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará, Belém, 2007.

ASSET. Disponível em< [http://assets.wwf.org.br/downloads/dossie\\_RESEX.pdf](http://assets.wwf.org.br/downloads/dossie_RESEX.pdf)>. Acesso em: 18 set. 2009.

AZEVEDO, Reinaldo. O MST e o terrorismo oficializado. *VEJA*. Blog do Reinaldo Azevedo, nov. 2009. Disponível em: <<http://veja.abril.com.br/blog/reinaldo/geral/o-mst-e-o-terrorismo-oficializado/>>. Acesso em: 22 jan. 2012.

BALEE, W. Cultura na vegetação da Amazônia brasileira. In: NEVES, Valter. *A biologia e ecologia humana na Amazônia*. Belém: MPEG, 1989, p. 95-109.

BALETTI, Brenda; REGO, Gilson; SENA, Antonio. *Local residents stand Up to loggers and Brazilian Government Battle in Amazonia*. Disponível em: <<http://www.counterpunch.org/baletti01132010.html>>. Acesso em: 13 jan. 2010.

BECK, Ulrich. A reinvenção da política: rumo a uma teoria da modernização reflexiva. In: BECK; GIDDENS, Anthony; LASH, Scott. *Modernização reflexiva: política, tradição e estética na ordem social moderna*. São Paulo: UNESP, 1997. p. 11-73.

BENATTI, José Helder. A criação de unidades de conservação em áreas de assentamento de populações tradicionais. Um problema agrário ou ambiental? *Novos Cadernos NAEA*, Belém, v. 1, n. 2, dez., 1998.

\_\_\_\_\_. A posse agrária alternativa e a reserva extrativista na Amazônia. In: D'INCAO, Maria Angela; SILVEIRA, Isolda Maciel da Silveira (Org.). *A Amazônia e a Crise da Modernização*. 2. ed. Belém: ICSA; UFPA; MPEG, 2009. p. 545-551.

BOITO JUNIOR, Armando. A hegemonia neoliberal no governo Lula. *Crítica marxista*, n. 17. p. 10-36, jul. 2006. Disponível em: < <http://www.unicamp.br/cemarx/criticamarxista/critica17-A-boito.pdf>>. Acesso em: 22 jan. 2012.

BRAGA, Ubiracy de Souza. Massacre de Eldorado dos Carajás: 15 anos de impunidade blog da Revista Espaço Acadêmico. *Revista Espaço Acadêmico*, ano. 11, 2011. Disponível em: <<http://espacoacademico.wordpress.com/2011/04/30/massacre-de-eldorado-dos-carajas-15-anos-de-impunidade/>>. Acesso em: 25 jun. 2012.

BRASIL. Constituição (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília; D.F: Senado, 1988.

\_\_\_\_\_. *Estudo socioeconômico da área proposta para a criação da Reserva Extrativista Renascer: Prainha, PA*. Banco de Dados Georreferenciados e Produção Cartográfica. MONTEIRO, Raimunda (Coord.). Belém: MMA; IBAMA; UFRA, nov. 2006

\_\_\_\_\_. Ministério do Meio Ambiente. Política ambiental integrada para o desenvolvimento sustentável: Relatório de Gestão 2003-2006. Governo Federal. Brasília: DF, 2006.

\_\_\_\_\_. Ministério do Meio Ambiente (MMA). *Portaria MMA n. 9, de 23 de janeiro de 2007*. Disponível em: <<http://www.socioambiental.org/nsa/detalhe?id=2908>>. Governo decreta Resex Renascer depois de um ano sem criar novas unidades de conservação. Acesso em: 15 jun. 2009.

\_\_\_\_\_. \_\_\_\_\_. Presidência da República. *Plano Amazônia Sustentável: diretrizes para o desenvolvimento sustentável da Amazônia Brasileira / Presidência da República*. Brasília, DF: 2008. 112 p.

\_\_\_\_\_. *Decreto nº 0-003, de 05 de junho de 2009*. Dispõe Sobre a Criação da Reserva Extrativista Renascer, no Município de Prainha, no Estado do Pará, e da outras providências. *Diário Oficial da União*. Brasília, DF, 2009.

\_\_\_\_\_. *Decreto nº 98.897, de 30/01/1990*. Dispõe sobre as reservas extrativistas e dá outras providências. Disponível em: <[www.planalto.gov.br](http://www.planalto.gov.br)>. Acesso em: 7 jan. 2010.

\_\_\_\_\_. *Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000*. Regulamenta o art. 225, § 1º, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências. *Diário Oficial da União*. Brasília, DF, 2010. Disponível em: <[www.planalto.gov.br](http://www.planalto.gov.br)>. Acesso em: 7 mar. 2011.

\_\_\_\_\_. *Plano de desenvolvimento regional sustentável da área de influência da rodovia BR-163: documento inicial para discussão*. Brasília, julho de 2004. Disponível em: <[http://portal.saude.gov.br/portal/arquivos/pdf/br163docconsulta\\_a.pdf](http://portal.saude.gov.br/portal/arquivos/pdf/br163docconsulta_a.pdf)>. Acesso em: 25 jan. 2012.

BRÜSEKE, Franz Josep. “O problema do desenvolvimento sustentável como desafio para as Ciências”. *Cadernos NAEA*, Belém, n. 12, nov. 1994.

BUARQUE, Sérgio. *Construindo desenvolvimento local sustentável*. Rio de Janeiro: Garamond, 2006.

CANDIDO NETO. Renascer Porto de Madeira. Disponível em: <<http://candidoneto.blogspot.com/2010/01/renascer-porto-de-madeira-e-fechado.html>>. Acesso em: 10 set. 2011.

CARDOSO, Fernando H.; FALETO, E.. *Dependency and Development in Latin America*", University of California Press, 1979

CARVALHO JUNIOR. Elildo A. R.; GHIZONI JUNIOR Ivo R.; MELO, Ana Telma. *Laudo biológico*: proposta de criação da Reserva Extrativista Renascer, Prainha, PA. Santarém, novembro de 2006. Disponível em: <[http://tamua.files.wordpress.com/2010/10/carvalho\\_laudo-bio-renascer\\_2006.pdf](http://tamua.files.wordpress.com/2010/10/carvalho_laudo-bio-renascer_2006.pdf)>. Acesso em: 25 jan. 2012.

CAPRILES, René. Cinco milhões de hectares protegidos na Amazônia. *Revista Eco 21*, ano 15, n. 101, março/2005. Disponível em: < [http://ambientes.ambientebrasil.com.br/unidades\\_de\\_conservacao/artigos\\_ucs/cinco\\_milhoes\\_de\\_hectares\\_protegidos\\_na\\_amazonia.html](http://ambientes.ambientebrasil.com.br/unidades_de_conservacao/artigos_ucs/cinco_milhoes_de_hectares_protegidos_na_amazonia.html)>. Acesso em: 25 fev. 2012.

CARDOSO, Fernando Henrique; FALLETO, E. *Dependência e desenvolvimento na América Latina*. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.

CARDOSO, Ruth. *Movimentos sociais na América Latina*, [S.l: s.n], 1987.

CASTELLS, Manoel. *Cidade, democracia e socialismo*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1980.

CASTRO, Edna. Território, Biodiversidade e saberes de populações tradicionais. In: \_\_\_\_\_; PINTON, Florence (Org.). *Faces do trópico úmido: conceitos e novas questões sobre desenvolvimento e meio ambiente*. Belém: CEJUP; UFPA; NAEA, 1997, 446 p.

\_\_\_\_\_. Território, biodiversidade e saberes de populações tradicionais. In: DIEGUES, Antonio Carlos (Org.). *Etnoconservação: novos rumos para a proteção da natureza nos trópicos*. 2. ed. São Paulo: Hucitec; NUPAUB, p. 165-182, 2000.

\_\_\_\_\_. Políticas de Estado e atores sociais na Amazônia contemporânea. In: BOLLE, W., Castro, E.; VEJMEKKA M. (Org.). *Amazônia: região universal e teatro do mundo*. São Paulo: Globo, 2010. 306 p. v. 1.

CASTRO, Mauro André Costa de. *Grandes projetos na Amazônia e comunidades tradicionais: o caso da mineração de bauxita no PAE Juriti Velho*. 2010. 123 f. Dissertação (Mestrado em Planejamento do Desenvolvimento) - Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará, Belém, 2010.

CAVALCANTE, Fábio Robson Casara; RIBEIRO, Karine Damasceno; PARADA, Marilza Divina. *A Reforma administrativa gerencial: análise da estrutura do IBAMA e de sua eficiência através do parâmetro de desmatamento no Estado de Rondônia*. 2005. Disponível em: <<http://www.anppas.org.br/encontro4/cd/arquivos/GT2-541-256-20080509175944.pdf>>. Acesso em: 23 maio 2012.

CLARK, Nathália. *Na contramão de Dilma, as áreas protegidas*. Disponível em: <<http://www.oeco.com.br/reportagens/25222-na-contramao-de-dilma-as-areas-protegidas>>. Acesso em: 3 ago. 2011.

COSTA, Luciana Miranda. *Discurso e conflito: dez anos de disputa pela terra em Eldorado do Carajás*. Belém, UFPA; NAEA, 1999. p.

DIÁRIO DO PARÁ. Operação renascer deverá continuar. Belém, p. 11, dez. 2006. *Caderno Regional*.

DIEGUES, Antonio Carlos; RINALDO S. V. Arruda. *Saberes tradicionais e biodiversidade no Brasil*. Brasília, DF: MMA; São Paulo: USP, 2001.

DIEGUES, Antonio Carlos Santana. *O mito moderno da natureza intocada*. 4. ed. São Paulo: USP, 2002.

\_\_\_\_\_. (Org.). *A ecologia política das grandes ONGs transnacionais conservacionistas*. São Paulo: NUPAUB; USP, 2008. 193 p.

DINIZ, et al.; Gilney (Org.). *O desafio da sustentabilidade: um debate socioambiental no Brasil*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2001.

DOMTOTAL. *Governo Dilma é acusado de retrocesso na política ambiental*. Disponível em: <<http://www.domtotal.com/direito/pagina/detalhe/29393/o-2-mandato-do-governo-lula-do-ponto-de-vista-da-economia-politica>>. Acesso em: 8 mar.2012.

ESTADÃO. *Governo edita MP altera limites de florestas nacionais*. Disponível em: <<http://www.estadao.com.br/noticias/geral,governo-edita-mp-altera-limites-de-florestas-nacionais,819270,0.htm>>. Acesso em: 9 jan./2012.

ESTADÃO: Política - 26 Outubro de 2011. Ministério Público pede proteção para líderes ameaçados no Pará - No sábado, assentado foi morto após denunciar que estava sendo ameaçado por revelar ação de madeireiros .Disponível em: <<http://www.estadao.com.br/noticias/geral,governo-edita-mp-altera-limites-de-florestas-nacionais,819270,0.htm>>. Acesso em: 9 jan./2012.

O ESTADO numa era de reformas: os anos FHC: parte 2/ organizadores: Fernando Luiz Abrucio e Maria Rita Loureiro. Brasília, DF: MP; SEGES, 2002. 316 p.

O ESTADO DE S. PAULO. *Medida Provisória altera demarcação de três parques nacionais na Amazônia e libera exploração mineral no entorno de dois deles; com a mudança, empreiteiras poderão instalar canteiros de obras das usinas de Tabajara, Santo Antônio e Jirau*. Marta Salomon / BRASÍLIA – 11.08.2011

FANELLI, L. Era um de nós. Terra e economia no campesinato caboclo do Baixo-Amazonas. In: CONGRESS OF THE LATIN AMERICAN STUDIES ASSOCIATION., 2009, Rio de Janeiro. *Anais...* Rio de Janeiro, 2009.

FEARNSIDE, P. M. Carga pesada: O custo ambiental de asfaltar um corredor de soja na Amazônia. In: M. Torres (Ed.) *Amazônia revelada: os descaminhos ao longo da BR- 163*. Brasília, DF: CNPQ, 2005. p. 397-423.

FORTES, Leandro. Mera coincidência? Os assassinatos decorrentes de conflitos agrários voltam a aumentar no estado e os movimentos sociais acusam o governo do PSDB de conivência com a violência no campo. *Revista Carta Capital*, jul. 2011.

FROM, Eric. *Escape from Freedom*. N. York: Rinehart, 1941

FUNDAÇÃO VIVER PRODUZIR E PRESERVAR -FVVP. *Conferência popular regional: desenvolvimento do território da Transamazônica e Xingu e Santarém-Cuiabá*. Altamira, 2003.

\_\_\_\_\_. *Carta de apoio ao plano de desenvolvimento territorial integrado e sustentável do Oeste Paraense*. Altamira, 2003.

GLASS, Verena. *Vitória de Ana Julia pode mudar quadro de violência, avaliam movimentos sociais*. 2006. Disponível em: <<http://www.reporterbrasil.org.br/imprimir.php?id=781&escravo=0>>. Acesso em: 9 out.2012.

GOHN, Maria da Glória. *Teorias dos movimentos sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos*. São Paulo: Loyola, 2007.

\_\_\_\_\_. *Educação não-formal e cultura política*. São Paulo: Cortez, 2008. 120 p.(Coleção Questões da Nossa Época, 73).

\_\_\_\_\_. *Novas teorias dos movimentos sociais*. São Paulo: Edições Loyola, 2010a. 166 p.

\_\_\_\_\_. *Movimentos sociais e redes de mobilizações civis no Brasil contemporâneo*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010b.

GOIRAND, Camille. Movimentos sociais na América Latina: elementos para uma abordagem comparada *Revista Estudos Históricos*, v. 22, n. 44, 2009. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/viewArticle/2591>>. Acesso em: 20 set.2010.

GREENPEACE. Pará: Estado de conflitos: uma investigação sobre grileiros, madeireiros e fronteiras sem lei no Estado do Pará, na Amazônia. Belém, [s.n.], 2003.

GRITODELOSEXCLUIDOS. Reforma Agrária no Brasil: quando? Balanço da Reforma Agrária em 2011. Disponível em: <<http://www.gritodelosexcluidos.org/article/balanco-da-reforma-agraria-em-2011/>>. Acesso em: 21 maio 2011.

HEBERLE, Rudolph, *Social Movements: an introduction to political Sociology*. New York: Appleton-Century-Crofts, 1951.

HOFFER, E. *The True Believer: Thoughts on the Nature of Mass Movements*. N. York, Mentor, 1951.

IBAMA. Reserva extrativista verde para sempre. *Relatório das atividades preliminares*. Porto de Moz. PA, set./out. 2001. 10 p.

\_\_\_\_\_. *Estudo socioeconômico da área proposta para a criação da Reserva Extrativista Renascer: Relatório Final*. Prainha, PA, 2006. 212. p. v.1.

\_\_\_\_\_. Disponível em: <<http://www.ibama.gov.br/2010/03/ibama-pf-e-icmbio-apreendem-mais-de-40-mil-m%C2%B3-de-madeira-ilegal-na-resex-renascer/>>. Acesso em: 10 jun. 2010.

IBGE. *Área territorial oficial*. Resolução da Presidência do IBGE de n° 5 (R.PR-5/02), out. 2002. Disponível em; < pt.wikipedia.org/wiki/Fortim.> Acesso em: 5 dez. 2010.

\_\_\_\_\_. *Censo Populacional 2010*. Disponível em: <http://www.censo2010.ibge.gov.br/dados\_divulgados/index.php?uf=15>. Acesso em: 7 dez. 2011.

INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO FLORESTAL DO PARÁ - IDEFLOR. *Política estadual de desenvolvimento da economia extrativista*. Belém, abr. 2008.

INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL. Realização de estudos preliminares e formulação de uma proposta técnica para implantação de um mosaico de Unidades de Conservação no Médio Xingu. Relatório Final de Atividades. 2003. 207 p. Disponível em:< http://www.socioambiental.org/noticias/nsa/detalhe?id=2337>. Acesso em: 7 nov.2011

JACOBI, Pedro. *Movimentos urbanos no Brasil*. Rio de Janeiro, IUPERJ, n. 9. 1980

JORNAL DE SANTARÉM E BAIXO AMAZONAS. *Polícia militar a serviço do crime*. Santarém, p. 8-9, dez, 2006.

KAGEYAMA, Paulo Y.; SANTOS, João Dagoberto dos. Aspectos da política ambiental nos governos Lula. *Revista FAAC*, Bauru, v. 1, n. 2, p. 179-192, out./ mar. 2011-2012.

KOOPMANS, Ruud. The Dynamics of protest waves: Germany, 1965 to 1989. *American Sociological Review*. v.58, p. 58-637, 1993.

KRIESI, Hanspeter. Local mobilization for the people's petition of the dutch peace movement. In: KLANDERMANS, Bert; KRIESI, Hanspeter; TARROW, Sidney (Ed.) *From Structure to Actin: comparing social movement research*, Freenwich, Conn: JAI, 1988. p. 41-81. v.1

KRIESI, Hanspeter et al. New Social Movements and Political Opportunities in Western Europe. *European Journal of Political Research*, v. 22, n. 2, 1992. p. 219-244

LEFF, Enrique. Pensar a complexidade ambiental. In: \_\_\_\_\_. *A Complexidade ambiental*. São Paulo: Cortez, 2003. p. 15-64.

LEROY, Jean-Pierre. *Uma Chama na Amazônia*. Rio de Janeiro: Vozes; FASE, 1991.

\_\_\_\_\_. *Plataforma brasileira de direitos humanos econômicos, sociais e culturais (DhESC Brasil)*. Relatoria nacional para o direito humano no Brasil, Relatório da missão ao Pará. Belém, 16 - 28 fev. 2003. 56 p.

O LIBERAL. *P F prende acusados de exploração de madeira*. Cidades. Belém, p. 9, dez. 2006.

LIPSET, Seymour Martin. *Politics and the social sciences*. Nova York: Oxford University Press, 1969.

LOSEKANN, Cristiana. Problematizando a participação de organizações ambientalistas na formação da política ambiental no governo Lula (2002-2006). In: SEMINÁRIO NACIONAL. *Movimentos Sociais, Participação e Democracia*, 2007, Florianópolis. *Anais...* Florianópolis:

UFSC; NPMS, 2007. p. 114. Disponível em: <[http://www.mais.to.it/tamua/tamua\\_pt/index.php?m=01&y=10&entry=entry100111-153300](http://www.mais.to.it/tamua/tamua_pt/index.php?m=01&y=10&entry=entry100111-153300)>. Acesso em: 25 . out. 2010.

MAIA NETO, Joaquim. *A renúncia da União na gestão ambiental brasileira*. Disponível em: <<http://www.oeco.com.br/convidados-lista/25430-a-renuncia-da-uniao-na-gestao-ambiental-brasileira>>. Acesso em: 25 out. 2010.

MALDONATO, Mauro. Não sabemos que não sabemos. *Scientific American (Brasil)*. ano. 2, n. 21, p. 32-36, fev. 2004

MARTÍNEZ-ALIER, J. *O ecologismo dos pobres: conflitos ambientais e linguagens de valoração*. São Paulo: Contexto, 2007.

MASSACRE de Eldorado dos Carajás. Carajás, abr. 1996. Disponível em: <<http://eldoradoportaldocarajas.com.br/fatos%20marcantes.html>>. Acesso em: 21 jun. 2012.

McADAM, Doug; McCARTHY, John; ZALD, Mayer N. *Movimientos Sociales: perspectivas comparadas*. Oportunidades políticas, estructuras de movilización y marcos interpretativos culturales. Tradução de Sandra Chaparro. Espanha, Madrid: ISTMO, 1999.

McADAM, Doug; TARROW, Sidney; TILLY, Charles. Para mapear o confronto político. *Revista Lua Nova*, n. 76, São Paulo, 2009, p. 11-48.

MELO, João Alfredo Telles (Org.) *Reforma agrária quando? CPI Mostra as causas da luta pela terra no Brasil*. Brasília, DF: Senado Federal, 2006

MELUCCI, Alberto, (1989). *Nomads of the present: social movements and individual needs in contemporary society*. Philadelphia: Temple University Press.

MONTEIRO, Mara Rúbia Muniz. *A democratização da sociedade: participação das organizações da sociedade civil-experiências em Juruti Velho-PA*. 2009. 143 f. Dissertação (Mestrado) - Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará, Belém, 2009.

MONTEIRO, Raimunda. *Estudo socioeconômico da área proposta para criação da Reserva extrativista Renascer*: Prainha, Pa. [S.l.: IBAMA, 2006.

MOREIRA, Edma do Socorro Silva; HEBETTE, Jean; LEITÃO, Wilma M. Comunidades ribeirinhas de Porto de Moz e gestão dos recursos naturais locais. In:\_\_\_\_\_. *Cruzando a fronteira: 30 anos de estudo do campesinato na Amazônia*. 1999. v. 3. p. 339-354.

MOREIRA, E. S.; HÉBETTE, J. Metamorfose de um campesinato nos Baixo Amazonas e Baixo Xingu paraense. In: GODOI, E. P.; MENEZES, M. A.; MARIN, R. A. (Org.). *Diversidade do campesinato: expressões e categoriais: construções identitárias e sociabilidades*. São Paulo: editora UNESP; Brasília, DF: Núcleo de Estudos agrários e Desenvolvimento Rural, 2009, p.187-207.

MOREIRA, Edma do Socorro Silva, *Tradição em tempos de modernidade: reprodução social numa comunidade varzeira do Rio Xingu – PA*. 2002. Dissertação (Mestrado em Sociologia)- Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Pará, 2002.

\_\_\_\_\_. *Movimento social Amazônico em defesa do território e de modos de vida rurais: estudo sociológico no Baixo Xingu*. Tese (Doutorado em Ciências Sociais)- Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Pará. Belém, 2008.

MUNCK, Gerardo L. Formação de Atores, Coordenação Social e Estratégia Política: problemas conceituais do estudo dos movimentos sociais. *Dados*, Rio de Janeiro, v. 40, n. 1, 1997. Disponível em <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0011-52581997000100005&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0011-52581997000100005&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em: 14 dez. 2011.

MURRIETA, Julio Ruiz; RUEDA, Rafael Pinzón. *Reservas extrativistas*. Gland, Suíça e Cambridge, Reino Unido: UICN, 1995.

NAÇÕES UNIDAS. COMISSÃO ECONÔMICA PARA A AMÉRICA LATINA E O CARIBE- CEPAL. Estudo Econômico da América Latina. 1949. In: BIELSHOWSKY, R. (Org.). *Cinquenta anos de pensamento da CEPAL*. Rio de Janeiro: Record, 2000. p. 137-178. v.1.

NATUREZA . Disponível em: <[http://www.wwf.org.br/natureza\\_brasileira/especiais/acao\\_pelas\\_resex\\_no\\_brasil/?24820/Apreenso-historica-de-madeira-ilegal-na-Resex-Renascer](http://www.wwf.org.br/natureza_brasileira/especiais/acao_pelas_resex_no_brasil/?24820/Apreenso-historica-de-madeira-ilegal-na-Resex-Renascer)> . Acesso em: 25 out.2011.

NEGRÃO, João José de Oliveira. Governo FHC e o neoliberalismo. *Revista lutas sociais*. São Paulo: PUC: 2006. v.1. Disponível em: <[http://www.pucsp.br/neils/downloads/v1\\_artigo\\_negrao.pdf](http://www.pucsp.br/neils/downloads/v1_artigo_negrao.pdf)>. Acesso em: 23 maio 2012.

NOTA Tapajós. FHC e Almir Gabriel são réus em Tribunal de Crimes do Latifúndio. O tribunal internacional organizado por entidades de direitos humanos e movimentos sociais julgará o ex-presidente Fernando Henrique Cardoso e o ex-governador do Pará Almir Gabriel, acusados de omissão em relação às violações de direitos humanos no Estado durante seus mandatos. Out. 2003. Disponível em: <<http://notapajos.globo.com/lernoticias.asp?id=4874>>. Acesso em: 28 nov. 2011.

OBERSCHALL, Anthony, *Social conflict and social movements*. Englewood Cliffs, NJ: Prentice Hall, 1973.

O'DONNELL, Guillermo; SCHMITTER Philippe. *Transiciones desde un gobierno autoritario*. Conclusiones tentativas sobre las democracias inciertas. Buenos Aires: Paidós, 1991. 4 v.

OLSON, Mancur. *The Logic of collective action*. Cambridge, Mass: Harvard University Press, 1965.

PARSONS, Talcott. *The Structure o f social action*. Nova Iorque: Free Press, 1968. (originalmente publicado em 1937).

PARSONS, T. ; SMELSER; *Economy and Society*. Nova Iorque, Free Press Neil J. Smelser, *Theory of Collective Behavior*, Free Press, Glencoe, Ill., 1963.

PEREIRA, L. C. B. *Reforma do estado para a cidadania: a reforma gerencial brasileira na perspectiva internacional*. ed. 34. São Paulo: Brasília, DF; ENAP. 1998. 368p.

PONTES JUNIOR, Felício; CASTRO, Edna; ARAÚJO, Roberto; Menezes, Mário A. *Terra do meio: poder, violência e desenvolvimento*. Belém: MPEG, 2004. 35 p. – (Idéias e debates; 7). Disponível em: < [http://www.museu-goeldi.br/pesquisa/ideias\\_debates/07\\_I&D\\_Terrado\\_Meio.pdf](http://www.museu-goeldi.br/pesquisa/ideias_debates/07_I&D_Terrado_Meio.pdf)>. Acesso em: 21 jan. 2011.

PORTA, Donatella Della. Movimientos sociales y Estado: algunas ideas en torno a la represión policial de la protesta. In: McADAM, Doug; McCARTHY, John; ZALD, Mayer N. *Movimientos sociales: perspectivas comparadas*. Oportunidades políticas, estructuras de movilización y marcos interpretativos culturales. Tradução de Sandra Chaparro. Espanha, Madrid: ISTMO, 1999. p. 100-142.

RIECHMANN, Jorge; BUEY, Francisco Fernández. *Redes que dan libertad: introducción a los nuevos movimientos sociales*. Barcelona; Buenos Aires; México: Paidós, 1994.

RODRIGUEZ, Luiz C Estraviz et. al. *Uma síntese de indicadores e diagnósticos econômico da região da influência da BR-163*. [S.l.:s.n.], 2005.

RODRIGUEZ-CABELLO, Enrique Laraña; GUNSFIELD, J. (Ed.). *Los nuevos movimientos sociales. de la ideología a la identidad*. Madrid: CIS, 2002.

ROUÉ, Marie. Novas perspectivas em etnoecologia: “saberes tradicionais” e gestão dos recursos naturais. In: CASTRO, Edna; PITON, Florense (Org.). *Faces do trópico úmido: conceitos e novas questões sobre desenvolvimento e meio ambiente*. Belém, Pa: SEJUP; UFPA; NAEA, 1997, p.201-217.’

SADER, Emir. *A hegemonia neoliberal no Brasil e a luta pelo Pós-liberalismo*. Projeto Análise da Conjuntura Brasileira – Outro Brasil. Laboratório de Políticas Públicas, jan. 2006 Disponível em: <[http://www.lpp-buenosaires.net/outrobrasil/docs/3012006143315\\_Analise\\_Emir\\_jan06.doc](http://www.lpp-buenosaires.net/outrobrasil/docs/3012006143315_Analise_Emir_jan06.doc)>. Acesso em: 25 fev. 2012.

SANTILI, Juliana. *Socioambientalismo e novos direitos: proteção jurídica à diversidade biológica e cultural*. São Paulo: Peirópolis, 2005.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Para uma reinvenção solidária e participativa do Estado". In: PERREIRA, L. C. Bresser et. al. (Org.), *Sociedade e estado em transformação*. São Paulo: UNESP, 2001.

SCARDUA, Fernando Paiva. *Governabilidade e descentralização da gestão ambiental no Brasil*. 2003. 234 f. Tese (Doutor, Política e Gestão Ambiental)- Centro de Desenvolvimento Sustentável, Universidade de Brasília. Brasília, DF, 2003.

SCHITTINI, Gilberto de Menezes. *Políticas públicas, conservação e movimentos Sociais em uma área de expansão de fronteira: a criação de unidades de conservação no âmbito do Plano Br 163 Sustentável*. 2009. 225 f. Dissertação (Mestrado)- Centro de Desenvolvimento Sustentável, Universidade de Brasília, Brasília, DF, 2009.

SHERER-WARRER, Ilsen. *Movimentos sociais: um ensaio de interpretação sociológica*. Florianópolis: UFSC, 1984, 150 p. (Série didática).

SHERER-WARRER, Ilsen. *Uma revolução no cotidiano? Os novos movimentos sociais na América Latina*. Ilsen Sherer-Warrer e Paulo J. Krischke (Org.). São Paulo: Brasiliense, 1987.

SILVA, Marina. Histórias da floresta, da vida e do mundo. In: *O desafio da sustentabilidade: um debate socioambiental no Brasil*. DINIZ, et al. Gilney (Org.). São Paulo: FPA, 2001. p. 200-202.

SIMONIAN, Lígia. Políticas públicas, desenvolvimento sustentável e recursos naturais em áreas de reserva na Amazônia brasileira. In: COELHO, M. C. N.; SIMONIAN, L.; FENZL, N. *Estado e políticas públicas na Amazônia: gestão de recursos naturais*. Belém: CEJUP; UFPA; NAEA, 2000. p. 9-53.

\_\_\_\_\_. Saber local, biodiversidade e populações tradicionais: perspectivas analíticas, limites e potencial. BELA, C. A.; MOREIRA, Eliane (Org.). In: SEMINÁRIO SABER LOCAL/INTERESSE GLOBAL: propriedade intelectual, biodiversidade e conhecimentos tradicionais., 2003, Belém. *Anais...* Belém: MPEG; CESUPA, 2003. p. 59-93.

\_\_\_\_\_. Pesquisa em ciências humanas e desenvolvimento entre populações tradicionais amazônicas. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi*. v.1, n.2, p. 119-134, maio/ago. 2005.

SNOW, David E., et al. Frame alignment processes, micromobilization, and movement participation. *American Sociological Review*, n. 51, p. 81-464, 1986.

SNOW, David; BENFORD, Robert. Ideology, frame resonance and participant mobilization. In: KANDERMAS, B., KRIESI, H.; TARROW, S. (Ed.). *From structure to movement Research*, Greenwich: JAI Press, v. 1, p. 197-217, 1988.

SOCIOAMBIENTAL. Disponível em: < <http://www.socioambiental.org/uc/4764/noticia/61344>. Acesso em: 9, 2,18, fev./set./2009-2011.

TAMUÁ. Disponível em: < <http://tamua.wordpress.com/tamua/normativo-pop/>>. Acesso em: set. 2011.

TARROW, Sidney. Comparing Social Movements Participation in Western Europe and the United States: Problems, Uses, and a Proposal for Synthesis. In: RUCHT, D. (ed.), *Research on Social Movements: the state of the art in western Europe and the USA*. Boulder: [s.n.], 1991. p. 392-420. (Coleção Westview Press).

\_\_\_\_\_. *Power in movement. Social Movements*. Cambridge University Press, 1994. (Collective Action and Politics).

\_\_\_\_\_. *El poder em movimiento: los movimientos sociales, La acción colectiva y La política*. Versión española de Hermínia Bavia y Antonio Resines. [ S.I.]: Alianza Editorial, 1997. 369 p.

TARROW, Sidney. Estado y oportunidades: la estructuración política de los movimientos sociales. In: McADAM, Doug; McCARTHY, John; ZALD, Mayer N. *Movimientos sociales: perspectivas comparadas*. Oportunidades políticas, estructuras de movilización y marcos interpretativos culturales. Tradução de Sandra Chaparro. Madrid: ISTMO, 1999. p. 71-99.

TILLY, Charles. *From mobilization to revolution*. Reading M.A., Addison-Wesley. [S.l.: sn.], 1978.

TILLY, Charles. Social Movements and Nacional Politic. In: BRIGHT C.; HARDING, S. (Org.) *Statemaking and social movements: essays in history and theory*. Ann Arbor: University of Michigan Press, 1984. p. 297-317.

TORRES, Maurício. O conflito do rio Uruará, Prainha, PA. Relatório pericial de apuração *in loco* de dados, solicitado a fim de subsidiar o procedimento administrativo nº. 1.23.002.000427/2006-31, instaurado pelo Ministério Público Federal, na Procuradoria da República no Município de Santarém, Pará. Ministério Público Federal, Santarém, 2006.

TORRES, Maurício. A pedra muiiraquitã: o caso do rio Uruará no enfrentamento dos povos da floresta às madeireiras na Amazônia. *Revista de Direito Agrário*. INCRA. ano. 20, n. 20, Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2007

TORRES, Pedro Medellín. La política de las políticas públicas: propuesta teórica y metodológica para el estudio de las políticas públicas en países de frágil institucionalidad. *Série políticas sociales*, n. 93, Santiago de Chile, jul. 2004. División de Desarrollo Social, CEPAL, Naciones Unidas.

TOURAINE, Alain. *Sociologie de l'action*. Paris: [s.l.],1965.

\_\_\_\_\_. Les mouvements sociaux: objet particulier ou problème central des analyses sociologiques. *Revue Française de Sociologie*, n. 25, p. 3-19, 1984.

\_\_\_\_\_. *Palavra e Sangue: política e sociedade na América Latina*. Trad. Iraci D. Poleti. São Paulo: Trajetória Cultural; [Campinas, SP]: Universidade Estadual de Campinas, 1989. 598p.

\_\_\_\_\_. *Podremos vivir juntos?* México: Fondo de Cultura Económica, 1997.

\_\_\_\_\_. *Crítica da Modernidade*. Tradução Elia Ferreira Edel. 9.ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009. 409 p.

TURNER, Ralph H.; KILLIAN, Lewis M. *Collective Behavior*, Englewood Cliffs, N. J., Prentice-Hall, 2. ed., 1972; 3d. ed. 1987; 4th ed. 1993.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL. Agenda ambiental versus agenda do desenvolvimento – conflitos entre setores econômicos e ambientalistas na discussão sobre os transgênicos no primeiro mandato do governo Lula- Cristiana Losekann. Disponível em:< [http://www6.ufrgs.br/sncp/1SNCP/artigos\\_teorica\\_politica\\_e\\_pensamento\\_social/Cristiana%20Losekann.pdf](http://www6.ufrgs.br/sncp/1SNCP/artigos_teorica_politica_e_pensamento_social/Cristiana%20Losekann.pdf)>. Acesso em: 8 mar. 2012.

VIDAL, Josep Pont. *Condicions socials sobre l'origen dels nous moviments socials: anàlisi comparativa entre la República Federal d'Alemanya i Espanya. Exemple d'estudi: el*

*moviment per la pau*. 1997. Tesi (Doctoral)- Divisió de Ciències Jurídiques, Econòmiques i Socials, Universitat de Barcelona. Espanha, Barcelona, 1997.

\_\_\_\_\_. *La investigacion de los movimientos sociales desde la Sociologia y la Ciencia Politica: una propuesta de aproximación teórica*. Universitat Autònoma de Barcelona. Facultat de Ciències Polítiques i Sociologia, 1997.

\_\_\_\_\_. A realidade social é externa ao indivíduo? Uma aproximação à pesquisa qualitativa. Belém: NAEA, nov. 2006a. (*Paper*, 2003).

\_\_\_\_\_. Grounded Theory e as possibilidades da pesquisa na complexidade da Amazônia. *Cadernos do NAIA*, n. 204, dez. 2006b.

VIDAL, Josep Pont. *Aspectos metodológicos de seleção e análise de atores*. In: Grupo de Trabalho intergovernamental. Plano de Desenvolvimento Regional Sustentável do Xingu. Governo Federal, Governo do Estado do Pará, NAEA. Brasil, 2008.

WELCH, Clifford Andrew. Movimentos sociais no campo até o golpe militar de 1964: a literatura sobre as lutas e resistências dos trabalhadores rurais do século XX. *Lutas & Resistências*, Londrina, v.1, p. 60-75, set. 2006. Disponível em: <<http://pt.scribd.com/doc/23202923/Movimentos-sociais-no-campo-ate-o-golpe-militar-de-1964-Clifford-Andrew-Welch>>. Acesso em: 2 jun.2011.

ZALD, Mayer N. e MCCARTHY, John D. (Ed.). *The dynamics of social movements*. Cambridge, Mass: Winthrop, 1979.

ZALD, Mayer; ASH, Roberta. Social movement organizations. In: N.; MCCARTHY, John D. (Org.) *Social movements in an organizational society*, New Brunswick, N. J.: Transaction Press 1966. p. 41-121.

ZAPATA, Tânia. *Desenvolvimento local: trajetórias e desafios*. Recife: IDH, 2006.

## **APENDICES**

## **APENDICE A - ROTEIRO DE QUESTÕES PARA AS ENTREVISTAS\***

\*Questões aplicadas ao STR, Colônia dos Pescadores e adaptadas às demais instituições da sociedade civil, como Associação de Mulheres do Campo e da Cidade de Prainha, GUATAMURU, Conselho Popular da Região de Uruará, e às lideranças do movimento social:

- 1- Desde quando existe a sua instituição?
- 2- Você poderia me contar como foi o processo de retomada pelos trabalhadores do STR ou da Colônia?
- 3- Quais são os objetivos da sua instituição?
- 4- Quando o STR ou a Colônia dos Pescadores adotou a luta pela RESEX?
- 5- Você poderia me contar como foi o processo de luta pela RESEX?
- 6- Quais os principais problemas que levaram à reivindicação de uma RESEX para Prainha?
- 7- No início da luta, quais entidades foram as principais parceiras? Quais são as principais parceiras do STR e Colônia atualmente?
- 8- Quais são os principais problemas que você constata hoje para a RESEX?
- 9- Você poderia me contar sobre as ações de protesto mais marcantes para o STR e Colônia na luta pela RESEX? Quando ocorreram?
- 10- Qual o objetivo de cada ação de protesto que você me relatou?
- 11- Como são discutidas as estratégias de ação da luta pela RESEX? Como vocês se reúnem para discutir as estratégias?
- 12- Quem toma as decisões finais?
- 13- Como o STR e a Colônia se integram à luta da resex Renascer? O que a Resex significa para a sua instituição?
- 14- Quais os principais seminários e audiências que vocês realizaram no processo de criação da RESEX?
- 15- Você poderia me contar como foram essas reuniões? Em que ano aconteceram? O que foi decidido?
- 16- Quais eram os principais inimigos da luta de vocês no início? Quem são os opositores hoje?
- 17- Como era a relação do Sindicato com o governo federal no governo do Fernando Henrique Cardoso? E do Lula?
- 18- Quais eram as instituições ou canais de diálogo que vocês tinham com o governo

federal no início de criação da RESEX? E agora?

19- Como era a relação do Sindicato com o governo do Estado ao longo do tempo? Você se lembra quem eram os governadores?

20- Em que mandato foi mais fácil e mais difícil o diálogo com o governo do estado?

21- Atualmente, existe algum canal de diálogo com o governo do estado?

22- Em que período da história houve mais fiscalizações?

23- Qual foi o período em que houve maior diálogo com o governo federal? E com o governo estadual?

24- Você se recorda de alguma ação política realizada pelo governo que tenha sido mais favoráveis para a RESEX? Quando ela ocorreu?

25- Em que período vocês tiveram mais apoiadores para a luta? Quais foram as instituições que deram esse apoio?

26- Em quais períodos as ameaças e violências cometidas contra o STR ou Colônia dos Pescadores foram mais fortes?

27- Quem ameaçava ou era violento?

28- Qual foi o período de maior ameaça e risco para o movimento social como um todo?

29- Qual período você considera como o mais difícil para a luta do movimento? Por que?

30- Você já foi processado alguma vez por conta de algum protesto que tenham feito?

Como foi a atuação da polícia? Qual foi a decisão da justiça?

31- Em que período o STR e a Colônia teve mais associados?

32- Em qual período você considera que a sua instituição teve mais força política. Por que?

33- Você se lembra de alguma lei que tenha sido importante para apoiar o movimento de vocês?

34- Há alguma decisão judicial que tenha favorecido o movimento? Como foi essa decisão e quando?

35- Há alguma liderança do movimento que hoje trabalha no governo?

36- Você se lembra de algum companheiro que tenha conseguido assumir algum cargo político?

37- Quais os protestos que vocês fizeram que foram mais favoráveis? Quais protestos foram desfavoráveis?

38- Atualmente, vocês se sentem ameaçados por esse movimento contrário à RESEX? Por que?

**APENDICE B - Roteiro de questões adicionais aplicadas e adaptadas aos integrantes do MDR, GUATAMURU e às Comissões Pastorais da Terra e da Pesca e Terra de Direitos**

- 1 – Desde quando a CPT e a Terra de Direitos acompanha a luta pela criação da RESEX? A participação da CPT sempre foi pela Diocese de Santarém? Qual o papel destas instituições?
- 2 – Quais as principais associações e instituições que compõe o movimento social a favor da Renascer? Quais grupos da sociedade foram se juntando ao movimento?
- 3 – Você poderia me relatar como foi criada a sua instituição? Em que ano?
- 4 – Sua instituição ainda é atuante? Qual o papel da sua instituição na luta pela RESEX?
- 5 – Atualmente, quantas pessoas aproximadamente participam do movimento social?
- 6 – Qual foi o período de maior e menor participação?
- 7 – Em que período houve maior adesão das comunidades da região?
- 8 – Como vocês se dividem nas tarefas? Qual o papel de cada grupo?
- 9 – Como vocês combinam as estratégias? Quem toma as decisões? Existe um grupo separado para pensar? Quem ajuda a pensar as ações?
- 10 – Em 2006, quais eram os principais parceiros do movimento?
- 11 – Atualmente, quais são os principais parceiros do movimento social?
- 12 – Você poderia me contar, ao longo da história, quais foram os principais objetivos do movimento social?
- 13 – Quais foram as principais ações de protesto e luta que você se lembra? O que motivou cada uma?
- 14 – Nessas ações que você me contou, os objetivos foram atingidos? Por que?
- 15 – Qual foi o período de maior violência e ameaça para o movimento social? Por que? Quem comete essa violência descrita?
- 16 – Quando as lideranças se sentem ameaçadas ou sofrem violência, quais instituições e parceiros são chamados para ajudar?
- 17 – Quantos de vocês estão ameaçados? Você poderia me contar sobre essa ameaça?
- 18 – Quais ações ou políticas do poder público foram mais importantes para a história de luta de vocês? Houve alguma resposta favorável dos governos à luta? Quais foram?

19 – Você já teve contato com algum outro movimento social da região? Qual? Que tipo de contato?

20 – Quando você considera que nasceu a luta de vocês?

21 – Vocês se acham parecidos com algum outro movimento social da região amazônica?

22- Há alguma parceria, em termos de recurso financeiro, para o movimento? Como conseguem dinheiro e apoio para as ações?

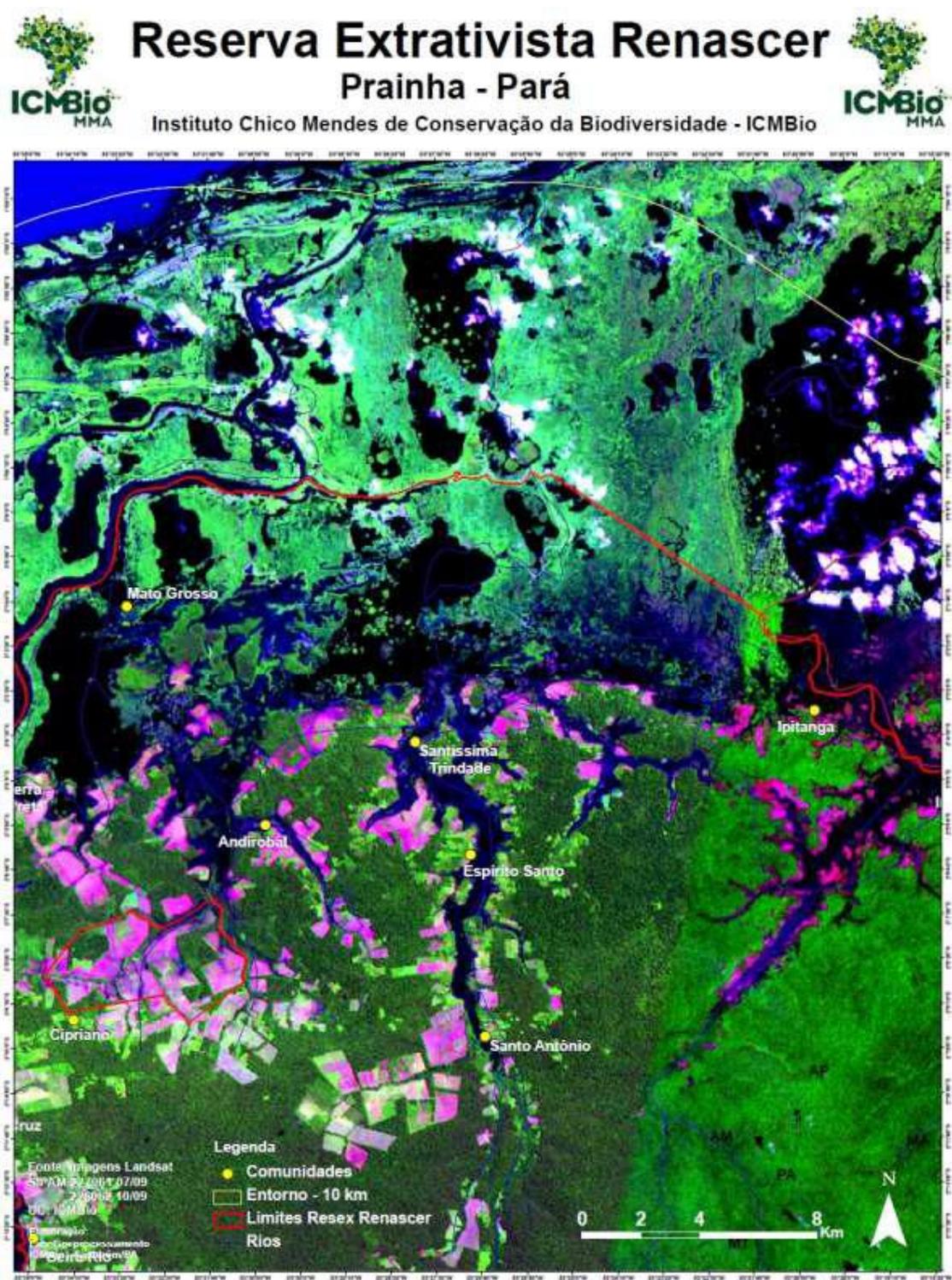
23 – Vocês costumam se reunir com que frequência? Quais comunidades se reúnem mais? Por que?

24 – Qual o período de maior força para o movimento? Você poderia me contar o que acontecia nessa época?

25 – Você considera que alguma instituição do governo ou da justiça foi mais favorável à luta de vocês? Por que?

## **ANEXOS**

## ANEXO A - Mapa das comunidades da RESEX Renascer



Fonte: ICMBio (2009)

## ANEXO B – FOTOGRAFIAS DAS COMUNIDADES DA RESEX RENASCER

**Fotografia 1** – Coleta Seletiva distribuída pela Comunidade Santo Antônio – Região do Rio Tamuaatá – RESEX Renascer



**Fotografia 2** – Igreja da Comunidade Santo Antônio – Região do Rio Tamuaatá – RESEX Renascer



Fonte: autoria própria

**Fotografia 3** – Sede Comunitária da Comunidade Santo Antônio: local das aulas, festas e reuniões – RESEX Renascer



**Fotografia 4** – Comércio – Rio Uruará



Fonte: autoria própria

**Fotografia 5** – Chegada à Comunidade Santo Antônio – Região do Rio Tamuataí



**Fotografia 6** – Igreja Central – município de Prainha - PA



Fonte: autoria própria

**Fotografia 7** - Comunitário em moradia, na Comunidade de Terra Preta – RESEX Renascer



Fonte: autoria própria

**Fotografia 8** – Rio Guajará – RESEX Renascer



Fonte: autoria própria

**Fotografia 9** – Líderes comunitárias em direção à escola onde se realizou reunião, na Comunidade de Mato Grosso, Rio Guajará



**Fotografia 10** – Igreja, na região do Rio Uruará



Fonte: autoria própria

**Fotografia 11-** Reunião da GUATAMURU, em escola da Comunidade de Mato Grosso, no Rio Guajará – RESEX Renascer



**Fotografia 12** – Reunião do MDR, na Comunidade de Santo Antônio – Rio Tamuaatá



Fonte: autoria própria

**Fotografia 13** - Residência, no rio Tamuataí



**Fotografia 14** – Refeitório comunitário, no Rio Uruará – RESEX Renascer



**Fonte:** autoria própria

**Fotografia 15** – Casa noturna – Rio Uruará



**FOTOGRAFIA 16** – Igreja Católica, Rio Uruará – RESEX RENASCER



Fonte: autoria própria

**Fotografia 17** – Moradias de comunidade – Rio Tamuataí



**Fotografia 18** – Criação de animais em moradia na região do Rio Guajará – RESEX Renascer



Fonte: autoria própria

**Fotografia 19** – Reunião da GUATAMURU em escola da Comunidade de Mato Grosso, Rio Guajará – RESEX Renascer



**Fotografia 20** – Sede da Colônia dos Pescadores de Prainha – município de Prainha - PA



Fonte: autoria própria

**Fotografia 21** – Trilha percorrida para a reunião na comunidade de Mato Grosso – Rio Guajará



**Fotografia 22**- Moradia típica da região do Rio Guajará – RESEX Renascer



Fonte: autoria própria

**Fotografia 23** - Por do Sol – Rio Tamuataí – RESEX Renascer



**Fotografia 24** – Saber tradicional da fabricação de embarcações.



**Fonte:** Maurício Torres, perito judicial.

**ANEXO E - Fotografias da “Audiência Pública” realizada pelo contramovimento à Resex Renascer, com a finalidade de discutir a sustentabilidade das reserva e as estratégias para a sua anulação jurídica.**

**Fotografia 1** – Conteúdo das faixas de protesto contra a RESEX Renascer.



**Fotografia 2** - Faixa de protesto contra a RESEX Renascer.



Fonte: autoria própria

**Fotografia 3** – Realizadores da “audiência pública contra a RESEX Renascer”.



Fonte: autoria própria

**Fotografia 4** – Participantes da “audiência pública contra a RESEX”



Fonte: autoria própria

## ANEXO E - Fotografias da Exploração Madeireira

**Fotografia 1** – Policia Militar protegendo as balsas dos madeireiros da região do Rio Uruará



**Fonte:** Maurício Torres, pesquisador e perito do Ministério Público Federal

**Fotografia 2** – Parte da madeira ilegalmente extraída e encontrada a região do Rio Uruará



**Fonte:** Maurício Torres, pesquisador e perito do Ministério Público Federal

**Fotografia 3** – Pátio de madeira que funcionava ilegalmente no interior da RESEX Renascer



Fonte: autoria própria

**Fotografia 4** – Transporte de madeira pelas estradas abertas informalmente pelas madeireiras na região da Vila de Santa Maria de Uruará



Fonte: Maurício Torres, pesquisador e perito do Ministério Público Federal

**Fotografia 5** – Parte da madeira apreendida pela polícia federal na Operação Renascer



Fonte: Maurício Torres, pesquisador e perito do Ministério Público Federal

**Fotografia 6** – Balsa que fazia o transporte diário da madeira retirada do interior da RESEX Renascer



Fonte: Maurício Torres, pesquisador e perito do Ministério Público Federal